

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALEXANDRE PRATES DE CAMPOS RIBEIRO

**DO “*MELTING-POT*” AO ESPÍRITO CLÂNICO:
A TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE OLIVEIRA VIANNA (1932-1949)**

GOIÂNIA/GO
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Alexandre Prates de Campos Ribeiro

3. Título do trabalho

DO "MELTING-POT" AO ESPÍRITO CLÂNICO: A TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE OLIVEIRA VIANNA (1932-1949)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Jeison Salomon, Professor do Magistério Superior**, em 21/11/2024, às 07:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Prates De Campos Ribeiro, Discente**, em 19/12/2024, às 21:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4980517** e o código CRC **573B04B0**.

ALEXANDRE PRATES DE CAMPOS RIBEIRO

**DO “*MELTING-POT*” AO ESPÍRITO CLÂNICO: A TRAJETÓRIA
EPISTEMOLÓGICA DE OLIVEIRA VIANNA (1932-1949)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de pesquisa: Ideias, Saberes e escritas da (e na) História.

Orientador: Dr. Marlon Jeison Salomon.

Coordenador: Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais

GOIÂNIA/GO
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ribeiro, Alexandre Prates de Campos
DO "MELTING-POT" AO ESPÍRITO CLÂNICO [manuscrito] : A
TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE OLIVEIRA VIANNA (1932-1949) /
Alexandre Prates de Campos Ribeiro. - 2024.
203 f.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2024.
Bibliografia. Anexos.
Inclui fotografias.

1. Oliveira Vianna. 2. intérpretes do Brasil. 3. racismo. 4. história da
sociologia. I. Salomon, Marlon Jeison, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **018/2024** da sessão de **Defesa de Tese** de **ALEXANDRE PRATES DE CAMPOS RIBEIRO**, que confere o título de **Doutor(a) em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada **"DO "MELTING-POT" AO ESPÍRITO CLÂNICO: A TRAJETÓRIA EPISTEMOLÓGICA DE OLIVEIRA VIANNA (1932-1949)"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Marlon Jeison Salomon (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Giselle Martins Venancio (UFF)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Tiago Santos Almeida (UnB)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Karina Anhezini de Araújo (UNESP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Marlon Jeison Salomon**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Do Valle, Professor do Magistério Superior**, em 16/11/2024, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Jeison Salomon, Professor do Magistério Superior**, em 18/11/2024, às 07:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 18/11/2024, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4880496** e o código CRC **BA17D7DC**.

Referência: Processo nº 23070.051958/2024-16

SEI nº 4880496

Dedico à minha esposa **Sílvia** e meus filhos, **Sofia e Augusto** por sofrerem com minha ausência desde o mestrado.

À minha mãe **Maria Lúcia**, por sua cultura jurídica e musical, pelo esforço de me fazer estudar, pela lição de se manter sempre jovem.

Ao meu falecido pai, **Olavo**, também pela cultura, pelo hábito da curiosidade e por ensinar a pensar com autonomia.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor **Dr. Marlon Salomon**, pela sinceridade que aumentou exponencialmente minha capacidade de análise, pelo pensamento organizado que ordenou o meu texto e, principalmente, por ter me incentivado a pensar com autonomia.

À professora **Dra. Giselle Venancio**, pela dica de pesquisa, pelo material cedido e pelas pesquisas anteriores acerca de Vianna. Os trabalhos da professora Giselle Venancio e da professora Maria Stella Bresciani muito ampliaram minha visão acerca de Vianna e do período histórico envolvido.

Ao **Estado de Goiás** pelas licenças-prêmio concedidas, sem as quais seria impossível a realização desta pesquisa.

Onde você estiver, cave bem fundo!

Lá embaixo está a fonte!

Deixe que gritem os homens das trevas:

“Lá embaixo é sempre – inferno”

NIETZSCHE em A GAIA CIÊNCIA

RESUMO

Esta é uma tese sobre as ideias de Oliveira Vianna na qualidade de cientista social, tendo como pretensão historiográfica maior lançar luz sobre o entendimento dos primórdios das ciências sociais no Brasil. Isso pressupõe estudar determinados autores e seus textos que estão em um local intermediário entre uma opinião pessoal e proposições objetivas igualmente válidas em várias consciências; ou entre o ensaio/literatura e o texto científico como hoje o concebemos. Assim, como opção historiográfica, não há nesta tese julgamentos peremptórios sobre uma proposição ser científica ou não, ou um autor ser cientista ou não. Esta pesquisa destaca mecanismos históricos de desenvolvimento epistemológico das ciências sociais no Brasil, tendo como recorte a trajetória do advogado e sociólogo Oliveira Vianna. Dividi sua trajetória em três fases, tendo como marco temporal a publicação de três obras especificamente: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), que marca a fase ensaísta; *Raça e Assimilação* (1932), de sua fase naturalista; e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), fase culturalista. Minha problematização está centrada justamente em uma certa conversão epistemológica ocorrida em Vianna, de naturalista em 1932 a culturalista em 1949. Defendo que há mecanismos da comunidade de pensadores sociais brasileiros, europeus e estadunidenses, mesmo numa fase ainda não institucional, que mitigam as idiosincrasias, preconceitos e escolhas pessoais dos indivíduos que se propõem a produzir ciência. Há uma circulação global de ideias, uma comunicabilidade geral entre os indivíduos que produzem ciência independentemente da intermediação de instituições. Há um devir próprio das ciências que têm um relativo grau de autonomia em relação à história social, com temporalidade e lógica próprias. Este trabalho, situado no âmbito da história das ideias, pretende compreender estes mecanismos por meio da pesquisa da trajetória intelectual de Oliveira Vianna, da análise de suas ideias e, principalmente, do estabelecimento de conexões entre o autor estudado e as proposições gerais da Sociologia e Etnologia como ciências estabelecidas.

Palavras-chave: Oliveira Vianna; intérpretes do Brasil; racismo; história da sociologia.

ABSTRACT

*This is a thesis about the ideas of Oliveira Vianna as a social scientist, with the greater historiographical intention of shedding light on the understanding of the beginnings of social sciences in Brazil. This presupposes studying certain authors and their texts that are in an intermediate place between a personal opinion and objective propositions that are equally valid in various consciousnesses; or between the essay/literature and the scientific text as we understand it today. Thus, as a historiographical option, there are no peremptory judgments in this thesis about whether a proposition is scientific or not, or whether an author is a scientist or not. This research highlights historical mechanisms of epistemological development of social sciences in Brazil, focusing on the trajectory of the lawyer and sociologist Oliveira Vianna. I divided his trajectory into three phases, with the publication of three works specifically as a time frame: *Populações Meridionais do Brasil* (1920), which marks the essayist phase; *Raça e Assimilação* (1932), from his naturalist phase; and *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), culturalist phase. My problematization is centered precisely on a certain epistemological conversion that occurred in Vianna, from naturalist in 1932 to culturalist in 1949. I argue that there are mechanisms within the community of Brazilian, European and American social thinkers, even at a not yet institutional stage, that mitigate idiosyncrasies, prejudices and personal choices of individuals who propose to produce science. There is a global circulation of ideas, a general communicability between individuals who produce science independently of the intermediation of institutions. There is a becoming specific to sciences that have a relative degree of autonomy in relation to social history, with their own temporality and logic. This work, situated within the scope of the history of ideas, aims to understand these mechanisms through research into the intellectual trajectory of Oliveira Vianna, the analysis of his ideas and, mainly, the establishment of connections between the studied author and the general propositions of Sociology and Ethnology as established sciences.*

Keywords: *Oliveira Vianna; interpreters from Brazil; racism; history of sociology.*



SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	ASPECTOS BIOGRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS DE OLIVEIRA VIANNA	34
1.1	FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANNA, VIDA E LIVROS	34
1.2	DO IMPÉRIO À REPÚBLICA	44
1.3	INTELECTUAIS DO ESTADO E AUTONOMIA INTELECTUAL	61
2	AS IDEIAS DE OLIVEIRA VIANNA	66
2.1	ETNOLOGIA BIOLOGISTA E RACIALISMO	66
2.2	CULTUROLOGIA BRASILEIRA	81
2.2.1	Origem das democracias plenas e democracias fracassadas da Modernidade	89
2.2.2	O Insularismo Brasileiro	95
2.2.3	A Mística Nacional	98
2.3	CONTRA O IDEALISMO UTÓPICO, UMA QUESTÃO DE METODOLOGIA	103
3	HORIZONTE INTELECTUAL NACIONAL DE OLIVEIRA VIANNA	112
3.1	A DÉCADA DE 1870, SUA MULTIPLICIDADE FILOSÓFICA E PRIMEIROS PASSOS EPISTEMOLÓGICOS	112
3.2	IDEIAS DO SÉCULO XX	124
3.2.1	“Não há a propalada ruptura entre” os procedimentos de Oliveira Vianna “e o da maioria dos seus contemporâneos”	139
4	QUANDO A CIÊNCIA DESCOBRE O “HOMEM”	146
4.1	TRAÇOS DA SOCIOLOGIA EUROPEIA EM OLIVEIRA VIANNA ..	146
4.2	A BIOLOGIA E AS CIÊNCIAS HUMANAS	157
4.3	CONDIÇÕES GERAIS DO PENSAMENTO CIENTÍFICO QUE DERAM ORIGEM À ANTROPOLOGIA/ETNOLOGIA A QUAL OLIVEIRA VIANNA TENTOU ADERIR	160
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
	FONTES	182
	REFERÊNCIAS	182
	ANEXO ÚNICO	191

INTRODUÇÃO

Façamos uma curtíssima viagem ao Brasil da década de 1940 e elejamos como guia de viagem Caio Prado Júnior. O que encontramos? Um século XX cuja “organização social” ainda conserva “um acentuado cunho colonial”. O passado colonial não é muito distante em termos de organização social e econômica do que se depara esse guia histórico em sua contemporaneidade. Sobretudo, há uma sobrevida de um “estatuto moral” colonial, de forma que a nossa evolução espiritual é reflexo do lento desenvolvimento material. Quem ainda se lembra de um jovem alemão, editor da *Gazeta Renana*, que nos ensinava que o estatuto moral de uma sociedade é reflexo de sua organização material? Neste sentido, seguindo o raciocínio de *Formação Econômica do Brasil*, não havia muitas diferenças entre os relatórios de inspetores agrícolas da década de 1940 recém-chegados do interior, o anônimo *Roteiro do Maranhão a Goiás de 1770* e os textos de Saint-Hilaire. A produção espiritual brasileira, assim entendida a produção de ideias, valores, crenças e conhecimentos, só tem uma história autônoma propriamente dita a partir do final do século XIX. O lento desenvolvimento das condições materiais se espelha no lento desenvolvimento da capacidade de produzir ideias¹.

Oliveira Vianna, objeto desta pesquisa, não pertence à geração de Caio Prado Júnior. É um pouco anterior, mas esta pequena distância de tempo faz uma enorme diferença. Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883 e faleceu em 1951. Não nasceu num ambiente industrial e, por isso, não via o capitalismo industrial como fato natural. Os pensadores que sucederam a Vianna tiveram de formular suas ideias a partir dos impactos da lenta revolução industrial brasileira, da urbanização e do mundo polarizado do pós-guerra; ao passo que as condições históricas com que ele se deparou lhe permitiam pensar o Brasil, contornando, ou tentando contornar, estes temas.

Em Alberto Torres, um dos mentores de Vianna e meu tema de mestrado, esta independência filosófica original é mais nítida ainda. Torres leu algum texto ou outro de Marx e não se impressionou, nem no sentido positivo, nem no negativo. Não sentiu necessidade de o contrapor. Vianna seguiu o mesmo caminho. Por isso, é vã ou

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. In: *Intérpretes do Brasil*, v.3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 1126.

anacrônica qualquer tentativa de enquadrar pensadores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Capistrano de Abreu ou Sílvio Romero dentro de um espectro ideológico decorrente da Guerra Fria, à esquerda ou à direita. No Capítulo 4, citarei, *en passant*, uma tentativa malsucedida de Bolivar Lamounier de “classificar” Vianna num quadro ideológico da Guerra Fria.

Vianna pertence, assim como muitos intelectuais, a uma família fluminense de produtores de café que estava passando por um processo de decadência financeira. Perdeu seu pai ainda bem jovem e a perspectiva de futuro não estava mais no meio rural. De qualquer maneira, a família ainda tinha possibilidades financeiras de oferecer ao seu caçula uma educação relativamente refinada. O Brasil e a família de Oliveira Vianna estavam passando, de certa forma, pela mesma encruzilhada. Tinham de forjar algo novo, urbano. A indústria capitalista já era uma realidade europeia, mas este “algo novo” era ainda distante da realidade brasileira. Uma tendência nova que se sabia através de livros ou jornais, que era lida através do olhar patriarcal, rural e colonial.

A única certeza concreta era que o futuro estaria na cidade. A única esperança da família de Vianna para se manter no espaço privilegiado estava em Niterói. Vianna passará sua vida inteira na cidade fluminense. Não à toa, Vianna se interessou pelo conceito do sociólogo estadunidense Robert Park: o “homem marginal”, aquele indivíduo que se encontra entre duas culturas, que tem um pé numa cultura anterior, que não há possibilidade de retorno, e outro pé em outra cultura com a qual se deve adaptar, por força das circunstâncias.

Assim, Vianna deixa de ter como perspectiva de vida herdar de seu pai a atividade patriarcal de comandar uma terra e as pessoas que nela sobrevivem. Sérgio Miceli, sem citar especificamente Vianna, cria um tipo-ideal de “órfão de pai” (filho de fazendeiro morto ou falido). Estes órfãos têm de se adaptar a uma nova composição da elite. Tal tipo-ideal não é expulso da elite brasileira, mas passa para uma posição inferior nesta própria elite. Segundo o sociólogo, há até um processo de feminização destes indivíduos, pois são criados pelas mães e tias, convivendo desde a infância com tarefas atribuídas, naquele contexto, às mulheres. Miceli cita Humberto de Campos e Vivaldo Coaracy como exemplo de órfãos empobrecidos que compõem uma elite intelectual.

Já Antônio Cândido, prefaciando o livro de Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, argumenta que este grupo tinha uma certa vantagem de berço e, por isso,

eram objeto de uma certa *sacralização*, sendo tratados como representantes do “espírito nacional”. Na verdade, os próprios intelectuais deste contexto acreditavam no estatuto que lhes fora imposto no nascimento. O que lhes dava uma certa autoridade, uma certa autonomia (ainda que ilusória). “O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer negando, ser fiel traíndo.”² Daí o desafio de tratar as filiações e desfiliações, as vinculações e as manifestações de autonomias de um intelectual como Oliveira Vianna, que não foi subserviente suficientemente para tornar-se um autor desprezível e nem genial suficientemente em desfazer todas as amarras de sua origem social.

É historiograficamente importante atravessar estes dados biográficos de Vianna antes de passar, enfim, para análise de seus textos e apresentar a minha hipótese que irá ser colocada à prova ao longo desta tese. Entendo que, em termos da História das Ideias, há uma articulação necessária entre as evidências históricas externas e internas, embora seja necessário confessar que este pesquisador tem mais aptidão para análises internalistas. Uma das reflexões mais importantes e básicas desta articulação se situa no sentido de dar uma dimensão humana aos textos a serem analisados, ou evitando fazer uma análise esotérica das obras de seus autores. Suas reflexões sociais ou políticas, embora na expressão da professora Maria Stella Bresciani, tenham o “charme objetivo da ciência”, expressam uma produção cultural, de um ser-humano que está num contexto histórico.

Em última instância, devemos encarar a produção de textos de qualquer intelectual como um produto histórico, não muito diferente de como devemos encarar um artefato histórico qualquer. Uma lição, com a qual me afilio, de Quentin Skinner, é que as ideias (ideias políticas, que era o material de estudo principal do historiador inglês) devem ser consideradas como “‘atos do discurso’ e daí em diante [devem ser tratadas] do mesmo modo como mais historiadores mundanos tratavam outros tipos de atos”³.

Isto responde perguntas como: “por que estudar o conservador Oliveira Vianna (?)” ou até mesmo “o que ele tem de atualidade (?)”. São perguntas que não se fazem, por exemplo, a quem estuda uma cerâmica antiga ou a um estudioso do Antigo Egito.

² CÂNDIDO, Antônio. *Prefácio* In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 72.

³ TUCK, Richard. Histórico do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da história, novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 292.

Não é tarefa precípua do historiador das ideias “expor valores para cidadania”⁴ válidos para sua contemporaneidade. A análise axiológica não pode ser o critério para que um historiador das ideias estude ou deixe de estudar um autor específico. Não se exige que o historiador das ideias e o seu objeto de estudo propugnam os mesmos valores. Não deve se levar pela presença ou ausência de simpatia do autor a ser estudado. Mesmo porque estes critérios são extremamente voláteis. A escolha dos temas de estudos dos historiadores se dá, entre outras coisas, pelo acaso ou pelo destino. Na graduação, o autor desta tese tinha curiosidade pela Revolução de 30. Fato que me levou para Alberto Torres que por sua vez me levou a Oliveira Vianna.

Jonh Burrow, historiador britânico das ideias, que fez parcerias com Quentin Skinner, relata que certos cientistas políticos acusam, num tom pejorativo, os historiadores do pensamento político de fazerem pesquisa como se fossem antiquários - como se fosse um mero recreio científico. Burrow se defende dizendo que, na verdade, ser antiquário é ser historiador. Aliás, Burrow tem um belíssimo capítulo em *Uma História das Histórias* que relata a importância da história arquivista ou antiquária para descoberta ou interpretação de instituições medievais⁵. Outra meditação do historiador britânico se dá no campo da história das ciências (subdivisão da história das ideias). Ao se estudar historiograficamente as ciências modernas, no sentido de como elas chegaram a sua maturidade atual, deve-se passar pelos seus enganos também. Para se chegar à astronomia, passa-se pela astrologia, para se chegar à química passa-se pela alquimia.⁶ O historiador é um viajante do tempo e deve perguntar ao passado o que tem a dizer. O sentimento de estranhamento deve ser objeto também de problematização. Assim como ideias científicas prescritas podem ser objeto de interesse historiográfico, ideias políticas ou sociais já desatualizadas podem e devem ser objeto de estudo.

⁴ TUCK, Richard. *Histórico do...*, *op. cit.*, p. 296.

⁵ O antiquarismo ou história arquivista, na visão de Burrow, é uma atividade de pesquisa erudita dos séculos XVI e XVII, pouco autoconsciente, que é responsável, entre outras coisas, a dar inteligibilidade às instituições feudais. Geralmente, tais pesquisadores eram controlados pelo Estado, pela Coroa. A despeito de tais vinculações institucionais, é possível detectar nestes pesquisadores uma certa metodologia de pesquisa, uma certa crítica científica de documentos. Um célebre exemplo é a famosa demonstração feita por Lorenzo Valla de que a “Doação de Constantino” para o papa Silvestre I não passava de uma falsificação medieval. BURROW, John. *Uma História das Histórias*. pp. 335-341 e 547.

⁶ BURROW, John. *Uma História das Histórias*, *op. cit.*, p. 546.

Dito isto, o objetivo geral desta pesquisa é, mediante investigação da trajetória intelectual de Oliveira Vianna⁷, no âmbito da história das ideias, compreender como se desenvolveram as ciências humanas no Brasil no século XX e como nossa incipiente comunidade científica se comunicava entre si e com a comunidade internacional. Desejo compreender os primórdios das Ciências Humanas no Brasil, o que pressupõe estudar determinados autores e respectivos textos que se situam em um local intermediário entre a opinião pessoal e proposições objetivas igualmente válidas em várias consciências; ou entre o ensaio/literatura e o texto científico como nós hoje o concebemos.

Minha preocupação inicial era quanto à cientificidade das proposições de Oliveira Vianna, no sentido de saber se o que ele produzia era ou não ciência⁸. Tal questão não pode ser respondida assim de forma plena, tampouco cabe ao historiador fazer este tipo de juízo de valor. No levantamento do estado da arte, constatou-se que ele era reconhecido como cientista social por uma certa comunidade. Nas pesquisas de fontes, principalmente jornais, confirmou-se este reconhecimento. E o mais importante: ele se apresentava e se identificava como cientista social. Em uma obra escrita em 1932, abordada adiante mais detidamente, Oliveira Vianna se apresenta como membro do Instituto Internacional de Antropologia⁹, da Sociedade dos Americanistas de Paris, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e de Etnologia de Paris, da Academia Portuguesa de História e de outras instituições.

Em outra obra, desta vez de 1949, que também será aqui dissecada, ele se dedica a estudar as relações de poder no Brasil à luz da Sociologia. O segundo volume é dedicado exclusivamente a descrever sua metodologia aplicada. Portanto, é

⁷ O projeto inicial era o estudo de um grupo de intelectuais, tendo como referência Alberto Torres e como temática um projeto de nação. Em conversas iniciais com o orientador, o Professor Marlon, veio à tona algumas inviabilidades do projeto. Foi quando, a partir de um comentário desprezioso do orientador, optei por este viés epistemológico. Mas não houve um rompimento brusco com o projeto inicial, pois o tempo histórico é o mesmo e Oliveira Vianna é um dos membros do grupo que pretendia estudar no projeto inicial.

⁸ Segundo Rheinberger, este tipo de busca por uma legitimidade das ciências faz parte de uma certa tradição inglesa de "'teoria do conhecimento' entendida como aquilo que faz com que um saber seja científico" – cf. *apud* ALMEIDA, Tiago Santos. *Canguilhem e a gênese do possível: Estudo sobre a historicização das ciências*. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 192. É o que Foucault denomina *epistemocrítica*, ou seja, uma preocupação analítica acerca da verdade e do falso, do acerto e do erro. DELAPORTE, François. *Foucault, Canguilhem e os monstros*. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 51-54.

⁹ Vianna foi convidado a entrar na Sociedade dos Americanistas de Paris, em 1924, por indicação de Max Fleiuss, que era membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB). Neste mesmo ano, Vianna se tornou membro também do IHGB – VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 83.

incontestemente o reconhecimento por uma certa comunidade da condição de cientista social de Oliveira Vianna. Ele próprio apresentar-se como tal e ter um discurso movido pela “pretensão de verdade” são também fatos incontestáveis dessa condição. Trata-se de alguém que almejou e perseguiu um projeto científico e que buscou ao máximo a aplicação de métodos científicos. Vianna, em sua última obra, dedicou o segundo volume apenas para discutir um método científico.

Portanto, houve um amadurecimento na problematização, não no sentido de medir, comparar ou julgar, mas de buscar compreender historicamente, através de uma trajetória intelectual específica, quais os processos envolvidos na formação do conhecimento social brasileiro, buscando entender ainda como a concepção de ciências sociais de um indivíduo se transforma ao longo do tempo, quais seriam os agentes históricos envolvidos, as condições envolvidas na produção deste discurso científico, bem como o seu processo de produção.

Buscando uma organização da grande produção de texto de Oliveira Vianna, criei uma divisão da trajetória intelectual em fases epistemológicas. Tais fases são escandidas (ou marcadas) por três livros em especial escolhidos: (a) a primeira fase, em que há um Vianna ensaísta/sociólogo, preocupado com a formação do povo brasileiro, que se inspira explicitamente em Euclides da Cunha e se ancora em autores da virada do XIX para XX, como Le Bon, Lapouge, Demolins, Tourville e, principalmente, Le Play, tendo como marco temporal a publicação do livro *Populações Meridionais do Brasil* (1920), o grande clássico de Vianna; (b) a sua fase de etnólogo eugenista, marcada pela obra *Raça e Assimilação* (1932), livro menos conhecido pela historiografia, porém central na problematização¹⁰ desta tese; (c) e a de um etnólogo cultural (ou cultorologista, expressão utilizada por Vianna), que começa a dialogar com etnólogos culturalistas. Nesse momento final de sua vida intelectual, Vianna começa a ceder às proposições etnológicas da escola norte-americana, porém mantendo ainda certa reserva injustificada a Franz Boas. Elege, então, como embaixador desta vertente etnológica o contemporâneo Ralph Linton. Essa última fase, culturalista, pode ser percebida em sua última obra *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), que

¹⁰ A maioria dos livros de Oliveira Vianna foram reeditados em tempos recentes (depois da década de 1960), mas *Raça e Assimilação* não está entre eles. *Populações Meridionais* foi reeditado em 1973, 1987, 2000 e 2005; *O Ocaso do Império*, em 1990; *História Social da economia pré capitalista*, em 1987; e *Instituições Políticas Brasileiras*, em 1974, 1979, 1987 e 1999. Sem contar *Ensaio Inédito*, coletânea de ensaios organizados por Marcos Almir Madeira, editado pela UNICAMP, em 1991. A última edição de *Raça e Assimilação* é de 1959 – VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 230-231.

pioneiramente, no Brasil, faz uma interpretação das relações de poder à luz da Etnologia/Antropologia.

Meu interesse historiográfico sobre a primeira fase é secundário. Só serve para uma organização temporal. O que me interessa nesta pesquisa está entre as segunda e a terceira fases. Meu objetivo específico principal é entender o que teria acontecido entre a fase eugenista e a fase “culturologista” ou, em outras palavras, compreender o ocorrido no período entre *Raça e Assimilação* e *Instituições Políticas Brasileiras*.

Populações Meridionais do Brasil, de 1920, é o clássico de Vianna, livro muito estudado. Sua tese principal é semelhante à apresentada em *Instituições Políticas Brasileiras*, qual seja, a de que “a verdadeira célula da vida pública [brasileira] foi sempre e ainda é o clã rural”¹¹. Se alguém for classificar os textos de Vianna tendo como referência as proposições defendidas, estes dois livros bem poderiam estar descritos num mesmo grupo, apesar da grande distância temporal que os separa (1920 e 1949).

Ocorre que há entre eles uma considerável mudança de ancoragem teórica, justificando, dentro da proposta epistemológica desta pesquisa, uma separação por fases por meio da concepção de ciência que em Vianna varia ao longo do tempo. Pelo menos, esta é uma das teses aqui defendidas. Interessa compreender o horizonte intelectual em sua dinâmica. Na década de 1940, Vianna toma consciência de que a etnologia culturalista não pode ser contornada e passa a buscar novas bases epistemológicas. Do ponto de vista desta pesquisa, o critério de divisão em fases é a ancoragem intelectual – em autores nos quais Vianna se baseou de modo explícito ou não –, ainda que haja uma repetição de proposições ou teses. Óbvio que qualquer divisão, de qualquer fenômeno histórico, é em si arbitrária e, se não for proposta criticamente, é autorreferente. Mas veremos, ainda nesta introdução, que a ancoragem intelectual de Vianna se situa no cerne da tese que vou defender.

O livro *Raça e Assimilação*, de 1932, tem algumas particularidades. Aborda de forma extremamente monotemática as questões raciais, radicalizando a crença nos fatores raciais mediante uma ancoragem teórica pouco abalizada. Vianna cita autores que revisitam antigas teorias racistas que acabaram não sendo promissores, nem em seus próprios países, como o italiano Alfredo Niceforo e o alemão Ernest Kretschmer.

¹¹ GRIECO, Agripino *apud* FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boaventura*, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002, p. 49.

O livro é dividido em duas partes: “os problemas da raça”, cujo propósito é apresentar a ideia de que as raças tenham perfis psicológicos bem definidos; e “os problemas de assimilação”, em que ele expressa seu ideário de branqueamento (que ele descreve como uma “tendência de arianização progressiva”), tentando mostrar quais os vetores interfeririam na fusão entre as raças.

Pode-se dizer que *Raça e Assimilação* é tratado atualmente, pela maioria dos pesquisadores da obra de Oliveira Vianna, como um mero acidente de percurso em sua trajetória. Quando fazem um estudo panorâmico da obra de Oliveira Vianna, ou omitem a existência desse livro ou lhe dedicam poucas linhas. Porém, *Raça e Assimilação* faz parte de um projeto editorial anunciado pelo próprio autor, em várias ocasiões, inclusive no prefácio de seu último livro, em 1949. Um projeto anunciado, mas não implementado em sua totalidade. Por algum motivo, todos os demais livros anunciados neste mesmo projeto editorial jamais foram publicados. Vejamos um trecho do prefácio de *Raça e Assimilação*.

Neste pequeno volume, faço uma rápida síntese de alguns capítulos de duas obras mais vastas: uma – *O ariano no Brasil (biologia e mesologia da raça – já quase concluída)*; outra *A Antropologia Social (psicologia e sociologia da raça)*, em preparação¹².

Outras duas anunciadas em 1938, igualmente nunca publicadas, seriam *Raça e seleções telúricas* e *Raça e Seleções étnicas*¹³. Deduz-se dos títulos que essas obras pertencem também ao mesmo projeto *racialista* anunciado¹⁴.

Esse projeto editorial “racialista” abortado ou, no mínimo, suspenso, e essa inflexão de concepção científica se constituem como o epicentro da minha problematização. Quais razões de foro íntimo ou contextuais impulsionaram, na década de 1930, Oliveira Vianna a anunciar um projeto tão ambicioso e numa área tão problemática como as análises raciais? Por que há tanta euforia racialista em Vianna na década de 1930? Até que ponto há realmente uma mudança de concepção etnológica do Vianna de 1932 ao de 1949, além da questão editorial? Qual é o contexto epistemológico, filosófico e político, no Brasil, na Europa e nos EUA, perante

¹² VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 7.

¹³ IGLÉSIAS, Francisco. Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Élida Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 331.

¹⁴ Entendo “racionalismo” como uma postura científica que parte de estudos da raça e “racismo” como uma postura preconceituosa perante as raças. Na prática, tais abordagens têm chegado aos mesmos resultados.

as ciências humanas e sociais? Como esse contexto dialoga com as concepções científicas de Oliveira Vianna nesse período? Como tal contexto impacta a forma de Oliveira Vianna conceber o que seriam as Ciências Sociais? E a pergunta histórica mais instigante e a mais difícil de ser tratada foi: por que Vianna deixou de fazer o que tão solenemente anunciou fazer?

A hipótese de resposta a esta pergunta no momento colocada em prova por este pesquisador é de que teria havido causas alheias à vontade e às convicções de Vianna no abortamento desse projeto. O mundo acadêmico no Brasil da década de 1930 era quase nulo, mas havia aqui uma incipiente comunidade científica que fazia parte de um mercado editorial igualmente incipiente e informal. Assim, a comunidade científica na verdade era constituída basicamente por literatos divulgadores dos acadêmicos europeus, e Vianna é um caso típico.

A comunidade científica europeia, essa sim, já instituída em centros de pesquisa especializados, estava sepultando de vez as teorias racistas (ou racialistas) oriundas do próprio continente. Com efeito, as teses racistas de Vianna deixariam de ser aceitas por seus pares, quais sejam, os membros da comunidade de pensadores brasileiros que tinham suficiente credibilidade para escrever, publicar e opinar. As manifestações de Arthur Ramos, que serão oportunamente trabalhadas neste texto, são exemplos perfeitos desse mecanismo “comunitário”. Nesse caso, as teses racistas perderiam, aos poucos, sua credibilidade, mais por questões exógenas do que pela própria vontade de Vianna.

A euforia inicial teria sido abafada pelos acontecimentos, principalmente no mundo acadêmico europeu, e pelas comunidades etnológicas às quais Vianna era filiado (ou anunciou ser filiado). Se minha hipótese estiver correta, estamos diante de um mecanismo que prova que a ciência é necessariamente uma atividade coletiva e que, no início do século XX, já havia mecanismos de retificação internacionais que mitigavam os arroubos individuais de quem se propusesse a praticar ciência.

Inicialmente, pode-se excluir os mecanismos mercadológicos das supostas forças que impediram Oliveira Vianna de concluir o seu projeto. *O Ariano no Brasil*, que pertence ao projeto editorial racialista, seria o 100º volume da série Brasileira, da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional, conforme comprovam cartas analisadas por Giselle Venancio. Essa era a vontade dos editores que adiantaram seis contos de réis a Oliveira Vianna que, por sua vez,

simplesmente não enviou os originais à editora, sendo este dinheiro transferido para outros projetos do mesmo autor¹⁵.

Conclui-se que não havia uma pressão mercadológica no sentido de Vianna não mais publicar obras racialistas. Seria até muito significativo ser o 100º volume de uma coleção de enorme sucesso mercadológico. Por ora, minha hipótese a ser confirmada é que esse “mistério” se elucida por análise de ideias e do horizonte intelectual. Portanto, trata-se de um problema historiográfico da história das ideias por excelência. Como intelectual com pretensões científicas que era, Oliveira Vianna jamais ignoraria as novas reflexões etnológicas em voga. Ou ele encontrava novas ideias (ou textos) para ancorar uma refutação, ou aderiria. Suponho que ele estava neste dilema, quando reteve consigo por mais tempo os originais de *O Ariano no Brasil*.

Tal contribuição Gisele Venancio deu a esta pesquisa por meio de seu livro *Oliveira Vianna, entre o espelho e máscara*. Mas ela ainda daria outra grande contribuição durante a qualificação deste trabalho e de viva-voz. Ela me sugeriu que eu abrisse um novo flanco de pesquisa, que pesquisasse em revistas e jornais das décadas de 1930 e 1940, a recepção de *Raça e Assimilação*. Ela tinha uma intuição de historiador(a) de que eu havia aderido muito rapidamente à ideia de que *Raça e Assimilação* teria sido um livro malsucedido, precisamente porque levei em consideração somente a visão de intelectuais outros que criticavam, negativamente, a obra. Ou seja, recuperei a opinião de um restrito grupo social.

Na verdade, sempre trabalhei com livros como fonte de pesquisa. Não tinha muita prática em pesquisar em outro tipo de fonte, mas, auxiliado por meu orientador, Marlon Salomon, iniciei esta pesquisa no primeiro final de semana posterior à sessão de qualificação. Foi muito mais fácil do que eu pensara. O *site* da Biblioteca Nacional tem um acervo gigantesco de revistas e jornais. A intuição de Venancio se confirmou pelas fontes históricas. A despeito de toda crítica negativa acerca de *Raça e Assimilação*, nas décadas de 1930 e 1940 o livro era respeitado e celebrado. Havia pouquíssimas vozes tímidas que o criticavam. Prevaleciam o elogio e a reverência.

Um novo flanco de pesquisa pode ser indiferente em relação à hipótese, mas pode confirmá-la ou destruí-la, total ou parcialmente. Neste caso, a hipótese foi reforçada. Além dos editores clamarem pela continuação de *Raça e Assimilação*, que

¹⁵ VENANCIO, Gisele Martins. *Oliveira Vianna entre...*, op. cit., p. 265.

seria o livro *O Ariano no Brasil*, as vozes em jornais e revistas tinham uma visão muito positiva daquela obra. Mais: também tinham criado uma expectativa em relação a *O Ariano no Brasil*. Assim, não havia qualquer vetor mercadológico impedindo a continuação do projeto. Uma perda da capacidade de escrever de Vianna também não é uma hipótese, haja vista que ele publicou livros e artigos de diversos outros temas durante estas duas décadas.

Então, a investigação acerca desta mutação de Oliveira Vianna passa mais por questão de foro íntimo do que por uma conjuntura comercial de venda de livros, o que é um desafio de pesquisa. Não posso entrevistar Oliveira Vianna. As cartas que ele arquivou eram mais passivas do que ativas e já foram exaustivamente analisadas por Venancio. Qualquer vestígio desta questão não passaria despercebido por essa pesquisadora, que esteve comigo, friso, de viva-voz. Restam, então, os textos produzidos.

Assim, voltei ao meu habitat de pesquisador. Especialmente nos prefácios de Oliveira Vianna, há pistas deste conflito interno do autor. Ele vislumbra ideias surgidas no século XX, com destaque às que entram em choque com seus postulados. Provavelmente, entravam em choque com os seus rascunhos. Por exemplo, no prefácio de *Evolução do Povo Brasileiro* de 1933, Vianna prova que não é indiferente às críticas e nem a novas ideias, pois mitiga¹⁶ sua tese defendida em *Populações Meridionais do Brasil*, acerca de uma suposta superioridade do *Homo Europeus* (sic) manifestada na aristocracia bandeirante.

Coloca-se o foco da questão entre 1932 e 1949, período em que Vianna teria sofrido um recalcitrante processo de mutação epistemológica. Há outras possibilidades (não utilizadas neste trabalho) de agrupamento dos textos que compõem a obra de Oliveira Vianna, que não é homogênea. Jader Medeiros aponta, por exemplo, oito temas fundamentais tratados por Vianna, ou acerca de Vianna¹⁷. Há

¹⁶ “Era esta tese, como o leitor verá, apenas uma vaga conjectura, simples e inocente hipótese, sem alcance nenhum prático, que eu havia aventado como fator provável de explicação para a psicologia excepcional dos antigos pioneiros paulistas. Os críticos, entretanto, uns de boa-fé, como Taunay e Ellis, e outros de visível má, não quiseram considerar esta tese como eu a havia posto, isto é, como uma pura hipótese, uma suposição meramente conjectural - e a tomaram (ou fingiram que a tomaram) como uma afirmação definitiva” - VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povos Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[b], pp. 9-10.

¹⁷ “a) Antiliberalismo e autoritarismo; b) Estado nacional, Estado moderno, Estado democrático, Estado autoritário e Estado corporativo; c) A questão social: incorporação do trabalhador ao Estado; d) Racismo e elites; e) Ruralismo e urbanismo; f) Programa econômico; g) Interpretação das revoluções brasileiras; h) Fontes teóricas e doutrinárias do pensamento sociológico de Oliveira Vianna” – FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema... op. cit.*, p. 20.

várias dimensões possíveis para inúmeras outras análises. Pode-se pensar nas dimensões racialistas, mesológicas ou histórico-sociológicas, que são uma forma inicial de agrupamento sugerida pelo próprio autor¹⁸. Pode-se pensar no lado jurista que não está muito presente nos livros publicados, mas em outros tipos de publicação e na sua atividade como professor universitário da disciplina de Direito Penal. Pode-se pensar também em seu lado prescritivo, quando faz juízos de valor acerca da melhor forma de organização do Estado, quando propõe normas trabalhistas no Ministério do Trabalho ou quando propõe uma organização corporativa/sindical.

Este trabalho, no entanto, tem como objetivo colocar em evidência duas dimensões do pensamento de Vianna: a naturalista, em contraposição à sociológica/etnológica/histórica. São nessas dimensões que o nosso autor demonstra seu lado descritivo¹⁹ com pretensões científicas. E esse é o foco deste trabalho.

O capítulo 1 tem como objetivo apresentar certos dados biográficos de Oliveira Vianna, na medida do possível. Ele é dividido em duas seções. A primeira apresenta certa conjuntura do município em que Oliveira Vianna nasceu, Saquarema, a decadência financeira da região, o processo educacional da nossa personagem, a sua inserção no mundo intelectual e suas principais obras editadas.

Na folha de rosto deste trabalho, observa-se uma imagem que, devido a um efeito da luz solar, não retrata uma imagem nítida de Oliveira Vianna. Produzi esta imagem a partir de um vídeo no *youtube* que mostrava a Casa de Oliveira Vianna por dentro. A sua aparente falta de qualidade é proposital e representa duas coisas: a dificuldade de entender esta personagem em seu aspecto biográfico mais íntimo; e falta de acesso deste pesquisador à Casa de Oliveira Vianna. No dia 26 de setembro de 2022, estive na Casa de Oliveira Vianna em Niterói. O museu estava fechado para o público. Fui atendido por uma museóloga, mas não me foi permitida a entrada.

¹⁸ “Nos meus livros anteriores -- desde *Populações meridionais do Brasil a Problemas de direito sindical*, passando por *Pequenos estudos*, *O idealismo da Constituição*, *Raça e assimilação* e *Problemas de política objetiva* -- tenho investigado todos estes grupos de fatores da nossa formação e da nossa evolução histórica e social: o meio antropogeográfico (clima e solo) os fatores biológicos e hereditários (linhagem e raça) e os fatores sociais (cultura), embora com outra tecnologia” – VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a]. (publicado originalmente em 1949), p. 71.

¹⁹ Esta oposição entre pensamento descritivo e pensamento prescritivo tomei emprestado de Norberto Bobbio. Quando o escritor político observa as várias formas de governo, como se fosse um botânico, está se manifestando descritivamente. Quando faz juízos de valor, acerca da melhor ou pior forma de governo, está se manifestando prescritivamente – cf. BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Edipro, 2017, p. 11-13.

Indaguei acerca de uma perspectiva de abertura do museu para pesquisadores e ela não quis antecipar uma data. Quando, enfim, o museu estava aberto ao público, o trabalho já estava bem avançado. Tive acesso a documentos gentilmente enviados pela professora Giselle Venancio, bem como a consultas em hemerotecas. Para os propósitos desta pesquisa como um todo, a dificuldade de acesso ao museu não foi muito prejudicial. E, se houve prejuízo, foi em questões biográficas específicas como “quais seriam os últimos livros de cabeceira de Oliveira Vianna”? O que ele estaria lendo nos anos finais de sua vida? São informações que constariam provavelmente na seção 1 do Capítulo 1, mas que não seriam cruciais para minha problematização. No entanto, tenho um sentimento de vazio por não ter tido acesso físico ao interior do museu. Gostaria de ter manuseado seus famosos “papagaios”, anotações em papel solto que Vianna assim apelidou – muito embora, segundo nos informa Monteiro Lobato, era impossível entender a letra do nosso autor.

A segunda seção do capítulo 1 apresenta o contexto histórico da Proclamação da República sob o ponto de vista de Oliveira Vianna, exposto em sua obra *O Ocaso do Império* (1925). É só um pretexto para demonstrar a sua capacidade analítica, o contexto e as preocupações não só da época retratada em sua obra, como da época em que esta foi escrita. Ao escrever sobre o passado, muito se revela do tempo contemporâneo de sua escrita. Vianna via algo em comum entre os anos que precederam a deposição do imperador e a década de 1920, quando escreve acerca dos anos finais do Império.

Já na última seção do capítulo 1, tento mostrar brevemente a possibilidade de interpretação dos intelectuais dentro de um ponto de vista mais sociológico. Não foi o ponto de vista abordado em geral neste trabalho. Embora seja uma pesquisa acerca de história das Ciências Sociais no Brasil, meu enfoque não é preponderantemente sociológico. Dada a questão levantada na problematização, o flanco principal de pesquisa que nos interessa são as ideias de Oliveira Vianna e de outros autores que, de forma direta ou indireta, dialogam com suas ideias. Não se pode ignorar, no entanto, as vinculações sociais de um autor no estudo de sua obra. Este é um corolário que vale para esta pesquisa e qualquer outra pesquisa no campo da história das ideias ou da história intelectual. Penso que nessa breve seção organizei de forma necessária e suficiente os vetores sociais envolvidos na produção intelectual em Vianna. Espero com isso, inclusive, permitir bom proveito para quem queira fazer uma pesquisa acerca de Vianna sob o aspecto sociológico.

O capítulo 2 tem como objetivo demonstrar, via análise preponderantemente interna, as ideias de Oliveira Vianna, focando em certos textos que, em suas diferenças de propósitos, indicam-nos a movimentação de Oliveira Vianna. É o ponto de partida que encara os textos como produtos históricos que fazem a escanção da movimentação intelectual de Vianna. O capítulo é dividido em três seções que tratam de textos de Vianna, principalmente *Raça e Assimilação e Instituições Políticas Brasileiras*. A proposta é mostrar, através desses textos, a sua transformação de abordagem científica da segunda fase para terceira, vale dizer, da de eugenista-naturalista à de “culturólogo”.

Raça e Assimilação tem uma intencionalidade eugenista oculta para um controle biológico dos povos. A despeito de essa época já contar com transformações etnológicas importantes em que qualquer projeto eugenista não poderia mais ter o apoio da comunidade científica extranacional, com ascensão do nazismo e fascismo, velhas teorias estavam sendo requeentadas a serviço do poder. É necessário deixar bem demarcada uma distinção que perpassará todo este trabalho acadêmico: a esfera científica tem sempre um nível de independência das esferas sociais e políticas. Não uma independência absoluta, obviamente. Mas, no mínimo, podemos pensar numa temporalidade própria para a história da ciência diferente da história social. Isso impõe relativizar, por exemplo, a questão apresentada por Maria Stella Martins Bresciani de que Vianna teria “caído em desgraça” a partir da publicação de *Raça e Assimilação*. Veremos que, de fato, no mundo intelectual, isso é verdade, mas no mundo social suas teses racistas permaneceram fortes por muito tempo, e talvez ainda permaneçam.

Raça e Assimilação é um projeto/discurso de biopoder. Embora tenha sido um sucesso de venda, parte do grupo de pensadores, justo os que Oliveira Vianna mais prezava, desaprovou com veemência a obra. Na verdade, devo advertir o leitor desta tese que não pertença ao mundo acadêmico que se trata de um livro que deve ser somente de interesse de pesquisadores. Ele nos interessa como pesquisador justamente por exemplificar uma ciência prescrita. É um objeto de estudo e não uma fonte de instrução. A eugenia de Oliveira Vianna, nessa obra, estaria dentro de um mesmo contexto epistemológico das ciências, entre as quais estão a Medicina e a

Etnologia do início do Século XIX, que tem por escopo “modificar o destino biológico da espécie”, tendo o “homem-vivo” como objeto²⁰.

Na década de 1930, no mundo acadêmico europeu, tais projetos científicos já estavam definitivamente prescritos, mas Vianna, mal orientado e independente, não tinha noção exata destas rupturas. Franz Boas era a maior força individual da etnologia. Boas não só apresentou a possibilidade de interpretação cultural ao mundo, como ajudou a extirpar definitivamente certas concepções científicas. Nos anos 1930, Vianna sabia que Boas existia. Leu uma coisa ou outra. Mas não tinha a noção da revolução na antropologia que estava em curso. Apostou inclusive que Boas seria brevemente superado. É muito fácil para nós, aqui do futuro, saber quão equivocado ele estava.

Durante a década de 1940, Vianna iniciava uma titubeante conversão epistemológica, que se configura como principal questão desta pesquisa. Nesta conversão, há mudanças e permanências. Entre as permanências estão a presença do objeto “o homem-vivo” e a ânsia por controlar. Entre as mudanças, está a tomada de consciência da limitação das análises fisiológicas no entendimento dos fenômenos da coletividade.

Tal expressão “conversão” tomei emprestada da feliz análise que Ricardo Benzaquen de Araújo faz acerca da trajetória intelectual de Gilberto Freyre, no livro *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30*. Embora por caminhos e resultados diferentes, Freyre e Vianna passaram por mutações epistemológicas que podem ser comparadas. A conversão de Freyre teria o seguinte resultado, segundo Araújo:

Gilberto, como se pode perceber, arma o cenário de uma verdadeira história de **conversão**: temos uma primeira posição, absolutamente pecaminosa, um neófito, um mestre, a possibilidade de transformação pelo estudo e finalmente a aquisição de uma nova e superior forma de verdade, “o critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura (, no qual) assenta todo o plano deste ensaio” [Casa Grande & Senzala]. Assentado nesse critério, ele ambiciona tornar-se o autor do primeiro grande trabalho de cunho sociológico que consiga romper com o racismo que caracterizava boa parte da nossa produção erudita sobre o assunto até 1933²¹.

²⁰ ALMEIDA, Tiago Santos. *Canguilhem e a gênese do possível: Estudo sobre a historicização das ciências*. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 161.

²¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 28.

Cabe destacar que Araújo deixa bem claro que era projeto de Freyre a superação do racismo, tema que o sociólogo recifense enfrentou de frente. Pode-se discutir quão exitoso Freyre foi em seu empreendimento, mas não se pode duvidar de sua intencionalidade.

Outra obra de Oliveira Vianna trabalhada no Capítulo 2 foi *O Idealismo da Constituição* (1920), que é uma crítica contundente ao idealismo dos juristas brasileiros, notadamente Rui Barbosa. Crítica esta que evoluirá para sua metodologia realista de análise das instituições, proposta no segundo volume do livro *Instituições Políticas Brasileiras*. *O Idealismo da Constituição* é um livro em que Vianna apresenta alguns pressupostos sobre nossa realidade constitucional. Tais pressupostos sustentam a proposta metodológica de Vianna. Por isto, estes dois livros são analisados na mesma seção 3 do capítulo 2.

Também foi imperioso um estudo de todos os prefácios dos treze livros escritos por Vianna, pois há cartas de intenções para o futuro, menções a projetos adiados, desistências, e antigas e novas perspectivas de filiações intelectuais. A intenção maior de Vianna em seus prefácios é elaborar “sua identidade para o leitor. Uma máscara, portanto”²², além de ser o principal canal em que Oliveira Vianna responde às críticas do seu trabalho.

Em suma, os livros de Oliveira Vianna aqui trabalhados com mais ênfase são *Raça e Assimilação* e *Instituições Políticas Brasileiras*, como objetos de estudo centrais da tese; *O Ocaso do Império*, como exemplo da capacidade analítica de Oliveira Vianna e como um livro que indiretamente explica o contexto da década de 1920, período importante para sua carreira e para as movimentações políticas que redundaram posteriormente na Revolução de 30; e *O Idealismo da Constituição*, obra que apresenta os pressupostos sociais e historiográficos de Vianna que originaram sua opção pela a chamada metodologia realista; além dos treze prefácios dos livros de Oliveira Vianna, que lançaram luz nas dinâmicas de suas opções editoriais e ou científicas. De forma mais panorâmica, foram abordados também *Populações Meridionais do Brasil* (o livro de estreia e clássico de Vianna, portanto, incontornável) e *Ensaio Inéditos* (coletânea póstuma de artigos e ensaios).

O lado racista e autoritário de Vianna é uma realidade incontestável, mas tem ele, Vianna, uma capacidade analítica de enxergar a realidade social brasileira. Foi

²² VENANCIO, Giselle. *Oliveira Vianna entre...*, op. cit., p. 258.

isto que instigou Maria Stella Bresciani a estudar Oliveira Vianna, que o destaca como um dos intérpretes do Brasil. Há uma tendência de se estudar Vianna sob este aspecto ultimamente. Se há o interesse pelo estudo dos intérpretes do Brasil num aspecto historiográfico, todas as formas de interpretação devem ser objeto de pesquisa. A história como disciplina do conhecimento não pode apagar eventos históricos por mera antipatia.

A minha pretensão é justamente investigar essa movimentação epistemológica em Vianna, que culminou nessa capacidade analítica descrita. É necessário, para os objetivos desta pesquisa, portanto, revisitar tal característica reprovável de Vianna como eugenista, justamente para investigar acerca de uma provável inflexão culturalista. Esclarece-se que a estudiosa mencionada em momento algum nega tais traços negativos de Vianna, mas argumenta que ele não seria tão diferente de seus contemporâneos, que, assim como ele, são dignos objetos de estudo. “Não há a propalada ruptura entre seus procedimentos e o da maioria dos seus contemporâneos”²³. Destacarei algumas convergências pontuais entre o pensamento de Oliveira Vianna e o pensamento de Gilberto Freyre, bem como de Sérgio Buarque de Holanda.

O epicentro da problematização está no capítulo 2, pois, entre as ideias apresentadas do nosso autor na seção 1 e na seção 2, ocorre a mudança de concepção de ciência etnológica. Há uma dinâmica intelectual entre um ponto ou outro. Cada livro é um ponto captado, uma foto de momentos específicos. Mas a questão principal é o que houve entre um momento e outro. Os livros escritos são a concretização de um turbilhão de pensamentos que circulam nas mentes de Oliveira Vianna e das demais mentes que com a mente dele interagem. A concretização de tais pensamentos se dá num momento específico, quando vira um texto. Este momento é arbitrário, depende de conjunturas não recuperáveis em sua plenitude. O que há entre estes momentos congelados pelos textos estudados é o que se persegue. Vemos duas fotografias com um relativo grau de nitidez, mas queremos saber o que houve entre uma e outra.

Na vã esperança de captar esta entidade fugidia, ampliamos os textos estudados, agora não mais só das duas fases estudadas, mas de outras fases que nos deixam pistas do caminho a seguir e de textos produzidos por outros autores que

²³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 12.

de alguma forma interagem com o autor analisado. Foi isso que se buscou nos capítulos 3 e 4.

No capítulo 3, recuperei parte de ideias de autores nacionais que de alguma forma interagem com as ideias de Oliveira Vianna. Devido à relação expressa que Vianna tinha com Sílvio Romero, que faz parte de uma celebradíssima tríade da chamada escola de Recife, a seção 1 desse capítulo apresenta ideias da chamada geração de 1870, quando a intelectualidade brasileira estava passando por uma espécie de revolução, renovando os quadros universitários e importando ideias novas de autores estrangeiros como Kant, Hacking, Ilhering e Spencer. Ao mesmo tempo que rejeitavam ideias metafísicas, também ansiavam por algo menos simplista do que o positivismo comtiano. Ao cabo de um processo complexo, conseguiram reconciliar-se com a palavra metafísica, através do criticismo kantiano. Deste contexto, a figura de Sílvio Romero é a mais cientificista e antimetafísica.

Na seção 2 do capítulo 3, são apresentados autores nacionais que têm relação mais direta com Oliveira Vianna, a começar com Alberto Torres, objeto de minha pesquisa de mestrado e uma das influências mais marcantes em Oliveira Vianna. Muitos destes autores eram também leitores de Vianna que, por sua vez, também leu a maioria de seus textos. Alberto Torres, por exemplo, organizava saraus com a participação do jovem Oliveira Vianna.

Há muitos autores que impactaram Oliveira Vianna, e tantos outros impactados por ele. José Murilo de Carvalho descreve alguns dos impactados por Vianna, “seja para incorporar suas ideias, seja para combatê-las, seja ainda para fazer as duas coisas ao mesmo tempo”: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nestor Duarte, Vítor Nunes Leal, Nelson Werneck Sodré, Monteiro Lobato (seu editor) e Fernando Azevedo²⁴.

Nem sempre tal impacto vem explícito nos clássicos desses autores:

Apesar de em *Raízes do Brasil* haver uma única men o explícita às opiniões de Oliveira Vianna, avento a hipótese de que, pelas posi es políticas divergentes dos dois intelectuais, o livro de Buarque de Holanda se estrutura em grande parte como contraposi o aos trabalhos do autor fluminense e talvez ao de Freyre, anteriores ao seu. Hipótese não muito misteriosa, se lembrarmos a já mencionada crítica cuidadosa e contundente a *Institui es Políticas Brasileiras*, na qual o historiador mostra amplo conhecimento das ideias defendidas por Oliveira Vianna²⁵.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Texto introdutório...*, op. cit., p. 899

²⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme...* op. cit., p. 118.

Tal crítica contundente de Buarque de Holanda será oportunamente trabalhada neste texto.

Podemos considerar Oliveira Vianna como alguém que antecipou muitas questões posteriormente tratadas pelos demais intérpretes do Brasil, criando hipóteses que impactaram contemporâneos e outras gerações, seja para refutá-las ou confirmá-las. Esses fatos sociais outrora ocultados exigiam novas ferramentas intelectuais. Vianna não tinha uma visão nítida de novas metodologias científicas da etnologia que estavam surgindo, mas tinha uma noção muito clara de quão inócuas são certas visões do Brasil, notadamente as produzidas pelas ciências jurídicas, que ele chamava de método legístico. O centro desta crítica era o idealismo exacerbado de Rui Barbosa, com a tendência de querer mudar o país por meio de leis e da importação de instituições estrangeiras.

Oliveira Vianna, segundo José Murilo de Carvalho, declarou Euclides da Cunha, Alberto Torres e Sílvio Romero como suas principais influências nacionais²⁶. Euclides da Cunha é muito importante em *Populações Meridionais do Brasil*, que, como disse, será tratado de forma panorâmica. Alberto Torres é muito importante para Vianna em *Instituições Políticas Brasileiras*. Já Sílvio Romero, devido a sua tendência naturalista, tem ampla relevância em *Raça e Assimilação*, como também em *Instituições*, sendo também mencionado em uma seção que aborda justamente uma tendência antimetafísica no meio intelectual brasileiro, no final do século XIX, principalmente na Escola do Recife.

Adotei um corolário historiográfico de que *as trajetórias biográficas dos homens de ciência se confundiriam com a trajetória da ciência em si*. Assim, o estudo historiográfico de biografias de intelectuais lança luz ao estudo do devir geral da ciência como também o contrário. Faz todo o sentido para compreender um intelectual estudar seus contemporâneos, afinal de contas, trata-se de pessoas que estavam num mesmo contexto, lendo as mesmas notícias de jornais, lendo muitos livros em comum, às vezes morando na mesma cidade e estudando nas mesmas escolas.

As conversões de Oliveira Vianna se confundem com as conversões de Gilberto Freyre, bem como há semelhanças com a trajetória científica de Edgard Roquette-Pinto, que se iniciou como antropometrista, mas depois também fez análises culturais. Até mesmo o próprio Franz Boas tem treinamentos antropometristas, mas

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Texto introdutório...*, op. cit., p. 901.

bem jovem começa a desconfiar que medir crânios não responde às suas questões sociológicas mais importantes. Há um roteiro em comum na biografia desses cientistas sociais. O que forja tal convergência é justamente a tendência do devir da ciência etnológica.

Já a proposta do capítulo 4 é ampliar a análise do horizonte intelectual de Oliveira Vianna. Buscou-se trazer um panorama do devir geral das ciências sociais na Europa e EUA. Há um caminho em comum percorrido nas proposições dos autores clássicos das ciências sociais como um todo. O capítulo 4 foi dividido em três seções.

A seção 1 trata das ideias básicas de Sociologia e sua relação com a Revolução Industrial, e o guia que nos conduzirá nesta visita panorâmica é Raymond Aron através de seu super didático livro *As etapas do pensamento sociológico*.

A seção 2 recupera reflexões acerca das Ciências Humanas realizadas por Foucault, que me são muito caras. É uma seção curta, mas busquei nela certa densidade filosófica, dentro das minhas possibilidades. Na verdade, é uma questão que me aflige desde os tempos de graduação. As Ciências Humanas são realmente científicas? Qual é o pressuposto de positivação delas? Inicialmente, com seu humor implacável, Foucault fala que esta discussão é enfadonha, expressão que me atingiu em cheio, pois no começo da pesquisa eu estava justamente buscando esta estéril discussão. Vianna é ou não um cientista? É um falso problema que eu estava vendo aos olhos de hoje. Ademais, as provas que dizem que ele era visto como cientistas por muita gente saltavam aos olhos. Concedo a palavra ao filósofo francês:

Falar em “ciências do homem” [...] é puro e simples abuso de linguagem. Avalia-se assim quão vãs e ociosas são todas as enfadonhas discussões para saber se os conhecimentos podem ser científicos e a que condições deveriam sujeitar-se para vir a sê-lo. As “ciências do homem” fazem parte da episteme moderna como a química e a medicina ou alguma outra ciência [...] Mas dizer que elas fazem parte do campo epistemológico significa somente que elas enraízam sua positividade, que nele encontram sua condição de existência, que não são, portanto, apenas ilusões, quimeras pseudocientíficas, motivadas ao nível das opiniões, dos interesses, das crenças, que elas não são aquilo a que outros são o estranho nome de “ideologia”. O que não quer dizer, porém, que por isso sejam ciências.²⁷

Em vários momentos do texto, Foucault fala em ciências propriamente ditas para se referir ao que ele descreve como Ciências Empíricas. Pessoalmente, penso que o nosso projeto de pesquisa (das Ciências Humanas ou Sociais) pode ter o nome

²⁷ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 505.

de ciência, desde que fique claro que não é o mesmo projeto das Ciências Empíricas, que, por sua vez, deve sempre também reformular suas metodologias.

A seção 3 do capítulo 4 trata das várias vertentes da antropologia e ou etnologia, suas histórias e o caráter “anfíbio” destas áreas do conhecimento. Anfíbio, no sentido de serem, ao mesmo tempo, ciências físicas e culturais. Os guias que nos conduzirão nesta viagem serão Franz Boas, Louis Vicent Thomas e Alfred Haddon, este último tido por Vianna como um autor que teria sintetizado muito bem as várias vertentes da antropologia através do livro *History of Anthropology*. O nosso Vianna não trouxe à tona o conceito de “homem cordial”, mas trouxe o de “homem marginal”, aquele indivíduo que está num limbo entre duas culturas. Este conceito Vianna importou de Robert Park, que também trabalha com o conceito de *melting-pot* – inspiração para o título desta tese.

Metodologicamente, a tese foi construída a partir da compreensão da história da ciência como análise do discurso²⁸, pois verifica-se que há alguma forma de mudança do discurso antropológico/sociológico brasileiro. Nesse sentido, podemos propor lançar mão de certas categorias foucaultianas que possam jogar luz nessa dinâmica epistemológica que combina mudanças e permanências. Houve uma gradual falência de uma forma de verdade que pode ser enxergada no nível de um devir geral das ciências sociais, mas que também pode ser observada em certas biografias, no sentido de um indivíduo que se propõe a fazer ciência – que manifesta sua pretensão de verdade – e transitar em duas formas de verdades distintas, dentro do espaço de sua vida. Nesse aspecto, é muito fértil o estudo de Vianna dentro da história das ciências ou das histórias das ideias. Ele transita formas de positivações. Ele é o nosso ornitorrinco.

Então, haveria mudanças epistemográficas²⁹ tanto num nível mais coletivo, como num nível biográfico, que seria o foco deste trabalho. A princípio, pensando em

²⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014, *passim*.

²⁹ Epistemografia é uma disciplina proposta por Foucault que tem por objetivo estudar os discursos que em dada sociedade foram institucionalizados como científicos, podendo ser divididos em quatro níveis. No nível epistemônico, o estudioso das ciências deve se ater aos ajustes dos controles internos de cada ciência em que se verificam transformações, mas se mantém o corpo científico. Há o nível epistemocrítico, em que há uma preocupação analítica acerca da verdade e do falso, do acerto e do erro. Há o nível epistemológico, em que se analisa determinada ciência do ponto de vista teórico, do material conceitual e dos campos de aplicação. Há um quarto nível, o qual Foucault não quis nomear numa celebre discussão com filósofo François Dagognet, mas Delaporte denomina com “arqueológico”, que é o nível propriamente foucaultiano, que é a análise das transformações do campo do saber, como a que Foucault verifica, no *Nascimento da clínica*. A prática médica, endossada por compêndios como o *Logique et morale du diagnostic*, de Jean-Charles Sournia (1917-2000), estaria

Oliveira Vianna, sua mudança de discurso não se enquadraria tão só no nível epistemônico – que é o nível do controle interno –, pois não é só uma mudança interna de um discurso, mas também uma mudança do discurso, com novo estatuto de verdade.

A mudança interna de discurso tem origem no próprio Vianna, mas a mudança do estatuto de verdade está num nível que vai além deste. Parece-me que a lente mais adequada para entender essa mudança de discurso de Vianna, cuja fonte propulsora está fora dele, seriam as análises epistemográficas no nível arqueológico. Há uma nova forma de interrogar as relações sociais que Vianna consegue captar nos anos finais de sua vida, que se expressa mais na etnologia. Porém – peço desculpas por ser tão repetitivo –, Vianna coloca um pé nessa nova estrutura epistemológica, mas mantém outro pé na estrutura antiga, de forma muito semelhante a Freyre.

Em última análise, o que se busca é entender como se deu a positividade da Ciências Humanas no Brasil, ou seja, em que condição histórica os pensadores brasileiros estariam compartilhando o mesmo campo conceitual. Para isso, é necessário entender como se dão os mecanismos de formalização e comunicação local e internacional deste saber compartilhado. Segundo Foucault, as Ciências Humanas buscam sua positividade através de uma fronteira nova que está entre as ciências que tratam da vida, do trabalho e da linguagem, quais sejam, a Biologia, a Economia e a Filologia. Para o pensador francês, é incorreto tratar tais ciências como as primeiras ciências humanas e como ciências humanas fundamentais, pois elas podem até tratar dos seres humanos, mas do humano numa dimensão que lhes afasta de sua própria especificidade. As verdadeiras Ciências Humanas só teriam surgido no século XIX, segundo tal rigorosa avaliação.

Parte fundamental da discussão desta tese é justamente esta relação fugidia das Ciências Humanas e a Biologia. Uma das tramas epistemológicas mais constantes surgidas na minha pesquisa foi exatamente esta relação complexa entre natureza e cultura: ora relação de dependência, ora relação de oposição; ora relação

mudando a experiência clínica. No final do século XVIII, a medicina deixa de ser teórica ou científica para dar lugar a uma medicina mais empírica (ou até mesmo tátil). Há uma relação íntima entre o médico e o paciente, um encontro entre o médico e o paciente que envolve o olhar, o tocar e até o cheirar. É esta transformação do discurso do saber médico que Foucault empreende compreender. Tal estudo seria a epistemografia no nível arqueológico - cf. DELAPORTE, François. *Foucault, Canguilhem e os monstros*. In: SALOMON, Marlon. *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 51-54; FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 189-191; FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980, p. XIII-XVIII.

de filiação, ora parricídio. A escavação de “pergaminhos embaralhados” destruiu minha ingênua esperança de traçar uma linha do tempo em se que estabelece um devir simplório desta relação. É uma relação de idas e vindas. A Sociologia e a Antropologia têm uma relação assim complexa com a Biologia. Quando se anuncia a assinatura do divórcio entre ambas, novos e velhos pontos de contato retornam à tona. Especialmente o devir epistemológico de Oliveira Vianna surge deste espaço fronteiro com a Biologia (nem tanto em relação à Economia ou à Filologia). É assim que ele se insere no devir geral das ciências.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS BIOGRÁFICOS E BIBLIOGRÁFICOS DE OLIVEIRA VIANNA

*Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas
uma fotografia na parede.
Mas como dói.*
- Carlos Drumond de Andrade³⁰

1.1 FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANNA, VIDA E LIVROS

As fontes biográficas acerca de Oliveira Vianna são bem parcas. Há mais dados da máscara do que da personagem. Muito disso se deve à forma que o próprio autor organizou seu acervo de cartas e de como foi constituída a Casa de Oliveira Vianna (imóvel que fora sua residência, adquirido pelo governo do Rio de Janeiro, pouco após sua morte). Muito de Vianna que é exposto ou ocultado é fruto de sua própria vontade, pois “elaborou modos de se expor e de se ocultar”³¹.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em vinte de junho de 1883, no município de Saquarema (RJ), sob o lento ocaso do Império. Saquarema é um nome de um município fluminense, mas também remete a uma ideia de conservadorismo político. Assim como o termo “luzia” se referia aos membros do Partido Liberal, o termo “saquarema” se referia ao Partido Conservador, com a ressalva de que ambos os partidos não tinham diferenças programáticas gritantes. “Nada se assemelha mais a um ‘saquarema’ do que um ‘luzia’ no poder”: essa é a célebre frase que teria sido dita por Holanda Cavalcanti. Há, porém, algumas pequenas diferenças pontuais, não ideológicas, entre os partidos³². Os conservadores, além dos barões de Saquarema,

³⁰ ANDRADE, Carlos Drumond. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 66.

³¹ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 16.

³² Segundo Francisco Iglésias, os partidos no Brasil só se constituíram em grupos definidos a partir da década de 1840. Antes disso, as pessoas que detinham poder se definiam ou como liberais ou como conservadores, sem se organizar por agremiações. Tal divisão tem clara origem inglesa. Os liberais seriam os *whigs* e os conservadores, *tories*. Assim como Vianna, Iglésias aponta que os partidos no Brasil seriam apenas um “ajuntamento de pessoas” sem uma ideologia programática que os diferenciasses – cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993[b], p. 156. Por outro lado, Ilmar Rohloff de Mattos aponta que, pelo menos em sua origem, os partidos brasileiros do Império podem ser diferenciados. Como os luzias surgiram num ambiente de contestação e rebeldia, em sua origem pode ser descrito como algo mais contestador ou opositor. Ocorre que, após os períodos de grande contestação, e até mesmo luta armada, sempre se seguem os períodos de concessão de anistia. Assim, amansados por anistias e outras benesses, os luzias passam a se assemelhar aos saquaremas, quanto mais quando estão no poder.

tinham mais representantes – de força – em Pernambuco e Bahia, ao passo que os liberais tinham mais representantes oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Havia ruralistas nas duas agremiações. Porém, no Partido Conservador os ruralistas dividiam espaço com burocratas; ao passo que no Liberal o espaço era dividido com profissionais liberais.³³

Os membros do Partido Conservador, Visconde de Itaboraí, Paulino de Souza e Eusébio de Queirós, formavam a chamada “trindade saquarema”. Tinham este nome porque costumavam se reunir em Saquarema³⁴, nas terras do Visconde de Itaboraí³⁵. Por isso, a expressão ‘saquarema’ virou sinônimo de integrantes do partido. O nome de batismo do Visconde de Itaboraí era Joaquim José Torres. Oriundos de Itaboraí, muito provável que Alberto Torres e ele tivessem algum grau de parentesco. Nada provado, no entanto. Torres é um dos mentores de Oliveira Vianna.

A Província do Rio de Janeiro era formada em sua maioria por fazendas de café. A partir de 1850, começou enfrentar vários problemas estruturais, devido às restrições do tráfego negreiro, impostas principalmente pela Coroa Britânica. A economia cafeeira da região, ao contrário da de São Paulo, não se adaptou muito bem à mudança de mão de obra (de servil para “remunerada”). Havia um alto índice de endividamento dos proprietários de café, que antecipavam seus recebíveis nas casas de exportações norte-americanas com elevado deságio. Para piorar a situação, devido à ausência de rodízio de terras, a produtividade fluminense cai vertiginosamente.

Acerca do provérbio de Holanda Cavalcanti, após relativizá-lo, pelo menos quanto à origem dos dois partidos, Mattos se rende a veracidade do dizer. “Todavia, e embora podendo parecer incoerente, caso queiramos elucidar novas questões, devemos retornar à semelhança que o provérbio sugere” – cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec Editora, 2017, p. 121. Nada se assemelha mais a um saquarema que um luzia no poder!

³³ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2011, pp. 97-98.

³⁴ Ilmar Rohloff de Mattos relata uma origem do termo saquarema que remonta a um período anterior ao aqui estudado. O auge da trindade saquarema se dá no final da década de 1860, mas o termo saquarema como denominação do Partido Conservador se deu através de um curioso processo de inversão. Em 1845, no município de Saquarema, havia um subdelegado, Padre José de Cêa e Almeida que exercia com imensa violência o controle de votos em prol dos liberais. Visconde de Itaboraí e Paulino de Souza, que tinham uma grande parentela na região, conseguiram livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade. Então, o termo saquarema passou denominar os protegidos dos dois barões conservadores, estando fora do alcance do poder de cabresto de voto dos liberais então no poder. Já o termo luzia se refere ao município de Santa Luzia (MG), lugar onde, em 1842, alguns liberais rebeldes teriam sido derrotados pelo Barão de Caxias – cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo... op. cit.*, 116-117. Percebe-se que tanto o termo ‘luzia’ quanto o termo saquarema foram forjados quando os seus respectivos membros estavam em um processo de enfrentamento oposicionista.

³⁵ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre... op. cit.*, p. 44; FAUSTO, Bóris. *História... op. cit.*, p. 97-98; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo... op. cit.*, p. 120.

Segundo Everaldo Backheuser, numa publicação de 1934, *O Café no centenário de sua introdução no Brasil*, editada pelo Departamento Nacional do Café, a produção de café fluminense tinha uma média aproximada de produção de dois milhões de sacas por ano até 1886. No ano de 1887, no entanto, a produção fluminense cai para 1.032.000 sacas. Tudo isso devido a problemas técnicos e abuso no uso do pé de café que tem a vida útil de 20 anos e uma queda de produtividade aos 16 anos. Ainda segundo o referido autor, em 1888, houve uma pequena recuperação (1.824.000 sacas) para, no século XIX, voltar a produzir não mais do que 1.500.000 sacas. Em São Paulo, o movimento era contrário; em 1870, produziu só 540.000 sacas; em 1880, 1.200.000 sacas; em 1890, 3.000.000; em 1900, 7.000.000³⁶.

Foi nessa conjuntura econômica desfavorável que o pai de Oliveira Vianna morreu, deixando para sua mãe, D. Balbina, a criação dos filhos e a administração da fazenda de café de 155 alqueires. Oliveira Vianna era o caçula de seis filhos. Seu pai morreu quando ele tinha dois anos. Vianna teve o primeiro contato com os livros na biblioteca da fazenda formada por seu pai. O pequeno acervo dessa biblioteca foi provavelmente integralizado à grande biblioteca que formou ao longo de sua vida. Aprendeu ler em casa mesmo, tendo sua mãe como professora³⁷.

Tendo em vista a crise no setor de café fluminense, o declínio financeiro de sua família e a morte de seu pai, a educação refinada passa a ser a maior possibilidade de inserção social para ele. Por isso, aos treze anos, vai estudar em Niterói, onde se depara com as novidades do mundo moderno (bondes, luz elétrica, automóveis), algo relativamente novo para um menino criado na fazenda. Relativamente novo, porque a família costumava visitar Niterói antes mesmo de mudar-se para lá, em penosas viagens a cavalo. Após algum tempo, sua família adquire uma casa em Niterói, no atual Bairro do Fonseca, onde viveria o resto de sua vida³⁸. Hoje é o museu e o centro de pesquisa Casa de Oliveira Vianna, que pertence ao Estado do Rio de Janeiro.

Em Niterói, estuda no Colégio Brasileiro. Em 1900, submete-se aos exames do Colégio Pedro II, obtendo, por ter sido aprovado, a certificação de conclusão dos estudos secundários. Vianna tinha uma admiração pela Matemática, mas, por um descuido, deixa de inscrever-se no exame seletivo da Escola Politécnica. Acaba

³⁶ LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, pp. 20-21.

³⁷ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, op. cit., p. 43-46; p. 161.

³⁸ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, op. cit., p. 46-47.

matriculando-se na Faculdade Livre de Direito, na capital fluminense. Por isso, tinha de atravessar todos os dias a Baía da Guanabara. Venancio esclarece que há muitos pesquisadores que afirmam erroneamente que Vianna teria estudado na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. O motivo da confusão é que houve a fusão das duas faculdades livres em 1920. Nesse mesmo ano, a instituição resultante dessa fusão (a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro), a Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina se fundem também, surgindo a Universidade do Rio de Janeiro³⁹ (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro).

É possível que Vianna tenha sido aluno de Sílvio Romero na Faculdade Livre de Direito, porém, não há qualquer menção explícita disso. De qualquer maneira, Vianna, em vários momentos, aponta Romero como seu mentor. Quando Vianna cursou Direito, havia vários compêndios disponíveis publicados de autoria de Romero⁴⁰. Cabe ressaltar, porém, que não é pelas Ciências Jurídicas que Vianna se conecta com Romero, mas pela Sociologia, Filosofia do Conhecimento (principalmente a monista) e até pela tendência eugênica dos dois intelectuais.

Vianna formou-se em Direito em 1904. Nunca advogou. Nos primeiros anos do século XX, era professor de matemática no Colégio Abílio, em Niterói⁴¹.

Vianna torna-se professor da Faculdade de Direito do estado do Rio de Janeiro em 1916, sediada em Niterói (RJ), onde funda o Clube de Sociologia composto por estudantes, dividido “em grupos de pesquisa em campo em favelas e morros da cidade”⁴². Tinha seus discípulos, entre eles⁴³, Marcos Almir Madeira, organizador e prefaciador de *Ensaíos Inéditos*, que faz parte das obras analisadas nesta pesquisa.

Havia vários espaços em que a intelectualidade emergente de Niterói poderia interagir: na própria academia, em saraus, em instituições científicas e literárias, e em espaços boêmios, como o Café Paris. Vianna frequentava ou participava de todos esses espaços, com exceção dos boêmios, pois “era avesso à boemia”. Fez parte, logo em seu começo, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, fundado em 1909. Foi membro fundador da Academia Fluminense de Letras, fundada em 1917, sediada em Niterói⁴⁴.

³⁹ *Ibidem*, p. 49-50; p. 117; p. 133.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 117.

⁴¹ *Ibidem*, p. 133.

⁴² VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 135.

⁴³ Os demais são: Alberto Lamego Filho, Their Martins Moreira, Geraldo Bezerra de Menezes, Dail de Almeida, Anselmo Macieira, Vasconcelos Torres e Hélio Palmier — *Ibidem*, p. 135.

⁴⁴ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 46-47; p. 51-54.

Vianna frequentava, sem assiduidade religiosa, saraus na casa do ex-presidente da província do Rio de Janeiro, ex-ministro do STF e sociólogo Alberto Torres, na capital, provavelmente entre 1912 e 1917. Tais saraus eram frequentados por admiradores de Alberto Torres. Oliveira Vianna era um deles, porém, sempre mantendo sua autonomia intelectual. Nesses saraus, eram discutidos os problemas do Brasil⁴⁵.

Este grupo, que cercou Torres, era pouco numeroso. Nos serões semanais da sua casa de Copacabana, e, depois, das Laranjeiras, os discípulos que se sentavam em torno do Mestre não chegavam, penso eu, à metade dos que seguiam Jesus pelas estradas da Galileia: [Alcides] Gentil, Sabóia Lima, Porfirio Netto, Antônio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu, o menos frequente e o mais esquivo de todos, e talvez o que tivesse maiores pontos de dissidência com o pensamento de Torres. Nesses serões, às segundas-feiras, era Torres, em regra, quem falava; nós ouvíamos, limitando-nos, uma vez ou outra, a aproveitar a oportunidade, aliás rara, que se abria, para interferir com um aparte.⁴⁶

No calor dos acontecimentos de 1932, em São Paulo, Alcides Gentil, o mais fiel discípulo de Torres, publica um livro que organiza as ideias de seu mestre. Nessa obra, há uma dedicatória a Oswaldo Aranha e um clamor para que este se oriente por Torres na condução dos movimentos revolucionários. O excerto acima é parte do prefácio escrito por Oliveira Vianna para essa mesma obra. Trata-se de *As Ideias de Alberto Torres*, terceiro volume da série *Brasiliana* da Editora Nacional, em São Paulo.

Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres são as principais influências nacionais de Oliveira Vianna, principalmente no que diz respeito a um projeto de estudo de nossas instituições políticas e jurídicas, em nossos próprios termos, encarando tais instituições como aparatos culturais específicos e singulares. Tal forma de pensar sociologicamente o Brasil foi denominada por Vianna de metodologia objetiva ou realista.

A partir de 1917, Vianna se torna colaborador da *Revista do Brasil*. A década de 1920 foi excelente para o autor em termos de publicação de livros. Publicou o primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*, que faz parte de um projeto editorial que seria composto por três livros. *Populações Meridionais* volume 1, que se dedica ao estudo do “matuto”, o habitante das matas das regiões montanhosas do Rio de Janeiro, do maciço continental de Minas Gerais e das planícies agrícolas de São

⁴⁵ VIANNA, Oliveira. *Prefácio*. In: GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, pp. IV-IX.

⁴⁶ *Ibidem*, p. V.

Paulo, que constituem a região que ele chamou de centro-sul do Brasil⁴⁷; *Populações Meridionais volume II*, que só viria a ser publicado postumamente em 1952, uma versão não finalizada e sem que tivesse tido tempo de ser revisada – alguns “bocejos”, na expressão de Vianna⁴⁸. Seu tema principal é o gaúcho, habitante do extremo sul, dos pampas, conforme já prometera no prefácio do volume I; e *Populações Setentrionais do Brasil*, também anunciado naquele prefácio do volume I, obra que trataria da população do norte do Brasil, o sertanejo dos sertões⁴⁹. *Populações Setentrionais* nunca passou de um projeto. Vianna, em 1949, alega que não pôde escrever acerca da região setentrional por não poder viajar ao Nordeste⁵⁰.

Ao todo, na década de 1920, Vianna publicou sete livros. Nessa época, “Vianna grassava”, na expressão de Capistrano de Abreu. Havia críticas muito positivas acerca de sua obra, feitas por críticos literários de renome, como Tristão de Athayde e Agrippino Grieco⁵¹. Vianna conquistara a posição de prestígio nacional, sendo incontestada, pelo menos em toda década de 1920.

Em 1924, Vianna entra para o IHGB, convidado por Max Fleiuss.

Paralelamente à sua atividade intelectual, ele estreia no serviço público estadual, em 1926, ao ocupar o cargo de diretor do Instituto de Fomento agrícola do Rio de Janeiro⁵².

Em 1930, começa a era Vargas, que será mais explorada na próxima seção. Ao mesmo tempo que Vargas reprime violentamente as organizações trabalhistas de esquerda, de forma mais veemente que a Primeira República, ele institui uma política trabalhista que concede direitos aos trabalhadores, principalmente do setor industrial. Tal política consiste em concentrar na mão do Estado a organização das relações trabalhistas, criando normas e institucionalizando as organizações sindicais. Para tanto, era necessária a convocação de técnicos “como Oliveira Vianna e Waldir Niemeyer”⁵³.

⁴⁷ VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. In: *Intérpretes do Brasil*, v.1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (publicado originalmente em 1920), p. 926.

⁴⁸ FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002, p. 94.

⁴⁹ VIANNA, Oliveira, *Populações... op. cit.*, p. 926.

⁵⁰ VIANNA. *Instituições Políticas Brasileiras. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os Problemas Brasileiros da Ciência Política)*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[b] (publicado originalmente em 1949), p. 76.

⁵¹ FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira... op. cit.*, p. 47; p. 70.

⁵² VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre... op. cit.*, p. 136.

⁵³ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2013, p. 287.

Oliveira Vianna se apresenta como técnico, como alguém que seria detentor de conhecimentos acerca da realidade brasileira, em seu livro *Problemas de Política Objetiva* (1930). Em 1932, entra para o Ministério do Trabalho. A função que desenvolveu no Ministério tinha um caráter sociológico, que consistia em pesquisar, entre o povo-massa, os “usos, tradições, praxes, costumes, mesmo instituições administrativas oficiosas” que regravam consuetudinariamente as relações laborais, principalmente no meio fabril. Desse material, os técnicos do Ministério, sob a liderança de Vianna, redigiram as primeiras legislações trabalhistas. Vianna alega que isso contraria uma antiga narrativa de que a CLT brasileira seria cópia da *Carta del Lavoro*, do governo de Mussolini.⁵⁴ Vianna foi consultor do Ministério do Trabalho de 1932 a 1940 e, desse modo, deixava de ser só um intelectual, para tornar-se também um burocrata-intelectual, “transformando seus temas de estudo e criando novos objetos de análise”⁵⁵.

Essa sua nova fase não poderia ser mais consoante com os ideais de Alberto Torres, em vários aspectos: (a) a classe intelectual, na condição mesma de intelectual, ter poder de decisão no Estado; (b) as normas jurídicas serem a tradução de relações sociais já assentadas e não o fruto de uma idealidade alienígena; (c) O Estado ser o “demiurgo” da Nação; (d) O corporativismo e a consideração de os grupos patronais ou laborais serem categorias sociais, devendo ter representatividade política. Em outras palavras, Oliveira Vianna personifica o ideal torreano do intelectual, atuando ativamente na criação da Nação e estabelecendo normas de convívio que teriam sido engendradas a partir do conhecimento “real” da sociedade.

Nesse último aspecto, do corporativismo como representação social, Oliveira Vianna ia a um ponto mais radical que seu mestre. Vianna duvidava da necessidade de sufrágio universal, ao passo que Alberto Torres tentava conciliar o sufrágio eleitoral com a representatividade corporativa. Vianna achava que o Brasil não tinha uma cultura democrática. Lima Sobrinho descreve tal característica de forma bem ácida: “Havia em Oliveira Vianna alguma coisa de desalento e pessimismo. Não confiava no homem brasileiro”⁵⁶. Alberto Torres, em sua obra *Organização Nacional*, que, na verdade, é um projeto de constituição para o Brasil, propunha que houvesse vagas no

⁵⁴ VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a] [publicado originalmente em 1949], pp. 23-26.

⁵⁵ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 242.

⁵⁶ LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. *Presença...*, p. 464.

Senado para cada classe de grupo social. Cada classe corporativa poderia escolher um senador que a representasse, segundo seu projeto. Seriam 26 senadores eleitos e 37 corporativos⁵⁷. Em outras palavras, a representatividade corporativa proposta por Alberto Torres, numa versão mais amena, e por Oliveira Vianna, numa versão mais radical, seria uma forma de atuação política em que a representatividade se daria por grupos sociais específicos.

Em 1932, Vianna publica *Raça e Assimilação*. Difícil fazer correlações entre essa obra e suas atividades como consultor do Ministério do Trabalho. Trata-se de duas esferas da vida de Vianna que devem ser pensadas separadamente. Havia em *Raça e Assimilação* uma vontade de estar inserido em uma comunidade etnográfica mundial. Não há nada no livro que mencione o seu cargo público no Ministério, o que é muito curioso, visto que Vianna liderava pesquisas sociológicas no referido órgão federal. Na folha de rosto do livro, a editora anuncia Vianna como membro de oito instituições científicas nacionais e estrangeiras, citando-as uma a uma.

Devido ao radicalismo de suas elocubrações racialistas, Vianna começa a conviver com algo novo: as críticas negativas, inauguradas por Arthur Ramos. Porém Vianna não assistiu em vida seu nome sofrer críticas contundentes de forma generalizada. O anseio de Vianna por estar inserido numa comunidade científica é uma das informações mais importantes de sua biografia do ponto de vista desta pesquisa, pois o devir da história das ciências sociais como um todo reverbera na ciência particular de Vianna de forma bem direta.

Em 1937, veio o Estado Novo, que contou com a adesão de Oliveira Vianna. De certa forma, não há nada de surpreendente nisso. Suas ideias, há anos, estavam na mesma sintonia com o recrudescimento do regime varguista. Para Vianna, o

⁵⁷ Em *Organização Nacional* (1914), assim Alberto Torres propõe a composição do Senado, além de 26 senadores eleitos, teríamos 37 representantes de grupos corporativos: “Três senadores, pelos sacerdotes do Clero Católico; um pelos sacerdotes das demais confissões religiosas; um, pela Igreja e Apostolado Positivista Brasileiros; dois, pelas associações de caridade, mutualidade e fins morais, sem caráter religioso, de número limitado de sócios, reconhecidos pelo Governo; um, pelos eleitores a-religiosos; três pelas congregações, academias, associações científicas, literárias e artísticas, de número limitado de sócios, reconhecidas pelo Governo, e professores de ensino secundário e primário; dois, pelos magistrados e advogados; dois, pelos médicos, farmacêuticos e cirurgões dentistas; dois, pelos engenheiros e industriais; -cinco, pelos lavradores que cultivarem 'produtos de exportação; seis, pelos lavradores e produtores, em geral, de gêneros de consumo no país; um, pelos operários urbanos; três, pelos operários agrícolas; dois, pelos banqueiros, comerciantes, corretores e pessoas que exercerem profissões congêneras; dois, pelos funcionários civis e militares da União, das províncias e dos municípios; um, pelos jornalistas e redatores de outros órgãos de publicidade” TORRES, Alberto. *A organização nacional*. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002[b]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>. Acesso em: 5 abr. 2022. [publicado originalmente em 1914], p 231.

Estado Novo mudara o centro de gravitação liberal individualista, para um centro de gravitação coletivo⁵⁸. No entanto, tal justificativa não foi suficiente para mitigar as críticas negativas que foram crescendo cada vez mais, até mesmo após sua morte. Nos anos 1940, Vianna cai “em desgraça”, na expressão hiperbólica de Maria Stela Bresciani⁵⁹. A artilharia vem de nomes de peso, como Astrojildo Pereira, Waldemar Falcão⁶⁰ e Sérgio Buarque de Holanda. Até mesmo ligações com as doutrinas nazifascistas são apontadas como algo que se relaciona às ideias de Vianna⁶¹. São críticas contundentes que atravessam os anos da década de 1960, com destaque para as críticas de Antônio Cândido. Vianna, assim, passa a ter o seu nome vinculado à pior parte de Getúlio Vargas.

Porém, vale a pena ressaltar: Oliveira Vianna se colocou contra o nazismo antes mesmo de a Guerra acabar. Fato nada desprezível, pois havia, entre brasileiros, muita gente simpática à doutrina do *Terceiro Reich*, num momento em que era plausível a vitória alemã. No governo brasileiro, havia apoiadores dos dois lados; Dutra e Góes Monteiro apoiavam o Eixo, e Oswaldo Aranha, os aliados, pois era americanófilo⁶². O argumento principal de Vianna contrário à adesão ao Eixo, ou até mesmo à neutralidade, nem era o humanitário, embora em 1943 ele mencione o “fuzilamento” em massa de judeus – o Holocausto não havia se revelado ainda em seus detalhes. Tanto pelo postulado nazista do Estado-etnia quanto pelo postulado do “espaço vital”, certamente a soberania brasileira estaria ameaçada na hipótese da vitória alemã, ainda que fôssemos adesistas ou neutros. O argumento principal de Vianna nesse aspecto era que, após a Alemanha vencer seus inimigos europeus e os EUA, não haveria força política no mundo capaz de mitigar o poder germânico. Nesse caso, certamente o Brasil não seria poupado. Na melhor das hipóteses, assim argumenta Vianna, alemães vivendo no Brasil, que pelo postulado do Estado-etnia seriam cidadãos alemães e exerceriam certa supremacia política em relação aos demais brasileiros. Qualquer resistência a essa possibilidade seria reprimida com violência. A ideia de adesão ao Eixo, ou mesmo de neutralidade perante a Segunda Guerra, era fruto da ignorância do alcance prático da doutrina nazista, que era bem

⁵⁸ VIANNA, Oliveira. *O cidadão no Estado Novo*. In: *Ensaio Inéditos* [textos selecionados por Marcos Almir Madeira]. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991, p. 374.

⁵⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 21.

⁶⁰ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 193.

⁶¹ BRESCIANI, *O Charme...*, *op. cit.*, p. 21.

⁶² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória...* *op. cit.*, p. 255.

clara e direta. “Não há obscuridades, não há lacunas nessa doutrina. Tudo está previsto, tudo está organizado”.⁶³

Essas ideias foram expostas por Vianna de maneira didática em uma série de artigos publicados no jornal *A manhã*, em 1943⁶⁴. Por outro lado, é importante ressaltar que tais manifestações antifascistas de Vianna só apareceram de forma contundente após o Brasil se declarar oficialmente contra o Eixo, em 1942. Vianna escreve por convicções ou como porta-voz do governo? Impossível uma resposta segura à esta questão⁶⁵.

Voltemos aos anos finais da década de 1930, nos anos iniciais do Estado Novo. Em 1938, Vianna publica *Problemas de Direito Corporativo*; em 1939, *As Novas Diretrizes da Política social*.

Em 1940, aos 57 anos, toma posse na Academia Brasileira de Letras. Porém, só frequenta a ABL com assiduidade por dois anos. Segundo Marcos Almir Madeira, Vianna gostava mais do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) do que da ABL⁶⁶. Em outras palavras, interessava-se mais pelas ciências do que pelas letras. Não só se interessava pela ciência do ponto de vista individual de escritor, como também do ponto de vista do sentimento de pertencimento a uma comunidade científica, mesmo que tal comunidade seja ainda incipiente, informal e desforme no Brasil.

Tais fatos corroboram a hipótese inicial de que uma certa comunidade científica tenha refreado seus ímpetos racialistas. A antropologia boasiana era uma realidade que cada vez mais se impunha a Oliveira Vianna, assim como se impôs a outros intelectuais da América Latina⁶⁷. Não há como tratar Oliveira Vianna como pensador

⁶³ VIANNA, Oliveira. Pangermanismo [publicado originalmente em 1943]. In: *Ensaios Inéditos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, p. 138; pp. 97-146.

⁶⁴ MADEIRA, Marcos Almir. Apresentação. In: VIANNA, OLIVEIRA. *Ensaios Inéditos*. Campinas: Unicamp, 1991, pp 9-10.

⁶⁵ Pessoalmente, penso que Oliveira Vianna agiu mais como porta voz do governo do que por convicções próprias. No entanto, não tenho elementos concretos para esta afirmação. De qualquer maneira, não faltaram oportunidades para adesão ao grupo que apoiava o Eixo. E se assim Vianna o fizesse, em nada prejudicaria sua carreira. Por outro lado, há um silêncio ensurdecido de Vianna antes de o governo tomar sua posição. Deixo para o leitor a oportunidade de tirar suas próprias conclusões. Enquanto pesquisador, não tenho elementos para dizer peremptoriamente uma coisa ou outra.

⁶⁶ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre..., op. cit.*, p. 76.

⁶⁷ “No plano das ideias, intelectuais brasileiros e, também, de outros países latino-americanos participaram ativamente do processo de difusão de teorias culturalistas no debate internacional a partir das primeiras décadas do século XX. Assim, intelectuais como o cubano Fernando Ortiz Fernández (1881-1969) e o brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) diretamente com Franz Boas (1858-1942)” participavam do debate com a tendência a reconhecer as diferenças dos grupos humanos por fatores históricos e culturais e não fatores raciais ou biológicos - COSTA, Sérgio. Da mestiçagem à

sem entender o impacto da ciência de Franz Boas em seu pensamento. Um impacto que varia do rechaço inicial, na década de 1930, a uma adesão parcial, no final da década de 1940, com resistência a um certo tipo peculiar de culturalismo. Sendo ou se propondo a ser cientista, Vianna se coloca no processo de circulação global de ideias.

Em 1940, toma posse como ministro do Tribunal de Contas da União. Em 1949, publica a sua última obra em vida, *Instituições Políticas Brasileiras*, objeto de estudo essencial desta pesquisa. Aposenta-se em 1950 mediante a publicação de uma lei especial para tal, após um trabalho intenso de articulação em prol de sua aposentadoria, tendo como partícipes Marcos Almir Madeira, Heitor Collet e Levi Carneiro. Apesar das crescentes críticas no meio intelectual, tinha ainda imenso prestígio político, a ponto de se aposentar com tais condições privilegiadas⁶⁸.

Vianna faleceu em março de 1951, sem nunca ter se casado.

Em 1955, o Estado do Rio de Janeiro adquire a casa que fora de Oliveira Vianna, em Niterói. Em 1956, a casa é transformada em Fundação Oliveira Vianna que, em 1975, passa a receber o nome de Casa de Oliveira Vianna. Em 1980, a Casa de Oliveira Vianna é integrada à Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ)⁶⁹.

Na opinião de Giselle Martins Venancio, a instituição não cumpriu os objetivos iniciais de ser um centro de pesquisa, mas tem o mérito de ter mantido à disposição os 12 mil exemplares da biblioteca de Vianna⁷⁰.

1.2 DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

[...] uma revolta sem cultivo prévio na opinião, e sem um preparo organizador – surgida inesperadamente, das trevas da conspiração política, para realidade, por força de um trabalho subterrâneo, favorecido por alguns acidentes, da política imperial: a abolição dos escravos e a moléstia do monarca, principalmente renunciando, este último, a aproximação do terceiro reinado, antipático, em geral, ao sentimento popular⁷¹.

diferença: nexos transnacionais da formação nacional do Brasil. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 309.

⁶⁸ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 141-145.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 148-149.

⁷⁰ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 149.

⁷¹ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002b. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>. Acesso em: 5 abr. 2022 [publicado originalmente em 1914], p. 4.

A herança monárquica, agora embelezada retrospectivamente, ornamental no ritual histórico, alimenta o retorno aos bons velhos tempos⁷².

Por isso digo que o mundo não vai bem, e desconfio que há algum plano divino, oculto aos olhos humanos. Talvez a terra esteja grávida. Que animal se move no útero desta imensa bolinha de barro, em que nos despedaçamos uns aos outros? Não sei; pode ser uma grande guerra social, nacional, política ou religiosa, uma deslocação de classes ou de raças, um enxame de ideias novas, uma invasão de bárbaros, uma nova moral, a queda dos suspensórios, o aparecimento dos autos⁷³.

São três os objetivos desta seção. Primeiro, mostrar a capacidade analítica de Oliveira Vianna para descrever eventos históricos e quão prestigiado estava na década de 1920, quando escreveu *O ocaso do Império*. A mesma sorte não teria na década seguinte. Segundo, por meio da temática que ele recorta em seu texto, mostrar as preocupações de sua época⁷⁴. O terceiro objetivo é descrever o ambiente cultural e editorial no qual Vianna estava inserido e quão rica e complexa era a produção intelectual dessa época, principalmente na produção de textos que tinham como objetos o povo brasileiro, a nação e o Estado.

Assim, ao descrever a atmosfera, que vai de 1868 a 1889, podemos entender quais eram as preocupações políticas de Vianna da década de 1920 e como esse momento histórico se conecta com 1930. “Na maioria das vezes, o passado é valorizado explicitando mais a dificuldade de enfrentamento do presente do que a própria compreensão do que passou.”⁷⁵

A propósito, é importante propor ao leitor uma forma de ler esta seção. Os anos devem ser encarados como personagens que têm semelhanças e diferenças entre si e, antes de mais nada, se relacionam. Por exemplo, 1868 é uma personagem pouco conhecida da historiografia, mas que para Vianna é de elevada importância para

⁷² FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder (Volume 2)*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 298.

⁷³ ASSIS, Machado de. *A semana (1892-1900)*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12>. Acesso em: 19 mar. 2022, p. 291.

⁷⁴ “Cabe registrar, ainda, que há em *O Ocaso do Império* uma nítida projeção do ambiente político da década de 1920. O estado de descrença e de desencanto com o funcionamento da carta de 1824, a indiferença em relação ao regime monárquico, eram semelhantes, segundo Oliveira Vianna, aos que predominavam no momento em que escreveu seu livro em relação à constituição de 1891 e à República. A diferença era um agravante: não se vislumbrava, nos anos 20, alternativa que congregasse um número significativo de opiniões. Em suas palavras: ‘Tendo perdido a fé no regime vigente, mas não tendo elaborado ainda uma nova fé, estamos atravessando uma dessas épocas sem fisionomia, de que falava Timandro, parda, informe, indecisa – de atonia, em cuja atmosfera parada, de calma, giram, circulam, suspensos, germes de futuras crenças, embriões de futuros ideais, mas que não são nem crenças, nem ideais ainda’” – CARVALHO, José Murilo de. Introdução [de *O ocaso do Império*]. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p. XX.

⁷⁵ SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG, 2011, p. 167.

entender outra personagem: 1889. Outras personagens de destaque são os anos de 1930, 1937 e 1922 (que na opinião de Faoro têm parentesco com 1868). Não há uma ordem cronológica na apresentação delas.

Chama a atenção que Vianna quase não considera 1888 uma personagem histórica.

Na opinião de José Murilo de Carvalho, *O Ocaso do Império* (1925) é um dos primeiros estudos não partidários⁷⁶ do evento histórico conhecido como Proclamação da República, mas cabe ressaltar que Vianna enxerga no movimento algo de golpismo clânico. Vianna utiliza várias fontes, entre elas, a visão monarquista de Visconde de Ouro Preto e a republicana de Cristiano Ottoni⁷⁷. Não é um livro que tem por principal objetivo explicar o movimento republicano brasileiro, mesmo porque esse é amorfo e escorregadio – embora, amiúde, tente organizar certas ideias republicanas e estudar sociologicamente seus defensores. O foco do livro, no entanto, é a deterioração do equilíbrio do regime monárquico. “O sentimento mais generalizado não era o da crença na República, e sim o de descrença nas instituições monárquicas”⁷⁸. O título é autoexplicativo.

Já 1925 é o ano de centenário do nascimento de Dom Pedro II, quando a imagem da República estava passando por uma deterioração. Nascia então uma espécie de nostalgia da estabilidade monárquica, não só por parte de remanescentes do ideal monárquico, mas também por parte de republicanos desencantados com a Velha Senhora, como passou a ser descrita a República. Poucos anos antes, em 1920, Epitácio Pessoa revogara o banimento da família real; e em 1921, os restos mortais do Imperador e da Imperatriz voltaram para o Brasil.⁷⁹

Ironicamente, “reintegrar o passado monárquico à memória nacional [fortalecia] simbolicamente o próprio ideário republicano”⁸⁰. A imagem de Dom Pedro II como Pedro Banana estava sendo substituída, ou restaurada, como um monarca inteligente, erudito, abnegado e dedicado à administração pública. O saudosismo a este déspota esclarecido é alimentado pela carência de um líder nacional com características

⁷⁶ “Não há em *O Ocaso* saudosismo do Império, exceto talvez na admiração pela figura do Imperador. Não há exaltação do antigo regime. Não há também avaliação negativa do antigo regime. Foi cumprida a promessa de uma análise não partidária” – CARVALHO, José Murilo de. *Introdução... op. cit.*, p. XXI.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução... op. cit.*, p. XVI.

⁷⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 21.

⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução... op. cit.*, p. X.

⁸⁰ SANDES, Noé Freire. *A invenção... op. cit.*, p. 198.

semelhantes⁸¹. 1930 está em gestação nesse momento. Buscava-se uma certa pacificação e um sentimento de nacionalidade. Dom Pedro II, ressuscitado, personificava esta busca. Havia um movimento de restauração por parte da historiografia brasileira da Monarquia e até mesmo uma certa “glorificação do Império”, nas palavras do professor Noé Freire Sandes, que destaca como centro produtor dessa nova abordagem o IHGB, nas figuras de Tobias Monteiro e Oliveira Lima acerca do processo de independência⁸².

É nesse clima que Max Fleiuss – que em 1924 foi responsável pela ida de Vianna ao IHGB⁸³ – o convidou a descrever os anos finais do Império, focando no período de 1887 a 1889. A encomenda era produzir um texto que abordasse esses três anos, porém, Vianna achou por bem expandir o tempo analisado. Iniciou sua análise acerca do ano de 1868, quando Zacarias Góes⁸⁴, presidente do conselho de ministros, membro do Partido Liberal, tenta interferir numa disputa por uma vaga no Senado e é preterido por Dom Pedro II⁸⁵. Góes, então, coloca seu cargo à disposição. E o imperador, a despeito da casa legislativa ter maioria liberal, indica ao cargo vago um conservador, Visconde de Itaboraá, que, ato contínuo, dissolve o congresso liberal e convoca novas eleições. Por fim, o novo congresso eleito passa a ser integralmente conservador.

Oliveira Vianna demonstra que tal atitude do imperador não tinha nada de autocrática. O imperador simplesmente moderava as forças políticas existentes no país, de forma equilibrada, segundo Vianna, por meio de um revezamento em que os liberais formariam o gabinete de ministros por um tempo, para depois os conservadores formarem por tempo similar.

Nestas alternativas das situações partidárias, o Imperador parecia não ter outro critério senão o do tempo: ele fazia o revezamento dos partidos conforme o tempo da estadia deles no poder. Em 1868, depois de seis anos de domínio do partido liberal, fazia subir ao poder, com surpresa geral, o partido conservador. Em 1878, depois de dez anos de governo conservador, fazia subir os liberais. Realizava assim, com a sua equanimidade, aquilo que o povo, com a sua incapacidade democrática, não sabia realizar.⁸⁶

⁸¹ *Ibidem*, p. 198.

⁸² *Ibidem*, p. 141.

⁸³ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 83.

⁸⁴ Adotei a mesma grafia que Vianna utilizou em *O ocaso do império*: “Góes”.

⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução... op. cit.*, p. 83; VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006, p. XXIV (publicado originalmente em 1925); FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002, p. 70.

⁸⁶ VIANNA, Oliveira, *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006, p. 29.

Os liberais ficaram no poder de 1862 a 1868, os conservadores de 1868 a 1878, e os liberais novamente de 1878 a 1888. É essa a chave explicativa principal de Vianna. Na ausência de opinião pública organizada, na falta de uma configuração clara de ideias dos partidos (conservador e liberal eram simples rótulos), o monarca exercia um certo equilíbrio de forças mediante esse revezamento. Era a função mais legítima do Poder Moderador, que estaria passando por um processo de má-compreensão cada vez mais crescente.

Essa má-compreensão é o ponto principal da explicação de Oliveira Vianna, que não concerne somente às contingências do meio século de Segundo Reinado, mas às condições sociológicas que privilegiam o pensamento clânico e partidário em detrimento de uma política de Estado que compreenda as verdadeiras questões sociais e econômicas do Brasil – Oliveira Vianna sempre tende a pensar em longa duração. Essa má-compreensão é uma névoa que turva o olhar, não só ao não compreender o Poder Moderador, mas ao não ver o Brasil em si, em suas necessidades sociais e econômicas. Para turvar ainda mais o olhar, utopias estrangeiras enchiam os discursos políticos com palavras felpudas desconectadas da realidade social brasileira.

Zacarias Góes, na interpretação de Vianna, era a representação de um homem que tinha uma primitiva e extremamente partidária mentalidade clânica:

No fundo, por mais que fosse a sua cultura, por mais longo e frequente o seu trato com os grandes problemas nacionais, Zacarias nunca conseguiu libertar-se inteiramente da sua primitiva mentalidade de homem de clã e via sempre tudo, mesmo as ideias mais sérias e altas, através do ângulo estreito do espírito de partido. Di-lo Nabuco belamente: “Sua existência política pode ser comparada à do religioso, a quem são vedadas as amizades pessoais e que se deve dedicar todo à sua Ordem, obedecer só à sua Regra. O partido era a sua família espiritual: a ele sacrificara o coração, a simpatia, as inclinações próprias; ele podia dizer da política o que se disse da vida espiritual, que o mais repulsivo dos vícios é a sentimentalidade. Não havia nele traço de sentimentalismo; afeição, nenhuma fraqueza, nenhuma condescendência íntima projetava a sua sombra sobre os atos, as palavras, o pensamento mesmo do político. A sua posição lembrava um navio de guerra, com os portões fechados, o convés limpo, os fogos acesos, a equipagem a postos, solitário, inabordável, pronto para a ação”.⁸⁷

A motivação da sua distensão com o imperador carece de uma explicação racional. Para Vianna, deve ter sido uma “picuinha” que motivou a repulsa de Góes

⁸⁷ VIANNA, Oliveira. *O ocaso...* *op. cit.*, p. 9. Também em *Instituições Públicas Brasileiras* Vianna usa bastante o conceito de mentalidade clânica.

por Torres Homem, pois nunca expôs a público a real motivação, caso houvesse ⁸⁸. O imperador escolhera Torres Homem, entre uma lista tríplice para senador por Rio Grande do Norte. Os demais nomes eram figuras inexpressivas. Se o imperador cedesse a uma mesquinharia, estaria demonstrando fraqueza. Pelo contrário, Dom Pedro II demonstrou força, pois viu nesse momento a oportunidade de fazer o revezamento periódico de forças políticas, quando formou um gabinete totalmente conservador presidido pelo Visconde de Itaboraí.

O imperador montou um gabinete conservador quando o parlamento era liberal. O esperado seria a formação com outros nomes liberais. A Câmara foi dissolvida e novas eleições foram organizadas, quando líderes conservadores fizeram com que uma nova Câmara conservadora fosse eleita. Pronto! Havia agora um gabinete conservador numa Câmara conservadora: estabilidade até 1878, quando se formou o gabinete liberal de Visconde de Sinimbu. Dez anos de gabinetes liberais. Todas as viradas sempre ocorrem com a dissolução da Câmara que é sucedida, via sufrágio controlado, por uma nova Câmara com o novo rótulo (conservador ou liberal). Câmaras unânimes. O Gabinete de então sempre vence.

Ocorre que não havia teoria política ou cláusula constitucional que apoiassem esta política “rotativa” do imperador, que, como dito, era uma forma de dar equidade a um sistema cheio de vícios. Francisco Iglésias sintetiza também a atitude do imperador ao dizer que Dom Pedro II “corrigia assim, patriarcalmente, os vícios do sistema”⁸⁹. Era a maneira do monarca de equilibrar as contradições. Discreto que era, o imperador jamais a expressou por palavras. Tal política rotativa só é assim percebida à distância, *a posteriori*, por analistas que, assim como Vianna, não pertenciam mais àquele contexto histórico. São importantes para entender aquele contexto as 126 notas escritas a mão por Pedro II em um exemplar da primeira edição do livro *Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea* (1867), de Tito Franco, membro do Partido Liberal, que acusava o imperador de “imperialista”. Eram respostas equilibradas ao texto passional de Tito.

Tito Franco era monodeísta, uma sorte de obsedado, com a ideia fixa do ‘Imperialismo’, isto é, do arbítrio, da tirania, da onipotência de D. Pedro. Em tudo, ele descobria traços, vestígios, provas dessa intervenção inédita do Imperador, da sua libido regnandi, da sua capciosidade, da sua hipocrisia, da sua duplicidade, da sua má-fé.⁹⁰

⁸⁸ *Ibidem*, p. 12.

⁸⁹ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993[b], p. 207.

⁹⁰ VIANNA, Oliveira. *O acaso... op. cit.*, p. 41.

Vianna se socorreu dessas notas que, no final da década de 1860, se não poderiam revelar de forma direta e expressa a política de revezamento do imperador, dão algumas pistas desta. O que é visto posteriormente como exercício legítimo e racional do Poder Moderador, era visto por aqueles que eram preteridos como um acintoso desrespeito ao Parlamento.

Segundo a interpretação de Vianna, em 1868 foi semeada a desconfiança do regime monárquico:

Fossem quais fossem os motivos que levaram o Imperador a esta atitude, o certo é que este seu ato determinou uma mudança geral no sistema de crenças e ideias dominantes no mundo político de então. Daí por diante começamos a assistir a um duplo fenômeno: a descrença progressiva nas virtudes do sistema monárquico-parlamentar e uma crescente aspiração por um novo regime, uma nova ordem das cousas. Cristiano Ottoni exprimiu este duplo fenômeno, vendo, no primeiro, “o descrédito que a política lançara sobre as instituições” e, no segundo, “a evolução natural da ideia democrática”⁹¹.

Como consequência direta de 1868, são fundados partidos republicanos, com destaque ao Partido Republicano Paulista, em 1870, com o seguinte manifesto: “somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é em sua essência e em sua prática antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos”. A ideia republicana agora é explícita. A queda do segundo império francês, também em 1870, reforça os ideais antimonárquicos⁹².

A questão levantada por Vianna, não só em *O ocaso do Império*, é que a ideia democrática carecia de uma cultura verdadeiramente democrática. Em *Instituições Políticas Brasileiras*, conforme veremos em detalhe na seção 2 do próximo capítulo, Vianna levanta características etnológicas que impossibilitam essa cultura democrática. Clamava-se para que o imperador respeitasse a opinião pública. Às vezes, revoltava-se quando, de alguma forma, tal opinião pública entendesse que não teria sido respeitada. Mas essa “opinião pública” era a opinião de um grupo seleto de pessoas que pertenciam à imprensa, à Maçonaria, aos clubes políticos e aos centros universitários. Além do mais, era uma opinião “informe, difusa, inorgânica”; o simples reflexo acrítico das ideias europeias, deslembada das condições locais; e carregada do espírito clânico de facção. E mais: o imperador, sempre que possível, tentava

⁹¹ VIANNA, Oliveira. *O ocaso... op. cit.*, p. 14.

⁹² IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria... op. cit.*, p. 180.

agradar tal opinião⁹³. Mas justamente por ser difusa e dispersa, era comum que ela se sentisse desprivilegiada.

Na visão de Vianna, os partidos políticos – que seriam, numa condição bem idealizada, o abrigo e a organização das várias correntes políticas de opinião – não passavam de rótulos sem qualquer significação. Eram mais um lugar de dominação facciosa ou clânica. O único projeto programático verdadeiro dos partidos políticos era a perpetuação no poder. As eleições eram o resultado dos arranjos que os caudilhos faziam em seu território, marcadas invariavelmente pela violência, como bem demonstrado em *Instituições Políticas Brasileiras*. Assim, levantava-se a bandeira democrática, sem uma cultura democrática. Se formos aplicar a teoria que Vianna abraçou em *Instituições*, que é bem posterior ao *O Ocaso do Império*, a população brasileira tinha traços fisiológicos que impediriam a vivência democrática. Trata-se da teoria da imanência da cultura. Nesse momento do texto de Vianna, fica mais evidente a conexão entre o passado que é o objeto de seu estudo e o seu presente histórico. A dominação clânica é fato histórico de longa duração. É descrita em *Instituições Políticas Brasileiras* com imensa amplitude temporal. Já em *O Ocaso do Império*, os fatos descritos se desenrolam somente no século XIX, porém, como bem aponta José Murilo de Carvalho, se conectam através das preocupações de Vianna, sentidas na década de 1920.

O desgaste do sistema monárquico era equilibrado por certa tolerância ao imperador. De qualquer maneira, estava cada vez mais se inviabilizando um terceiro reinado com a Princesa Isabel. A ausência de carisma do Conde d'Eu só piorava tal situação. Porém, na visão de Vianna, houve certos gatilhos que finalizaram uma situação já em si desgastada, tais como a Abolição⁹⁴ de 1888 e a questão militar. A mágoa dos senhores de escravos (principalmente do Vale do Paraíba) pelo 13 de Maio e a difícil relação com os militares, marcada por uma certa mesquinharia por parte destes, formaram a gota d'água que finalizou a Monarquia. Vianna não titubeia em chamar o episódio de golpe, resultado de uma anomalia que era a existência do “cidadão de farda”. Na opinião de Vianna, ser militar deveria incompatibilizar a pessoa

⁹³ VIANNA, Oliveira. *O ocaso... op. cit.*, p. 16.

⁹⁴ Obrigó-me a fazer um parêntese acerca de mais uma visão equivocada de Vianna que minimiza a iniquidade da escravidão. Omitir tal passagem seria uma postura anti-histórica. “O estado de degradação em que [os escravos] caíram depois da abolição, e em que atualmente vivem, mostra que o regime da escravidão não era tão bárbaro e desumano, como fizera crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas” -VIANNA, Oliveira. *O ocaso... op. cit.*, p. 55.

a atuar na política, visto que faz parte da política o embate de ideias. O militar alegava sua condição de cidadão para poder participar da política, mas, quando o embate lhe tornava desfavorável, alegava sua condição de militar. Era um clima de ameaça. Qualquer pequena rusga, qualquer suposta agressão à honra militar, poderia colocar um “casaca” numa encrenca⁹⁵.

Chamou a atenção de José Murilo de Carvalho que Vianna simplesmente tenha omitido a questão religiosa no que diz respeito à queda da Monarquia⁹⁶ -questão hoje presente nos melhores textos historiográficos acerca do tema⁹⁷.

Vianna minimiza a questão da doutrina positivista que, como bem lembra Sílvio Romero, está contida na questão militar. O positivismo, pelo menos o ortodoxo comtiano, só tem importância na queda da Monarquia, porque conjunturalmente um ator importante, o militar, adotou tal doutrina. “Esta influência do positivismo foi então uma influência de crenças, e não do credo em si”⁹⁸.

A partir de 1888, há um drástico encurtamento do período de rotação partidária por parte do Imperador. Há de se pensar agora em termos de meses, talvez dias. Em 10 de março de 1888, o imperador termina uma década liberal, ao retirar o Barão de Cotegipe da presidência do Conselho de Ministros, alocando-o na presidência do Banco do Brasil. Inicia-se um gabinete conservador que, liderado por João Alfredo Correia de Oliveira, conduz a Abolição em 13 de maio de 1888. Esse breve gabinete é destituído em 7 de junho de 1889. Daí assume o gabinete de Visconde de Ouro Preto, liberal, monarquista intransigente. Em 15 de novembro de 1889, ainda de manhã, golpe! Caem o gabinete e o imperador. Conforme os relatos de Vianna, o golpe que derrubou o Imperador precedeu, inclusive, a Proclamação da República: “O golpe fora dado pela manhã – e, já pela tarde, não havia ainda nenhum ato positivo de Deodoro como indicando a Proclamação da República. Os republicanos inquietaram-se, começaram a ficar apreensivos”⁹⁹. Ressalta-se que, para Vianna, a

⁹⁵ *Ibidem*, p. 130.

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Introdução... op. cit.*, p. XIX.

⁹⁷ A Questão Religiosa envolve de um lado a Maçonaria, clérigos católicos que pertencem à Maçonaria e D Pedro II que era simpático à Maçonaria; e do outro lado, bispos brasileiros que, sob o comando do Vaticano, combatiam esse sincretismo da Maçonaria com o catolicismo no Brasil. A atitude pró-Maçonaria do imperador redundou na perda de apoio à Monarquia por parte da Igreja - MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Trinta e Quatro, 2016, pp. 500-501.

⁹⁸ VIANNA, Oliveira. *O ocaso... op. cit.*, p. 107.

⁹⁹ VIANNA, Oliveira. *O ocaso... op. cit.*, p. 162.

Proclamação é apenas parte de uma sequência de eventos. É um ato final de um processo histórico que começou em 1868.

Voltemos à década de 1920, quando Oliveira Vianna recebe a missão de falar dos dias finais da Monarquia. Ele estava no auge em termos de reconhecimento. Sucesso sem contestação. As críticas pesadas contra Vianna só começariam em 1937, por seu apoio ao Estado Novo. Por ter sido conhecido pelas colunas do jornal *O Paiz*, fora convidado a escrever na *Revista do Brasil*¹⁰⁰. Mandara seus primeiros artigos para a famosa revista em 1917. Alguns desses artigos se converteram em capítulos do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil*, publicado originalmente em 1920, que se torna imenso sucesso e leitura obrigatória para quem pretendia, à época, interpretar o Brasil¹⁰¹. Em 1921, Vianna publicara *Pequenos estudos de psicologia social*; em 1922, *Evolução do Povo Brasileiro*; em 1924, *O Idealismo na Constituição*. Foi este Vianna, já consagrado como analista do Brasil, que foi convidado para falar dos momentos finais da Monarquia.

Chama a atenção Oliveira Vianna, morador pacato de Niterói, ter sido consagrado como intelectual em São Paulo. Ele estreia como colaborador do jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro. Porém, a *Revista do Brasil*, que lhe deu projeção, era paulista, extremamente paulista. A *Revista do Brasil* propunha e propalava a diversidade, mas na prática tinha dois elementos em comum presentes em quase todos os colaboradores, quais sejam, a tendência de atrelar “a possibilidade de futuro à condição de impor o exemplo paulista ao conjunto do país” e a busca de um diagnóstico da nação cuja legitimidade ocorreria através da cientificidade¹⁰². Vianna atende às duas condições: tem um fascínio pelo bandeirante e um discurso cientificista. A revista lhe deu grande ressonância, permitindo sua estreia como escritor de livros em 1920 com *Populações Meridionais*, o que é um grande elogio ao caráter “cavalleiresco” e heroico dos patriarcas rurais paulistas, mineiros e fluminenses. Foi editado originalmente pela editora que pertence ao mesmo grupo da

¹⁰⁰ “Das colunas d’O Paiz me chamaram os paulistas: Pinheiro Júnior e Plínio Barreto – para a *Revista do Brasil*; e, depois Monteiro Lobato – para grande publicidade dos livros (pois devo a Lobato a primeira edição de *Populações Meridionais*). Foram estes espíritos generosos e desinteressados, os gênios bons e benfazejos que assistiram aos meus começos literários” - VIANNA *apud* VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, p. 197).

¹⁰¹ VENANCIO, Giselle. *Oliveira Vianna entre...*, *op. cit.*, pp 193-199; CARVALHO, José Murilo de. *Texto Introdutório* [de *Populações Meridionais do Brasil*]. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 899.

¹⁰² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 77-78.

Revista do Brasil, a Monteiro Lobato & Cia, paulista também (Monteiro Lobato adquiriu a *Revista do Brasil* em 1918). O *Ocaso do Império* foi editado pela também paulista Editora Melhoramentos, em 1926. Vianna terminou em 1925, mas só foi publicado em 1926. Dos sete livros de Vianna da década de 1920, cinco foram editados por editoras paulistas.

Muitas questões mal resolvidas no pós-1868 estavam emergindo novamente na década de 1920. Raymundo Faoro afirma que 1922 é o “símile do 1868 imperial”. Símile de 1868, do ponto de vista da história política, devido ao fato de o titular do poder central ensaiar uma radicalização de centralização do poder e de inaugurar uma instabilidade que perdurará até 1930¹⁰³. Os estados-membros não estavam com boa saúde financeira. A União desvalorizava deliberadamente a moeda para garantir a rentabilidade da classe cafeicultora¹⁰⁴, o que era ruim para a saúde financeira do erário. A “questão social” era um tema que começara a aparecer, junto com o temor das elites de que ocorressem sedições. Outro tema que aparece é a necessidade de uma política de industrialização. Começa a emergir uma classe média urbana e, dentro dela, uma *intelligentsia* nacional. Tudo isso, ao final, é mal administrado pela “política dos governadores” em que somente os candidatos aliados à situação poderiam tomar posse. O equilíbrio federativo é degenerado “à ação irrefreada das oligarquias estaduais”¹⁰⁵, que é o paroxismo da mentalidade clânica. Todas estas questões entram em ebulição nas sucessões presidenciais, com mais força a partir de 1922.

Mas entender a personalidade do ano de 1922 não é tarefa fácil. Não obstante as semelhanças com 1868 apontadas por Faoro, há algo de peculiar nesse ano. Sandes o descreve também como um ano enigmático¹⁰⁶. Foi o ano da revolta do Forte de Copacabana em que um ato de insubordinação militar estava sendo descrito como ato heroico. Tal episódio é a semente antidemocrática da Revolução de 30. Outra leitura que se pode dar ao episódio é no sentido de entendê-lo também como uma das primeiras manifestações políticas do setor médio da sociedade. Outras sublevações de origem do setor intermediário da hierarquia das forças armadas também ocorreram, fenômenos que a historiografia batizou como tenentismo.

¹⁰³ FAORO, Raymundo. *Os Donos...* *op. cit.*, p. 236.

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2013, p. 229.

¹⁰⁵ SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil (Volume 3)*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021, p. 26.

¹⁰⁶ SANDES, Noé Freire. *A invenção...* *op. cit.*, p. 234.

Voltemos à questão “social” que se concentrava mais no debate sobre se o Estado deveria proteger ou não a classe operária por meio de uma legislação trabalhista. Ironicamente, a figura mais acusada de ser cega às questões sociais por Vianna foi a que, pioneiramente, no âmbito da sucessão presidencial, trouxe à tona a necessidade de se relativizar a liberdade absoluta de contratos entre o patrão e o empregado. Trata-se de Rui Barbosa que, em sua última campanha, em 1919, proferira herméticas palavras em prol de uma reforma constitucional que permitisse um regramento das relações trabalhistas¹⁰⁷. As reformas sociais que Rui propunha, aos olhos de hoje, podem ser consideradas conservadoras, mas, aos olhos das oligarquias de então eram subversivas¹⁰⁸. Driblando todo o aparato de controle de eleições, Rui obteve 30% dos votos. “Estava selada e consagrada a separação entre as camadas médias e o governo, este, agora, não mais do que uma oligarquia que fala entre si, sem repercussão popular”¹⁰⁹.

Pensando num tempo mais amplo que abrange os anos finais do Século XIX e os iniciais do Século XX, não só as instituições estavam passando por processos de transformações. A vida privada das pessoas também passava por um processo de transformação mais amplo e complexo, num processo global em que o Brasil é só mais uma das engrenagens. A chamada segunda revolução industrial provoca transformações mais profundas que a primeira. O modo de vida das pessoas muda, visto que há uma intensa revolução técnico-científica em curso. Há no mundo um grande surto de entusiasmo capitalista e, no Brasil, este entusiasmo toma a forma de um processo brutal, no qual todos os elementos culturais não ocidentais se transformam em estorvo à nova ordem mundial e são, por isso, fortemente atacados. O exemplo trágico é Canudos que, por não aceitar a modernidade, é massacrada. Mas Canudos é só um exemplo. No Rio de Janeiro, através da violência do Estado, há um processo (que a imprensa local chamou de regeneração¹¹⁰) de segregação

¹⁰⁷ “Trouxeram ao Brasil, criaram no Brasil a questão social. Ela urge conosco por medidas, que com seriedade atendam seus mais imperiosos reclamos. Mas como é que atenderíamos nos limites estritos de nosso direito constitucional? Ante os nossos princípios constitucionais, a liberdade dos contratos é absoluta, o capitalista, o industrial, o patrão estão ao abrigo de interferência da lei, a tal respeito” - BARBOSA *apud* FAORO, Raymundo. *Os Donos... op. cit.*, p. 228.

¹⁰⁸ FAORO, Raymundo. *Os Donos... op. cit.*, p. 232.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 233.

¹¹⁰ “Iniciou-se então o processo de demolição das residências da área central, que a grande imprensa saudou denominando-a com simpatia de ‘Regeneração’. Para os atingidos pelo ato era a ditadura do bota-abaixo, já que não estavam previstas quaisquer indenizações para os despejados e suas famílias, nem se tomou nenhuma providência para realocá-los.” – SEVCENKO, Nicolau. *História... op. cit.*, p. 19.

entre aqueles “aptos” a desempenhar um papel burguês dentro desta nova sociedade que vai se engendrando, daqueles indivíduos que não podem se adaptar, por questões culturais e ou raciais. Nascem as malocas, especialmente no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, nascem os *boulevards*, os cafés, onde uma nova classe média urbana tenta desempenhar um teatro burguês, ao melhor estilo parisiense. O espaço e o tempo são controlados. A vida passa ter um ritmo apressado, impaciente e nervoso¹¹¹.

Comprar livros, nesse período, era um sinal de sofisticação. Os mesmos comerciantes que lidavam com perfumes importados, *biscuits* delicadíssimos, vestuário, tecidos especiais, artigos de toucador, peças de decoração, móveis e suvenires sofisticados, importavam livros da Europa. Nem sempre realmente lidos, os livros franceses eram peças de destaques nas decorações das casas de famílias abastadas. O importador e o comerciante que entendiam a mentalidade desse público obtinham grandes lucros. Não tardou muito para terem a ideia de produzir livros em português de autores europeus. Assim nasceu o mercado editorial brasileiro¹¹². A mesma habilidade de aveludar reposteiros que cobriam as portas das casas fluminenses ou paulistas poderia ser útil no acabamento final de uma capa de livro. Era a maneira como o estilo de vida da elite local estava a se constituir, em um mimetismo da vida europeia. Para isso, era necessário certo conhecimento dos gostos e hábitos europeus. De preferência de comerciantes recém-imigrados da Europa, pioneiros deste tipo de atividade por serem “habilitados a contribuir para o trabalho de reprodução do estilo de vida da classe dirigente local”¹¹³.

Em nível global, crescia a fé de que os intelectuais pudessem interpretar a sociedade.

Não havia precedente histórico para o que se passava... Isso suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém adquirido, o poder do conhecimento, resolveria todos os problemas e nos alçaria a novos mundos utópicos.¹¹⁴

¹¹¹ SEVCENKO, Nicolau. *História... op. cit.*, p. 7-30; pp. 408-490; LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, p. 25.

¹¹² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 144.

¹¹³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais... op. cit.*, p. 144.

¹¹⁴ TOLSTÓY, Leon *apud* SEVCENKO, Nicolau. *História... op. cit.*, p. 408. Sevcenko retirou essa citação do livro não ficcional de Tolstoy, cujo título na edição inglesa é *The knowledge and the power. Reflections on the History of Science*.

O parentesco entre 1868 e 1922 não se resume a fatos políticos, nos termos que Faoro propõe. No campo das ideias, há algumas semelhanças. O ano de 1868 gerou a geração de 1870, com seu “bando de ideias novas”, a “superação do catolicismo reinante” (expressões de Sílvio Romero), seus haeckelnismo científico, comtismo, darwinismo, monismo, antimetafísica. Todas estas ideias podem ser resumidas como uma “cosmovisão laicizada”. Foi o período em que a ciência europeia caiu “mais francamente entre nós”, na expressão de Clovis Beviláqua. Ideias abolicionistas, federalistas e republicanas se fortalecem bastante nesta década de 1868 a 1878¹¹⁵. Foi uma espécie de período iluminista¹¹⁶ brasileiro em que houve a superação do ecletismo espiritualista que exercia a hegemonia filosófica nos poucos centros acadêmicos brasileiros. Antes de 1870, “o Brasil só contava com uma corrente filosófica efetivamente constituída, o ecletismo espiritualista [de Victor Cousin]”¹¹⁷. A partir de 1870, há uma grande revolução no sentido de as ideias filosóficas europeias serem consumidas no Brasil.

De forma semelhante, 1922 gerou revolução estética e novas tendências políticas como o tenentismo e o comunismo. Passou a ser identificado como o ano que “inaugura” o novo, a modernidade. O sentimento de nacionalidade e de pertencimento é bem alimentado nesse período, apesar de não ser cria dessa época¹¹⁸. Jovens bem-nascidos organizam, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, fazendo com que a arte também enxergue com mais profundidade o Brasil. Criticaram tudo, inclusive as suas condições de privilegiados.

Alfredo Bosi alerta que 1922 só ocorreu porque Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna e Manuel Bonfim, pelo ensaísmo; Lima Barreto e Graça Aranha, pela literatura; e Lobato, pela sua vivência brasileira, tiveram “o papel histórico de mover as águas estagnadas da *Belle Époque*”¹¹⁹. Bosi se refere aos primeiros anos do século que precederam 1922, classificados como Pré-modernismo, transcendendo um pouco as fronteiras da literatura e das questões de estilo. Nessa dimensão, o

¹¹⁵ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, pp. 19-22; p. 31; ROMERO *apud* LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, p. 20; BEVILÁQUA, Clóvis *apud* LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, p. 20; SCHWARCZ, Lília Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 33-55.

¹¹⁶ Um iluminismo bem peculiar e cheio de contradições como o regime escravo.

¹¹⁷ MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antônio. Introdução. In: BARRETO, Tobias. *Estudos de Filosofia*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

¹¹⁸ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, pp. 19-22.

¹¹⁹ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 2001, pp. 306-307

“pensamento social” passa a ser preocupação da literatura¹²⁰. O pensamento social invade e é invadido pelo campo literário.

Nesse tortuoso processo de meio século, o Brasil passa ser um objeto de entendimento. Emerge então uma classe de intelectuais cujos membros, quase todos, são pertencentes a famílias oligárquicas em situação de declínio financeiro, que estão passando por um penoso processo de “declassificação social”¹²¹. Há um processo de mistificação desse novo grupo um tanto ou quanto complexo, que será abordado na próxima seção.

O surgimento da *Revista do Brasil* é muito importante nesse contexto. Em sua primeira fase, que vai de 1916 a 1925, publicou 113 exemplares. Foi fundada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, mas em 1918 foi vendida a Monteiro Lobato que montou, logo em seguida, a Editora Monteiro Lobato & Cia¹²². Nos dois primeiros anos, não foi um sucesso de vendas, mas, numa arrojada estratégia, Lobato conseguiu expandir as vendas da revista além do eixo Rio-São Paulo; usando todo tipo de estabelecimento comercial, por meio do regime de consignação¹²³, em cidades grandes ou pequenas. “O único lugar que não vendi foi nos açougues, por temor que os livros ficassem sujos de sangue”, assim brincava Lobato¹²⁴.

Na *Revista do Brasil* – que tinha, entre outras coisas, vários ensaios de direito, economia, história, geografia, filosofia, literatura, medicina, sanitarismo – havia uma grande variedade de colaboradores, numa grande diversidade ideológica¹²⁵. Sob a gerência de Lobato, a partir do final de 1918, foi reforçada a propensão da *Revista* a dar espaço a autores ainda não consagrados. Lobato inclusive alardeia tal situação, através de sua linguagem despojada.

Você já está graúdo, já tem nome. Arrume-se lá com o Garnier ou o Alves [assim Lobato reproduz os diálogos que teria tido com pessoas já

¹²⁰ *Ibidem* p. 312-314.

¹²¹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais... op. cit.*, p. 81

¹²² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, p. 31; HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. Tradução de Maria Penha Villalobos. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da USP, 1985, p. 245.

¹²³ Assim era a carta que Lobato endereçava aos comerciantes. “Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o seu lucro. Quer vender uma coisa chamada ‘livros’? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro; batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V. S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios etc. E como V. S. receberá este artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais livros terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa” (*apud* HALLEWELL, Laurence. *O Livro... op. cit.*, p. 245).

¹²⁴ *apud* HALLEWELL, Laurence. *O Livro... op. cit.*, p. 245.

¹²⁵ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista... op. cit.*, p. 48, p. 54.

consagradas]. Nada de velharias, medalhões, nada de acadêmicos com farda de general de opereta do tempo de Luiz XIV, armado daquela espadinha de cortar-papel. Gente nova, de paletó saco, humilde nas suas pretensões, mas gente nova¹²⁶.

Ao contrário do discurso cheio de efeitos de Lobato, a revista aceitava sim certos medalhões como Rui Barbosa, Souza Bandeira, Oliveira Lima, Mario de Alencar¹²⁷. De qualquer maneira, pensando pelo menos em Rui Barbosa, havia uma convergência de seu pensamento com os corolários mínimos da revista.

A *Revista do Brasil* que, no seu gênero, foi o periódico mais longo da Primeira República, destoava da maioria das publicações da época. Enquanto as demais revistas, em sua maioria, reforçavam os ideários estéticos franceses, as formas de marcar distinção das famílias abastadas, os gestos e a tecnologia da “alta roda” da sociedade, a *Revista do Brasil*, preponderantemente, focava na análise do Brasil, da sua sociedade, numa tentativa de fazer um diagnóstico para a Nação, propondo soluções. O denominador comum entre os colaboradores era um discurso que entendia que o problema primordial do país era a ausência de consciência nacional¹²⁸. Certos ideais de Alberto Torres coincidem com os da linha editorial da revista, quais sejam: (a) buscar uma consciência nacional; (b) olhar o Brasil em seus próprios termos; (c) pretensão racional (científica) para o entendimento da nação; (d) superação do estrangeirismo. Se não tivesse morrido em 1917, certamente seria um colaborador da revista¹²⁹.

Havia um enorme significado político no lançamento da revista, principalmente em seus primeiros anos. O grupo proprietário do *O Estado de S. Paulo* tinha fortes princípios liberais, uma consciência clara de que o processo eleitoral era controlado pela violência dos grupos oligárquicos e de que não havia uma opinião pública autoconsciente e atuante¹³⁰. Foi esta semelhança de contexto, dos anos finais da

¹²⁶ LOBATO, Monteiro *apud* HALLEWELL, Laurence. *O Livro...* op. cit., p. 246.

¹²⁷ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista...* op. cit., p. 54.

¹²⁸ *Ibidem* p. 59; p. 58; p. 46.

¹²⁹ “Um ex-deputado, ex-governador, ex-ministro da Justiça, ex-ministro do STF, Alberto Torres, comanda a corrente de homens que perderam a fé na Carta de 1891. Quer não reformá-la para aperfeiçoá-la, seduzido por problemas novos, de ordem social e econômica. No Brasil não haveria nação nem sociedade, mas a anarquia interna, instavelmente articulada, expondo-o à perda de sua independência, agora ameaçado pelo imperialismo econômico e não mais pelas cadeias coloniais. [...] Para obra que se impõe, abandona o ‘espírito liberal’ que limitara a autoridade em nome de um engodo, a liberdade. O governo do Estado nacional há de ser forte para coordenar a sociedade e desenvolver a economia. A autonomia estadual e municipal seria limitada pela política nacional, acrescidos os poderes clássicos do poder coordenador, que controlará e articulará as influências centrífugas” – FAORO, Raymundo. *Os Donos...* op. cit., p. 295).

¹³⁰ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista...* op. cit., p. 42.

Monarquia com a década de 1920, desencantada com a Velha Senhora, que chamou a atenção de Vianna.

Falemos de 1930 agora. É o ano da deposição de Washington Luis, fato que a historiografia consagrou como a Revolução de 30. Caem alguns oligarcas, ascendem outros. Mas é inegável a ascensão de um novo elemento político: a classe dos burocratas. Oliveira Vianna está entre eles. Vianna é intelectual e burocrata. Logo seria nomeado consultor jurídico do Ministério do Trabalho. Antes de outubro de 1930, publicara *Problemas de Política Objetiva*, livro que fora acusado por alguns de dar subsídios a investidas antidemocráticas¹³¹. Quem preenche o vácuo deixado por Dom Pedro II é Getúlio Vargas, que se deixa misturar conscientemente com a imagem do imperador restaurada na década de 1920. Assim, as celebrações e homenagens ao imperador encontram “uma perspectiva de continuidade” em 1930¹³². Agora o papel do Estado é fundamental. Assim como Dom Pedro II fazia as vezes da “opinião pública organizada”, como bem demonstrado por Vianna, Vargas centralizava a criação da Nação por meio de um Estado forte, de um corpo burocrático fortalecido.

Outros ideais de Alberto Torres, além dos seguidos na *Revista do Brasil*, que sintetizam bem o pensamento corrente de 1920, coincidem com os da Revolução de 30. A Nação deve ser obra de criação consciente e planejada do Estado, ou seja, o Estado seria o demiurgo da Nação. Outra proposição de Torres, a representação corporativista, tem semelhanças à adotada na Constituição de 1934. O Código Eleitoral de 1932 prevê a representação classista em concorrência com a representação eleita pelo sufrágio eleitoral. De certa forma, a carta constitucional absorve a proposta torreana de representatividade corporativa no Senado. No entanto, no texto constitucional de 1934, a representatividade corporativa se dá na Câmara de Deputados e não é maioria, contrariando o que Torres propõe. São 40 deputados classistas e 214 eleitos pelo sufrágio eleitoral.

O texto de 1934 teve vida curta. Com o Estado Novo, em 1937, foi revogado. Não há mais representatividade nem classista, nem universal. As casas legislativas são fechadas. A aposta do Estado como o centro organizador da Nação é dobrada, assim como a centralização do poder nas mãos do governo federal em detrimento às demais unidades da federação. Aliás, a federação na prática fora dissolvida.

¹³¹ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre...*, op. cit., p. 243.

¹³² SANDES, Noé Freire. *A invenção...* op. cit., p. 236; 244.

1.3 INTELECTUAIS DO ESTADO E AUTONOMIA INTELECTUAL

A problematização desta pesquisa se estabelece a partir do ponto de vista da história das ideias, mas não se pode negligenciar as forças sociais envolvidas na produção intelectual de Oliveira Vianna. Os intelectuais são indivíduos que têm suas vinculações de poder de forma voluntária ou não. No caso dos intelectuais brasileiros, há uma camada de vinculação adicional: o pensamento brasileiro não se alicerça sobre si mesmo. As fundações deste edifício usam vigas, aparentes ou não, de origem estrangeira. Somos ex-colônia. Então, existem duas camadas de dependência do intelectual brasileiro: uma é formada pelos grupos sociais que, de alguma forma, bancam ou legitimam sua atividade; a outra é a dependência teórica ou filosófica do mundo europeu, nos mais diversos níveis.

Sérgio Miceli estudou profundamente a primeira camada. Para este sociólogo, a atividade intelectual nada mais é do que uma carreira em que há postulantes que querem entrar num processo de inclusão em estruturas sociais e políticas diversas, desconstruindo a visão mítica ou divinizada que se nutre por esta categoria humana. Segundo Miceli, o intelectual, pelo menos em seus primórdios, estaria sempre subordinado de alguma forma a uma classe dirigente, denotando uma espécie de controle por parte dessas elites. De pronto, elenca três grandes blocos de onde surgem uma estrutura social de vinculação no Brasil entre o fim do século XIX e anos iniciais do século XX: (a) os partidos e instituições culturais da oligarquia paulista; (b) as frentes de mobilização ideológica (integralistas, católicos ou partidos de esquerda); e (c) o serviço público¹³³.

Como visto nas duas seções anteriores, Vianna começa sua trajetória intelectual vinculando-se, principalmente, à *Revista do Brasil* e, por último, entra na estrutura burocrática varguista. Na verdade, ele se manteve vinculado às duas estruturas sociais, apesar dos eventuais antagonismos entre estas. São justamente os paulistas que o legitimam como intelectual. Não por acaso, seu clássico de origem é uma homenagem ao bandeirante. Posteriormente, na era Vargas, há um encontro entre os interesses deste governo e o diagnóstico torreado da nação que ele sempre professou. Assim, não foi o governo Vargas que moldou Oliveira Vianna. Ele se forjou

¹³³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 372.

assim antes. Depois houve um encontro por afinidade. Há uma vinculação de mão dupla, pois o governo também precisa de uma justificativa legitimadora. Vianna torna-se burocrata do mais alto escalão do governo ao mesmo tempo que permanece vinculado a várias editoras, em sua maioria, paulistas. Vianna, como intelectual, vincula-se, de várias formas possíveis, à classe dirigente, através de agências de controle públicas e privadas. Só não se vinculou às frentes ideológicas organizadas, considerando o conceito que Miceli formulou para estas frentes.

Como a rede paulista de produção intelectual era muito vinculada a oligarquias, seu poder ficou relativamente reduzido em relação à nova classe de intelectuais arregimentada ou formada pelo governo varguista. Não significa, contudo, que a rede paulista tenha ruído por completo, mas apenas perdido a hegemonia no controle da produção intelectual a partir de 1930. O recrutamento e a cooptação de intelectuais pelo regime varguista foi gigantesco e ocorreu num pequeno espaço de tempo. Era necessário criar órgãos diversos, com suas siglas imponentes DASP, CFSPC, DIP (Departamento Administrativo do Serviço Público, Conselho Federal do Serviço Público Civil, Departamento de Imprensa e Propaganda, respectivamente) entre outras instituições. Havia uma aura de modernidade e de administração racional, em que os “homens de ciência”, os técnicos, seriam muito bem-vindos.¹³⁴

A despeito de toda esta fachada científica alardeada, práticas clientelistas ainda estavam em curso, com a diferença de agora estarem no nível nacional. O contingente de pessoas com diploma havia aumentado nos anos anteriores. O ingresso no serviço público dependia também de muito capital social (de pistolão) para quadros dos escalões médios ou superiores. No entanto, é inaugurado o sistema de concurso público para recrutamento de pessoal, o que seria o início de uma administração pública impessoal. Mas, na prática, esta forma de recrutamento ficou muito restrita. Na verdade, havia várias categorias de servidores públicos, com realidades e remunerações muito diferentes. Havia a experiência incipiente da efetivação por concurso público, os funcionários *ad hoc* (sem vínculo permanente), que eram extranumerários, e os cargos comissionados, distribuídos nos mais diversos níveis de importância.¹³⁵ As camadas mais humildes do funcionalismo público realizavam as tarefas administrativas, ao passo que as camadas mais altas tinham uma dupla

¹³⁴ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 202.

¹³⁵ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 202.

função: organizar o discurso ideológico do governo e ser base de sustentação política do regime.

Não há como negar a existência destes vetores de dominação. Porém, uma análise só deste ponto de vista pode ser enganosa. Pensemos em Vianna escrevendo *Instituições*: prestes a aposentar-se como ministro do TCU, membro da ABL, respeitado pelos veículos de imprensa como representante do espírito da nação. Neste momento, o que poderia o angustiar? Do ponto de vista material, nada. Do ponto de vista do prestígio social, quase nada. Só restavam as críticas de seus pares que pertenciam a um restrito grupo que só a si mesmo faziam sentido. Vianna se colocou num debate que, de certa forma, transcende as questões políticas. Um debate que continua depois de sua morte.

Entre os equívocos e acertos de Vianna, um de seus projetos intelectuais jamais rechaçado pelos seus pares foi a angustiante tentativa de busca de autonomia intelectual brasileira perante a Europa. É um anseio intelectual de longa linhagem. O autor deste trabalho destaca, por conhecer bem a obra, Alberto Torres. A busca de autonomia intelectual em Torres era uma obsessão. Não significa que Torres não se socorria de autores estrangeiros. Ele pincelava proposições de autores estrangeiros fazendo uma espécie de bricolagem, montando sua tese. Isso só era possível porque ele não tinha uma visão mítica destes autores e nenhum compromisso em relação aos sistemas doutrinários que eles professavam. Vianna herda muito disto. Na verdade, ele acaba abusando disto, como veremos no início do próximo capítulo, ao tentar interpretar de forma modificativa as proposições de autores estrangeiros. Não se trata de falsificar citações, mas de interpretá-las de uma forma mais voluntariosa.

Maria Stella Bresciani e Nilo Odália recuperam uma linhagem mais antiga ainda para esta preocupação de se buscar uma autonomia do pensamento brasileiro. Eles a identificam já em Varnhagem, no início do século XIX, passam por Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, no final do mesmo século, e destacam muito Oliveira Vianna nesta trajetória. Odália em especial estabelece “um vínculo explicativo entre a atividade do historiador Varnhagem e a independência do país”¹³⁶. Para Odália, Varnhagem e Vianna compartilham uma tentativa de tentar compreender que a história brasileira em parte é continuidade da portuguesa e em parte tem sua destinação própria. A intenção dos dois seria encontrar o “*juste milieu*” (meio termo)

¹³⁶ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 33

entre aceitar a herança ibérica e entender as vicissitudes americanas. Mas há um ponto de distanciamento entre a visão de Odália e de Bresciani. Para Odália, havia em Vianna e Varnhagem, em última instância, uma submissão às teorias europeias, pois os dois autores “se dilaceram na dicotomia de, ao mesmo tempo, terem de atender às imposições que condenavam o Brasil a um triste destino, e contribuir para que a profecia altamente negativa... não se realizasse”¹³⁷. Já a tese principal de Bresciani é de que Vianna está com os pés fincados na nacionalidade de forma mais profunda. Odália enxerga Vianna como último exemplo de estilo inaugurado por Varnhagem. E Bresciani enxerga Vianna como um precursor de um estilo que se estenderá por quase todo século XX, passando por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, tendo como palco inicial, no caso de Vianna, a *Revista do Brasil*.

Este palco inicial de Vianna era a primeira arena científica com que ele se deparou. Aliás, a única possível. Como dito na seção anterior, a *Revista do Brasil* tinha grande pretensão científica. Sem contrariar suas premissas paulistas, lá se fomentava uma certa diversidade científica. Havia réplicas e tréplicas em relação a temas como a herança colonial e a mestiçagem da população brasileira. Monteiro Lobato, seu proprietário, gostava deste embate, ao mesmo tempo que lhe era muito lucrativo. Tânia Regina de Luca demonstra “o quanto a atmosfera da época estava impregnada pelas noções de superioridade e inferioridade biológica, secularmente reafirmada por filósofos, cientistas e políticos”¹³⁸.

A revista tinha um teor altamente eugênico, mas também abria um certo espaço para outras interpretações. A microbiologia, uma novidade, abria espaço para enxergar na suposta tibieza do brasileiro uma justificativa diferente da inferioridade racial, num ponto de partida igualmente originado das ciências empíricas. Os ideais de higiene, nas várias formas de aceção da palavra, compartilhavam espaço com os ideais de eugenia.

No discurso da época mesclavam-se propostas relativas à saúde pública, que pretendiam promover as condições gerais do meio ambiente; à educação; à difusão de hábitos de higiene e práticas esportivas. [...] Nessa medida, higienistas e eugenistas reclamavam uma ação decidida do Estado, condenando a inoperância de um poder que se lhes afigurava incapaz de tomar as medidas necessárias para retirar a nação de seu estado mórbido. Não admira que montante significativo desses profissionais fossem

¹³⁷ ODÁLIA, Nilo *apud* BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 31

¹³⁸ LUCA *apud* BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 33.

simpáticos às propostas autoritárias então em gestação e que muitos tenham sido incorporados à estrutura técnica montada no pós-30¹³⁹.

É neste ideal higienista que Monteiro Lobato, em *Urupês*, criou a personagem Jeca Tatu. Aqui o indígena não é mais tratado de forma romantizada como fez José de Alencar, que, por sua vez, buscou inspiração em Rousseau:

Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza de alma e corpo. Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci.¹⁴⁰

O Jeca Tatu é fraco, mais precisamente está doente. Provavelmente tem ancilostomose. Não é um herói viril como Peri. A personagem nasceu um pouco antes da tomada de consciência, de forma mais clara, por parte de Lobato das questões sanitárias. Lobato escreveu pouco tempo antes de comprar a *Revista do Brasil*. A famosa frase “O Jeca Tatu não é assim, ele está assim” na verdade é um comentário posterior de Lobato, não consta do curto conto. Luca assevera que a “mudança de rumo que Lobato impôs ao seu Jeca Tatu foi emblemática na medida espelhava [...] uma nova maneira de enfocar os problemas nacionais”.

De qualquer maneira, apesar de todos os preconceitos contidos, a revista é um grande espaço de exercício de vários debates. Ela também foi uma grande fomentadora de uma autonomia intelectual brasileira. Ela começou abrir uma clareira para uma compreensão mais profunda e independente do Brasil. O primeiro arbusto que a revista ajuda a podar foi uma admiração exagerada pelas ideias francesas, sem dúvida uma movimentação necessária de preparo para o movimento modernista de 1922.

¹³⁹ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 235.

¹⁴⁰ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

CAPÍTULO 2

AS IDEIAS DE OLIVEIRA VIANNA

2.1 ETNOLOGIA BIOLOGISTA E RACIALISMO

Toda ilusão consiste em tomar por objetiva a parte subjetiva de um juízo.

Immanuel Kant¹⁴¹

Quarenta anos de darwinismo! Que enormes progressos se fizeram no nosso conhecimento da natureza! E como foram modificadas as nossas mais importantes concepções, não só no domínio da biologia, como da antropologia e de tudo que se chama “as ciências do espírito”! Porque no conhecimento verdadeiro da origem do homem encontramos uma base sólida para assentarmos a fisiologia e um fundamento inabalável da psicologia natural e da filosofia monista.

Ernest Haeckel¹⁴²

Esta seção irá abordar a fase mais naturalista de Oliveira Vianna, mas também irá demonstrar que, mesmo em sua fase “culturologista”¹⁴³, ele nunca abandonou certos fundamentos naturalistas. Serão tratados nesta mesma seção dois textos: um representa o ápice de seu naturalismo, e outro, escrito quando já se “convertera” a um certo tipo peculiar de culturalismo, mas mantendo certas proposições do naturalismo, demonstrando, portanto, os traços residuais da sua segunda fase intelectual na terceira fase. Os textos são: *Raça e Assimilação*, editado originalmente em 1932, 4º volume da série Brasileira, da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional; e o capítulo “Cultura e Pan-culturalismo” do livro *Instituições Políticas Brasileiras*, publicado originalmente em 1949, pela editora Livraria José Olympio. Utilizo a 3ª edição de *Raça e Assimilação* de 1938, que

¹⁴¹ KANT, Immanuel. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2014, p. 108.

¹⁴² HAECKEL, Ernest. *Origem do Homem*. Tradução de Fonseca Cardoso. Porto: Lelo Irmão Editores, 1914, p. 22.

¹⁴³ “Culturologia - expressão feliz que, para denominar a ‘antropologia social’ dos americanos, propôs o professor Imbelloni, de Buenos Aires. [...] Devo confessar que, quanto à culturologia do Estado, parece-me matéria que os etnólogos têm descurado” - VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974a. [publicado originalmente em 1949], p. 29.

apresenta alguns anexos adicionais. De “Cultura e Pan-culturalismo” uso a 3ª edição de 1974, da Editora Record publicado em parceria com a Fundação Oliveira Vianna.

Nas palavras de Luiz de Castro Faria, *Raça e Assimilação* é um texto envelhecido. “Só serve como representação das representações.”¹⁴⁴ Nem mesmo os mais entusiasmados comentadores de Vianna se orgulham desse livro.¹⁴⁵ Ao mesmo tempo que almejava trazer argumentos puramente científicos em prol da ideia de inferioridade das raças negras e indígenas, queria também se livrar da artilharia moral e científica que, no tempo histórico do autor, já era direcionada contra Gobineau, Woltmann, Lapouge, Ammon e similares. Diria que há, do ponto de vista retórico, algo de acrobático nesse livro. Para isso, Vianna apostou em duas estratégias: praticar uma linguagem “científica” biologistica e buscar mais contemporaneidade às suas ideias. Assim, ele se socorria de gráficos e estatísticas; atirava em Gobineau, identificando nesse algo de anticientífico; e apostava em novos autores, também racistas, contemporâneos ao seu tempo histórico, oriundos da Alemanha, Itália, Inglaterra e EUA. Em síntese, uma renovação formal de velhas ideias.

Esse texto de Vianna é uma reação às teorias culturalistas que já estavam em evidência no começo do século XX, pois rechaça as ideias de pensadores que ele classificava como culturalistas como Franz Boas, Lucien Febvre, Èugene Pittard (1867-1962) e Henri Berr (1863-1954)¹⁴⁶. Vianna acredita, por exemplo, que Pittard e Febvre agem mais por antigermanismo do que por espírito científico, devido à veemência com que estes autores criticam Ratzel, Ammon e Lapouge (apesar de este

¹⁴⁴ “Este é um livro inapelavelmente envelhecido. Só serve como representação das representações, então em voga no campo intelectual brasileiro, sobre a diversidade étnica e pluralidade intelectual. Aliás, quando foi lançando já era velho, em termos de fundamentação teórica” - FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002, p. 80.

¹⁴⁵ “É comovente ver tanta dedicação a um assunto, no qual não se saiu bem nunca. Se o estudou, foi sempre mal orientado, por preconceitos que lhe deformavam a percepção” - IGLÉSIAS, Francisco. *Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna*. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 331.

¹⁴⁶ No entanto, a bem da verdade, só Boas é culturalista propriamente dito. Em relação a Berr e Pittard, se formos classificar a ciência que praticavam, seria uma Antropologia que se relaciona muito com a Antropologia Física, preocupada com evolução biológica do homem e as correntes migratórias da Europa pré-histórica ou, até mesmo pré-*Homo-sapiens*. Trabalham, portanto, numa escala de tempo bem maior do que os séculos. Pittard alerta acerca das incertezas destes campos do saber e por isso não poupa críticas a Gobineau e seus adeptos, a viajantes e exploradores que a partir de impressões superficiais tiram conclusões pretensiosas. E por tais teorias terem encontrado eco, se faz necessário para o antropólogo desconstruí-las. “¡ Lástima de tiempo perdido em dejar limpio um campo que tanta gente poco escrupulosa ha cultivado tan mal!” (Que pena o tempo perdido limpando um campo que tanta gente sem escrúpulos cultivou tão mal!). BERR, Henri. Prefacio: Raza y Emygraciones. In: PITTARD, Eugenio. *Las Razas y la Historia*. Tradução para o espanhol de Telesforo de Aranzadi e Alberto del Castillo. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 12.

último ser francês). Em várias ocasiões, advoga que teóricos latinos e eslavos afirmavam teorias igualitárias que desconsideravam a importância das raças como objeto de estudo por pura questão de “orgulho nacional” ferido. Em outras palavras, para Vianna, nesse momento editorial, reacionários seriam os culturalistas¹⁴⁷.

Abramos então *Raça e Assimilação*. Para Vianna, nesse livro, haveria um campo de estudo, a Psicologia Diferencial das Raças, que seria uma

ciência natural, ciência puramente antropológica, para qual a ciência é um fato biológico e psicologia da raça uma pura questão de físico-psicologia humana, nada tendo que ver, pelo menos imediatamente, com a psicologia de grupos sociais (nacionalidade, povos, etnias)¹⁴⁸.

Vianna entendia que esse ramo do saber, que ele chamava de Psicologia das Raças, dividia-se em Psicologia Étnica (campo que ele se propunha a estudar) e Psicologia Nacional aquilo que “os antigos psicorracistas, Gobineau, Woltmann, Laponge, Ammon, julgavam erroneamente ser psicologia da raça”¹⁴⁹. Assim, ele tentava afastar-se da artilharia que já era na ocasião direcionada a estes intelectuais, ao dar um ar puramente biológico ao tema, tentando analisar a psicologia humana num viés puramente natural; e, por outro lado, procurava uma geração de pensadores mais contemporânea ao seu tempo histórico, a exemplo de Renato Kehl, médico eugenista brasileiro, autor de *Lições de eugenia*. Também buscava referências no pai da expressão “eugenia”, Francis Galton (1820-1922).

Baseado em inúmeras categorias criadas por alguns estudiosos, que Vianna descrevia como biotipologistas, como o italiano Alfredo Niceforo (1876-1960) e o alemão Ernest Kretschmer (1888-1964), ele acreditava que pelo tipo físico poder-se-ia traçar a tendência psicológica de um indivíduo. Por exemplo, os tipos brevílineos teriam um perfil psicológico “ciclotímico” (mais intuitivo, festivo, emotivo), ao passo que o tipo longilíneo teria uma tendência maior ao temperamento “esquizofrênico” (sombrio, autista, isolado). A raça negra tenderia a ser ciclotímica e a indígena, esquizofrênica¹⁵⁰.

Vianna também tentava se ancorar em intelectuais brasileiros, em algumas áreas biológicas, tais como o médico Moura Brasil, que estudava os efeitos da raça na condição oftalmológica do indivíduo, principalmente acerca da alta incidência de

¹⁴⁷ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[a], 3ª Ed. pp. 15-16.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 29.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵⁰ VIANNA, Oliveira. *Raça...*, *op. cit.*, p. 45.

glaucoma na população negra. Ancorado na literatura produzida pelo médico, na diferenciação da condição oftalmológica de indivíduos negros, ele criava argumentos para estender tais conclusões a análises de psicologia social. Sendo a condição oftalmológica afetada pela condição racial, Vianna acreditava que as características psicológicas do indivíduo pudessem ser consequência de sua raça. Mas não há qualquer prova que o referido médico teria se interessado cientificamente por algo como “psicologia diferencial”¹⁵¹.

Alguns médicos, porém, de fato, acreditavam que a raça poderia determinar a psicologia humana, como Érico Coelho, que estudava a correlação entre os transtornos psicóticos puerperais e as raças; e Nina Rodrigues, que se aventurou nas teorias do italiano Cesare Lombroso, de Antropologia Criminal, segundo a qual se acreditava na existência de um criminoso nato. O livro de Rodrigues se chama *As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), mais tarde reeditado na mesma coleção do livro de Vianna. Segundo Rodrigues, certos traços físicos do indivíduo fazem-no um criminoso em potencial.

Na segunda parte de *Raça e Assimilação*, Vianna pretende entender como funcionam os mecanismos de assimilação, de fusão das raças, usando de uma nomenclatura em inglês *melting-pot*. Ele sugere criar metodologias de medição e acompanhamento para o desenvolvimento de uma política eugênica. Mostra-se muito preocupado com o fato de as agências governamentais não terem um registro estatístico à altura do que ele, na década de 1930, se esperava para se conhecer o perfil racial do brasileiro¹⁵².

Vianna propõe um estudo matemático que ele chamou de “índice de fusibilidade das raças” (do qual se depreende seu ideal de branqueamento), que seria a predisposição dos indivíduos para contrair matrimônio com outras raças. Inspira-se nos métodos matemáticos de uma antropóloga estadunidense chamada Bessie Bloom Wessel (1889-1969) que criou métodos quantitativos¹⁵³ para a medição da tendência

¹⁵¹ Oftalmologista que era, a preocupação de Moura Brasil era tão somente com o olho humano e sua relação com as raças, no que concerne à patologia do glaucoma. Estudos semelhantes foram feitos por um contemporâneo seu, o médico Paula Rodrigues – ambos mencionados por Nina Rodrigues em *As coletividades anormais*. RODRIGUES, Nina. *As Coletividades Anormais*, p. 129-130.

¹⁵² VIANNA, Oliveira. *Raça...*, *op. cit.*, p. 129.

¹⁵³ Em 1949, de forma indireta, Vianna renega o método dos cientistas que ele resenha em 1932, que utilizavam conclusões quantitativas (estatísticas) para explicar o perfil psicológico das pessoas. “Investigadores americanos despendem milhões de dólares para obterem, às vezes, resultados mesquinhos. [...] No fundo, um movimento de moda, uma tendência que já está se revelando os seus inconvenientes e está pedindo uma visão complexiva e sistematizadora” (NABUCO *apud* VIANNA, 1949). *Instituições Políticas Brasileiras. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os*

de fusibilidade de raças de pessoas que migraram para a cidade de New London, no estado de Connecticut, EUA. Vianna, com uma matemática de qualidade duvidosa, aventura-se em análise estatísticas, com o uso de tabelas cujos dados foram extraídos de registros cartoriais. Ele lamenta que filhos de estrangeiros, nascidos no Brasil e os naturalizados, sejam classificados como brasileiros nos dados cartoriais. Tal “indiscriminação dificulta extremamente a análise demográfica; torna mesmo inseguras as suas conclusões”¹⁵⁴. Fusão é uma expressão emprestada da química, numa “clara demonstração de seu recorrente recurso estético a imagens relacionadas às ciências em apoio de uma tese política”¹⁵⁵. Outro recurso científico-estético é a expressão em inglês *melting-pot* que pode ser traduzida, no sentido que ele usa, como um imenso caldeirão (crisol, cadinho) onde as raças se fundem.

Na terceira edição, sua tese acerca de uma inferioridade intelectual dos negros é bem mais explícita. Vianna se defende no capítulo adicional, “O problema do valor mental do negro”, escrito exclusivamente em resposta ao médico Arthur Ramos, que proferira duras críticas ao livro *Raça e assimilação*, numa conferência ocorrida no Centro Oswaldo Spengler. Apoiado em estatísticas apresentadas pelo dissidente soviético Pitirim Sorokin¹⁵⁶ (1889-1968) e pelo geógrafo estadunidense Elisworth Huntington (1876-1947), aponta estudos que alegam que, numa população negra, o número de pessoas com inteligência superior seria menor que em outras populações.

Ficam as perguntas: como tais estudiosos fizeram a “psicometria” de uma população inteira ou de uma amostra dela? Isso se a psicometria realmente for possível e confiável. E a principal: levaram em consideração as condições socioeducacionais da população negra na década de 1920, nos EUA? De qualquer maneira, citar autores estrangeiros contemporâneos com dados numéricos, tabelas e estatísticas, renovava sua argumentação e conferia-lhe certa legitimidade. A principal crítica de Arthur Ramos era que Vianna se baseava em autores ultrapassados do século XIX – se considerarmos os rumos que a Etnologia tomou no século XX, principalmente a boasiana. Nada melhor, do ponto de vista de Vianna, do que trazer autores do século XX, como Sorokin.

Problemas Brasileiros da Ciência Política. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[b] (publicado originalmente em 1949), p. 54.

¹⁵⁴ VIANNA, Oliveira. *Raça...*, *op. cit.*, p. 131,

¹⁵⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 281.

¹⁵⁶ Segundo a Wikipédia, Sorokin migrou da URSS para os EUA em 1923. Em Harvard, ajudou a fundar o departamento de sociologia. Era ativista político anticomunista.

José Murilo de Carvalho nota um certo retraimento no racismo de Vianna ao longo dos anos. Não compartilho, em sua totalidade, da tese de Carvalho:

De qualquer maneira, a julgar por *Instituições políticas brasileiras*, Oliveira Vianna abandonou desde 1933 a ideia de arianismo e, aparentemente, a de superioridade racial. Mas não parece ter abandonado a noção da importância de fatores genéticos na produção de indivíduos eugênicos¹⁵⁷.

José Murilo de Carvalho não é preciso em sua datação. *Raça e Assimilação* foi reeditado em 1938, com Vianna ainda vivo. Vale dizer, de certa forma, Vianna sustentou tais teses, no mínimo por toda década de 1930. Além do mais, veremos que há elementos incidentais em sua última obra *Instituições Políticas Brasileiras* de 1949 que indicam, ainda que de forma acanhada, que Vianna manteve tais valores até o fim de sua vida.

O Ariano no Brasil (biologia e mesologia da raça) e *Antropologia Social (psicologia e sociologia da raça)* nunca foram publicados, apesar de serem anunciados logo nas primeiras frases do prefácio de *Raça e Assimilação*¹⁵⁸. Vianna por algum motivo abortou um projeto muito ambicioso. *Raça e Assimilação* é tão somente “uma rápida síntese de apenas alguns capítulos” daquelas obras que têm títulos muito sugestivos¹⁵⁹. A crescente escassez de autores novos que sustentassem um projeto semelhante na Europa, que lhe dessem a ancoragem intelectual de que tanto ele necessita, pode ser uma das explicações desse abortamento.

Acerca da recepção de *Raça e Assimilação*, é necessário dividir a questão em duas partes. Uma é a recepção do livro perante a comunidade de cientistas sociais brasileiros e internacionais. Outra é a recepção do livro perante o mercado editorial e os formadores de opinião (principalmente jornalistas).

Perante o primeiro grupo, o livro não teve o impacto desejado por Oliveira Vianna – sendo que o livro busca se legitimar justamente neste grupo. Em vez de apresentar-se como membro importante do governo, Vianna em *Raça e Assimilação* se apresenta como membro de inúmeras comunidades científicas internacionais. No entanto, não há nenhum documento que comprove uma recepção perante os membros destas comunidades internacionais de etnólogos. Como dito no capítulo

¹⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. Texto Introdutório [de *Populações Meridionais do Brasil*]. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 908.

¹⁵⁸ Não se sabe quando e se tais livros foram escritos. Deles, somente do *Ariano no Brasil* há menções mais concretas. Acredito, sem poder afirmar categoricamente, que Vianna somente avançou na escrita do texto do *O Ariano*. Não tive acesso, e não conheço pesquisador que teve acesso, aos originais de *O Ariano no Brasil*.

¹⁵⁹ VIANNA, Oliveira. *Raça...*, *op. cit.*, p. 7.

anterior, conforme observa Venancio, Vianna constrói sua imagem. Qualquer menção nesse sentido seria destaque em reedições do livro. Ou até mesmo em sua edição póstuma em 1959. *Raça e assimilação* nunca foi traduzido para nenhum idioma, pelo menos, até a morte de Vianna¹⁶⁰. Porém, muito embora tal livro nunca tenha alcançado o sucesso internacional de um *Raízes do Brasil* ou *Casa Grande & Senzala*, ou mesmo dentro de uma comunidade não acadêmica brasileira, o livro nutriu por muitos anos “o charme da ciência e a sedução da objetividade”.

Nas palavras de Bresciani, Vianna cai em desgraça na década de 1940¹⁶¹. Tal afirmação deve ser entendida com cautela. Penso haver uma certa ilusão retrospectiva por parte da historiadora. Vianna cai desgraça sim, mas somente em momento posterior, na década de 1960 em diante - assim mesmo perante um público muito restrito de intelectuais que ainda o leem, mais por obrigação de ofício do que por entusiasmo, por afinidade de ideias. Deve-se fazer o difícil, mas necessário, exercício de enxergar Vianna a partir de seu tempo histórico para cá. Havia tão somente vozes isoladas que criticavam certas ideias de Oliveira Vianna antes de 1960, como o jurista liberal Waldemar Ferreira, o médico Arthur Ramos e, dentro de sua sutileza sofisticada, Sérgio Buarque de Holanda. Foi só a partir de Antônio Cândido que Vianna se tornou um anátema. Se formos pensar as décadas de 1940 e 1950, a expressão “cair em desgraça” é exagerada. A partir da década de 1960, tal expressão torna-se historiograficamente adequada.

Perante um público leitor e os jornalistas brasileiros, *Raça e assimilação* se mantém na década de 1940 tão vivo quanto na década anterior. É isto que sugere a análise documental de jornais brasileiros publicados nestas duas décadas (ver anexo único). *Raça e assimilação* é referência recorrente nos jornais e revistas dessas décadas. Seduz por sua pretensa objetividade. De todos os periódicos analisados, há poucas críticas negativas, a exemplo de uma revista paulista de humor, *Moscardo*, cujo lema é “nada é sagrado para moscas e jornalistas”. Assim mesmo, é uma crítica

¹⁶⁰ Pode-se dizer categoricamente que *Raça e Assimilação* não foi traduzido para nenhum outro idioma, pelo menos até a sua última obra. Vianna era autor que prefaciava seus próprios livros. Tal fato estaria no prefácio de seu último livro. Donald Pierson, que lia em português, não se entusiasmou por *Raça e Assimilação*, embora faça muitas menções aos livros *Evolução do Povo Brasileiro* e *Populações Meridionais do Brasil*, em seu *Branços e Pretos na Bahia, estudo de contato racial*. Robert Park, orientando de Pierson, conheceu Vianna em 1937. Vide capítulo 4, seção 3. O que encontrei de autoria de Vianna em língua estrangeira é tão somente um artigo, publicado em 1932, na *Revue D'Historie des Colonies*, da *Société de L'Historie des Colonies Françaises*. O título do artigo é *Formation Ethnique du Brésil Colonial*. Pode-se deduzir, com baixa chance de erro, que nenhum livro de Vianna foi publicado em outro idioma.

¹⁶¹ BRESCIANI, O Charme..., op. cit., p. 21.

sutil e bem-humorada. A grande maioria das referências são positivas. Ironicamente, há até artigos que descrevem *Raça e assimilação* como um texto que combate os preconceitos de raça, principalmente contra japoneses¹⁶². A grande maioria dos jornalistas comprovam dominar o vocabulário e conceitos apresentados no livro, como *melting-pot* e índice de fusibilidade. Os dados numéricos do livro são apresentados sem nenhuma contestação. O charme aritmético de Vianna com suas tabelas não despertou em ninguém nem mesmo a curiosidade de validar matematicamente os dados apresentados. Tudo foi aparentemente aceito pelos consumidores de livros passivamente. É um caso de sedução.

Foram grandes as expectativas destes jornalistas pela publicação de *Ariano no Brasil*, que seria uma continuação de *Raça e Assimilação*, fazendo parte da série de livros prometida. Poucos livros realmente publicados tiveram tantas menções do que o *Ariano no Brasil*, nunca publicado e jamais lido, nem mesmo seus manuscritos. Nas minhas tentativas de pesquisa na Casa de Oliveira Vianna não logrei êxito em ter acesso a tais manuscritos. A hipótese mais provável é que eles não existam mais.

Abramos o outro texto de Vianna. Como contraponto, incidentalmente, Vianna aborda o tema racial em sua última obra. Em *Instituições Políticas Brasileiras*¹⁶³, publicado originalmente em 1949, retoma o tema do culturalismo, em seu capítulo “Cultura e Pan-Culturalismo”, esforçando-se para provar que a individualidade humana é um fator importante nas análises sociais e que toda explicação social baseada tão somente em pensamento cultural seria um erro. Esclarece-se que nesse texto ele não nega a força da cultura, mas tão somente argumenta que a cultura é um dos fatores que moldam o caráter do ser humano, juntamente com o meio ambiente e a raça. Ele discute o que entende por “panculturalismo”, que seria uma vertente das ciências sociais que considera a cultura o único fator de explicação da vida humana

¹⁶² Vianna, que acreditava acriticamente em testes de inteligência, afirmava que os japoneses, em geral, saem bem em testes de inteligência. Para isso ele se socorre de estudo de dois psicólogos: Harriet Babcock e Stanley Porteus. VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[a], 3ª Ed. p. 208. Vianna também tenta discutir os índices de fusibilidade dos japoneses no Brasil, afirmando que, a despeito do senso comum, seriam altos (p.157).

¹⁶³ “Oliveira Vianna sentiu-se obrigado a voltar ao assunto [da raça] em *Instituições políticas brasileiras*, em que esboçou uma crítica a Franz Boas [...] Curiosamente, Boas sequer menciona Lapouge, Ammon e Gobineau no verbete ‘Race’ que escreveu para a *Encyclopedia of Social Sciences*, em 1934. Fica, ao final da história, a pergunta sobre a razão de ter Oliveira Vianna se aventurado tão afoitamente em terreno tão escorregadio. Ocorre-me apenas sugerir que talvez a influência de Sílvio Romero tenha sido aqui também decisiva. Como vimos pelo depoimento de Artur Guimarães, mesmo após absorver o leplaysmo, que não era racista, Sílvio parece ter conservado traços de racismo de Lapouge” – cf. CARVALHO, José Murilo de. *Texto introdutório...*, op. cit., p. 908).

em sociedade. Numa fase mais radical do culturalismo, a cultura seria considerada uma entidade que existe independentemente do homem individualmente considerado. A tal momento intelectual, Vianna deu a alcunha de “fase do criacionismo pan-culturalista”, indicando como expoentes Durkheim, Boas, Spangler, Grabner, Schmidt, Ratzel e, com maior destaque, Spengler e Frobenius¹⁶⁴.

Para os culturalistas há, então, na Cultura uma virtualidade própria – mística ou mágica, como quer que seja - que anula qualquer ação em contrário do homem, reduzindo assim à condição de homúnculo ou menos que isso. Mesmo que este homem seja um grande homem¹⁶⁵.

Apresenta no texto, ainda, com entusiasmo e repetidamente (16 vezes), o psicólogo social estadunidense behaviorista Floyd Allport¹⁶⁶ (1890-1978), que organizou dados estatísticos em relação a indivíduos que, em certas sociedades, tendem a não se submeter às pressões dos fatos sociais. Allport desenvolvera um gráfico estatístico que, de acordo com suas observações empíricas, descreveria a tendência de certos indivíduos ao inconformismo perante os padrões de conduta. Os índices de conformidade, não conformidade ou conformidade parcial, ou seja, a intensidade com que os indivíduos aderem ou não às regras da sociedade, variam muito de acordo com as forças da pressão social, do tipo de regra e do tipo de sociedade.

Daí Vianna retoma a velha técnica que outrora utilizou a partir dos estudos do médico Moura Brasil: aproveitar a força do sucesso de outras áreas do saber, para inserir sua tese, fazendo um desvio abrupto. Dessas conclusões acerca da força da individualidade feitas por psicólogos sociais, com destaque a Allport, Vianna insere a conclusão de que a raça é um fator importante na diferenciação psicológica das pessoas. Isso contradiz seu próprio conceito coletivo de raça. Um leitor desatento do texto de Vianna pode até pensar que Allport seria adepto da psicologia diferencial das

¹⁶⁴ “Não é o homem quem faz a cultura; sim o Paideuma [termo forjado por Frobenius que significa *grosso modo* Cultura, transcendência do ambiente social] que forma o homem, ou melhor, o gênio. O gênio é uma parte, uma expressão, uma manifestação cume do Paideuma” - FROBENIUS *apud* VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 43.

¹⁶⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura)*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a], p. 44. Este livro foi publicado originalmente em 1949.

¹⁶⁶ Floyd Allport é considerado pela Psicologia Social como introdutor do behaviorismo. Utilizava o método experimental e valorizava o indivíduo como objeto de estudo. “Não há psicologia de grupos que não seja essencial e totalmente uma psicologia de indivíduos. A psicologia social não deve ser colocada em oposição à psicologia do indivíduo; ela é uma parte da psicologia do indivíduo cujo comportamento estuda, considerando o ambiente, que compreende seus semelhantes” – ALLPORT, Floyd *apud* ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. *Psicologia Social (Perspectivas Psicológicas e Sociológicas)*. Tradução de Miguel Cabrera Fernandes. Porto Alegre: AMGH, 2017, p. 59.

raças, já no final da década de 1940. Mas a preocupação de Allport está na relação entre os indivíduos e as normas sociais. Nada indica em seu trabalho uma preocupação com a psicologia diferencial das raças¹⁶⁷.

Vejamos como se desenvolve o raciocínio de Vianna detalhadamente, em suas próprias palavras, quando vai resenhando os teóricos da Antropologia e da Psicologia Social, argumentando que a cultura não seria absoluta e que há resistências às pressões sociais, pois nem todos os indivíduos de um grupo seguem o mesmo padrão comportamental:

Thorndike nos deixou bem provado, realmente, que a ação do meio cultural é inegável, de acordo com a tese de Boas; mas deixou também provado que o poder modificador do meio cultural só vai até certo ponto, tem um limite, que varia de indivíduo a indivíduo¹⁶⁸.

Até esse momento, o raciocínio segue ancorado nos autores citados. Floyd Allport e Eduard Lee Thorndike estavam preocupados com o indivíduo e em demonstrar que os indivíduos são, por definição, um ente diferente do social. Mas agora vem o desvio abrupto, o ponto de inflexão, quando Vianna traz uma tese própria:

O meu ponto de divergência entre os antropologistas americanos da escola culturalista, Boas e seus seguidores, é que eles consideram a “cultura” como um sistema social que encontra explicação em si mesmo, ao passo que eu, **embora aceite a concepção central de etnologia americana**- do regionalismo das ‘áreas da cultura’- **contudo, não aceito o pan-culturalismo desta escola**, que quer tudo explicar em termos de “cultura”, até os fenômenos fisiológicos, e se recusa a fazer intervir, na formação e evolução das sociedades e da civilização, os fatores biológicos, negando qualquer influência ao indivíduo ou à raça e a sua poderosa hereditariedade¹⁶⁹ (grifos nossos).

Sérgio Buarque de Holanda, em uma resenha crítica de *Instituições Políticas Brasileiras*, descreve essa passagem de Oliveira Vianna como uma movimentação abrupta. “Ele [Vianna] passa, **de súbito**, a insistir na necessidade de se considerarem como decisivas na existência das culturas as ‘matrizes biológicas da Linhagem e da Raça’”¹⁷⁰ (grifo nosso). O movimento súbito de Oliveira Vianna ocorre principalmente quando ele ancora sua tese própria em autores que sequer abordam a problemática em questão ou, se abordam, não têm o vício racialista de Vianna.

¹⁶⁷ Nenhum manual de psicologia que pesquisei aponta os estudos raciais como preocupação de Allport. cf. SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydeney Ellen. *História da Psicologia Moderna*. pp. 168-171; GARRIDO, Alicia. *Psicologia Social (Perspectivas Psicológicas e Sociológicas)*. Tradução de Miguel Cabrera Fernandes. Porto Alegre: AMGH, 2017, p. 59.

¹⁶⁸ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 57

¹⁶⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 57.

¹⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Resenha de] *Instituições Políticas Brasileiras*. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 1950, p. 423.

Até mesmo autores culturalistas podem ser objeto da técnica retórica de Vianna. Em certas ocasiões, Vianna se faz valer de fragmentos de tais autores, para fundamentar suas teses anticulturalistas. Eis um trecho de Vianna em que cita fragmento do texto de Ralph Linton (1893-1953), levando a crer que este compartilha de sua concepção acerca de raça.

Linton é também adepto da teoria culturalista e um dos seus expositores mais brilhantes e convincentes. Neste livro [*Cultura e Personalidade*], **ele contesta os dois postulados fundamentais da teoria de Boas: - o da unidade fundamental da espécie humana e o da igualdade psíquica de todas as raças**. Mostra-se mesmo admirado – num tom entre sorridente e irônico – de que Boas houvesse afirmado tal postulado sem base científica séria; mais ainda – que houvessem os mestres americanos acreditado nestas afirmações, tão contrárias à verdade observada: - "Crer que todos os grupos humanos tenham a mesma potencialidade psíquica, sem tratar de explicar as diferenças tão claras que exibem na sua conduta e mesmo nos seus sistemas de valor-atitude, exige, sem dúvida, um grau de fé na autoridade da ciência de que poucos indivíduos são capazes". [...] O ponto central do problema, a que ele se propôs a resolver neste livro, era saber até onde a cultura influi na personalidade do indivíduo e quando começa a deixar de influir para **dar lugar a fatores biológicos**¹⁷¹ (grifos nossos).

Na verdade, se formos ampliar a leitura do texto além do fragmento citado por Vianna, percebemos que Linton argumenta que Franz Boas, ao eliminar de forma radical os fatores fisiológicos hereditários, deixou um vácuo acerca da explicação das diferenças de personalidade nas sociedades; mas em nenhum momento Linton sugeriu uma análise das diferenças de personalidade a partir da raça. O que se critica é a forma com que Boas e outros antropólogos minimizam as diferenças entre as sociedades; pois uma das teses principais de Linton é que “toda sociedade tem seu tipo básico de personalidade e sua própria série de personalidades de *status* que em certos aspectos diferem de qualquer outra sociedade”¹⁷².

Linton não credita muito valor à fisiologia como explicação da formação da personalidade e, mesmo admitindo teoricamente sua existência, aponta dificuldades de isolar aptidões inatas do indivíduo das aptidões adquiridas culturalmente. “Não há maneira pela qual possamos analisar as aptidões do indivíduo no estado ‘puro’”¹⁷³. A personalidade é, para Linton, o processo de integração/interação da experiência do

¹⁷¹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 61-62

¹⁷² LINTON, Ralph. *Cultura e Personalidade*. Tradução de Oscar Mendes. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1967, p. 130. Embora Linton também observa que num nível que ele chamou de *subcultural*, que se demonstra nas relações familiares mais básicas, que só podem ser observados quando o etnólogo está num processo de imersão, num trabalho de campo, é possível ver as semelhanças entre as personalidades, mesmo em sociedades diferentes. “Quando indivíduos essencialmente semelhantes em sociedades diferentes são expostos a situações semelhantes, o resultado será uma semelhança nos estratos mais acentuados das configurações de sua personalidade” (*Ibidem*, p. 147).

¹⁷³ *Ibidem*, p. 134.

indivíduo com o meio ambiente e com a cultura. Em nenhum momento Linton rechaça a igualdade das raças em si. O que ele propõe, e é central em *Cultura e Personalidade*, é que devido a condições históricas e culturais, há padrões de personalidade diversos em diferentes grupos humanos. Com a palavra, o próprio Linton:

Antropólogos americanos, guiados pelo falecido Dr. Boas, foram os primeiros a reconhecer a inadequação dos fatores fisiológicos hereditários como explicação das diferenças das normas de personalidade para várias sociedades. Infelizmente, na sua ânsia de combater as doutrinas de desigualdade racial e de dar ênfase à unidade essencial de nossa espécie, passaram por alto um ponto importante. **Os processos de progresso científico**, além da simples coleta de fatos, **são propriamente processos de substituição**. Quando os conhecimentos que se vão acumulando tornam **uma explicação de determinado fenômeno insustentável**, nova e melhor explicação tem de ser formulada. **Não basta simplesmente mostrar que a explicação anteriormente estava errada**¹⁷⁴ (grifos nossos).

Linton entende que os grupos sociais têm perfis psicológicos diferentes, mas isso se dá, preponderantemente, devido a fatores culturais e não genéticos. Como os fatores fisiológicos não podem ser isolados dos culturais, e os conhecimentos de Biologia, em 1945 (ano em que Linton publica *Cultura e Personalidade*), são bem precários ainda nesse tipo de pesquisa, ele, por prudência, propõe uma teoria da personalidade totalmente apartada de qualquer proposição fisiológica. Ele acredita que a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia já teriam maturidade suficiente, num curto prazo, para desenvolver em conjunto uma teoria robusta da personalidade. Já em relação à Biologia, não via conhecimentos suficientes para estabelecer a relação com os fenômenos psicológicos, sociais e culturais num curto prazo, pois não desenvolvera, à época, pesquisas sérias acerca deste departamento¹⁷⁵. Linton, portanto, não fecha de vez as portas para a Biologia, deixando essa relação para um futuro distante de seu tempo histórico.

Linton reporta como importante esclarecer ao público em geral como se dá o mecanismo de diferenciação psicológica dos grupos sociais, pois “a crença de que as diferenças nas normas das sociedades são devidas a fatores congênitos está

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 136.

¹⁷⁵ “Pode-se dizer com segurança que os próximos poucos anos [a partir de 1945] testemunharão o aparecimento de uma ciência de conduta humana que sintetizará as descobertas da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia, A esta trindade será provavelmente acrescentada a Biologia no curso devido de tempo, mas a relação entre os fenômenos biológicos, sociais e culturais é ainda tão pobremente compreendida que mais seguro omiti-la presentemente” - LINTON, Ralph. *Cultura... op. cit.*, p. 18.

arraigada na mente popular”¹⁷⁶ (grifos nossos). Quando se destrói uma tese, deve-se formular outra para substituí-la. Em outras palavras, ele não rechaça as ideias de Boas, tão somente critica sua comunicação com a comunidade não científica e aponta uma lacuna a ser estudada. Para Linton, tal lacuna só pode ser preenchida por estudos culturais e, para tanto, propõe adequadas metodologias.

Linton faz duras críticas a certas pesquisas de campo, semelhantes às realizadas por Sorokin e Huntington, citados por Vianna em *Raça e Assimilação*. É bom ressaltar que, em 1930, Vianna não conhecia o referido antropólogo estadunidense, mas o menciona 34 vezes em *Instituições Políticas Brasileiras* de 1949. Seguramente o autor mais lembrado¹⁷⁷ em tal obra. Acerca de testes sociológicos, Linton assevera:

Os únicos indivíduos utilizáveis nestes testes são (a) os congeniais com o observador e submissos por amizades e (b) os que se encontram em nível econômico tal que sua resistência pode ser superada graças à pequena gratificação de que em geral dispõe para estes trabalhos. Há assim uma positiva seleção de indivíduos¹⁷⁸.

Isso não significa que Linton seja refratário à pesquisa de campo em geral. Ele apenas alerta que há de se ter consciência que certas situações são em si viciadas e isto deve ser sempre levado em consideração. Romper as barreiras entre grupos diferentes (o grupo do estudioso e da pessoa estudada) é algo complexo, sendo bastante discutido por ele.

Os pesquisadores de campo citados por Vianna, em 1932, realizaram testes de QI em indivíduos negros em péssimas condições sociais sem ponderar tal situação, na ilusão, já desmontada na década de 1930, de que tais testes poderiam medir um fator universal de inteligência¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 137.

¹⁷⁷ Em *Instituições*, Vianna menciona Franz Boas dezesseis vezes; Allport também dezesseis; Durkheim, quatorze; Lévy-Bruhl, cinco. Não menciona nenhuma vez Comte.

¹⁷⁸ LINTON, Ralph. *Cultura... op. cit.*, p. 50.

¹⁷⁹ Canguilhem considera a Psicométrica uma ideologia científica, pois toma de empréstimo a base científica de outra ciência. Christian Wolf, em *Psicologia Empírica* (1732), foi um dos primeiros a empregar o termo Psicométrica, inspirado na Fotometria criada por Kepler - ALMEIDA, Tiago Santos. *Canguilhem e a gênese do possível: Estudo sobre a historicização das ciências*. São Paulo: LiberArs, 2018, p. 132. “A ideologia científica não deve ser confundida com as falsas ciências, nem com a magia, nem com a religião. Ela é, como as outras, [...] uma crença que se esgueira **ao lado de uma ciência já instituída, à qual ela reconhece o prestígio e a qual busca imitar o estilo**” - CANGUILHEM *apud* ALMEIDA, Tiago Santos. *Canguilhem...*, p. 130, grifos nossos. No século XIX, a Psicométrica tinha uma tendência empirista/positivista, no sentido de privilegiar a indução. São pioneiros na formulação de teorias acerca desses testes: Francis Galton (o primo do Darwin), com *Inquires into Human Faculty* (1883), em que propõe a avaliação por meio de testes sensoriais; e James McKeen Cattell, com *Mental Tests and Measurements* (1890), em que propõe a expressão

Voltando ao texto de Vianna, ao capítulo de livro “Cultura e Pan-culturalismo”, percebe-se que o Linton citado por Vianna é bem diferente do que se verifica no próprio texto do antropólogo estadunidense, *Cultura e Personalidade*, publicado originalmente em 1945. Assim como Vianna provavelmente fez em relação ao médico Moura Brasil e ao psicólogo Floyd Allport, há uma leitura muito particular de Vianna acerca de Linton.

A bem da verdade, Vianna descreve dois Lintons diferentes dentro do próprio capítulo, que é dividido em itens. No item X, o Linton descrito coloca como ponto central de sua problematização os fatores biológicos, como detalhado anteriormente. No item XI, porém, passa a ser um culturalista pleno que apenas admite que grupos humanos isolados, por um período de tempo maior, possam ter diferenciações psicológicas congênitas e, por isso, “abre uma brecha enorme na solidez do postulado fundamental da escola culturalista”¹⁸⁰. Nesse “segundo” Linton, não há admissão explícita da raça como causa de diferenciação da personalidade, e sim um culturalista que “de concessão em concessão” se vê obrigado a reconhecer a importância de fatores hereditários sobre a cultura. É um Linton que admite a causalidade da raça em suas entrelinhas, não explicitamente, segundo a interpretação de Vianna.

É necessário percorrer Linton novamente. Esse período de tempo maior proposto pelo antropólogo estadunidense não é medido em séculos, mas em milhares de anos em que sociedades formadas por indivíduos em grupos pequenos se isolem e adquiram uma personalidade psíquica genética própria. O tempo há de ser grande e o grupo pequeno. É só uma argumentação hipotética, visto que Linton não apresenta um exemplo real, na obra citada por Vianna. O precário isolamento das nações em uma escala de tempo infinitamente menor não é suficiente para se estabelecer uma nação com personalidade genética própria. A história da Europa se mede em poucos séculos, os grupos são grandes, heterogêneos; e o isolamento das nações precário. “As diferenças genéticas entre franceses e alemães são muito menores que as

mental test (teste mental) O psicólogo estadunidense Lewis Terman foi quem criou o Quociente de Inteligência, em 1916, que “inaugurou de vez a era dos testes [...] **Já por volta de 1920**, o entusiasmo com os testes de inteligência vinha caindo muito, **sobretudo quando se mostrou que eram demasiadamente dependentes da cultura onde eram criados, não apoiando a ideia de um fator geral universal**” - PASQUALI, Luiz. Origem e histórico da psicometria. In: PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003, pp 13-22, grifos nossos.

¹⁸⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1.... op. cit.*, p. 66.

diferenças entre suas normas [culturais] de personalidade, a ponto de ser ridículo explicar as últimas por uma base genética”¹⁸¹.

É necessário deixar bem claro que esta seção está procurando dissecar tão somente um capítulo específico de *Instituições Políticas Brasileiras*, que, considerado como um todo, não é um livro naturalista. É justamente por esse motivo que coloquei o capítulo “Cultura e Pan-Culturalismo” na mesma seção que abordei *Raça e Assimilação*. Bresciani chega a afirmar, com certo exagero, que “a palavra ‘raça’ teria pouca ou nenhuma expressão” em *Instituições Políticas Brasileiras*¹⁸². Assim, é necessário que o leitor entenda esta seção como uma lupa que distorce o tamanho real das coisas observadas, para entendê-las no detalhe. A seção 2 deste capítulo se dedica a uma leitura do volume I de *Instituições* como um todo.

Ainda que residual, incidental e acanhadamente, os princípios racistas de Vianna não cessaram de existir em sua vida. A despeito da argumentação de Carvalho, nada indica uma mudança de atitude quanto à questão racial em Oliveira Vianna. Daí a importância desta leitura em lupa do capítulo “Cultura e Pan-Culturalismo”, de *Instituições Políticas Brasileiras*. De acordo com a hipótese por mim ora proposta, o acanhamento de Vianna se deve justamente pela atuação da comunidade científica, uma esfera social diferente do público em geral, mas que despertava em Vianna grande admiração e respeito.

Ainda assim, nesse capítulo de livro escrito em 1949, último de sua vida, ele mantém a promessa de publicar a já descrita série racialista.

Deixarei para uma série sobre a História da Formação Racial do Brasil (*I – Raça e seleções étnicas; II – Raça e seleções telúricas; III – Mobilidade Social; IV – Antropo-sociologia das elites*. Deixarei ainda para uma outra série sobre a História social da economia pré-capitalista) o estudo dos fatores sociais e econômicos da nossa evolução. **Por agora, irei investigar neste volume o papel da cultura** na formação de nossa sociedade política e funcionamento do Estado no Brasil¹⁸³ (grifo nosso).

¹⁸¹ LINTON, Ralph. *Cultura... op. cit.*, p. 136. Linton aqui repete uma ideia de Boas, proferida em 1907, em uma conferência na Universidade de Colúmbia: “Nossas investigações sobre a permanência e as relações dos tipos humanos também revelaram ser extremamente difícil, senão impossível, encontrar o que se poderia chamar de tipo puro. Devemos desistir dos esforços para encontrar raças puras na mistura a partir da qual talvez se tenham originado os tipos atuais. Reconhecemos que as transições entre os tipos são tão graduais, e em tantas direções diferentes, que seria arbitrário estabelecer qualquer uma das espécies como tipo primário. Todas as nações dos tempos modernos – as da Europa e as demais – são misturadas. Não existe a pureza racial de que as nações europeias se orgulham” - BOAS, Franz. *Antropologia*. In: STOCKING JUNIOR, George (org). *Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana*. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, p. 330.

¹⁸² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 470.

¹⁸³ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 72

Há, sim, uma mudança muito profunda no projeto científico, na visão do que é o conhecimento antropológico, e, conseqüentemente, no seu projeto editorial. Há elementos no texto de 1949 que sugerem que a leitura de Linton (e outros antropólogos) produziram grande impacto em Vianna, que sempre resistiu em conciliar-se com Boas, a despeito da cristalização do prestígio do antropólogo teuto-norte-americano ao longo dos anos. Vianna elege Linton como embaixador do culturalismo incontornável, ao qual qualquer pesquisador com pretensões de pertencer a uma comunidade global de cientistas deve se render. E é justamente esta nova visão que vamos estudar nos próximos itens.

2.2 CULTUROLOGIA BRASILEIRA

A História, na sua contextura, é mudança; mas, por isso mesmo, ela revela o que é permanente.

William Ernest Hocking¹⁸⁴

A faca de ponta e a navalha, exceto quando a baioneta usurpava estas funções, tinha sempre a maioria nas urnas.

Joaquim Nabuco¹⁸⁵.

Esta seção tem como objetivo apresentar a última fase de Oliveira Vianna, etnólogo culturalista. Será analisado, como um todo, o Volume I de *Instituições Políticas Brasileiras*, publicado originalmente pela José Olympio Editora, em 1949. O texto que utilizei foi a terceira edição, editado pela Editora Record, em 1974, em parceria com a Fundação Oliveira Vianna, vinculada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A despeito de toda crítica ao que Vianna chama de “pan-culturalismo”, não há dúvida que *Instituições políticas brasileiras* é uma obra culturalista, ou

¹⁸⁴ *History in its texture is change; but, because of this, it reveals what is permanent* - HOCKING apud VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a], p. 258. Tradução de Alice de Oliveira Ewbank - EWBANK, Alice de Oliveira. *Em poucas palavras: Instituições Políticas Brasileiras por meio de suas epígrafes*. In: Revista Habitus, vol. 9, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 88).

¹⁸⁵ NABUCO apud VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 265.

cultorologista¹⁸⁶, expressão utilizada por Vianna. Pan-culturalismo seria, na visão dele, a atitude de creditar todo e qualquer fenômeno social a fatores culturalistas. Seria um exagero no uso do método, uma primeira fase do culturalismo, um excesso “ortoxista”¹⁸⁷. Durkheim, na visão de Vianna, seria um pan-culturalista, pois considera “anticientífico admitir-se o indivíduo”¹⁸⁸. Para Vianna, há os etnólogos que acreditam na transcendência da cultura, que seria o pressuposto de que a cultura existe “fora do homem, nas instituições da sociedade, e atuando sobre os indivíduos que a compõem por pressão ou *constraint social*”¹⁸⁹. A cultura, no pan-culturalismo, pousaria “sobre o homem”, seria uma entidade à parte, de existência autônoma. Vianna elenca como pan-culturalistas: Bastian, Foy, Schmidt, Spengler, Spann, Kroeber, Frobenius e Durkheim¹⁹⁰. Ele não nega a força “modeladora da cultura”, mas defende “a tese de que a ‘cultura’ não existe só ‘de fora de nós’, na sociedade, tal como uma entidade transcendente”¹⁹¹.

Há, segundo Vianna, uma segunda fase do culturalismo, que seria da imanência da cultura, que estaria substituindo a primeira fase. A cultura estaria dentro do próprio homem. Nas palavras de Kardiner, citado por Vianna, “a cultura não é mais que uma abstração do observador, existe unicamente nas psiques dos indivíduos que compõem a sociedade”¹⁹². Vianna, aderindo ao imanentismo que ele mesmo apresenta, acredita que as instituições políticas moldam o espírito dos indivíduos ao criar condicionamentos nos termos que Ivan Pavlov (1849-1936) propõe.

Ficou demonstrado que a modelagem do espírito de cada um de nós, e que nos põe em adequação com um determinado grupo humano (região, província, nação, área cultural), é realizado através de reflexos condicionados, no sentido pavloviano da expressão: - estes reflexos dominam toda a nossa relatividade às impressões do mundo exterior. Os usos, tradições, costumes – em suma, todas as modalidades estandardizadas ou institucionalizadas de comportamento social, impostas pelo que a ciência social hoje chama a “cultura” do grupo ou do povo – não tem apenas uma existência fora de nós – na sociedade; mas, também dentro de nós, na nossa consciência, nos nossos nervos de recepção e transmissão, nos nossos

¹⁸⁶ “Culturologia - expressão feliz que, para denominar a ‘antropologia social’ dos americanos, propôs o professor Imbelloni, de Buenos Aires. [...] Devo confessar que, quanto à culturologia do Estado, parece-me matéria que os etnólogos têm descurado” - VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 29.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 146.

¹⁸⁸ BERR *apud* VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 45 (nota de rodapé 14). O texto que Vianna faz referência é o prefácio a MORET; DAVY. *Des clans aux empires*, Paris, 1923, escrito por Berr. Ele retoma a crítica de Berr de Durkheim.

¹⁸⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 45.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 207.

¹⁹² KARDINER *apud* VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 45.

lóbulos e neurônios, tudo articulado num sistema de reações e reflexos, que constituem o fundo fisiopsicológico da nossa personalidade – a sua "base física", como diria Sergi¹⁹³.

A cultura, conforme propõe Vianna da década de 1940, penetraria o homem em seu "cérebro e cerebelo"¹⁹⁴, modificaria a constituição física do indivíduo, instalando-se em sua "fisiologia, em seu sistema neuromuscular, seus centros de sensibilidade e emotividade, sua memória afetiva [...] transmitindo de pai para filho"¹⁹⁵. Se na década de 1930, a concepção de Vianna era que a fisiologia determina a cultura, na década de 1940, a cultura pode inclusive remodelar a estrutura fisiológica humana. Em suma, na década de 1930, ele acredita que a fisiologia molda a cultura; ao cabo da década seguinte é o contrário. Daí a tendência de a cultura se perpetuar, de se instalar de forma estrutural (e até fisiológica) na história social, criando organizações sociais estáveis, fortes e efetivas (sobretudo efetivas). Está é a essência da *teoria da imanência* que Vianna defende.

Percebe-se em *Instituições políticas brasileiras* uma grande ambição historiográfica, a partir da qual Vianna vai descrevendo com minúcias o que ele chama de complexos sociais ou antropológicos, que chamam mais a atenção pelas permanências do que pelas mudanças¹⁹⁶. Sua unidade de medida de tempo são os séculos¹⁹⁷. O século XVI da era cristã Vianna transforma em século I; o XVII seria o II, e assim sucessivamente¹⁹⁸, até a chegada do século V. Os eventos que ele demonstra são só uma amostra ou uma prova de como funciona o complexo descrito. O caudilho Filgueiras, que veremos mais detidamente adiante, é um mero exemplo de fenômeno em série, que se repete com outros nomes desde o século I da era brasiliense e no tempo histórico de Vianna, o século V.

¹⁹³ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 45-46.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 207.

¹⁹⁵ BRESCIANI, O *Charme... op. cit.*, p. 207

¹⁹⁶ Oliveira Vianna "não era dado a arquivos, nunca fez pesquisa convencional de busca de leitura de documentos, das chamadas fontes primárias. Leu muito documentos impressos, pois há séries preciosas de publicações, como as coleções *Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional*, do Rio de Janeiro, ou os *Documentos Interessantes e Inventários e Testamentos*, editados em São Paulo, além da imensa documentação constante da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ou as várias revistas de Arquivos ou Institutos Históricos dos Estados, como as do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Municipal de São Paulo, dos Institutos Históricos dos Estados [...] e outros ainda" (IGLÉSIAS, Francisco. *Trajeto... op. cit.*, p. 315).

¹⁹⁷ Impossível não vir à mente a expressão "história de longa duração" que remete a ideia de estrutura. Mas cabe ressaltar que Vianna não leu Braudel.

¹⁹⁸ Oliveira Vianna utiliza mesma técnica em *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920.

Nesse momento, a metodologia a ser buscada não é mais do empreendimento malsucedido de *Raça e assimilação* da década de 1930. O volume II do livro, que será explorado mais apropriadamente na seção 3 deste capítulo, tem uma preocupação clara com a descrição de uma metodologia etnológica voltada ao estudo do fenômeno político em sua base social mais profunda, mais real, dedicando um capítulo – “Alberto Torres e a metodologia objetiva ou realista” – exclusivo para descrever a metodologia de um dos seus mentores.

São esses fenômenos culturais seu objeto de estudo, que Vianna chama de instituições políticas. Tais instituições sociais precedem o Estado em seu campo de atuação, não estando ao alcance de olhos de um pensamento idealizado, pois só podem ser apreendidas para algum propósito de representação se captadas *in loco*, em sua manifestação. Não estão escritas e previstas nas constituições e, no entanto, são mais sólidas e perenes que qualquer tribunal, comissão ou cargo previstos nas leis legisladas. São instituições políticas particularistas que estavam fora do radar da maioria dos juristas contemporâneos de Vianna, justamente por não terem uma correspondência ou previsão nas constituições e nas demais “fontes formais do direito”. No entanto, de forma bastante inusitada e pioneira, ele descreve estes fenômenos sociais como “instituições de Direito Público”.

A função do incipiente Estado brasileiro, para não dizer ausente, seria apenas ser o aparato de apoio a serviço destas instituições. O Estado seria somente o que é visível do fenômeno político, ao passo que tais instituições seriam as verdadeiras e efetivas formas de dominação. Assim, deslocando-se de uma análise idealista das instituições jurídicas, Vianna estuda as relações jurídicas de forma consuetudinária, realista, de como os brasileiros de fato se organizam frente ao poder e às instituições (ocultas ou aparentes).

O que Vianna propõe em 1949, em *Instituições Políticas Brasileiras*, é até então inédito no Brasil: estudar os costumes políticos; as normas não escritas (e como estas interagem com as normas escritas); e as instituições políticas diversas à luz do comportamento humano, dos simbolismos, das crenças, dos ritos, das cerimônias. Tal proposta destoa de todo um estudo do fenômeno jurídico brasileiro baseado no método “jurístico” ou “legístico”¹⁹⁹. Vianna apresenta o método “científico ou sociológico”²⁰⁰ em seus desdobramentos “da psicologia social, da etnografia, da

¹⁹⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 33.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 34.

economia política, da antropogeografia, da culturologia”²⁰¹, dentro de uma objetividade científica.

Eis o caráter que distingue esta fase moderna da ciência do direito, esta nova metodologia, esta nova atitude dos espíritos em face do fenômeno jurídico. Estudar a vida do direito civil, do direito criminal, do direito constitucional, do direito internacional com a mesma objetividade com que Levy-Bruhl estudou as funções mentais das sociedades primitivas, ou Radcliffe-Brown estudou os ritos mágicos dos indígenas das ilhas Adaman, ou Malinowski a vida dos insulares da Melanésia – eis o ideal do moderno estudo do direito como ciência social, seja o Direito Privado, seja o Direito Público²⁰².

Oliveira Vianna aprofunda o estudo destas instituições sociais. Amparado por fontes bibliográficas e documentais²⁰³ diversas, dentro da Sociologia “culturologista” e da metodologia torreana realista (relativo a Alberto Torres), “observar [*in loco*] *visum et reprobum*, longamente e com objetividade – *en naturaliste*, os trabalhos culturais e as intimidades da psicologia social”²⁰⁴. Vianna mapeia as instituições políticas brasileiras que seriam complexos culturais que representam “um conjunto de fatos, signos ou objetos, que, desencadeados num sistema, se correlacionam a ideias, sentimentos, crenças e atos correspondentes”²⁰⁵. Estas instituições sociais têm uma grande tendência à estabilidade, a resistir à inovação, pois estão muito ligadas a preconceitos, preferências, repulsões, julgamentos de valores, dentro de uma estrutura de psicologia social ou complexo cultural que envolve um sistema “ideio-afetivo”²⁰⁶. São elas: os clãs feudais, os clãs parentais, os clãs eleitorais e o povo-massa eleitor.

Os clãs feudais, na visão de Vianna, são complexos culturais rurais altamente autônomos, quase soberanos, formados por uma população masculina com aptidão para luta. São milícias organizadas tanto para ações de agressão como de defesa perante outros “feudos” ou outros grupos sociais, com uma certa hierarquia: no topo, o senhor do feudo (com várias denominações: senhor de engenho, sesmeiro, fazendeiro, senhor de currais estancieiro); em segundo lugar, um administrador (um auxiliar, geralmente branco, de extrema confiança do senhor do feudo); depois vêm as demais pessoas do sexo masculino com perfil bélico, brancas ou não, livres ou

²⁰¹ *Ibidem*, p. 36.

²⁰² VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 35.

²⁰³ Bresciani alerta que Oliveira Vianna não tinha uma postura crítica na análise dos documentos se o compararmos com Sérgio Buarque de Holanda, sendo “sempre criticado tanto pela adesão teórica ao tripé positivista como pela utilização **ingênua** da documentação nem sempre confiável” (BRESCIANI, Maria Stela *O Charme... op. cit.*, p. 475, grifo nosso).

²⁰⁴ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 2... op. cit.*, p. 76.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 74.

²⁰⁶ *Ibidem*, p. 75.

não. São um complexo cultural presente no Brasil dos séculos XV a XVIII. A partir do século XIX, transformar-se-ão em clã eleitoral, conforme será adiante explicado. Em outras palavras, formavam a milícia que garantia a relação de domínio, nos engenhos de açúcar e fazendas de gado²⁰⁷.

Os clãs parentais são a soma de famílias patriarcais estendidas formadas por laços de consanguinidade ou compadrio religioso, tendo como líder apenas um patriarca maior. Apoiam-se no clã feudal para sua proteção e perpetuação, sendo que o chefe de ambos os clãs em cada núcleo rural é a mesma pessoa, qual seja, o senhor de engenho, o proprietário rural. “Normalmente, a configuração do nosso clã parental é indecisa, flutuante e imprecisa.” A família senhorial²⁰⁸, essa sim estável, é o núcleo do clã parental que se relaciona numa situação de domínio com outros indivíduos agregados à casa, sede dessa estrutura rural que abrange, além dos familiares do senhor, os criados, afilhados e agregados²⁰⁹.

Nas palavras de Vianna, em resumo, existem três elementos sociológicos distintos conceitualmente que se entrelaçam: o clã feudal, o clã parental e a família senhorial. A distinção conceitual não significa que seus membros sejam pessoas diferentes, pelo contrário; a começar pelo chefe, o senhor proprietário, que é o mesmo indivíduo nos três agrupamentos. Outro exemplo seria um filho do senhor fora do casamento que pode, em situação de conflito, atuar na condição de sicário, morar na casa-sede, assim pertencendo também aos três agrupamentos ao mesmo tempo. Mas

²⁰⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 184-206. Vianna desenvolve esse estudo destas estruturas rurais já em *Populações Meridionais do Brasil* de 1920. Em *Instituições políticas brasileiras* de 1949, retoma o estudo à luz da relação destas instituições com o que ele denomina Direito Público. Acerca da formação destas milícias rurais suas fontes são as observações de André João Antonil (1649 – 1716) em *Cultura e opulência do Brasil* de 1711; a obra do agricultor e historiador português Gabriel Soares de Sousa (1540 – 1591) *Tratado descritivo do Brasil em 1587*; as obras do geográfico e contemporâneo Lamego Filho, notadamente *O Homem e Guanabara* de 1948; entre outras. Há uma carta de Vianna para seu amigo José Geraldo Menezes que demonstra a importância de Antonil para Vianna. “De Antonil, muita coisa lucrei com a leitura que fiz. Pus-me, por intermédio dele, a corrente de umas certas particularidades, que me faltavam sobre esse maravilhoso século III [que corresponde ao XVIII], o maior de nossa história” – VIANNA, Oliveira *apud* MENEZES *apud* VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre... op. cit.*, p. 183.

²⁰⁸ Há outras organizações familiares apenas citadas por Vianna tais como, de acordo com a nomenclatura do autor, a família do povo-massa dos campos, a família negra, a família sertaneja, a família da plebe urbana; mas que não têm seu respectivo estudo aprofundado em *Instituições Políticas Brasileiras*, pois o objetivo desta obra é mostrar as instituições que, de alguma forma, concorrem com a atividade estatal -VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 208.

²⁰⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 207-241. Em *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna descreve a origem desses agregados em sua maioria mestiços que procuram “expurgar de si, por todos os meios, os sinais de sua bastardia originária” - VIANNA, Oliveira. *Populações... op. cit.*, p. 977. O mestiço de branco com o índio torna-se inimigo do índio. O mestiço de branco com negro, inimigo do negro. “É o mulato que se faz o ‘capitão do mato’, perseguidor terrível dos escravos foragidos” - *Ibidem*.

um acoitado²¹⁰ que vive fora da casa-sede, mas dentro da fazenda, pertence tão somente ao clã feudal.

São tipos sociológicos criados pelo autor estudado para entender a formação colonial brasileira e não são necessariamente agrupamentos humanos autoconscientes. Esses clãs coloniais não realizavam rituais de autopromoção, não tinham nomes, nem símbolos. Na verdade, essas categorias sociológicas são a forma de representação da realidade adotada por Vianna para entender as relações sociais da Colônia, bem como do Império. As permanências chamam mais a atenção do que as mudanças.

Porém, algumas mudanças legislativas provocaram uma considerável alteração política: o clã feudal se transforma em clã eleitoral. O poder imperial impôs, mediante a criação de algumas leis eleitorais²¹¹, que se elessem autoridades locais, tais como juiz de paz, vereadores e oficiais da guarda nacional²¹². Mas como o poder clânico é algo estrutural, tal mudança só foi formal. A aptidão à violência do clã feudal se manteve em sua nova forma eleitoral.

Quanto à Guarda Nacional, Vianna lhe confere uma importância histórica fundamental, pois sua criação em 1831 foi

um dos fatores que mais concorreram para a fusão *in loco* dos antigos clãs feudais e parentais na unidade do "clã eleitoral" (partido do Barão ou do Coronel), que era uma organização de base mais ampla do que a do clã feudal e do clã parental porque municipal e não mais dominical ou latifundiária²¹³.

Tal mudança obrigou os chefes patriarcais, que dominavam sua célula quase que soberana, a organizarem-se numa estrutura política em nível mais abrangente, o nível local ou municipal, para eleger os indivíduos que ocupariam estes cargos. Houve então a necessidade de estabelecer uma certa solidariedade nobiliária em que se

²¹⁰ "Os acoitados, gente, em geral de maus antecedentes, criminosos de morte, ou simples foragidos, já referidos nas cartas-forais dos primeiros donatários" - VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 187. Viviam nas fazendas quase sempre à disposição para os combates que se faziam necessários. Seus respectivos senhores os protegiam inclusive da ação do Estado. Em troca eles formavam a maior parte das milícias rurais. São os capangas, jagunços, cabras. A nomenclatura varia conforme a época e lugar.

²¹¹ Emblemáticas neste sentido são as leis de 1º de outubro de 1828, sem número, que "dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz" (*Site do Planalto*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-1-10-1828.htm, Acesso em: 22 de abr. de 2020) e a também sem número de 29 de novembro de 1832, que "Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil" (*Site do Planalto*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm, Acesso em 22 de abr. de 2020).

²¹² VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 246.

²¹³ *Ibidem*, p. 250.

elegesse um patriarca maior e ostensivo, redundando em um pequeno afrouxamento da independência senhorial. Assim, o clã eleitoral é o resultado da fusão de vários clãs feudais dentro de uma base geográfica mais ampla que as células rurais²¹⁴.

Tais clãs eleitorais agrupavam-se, por sua vez, em partidos políticos em nível provincial que se filiavam em duas agremiações em nível nacional, o Partido Conservador ou o Partido Liberal. O mais comum era que cada província tivesse duas agremiações, cada uma filiada a cada partido nacional. Poderia até haver uma certa alternância de poder entre estes chefes clânicos, mas, do ponto de vista de valores e pensamento, predominava um único complexo cultural. Segundo a reflexão de Vianna, foi assim que começou nossa experiência de Regime Democrático: dentro de uma estrutura feudal, sem os pressupostos culturoológicos dos regimes democráticos europeus²¹⁵.

Vianna destaca bem o fato de tais mudanças ocorrerem de forma abrupta, por decreto, fruto das “elites do tempo, todas formadas em universidades europeias, que criaram [o sufrágio eleitoral] para a nossa sociedade do Império, com sua alucinação democratizadora”²¹⁶. A sociedade não estaria preparada para a democracia e toda a violência clânica acima descrita se manteve na fase “democrática”.

Com riqueza de detalhes, Vianna descreve vários episódios muito bem documentados de como se organizavam as eleições, como de um certo caudilho da cidade de Cariri, de nome Filgueiras, cujo simples ato de adentrar à Igreja, local central das eleições, fazia por si calar uma horda de “cabras” violentos. As eleições, antes tranquilas e pacíficas no período colonial, por força da lei sem número de 21 de outubro de 1821, que ampliou o rol de eleitores, passando a ser eleitor todo brasileiro maior de 21 anos, tornaram-se violentas e tumultuadas. Por consequência lógica, a manifestação de vontade do eleitor não era livre. Nascia o voto de cabresto, o curral eleitoral.

Eram ocorrências que, pela sua generalidade, revelavam uma diátese, portanto. Esta feição de tumulto e violência era originada da brusca intromissão, nos comícios eleitorais, da massa plebeia, inteiramente despreparada para as atividades democráticas; tornou-se mesmo a nota dominante, o traço peculiar, caracterizador do processo de eleições no Império. Já quase no fim do Reinado, não haviam perdido este caráter de tumulto e violência – nem mesmo na Corte do Império, em plena metrópole do Rio²¹⁷.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 245.

²¹⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 2... op. cit.*, p. 243.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 262.

²¹⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições... vol. 1... op. cit.*, p. 264.

Por fim, emerge o último elemento desta formação social, que saiu das profundezas do anonimato somente no século XIX (século IV da era brasiliense): o *povo-massa*. Esta representação da realidade social criada por Vianna é bem complexa e é formada por um mosaico de grupos diferentes, quase absolutamente inconscientes de si mesmos. Pertencem a esse grupo a “peonagem colonial”, formada por indivíduos de várias atividades, como os agregados dos engenhos de açúcar e os trabalhadores rurais das fazendas de gado, mas também por membros de uma urbanidade incipiente, como mercadores e oficiais mecânicos.

2.2.1 Origem das democracias plenas e democracias fracassadas da Modernidade

Todo este complexo cultural proposto por Vianna em relação à cultura brasileira é um impedimento a uma organização democrática. A formação de um complexo cultural realmente democrático, em que uma sociedade seja natural ou espontaneamente voltada para a democracia, seria uma obra de milênios. Poucas sociedades, mesmo na Europa, teriam atingido tal nível de morfologia cultural. Ainda assim, existiriam morfologias culturais democráticas em três níveis: o local, o provincial e o nacional. O nível nacional seria o mais sofisticado e raro, segundo Vianna.

Em nível local, Vianna aponta a existência de um complexo cultural chamado “comunidade de aldeia”. Seriam morfologias culturais milenares em que comunidades se organizaram espontaneamente de uma forma democrática. Aqui ele aplica a teoria da imanência. Os traços culturais se introjetariam na psicologia dos indivíduos de uma forma fisiológica mesmo, “nos seus próprios nervos, na sua sensibilidade, nos seus neurônios, nos lóbulos da sua memória, no recesso subconsciente de sua personalidade espiritual”²¹⁸.

Vianna cita um livro, *Coletivismo agrario en España* de 1898, de um autor do movimento regeneracionista espanhol, Joaquin Costa, que defende que teriam

²¹⁸ VIANNA, Oliveira. *Instituições...vol. 1... op. cit.*, p. 99.

existido na Espanha comunidades democráticas hidráulicas, organizadas em torno de rios, como o Canal Real de Antella (hoje conhecido como *L'Assut de Antella*), que abrangia 12 *pueblos* [povoados]. O autor espanhol enfatiza o caráter não oficial, popular e leigo das instituições que organizavam politicamente a relação destas com os rios e lagos. Eram organizados espontaneamente por homens escolhidos entre lavradores. Quando havia a necessidade de dirimir um conflito, eles se reuniam oralmente e a decisão era sumária. O autor garante que o tribunal teria poder efetivo. Em regra geral, a decisão não era escrita, salvo em caso de resistência de cumprimento. Costa não descreve estas instituições como milenares – datariam de no máximo três séculos. Mas Vianna enxerga nelas vestígios de organizações milenares, justamente por sua espontaneidade e informalidade.

O autor deste trabalho, dentro do raciocínio imanentista, tentando suprir uma pequena lacuna no raciocínio de Vianna, acrescentaria que os regulamentos, mesmo datando de data mais moderna, poderiam ser o reflexo de costumes milenares. De qualquer maneira, Vianna abraça a tese de aldeias democráticas de origem milenar.

Estamos aqui diante das expressões mais puras da democracia do governo do povo pelo povo que os publicistas e historiadores, como Max Weber e Mac Iver, chamam Estado-aldeia, ou aldeia-Estado. É certamente a mais primitiva forma de democracia no mundo: vem do fundo dos séculos, emerge dos horizontes da Pré-história. Desde o período neolítico, a humanidade ariana conhece e vem praticando esta forma de Estado, este regime de pura democracia. Conta ele seguramente de três a cinco mil anos; tantos quantos os da chegada dos lígures no continente da Europa. Surgiu naturalmente como o primeiro núcleo humano que se constituiu junto ao olho-d'água ou à torrente que irrigou a primeira veiga lavradia, depois que o homem descobriu, na expressão de Camille Jullian, o "poder agrícola da terra"²¹⁹.

Ancorando-se em *História da Administração Pública*, de 1885, do escritor português Henrique da Gama Barros, Vianna alega que em Portugal haveria aldeias agrárias que existiram desde o neolítico. Gama Barros não teria apontado uma organização democrática nestas localidades, mas autores como Mendes Correia (também português) e Julio Caro Baroja (espanhol) defenderiam que aldeias agrícolas, espalhadas por toda Península Ibérica, se organizaram em regimes “comunalistas” nos moldes descritos por Costa desde os tempos primitivos, ou “desde a época primitiva e obscura da civilização dos dólmenes”²²⁰.

²¹⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 93.

²²⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 100.

Quando afluem para os seus comícios periódicos, em chusma - alegres e palreiros uns, severos e compenetrados outros - os cidadãos destes micro-Estados, destas pequenas "comunidades de aldeia", o fazem impelidos pelo impulso desta tradição milenária, que dorme no seu subconsciente coletivo: - e tudo se perfaz à maneira de um tropismo - como o dos infusórios, quando sob a ação de um raio de luz. Para acorrerem a estas reuniões eleitorais, não precisariam, é claro, do voto obrigatório com o seu cortejo de penalidades severas...²²¹

Segundo Gama Barros, apresentado por Vianna, em Portugal, após a expulsão dos sarracenos, formaram-se vilas que seriam expressão destas aldeias agrícolas do período céltico ou pré-céltico, numa espécie de renascimento de antigas formas de organizações culturais. No entanto, um pouco antes da conquista da América, a unificação política realizada pelas Ordenações Afonsinas do Século XIV atenuou o municipalismo lusitano, razão pela qual tal sistema cultural não foi para cá transportado.

Esta organização que Vianna chama de Estado-aldeia teria evoluído para uma organização mais complexa, a cidade-Estado, que seriam a *polis* grega ou a *civitas* romana. Na verdade, esta fase seria uma fase intermediária entre o Estado-aldeia e o Estado-império que veremos em breve. Na Grécia, a aldeia agrária pertenceria ao período homérico; e a *polis*, ao período hesiódico. Já Roma em si já nasce uma *civitas*, que seria a fusão de aldeias agrárias, realizada pelo povo etrusco. Cada um dos sete montes de Roma corresponde a uma aldeia agrária (Palatino, Capitólio, Quirinal, Viminal, Celio, Esquilino e Aventino).

Vianna acredita que estas duas morfologias culturais, o Estado-aldeia e a cidade-Estado, evoluíram para uma estrutura mais complexa, que seria o Estado-império. Ou seja, a cidade-Estado é uma evolução do Estado-aldeia, mas não é uma etapa necessária. A evolução desta estrutura local (aldeia ou cidade) seria um padrão de toda Europa que ele exemplifica com Inglaterra, França, Rússia, Sérvia, Bulgária, Portugal e Espanha, que seriam uma repetição de impérios da antiguidade como o persa, o egípcio, o macedônico e o romano. Para cada caso concreto, ele cita pelo menos um autor como referência. Este Estado-império teria uma organização política aristocrática. Em regra, esses impérios foram construídos a partir de uma conquista por um povo adventício, mas há casos marcantes de uma das aldeias ou cidades ter liderado a unificação na forma de Estado-império.

²²¹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 99.

É nesta parte do texto que Vianna desenvolve o cerne de seu raciocínio, seu *punchline*, seu arremate. Até então ele estava tão somente instruindo o leitor de informações e pressupostos para apresentar sua tese, qual seja: A Revolução Francesa teria promovido a passagem do Estado-império para o Estado-nação, mas pouquíssimas sociedades estariam preparadas com um aparato cultural para viver esta experiência política, até mesmo na Europa. O Estado-império seria uma organização política liderada de forma soberana por um rei ungido por Deus e administrada por uma casta de aristocratas. O Estado-nação, na visão de Vianna, seria a quarta forma de Estado, muito recente, “que não teria ainda duzentos anos”, tendo como princípio a soberania do povo. Cada indivíduo, independentemente do grau de instrução formal, teria um sentimento de nação que reverberava numa participação efetiva nas coisas públicas. Mas, segundo Vianna, somente as nações dos grupos anglo-saxônico (Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Rodésia, que corresponde hoje ao Zimbábue), germânicas (Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Áustria) e do grupo escandinavo (Dinamarca, Suécia, Noruega) teriam tal morfologia cultural capaz de sustentar uma experiência democrática em nível nacional.

O complexo cultural democrático se desenvolveria em níveis, assim como a organização política que costumamos ver em manuais de ciência política, quais sejam, o local, o provincial e o nacional. Se não houver uma harmonia entre o desenvolvimento cultural e o político no sentido estrito, tal estrutura ficaria instável.

Do contrário, sem a existência deste elemento culturalógico essencial, a estrutura democrática, pequena ou grande, fracassará. Nesta organização nacional em funcionamento, se é o espírito regional, o sentimento da comunidade provincial que é forte e dominante; ou se, ao contrário, é o sentimento da comunidade de aldeia ou de cidade que é vigoroso e está na tradição dos grupos componentes deste Estado aparentemente nacional; ou, ainda, se é o divisionismo de feudo que se adensou e fortaleceu nos costumes deste grupo pelas vicissitudes da sua própria formação social; - em qualquer destas três hipóteses, a vida política do Centro (governo nacional) se anemia, se debilita e degenera.²²²

A grande maioria dos povos europeus podem até ter desenvolvido complexos culturais em nível local, a exemplo da Península Ibérica, mas não desenvolveram em nível nacional. Neste ponto do texto, há uma inflexão. Vianna abandona em parte a tese de aldeias democráticas na região ibérica e passa a descrevê-las como possuidoras de um complexo cultural muito semelhante ao brasileiro, no qual

²²² VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 165.

predomina o sentimento de clã, o personalismo e o patriarcalismo. Vianna, de certa forma, trai sua própria premissa. Ele aborda este assunto no capítulo IV de *Instituições* e retorna no capítulo VII. Entre um e outro, houve esta mutação de entendimento em relação a Península Ibérica. De agora em diante, no texto de Vianna, a Ibéria tem a cara do Brasil. Também é incoerente com a teoria da imanência da cultura Vianna admitir que um complexo cultural milenar português teria sido desmontado por Sarracenos e depois novamente pelas Ordenações Afonsinas. Pelo raciocínio da teoria imanentista da cultura, conjunturas históricas não poderiam apagar um traço fisiológico-cultural do português. Assim, Vianna ajusta a teoria imanentista, que ele mesmo nos apresenta, de acordo com as proposições que aparecem ao longo de seu texto. Mas, mesmo com estes ajustes contingenciais, não há dúvida que Vianna tem um traço bem determinista, típico inclusive do século XIX. Este determinismo de Vianna está bem atrelado ao modelo de ciência com sua cadeia de causalidade bem rígida. Neste modelo, o passado é o maestro do presente.

Na biblioteca de Vianna havia uma voz que buscava pôr em xeque este determinismo: Lucien Febvre, que em seus combates criticava justamente esta visão causal e filogenética de autores parecidos com Vianna, principalmente historiadores. É esta visão determinista de Vianna que tento descrever nesta subseção (bem como nas duas próximas subseções, 2.2.2 e 2.2.3). Não é só uma visão da sociedade e de história, mas é também uma visão epistemológica de Vianna – uma coisa não pode se dissociar de outra – em que o “passado que se estendia, que transbordava no presente e o inundava, afogava a vida, tornando-a impossível”²²³.

Mas era justamente este clamor por buscar uma nova forma de causalidade proposta por Febvre que causava desconforto em Vianna. Lendo *La Terre et l'évolution humaine* de Febvre, que que lhe agradava no geral, Vianna sentiu um estranhamento por ter um certo “tomo dubitativo” ou uma certa “inclinação ao ceticismo”²²⁴.

Em relação aos Estados Unidos, a teoria imanentista é mantida intacta.

É tão penetrante e vivo este sentimento nacional entre os anglo-saxões insulares, que eles o levaram intacto para a América, onde floresceram uma

²²³ SALOMON, Marlon. Causalidade e tempo histórico nas relações entre a história e as ciências. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 216, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/79687>. Acesso em: 4 out. 2024.

²²⁴ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 186. Febvre começa a ser mais explícito em suas reflexões epistemológicas a partir de 1924 (SALOMON, Marlon. *Causalidade e tempo... op cit*, p. 211). A citação que Vianna faz de Febvre é em *Raça e Assimilação*. Em *Instituições*, Vianna não cita Febvre.

grande nação. É assim que, observando o povo americano, Siegfried deixou-se tomar de uma impressão profunda pela grandiosidade das manifestações do seu espírito coletivo e cívico: -- "Nunca, na História, semelhante convergência de forças sociais se realizou jamais, e com uma tal intensidade" -- confessa. Para ele, o povo americano, pelas tradições e exemplos de solidariedade social que apresenta, tende a assemelhar-se à sociedade antiga, grega ou romana, descrita por Coulanges, na qual o "cidadão pertencia à Cidade". Siegfried vê neste grupo o triunfo do espírito coletivo: o sentimento de colaboração e de solidariedade social apresenta ali formas tão profundas e grandiosas que os Estados Unidos lhe deram impressão de uma sociedade regida por um "coletivismo de fato"²²⁵.

A tese da existência de comunidade de aldeia teria sido rechaçada por historiadores europeus, segundo Sérgio Buarque de Holanda, que aponta um exagero de Vianna na descrição idílica destas organizações sociais. A resenha crítica de *Instituições* feita por Holanda será abordada com mais detalhes no capítulo 3, seção 2.

Adotando a tese que seria dos franceses André Siegfried, Hippolyte Taine e Edmond Demolins, Vianna alega que até mesmo a França, sede da revolução aludida, não estaria preparada para democracia em nível nacional, como a Inglaterra e suas descendentes culturais estariam. Quanto aos demais agrupamentos sociais, há várias graduações de nível. Mas, no geral, todos os povos eslavos (russos, tchecos, poloneses, sérvios, montenegrinos, búlgaros), todos os povos celtas e mediterrâneos, de origem greco-romana (franceses, portugueses, espanhóis, italianos, corsos, sicilianos, sardos, baleares e malteses) formaram nações cujo sentimento do interesse público, pelo menos em nível nacional, é menos forte. "Nestas nações, o personalismo, o faccionismo e a política de clã dominaram com mais ou menos generalidade as atividades dos cidadãos"²²⁶.

2.2.2 O insolidarismo brasileiro

"O brasileiro é fundamentalmente individualista; mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos."²²⁷ Esta é uma das teses de Oliveira Vianna. A morfologia cultural brasileira, dentro da graduação democrática proposta por Vianna, estaria no nível mais básico. O brasileiro estaria ainda desenvolvendo um

²²⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 166-167.

²²⁶ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 167.

²²⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 126.

sentimento comunitário incipiente no nível mais singelo, ou seja, no nível local (ou municipal). Vianna denominou esta condição cultural brasileira como *insolidarismo*.

A gênese deste espírito insolidarista, além de pertencer ao caráter brasileiro, estaria também na forma em que as primeiras povoações brasileiras foram forjadas no período colonial. As aglomerações humanas mais básicas (as vilas, as cidades) nunca teriam sido formadas por iniciativa popular, espontaneamente. Seriam sempre um ato oficial determinado pela Metrópole. Com exceção dos centros urbanos costeiros e das aglomerações mineradoras (que são tardias), a realidade urbana brasileira teria nascido da imposição e do castigo, de cima para baixo. Haveria determinações da Metrópole para que se formassem *fundações de vilas*. Este ato seria chamado *convocação*, que era um ato violento, involuntário. Seria nomeado um *capitão-mor regente*, que usaria dos mais diversos instrumentos de arregimentação de pessoas possíveis, entre eles, a ameaça de prender parentes (pais, mães, mulheres). As fontes para tais conclusões de Vianna não são muito variadas: o volume XXXVI dos *Anais da Biblioteca Nacional* e obras dos estudiosos José Arouche de Toledo Rendon, advogado e militar, primeiro diretor do Largo do São Francisco; um historiador chamado V. Piloto; e o paulista Américo Brasileiro Antunes de Moura (1881-1953). Não é um procedimento padrão de Vianna basear-se em fontes tão inconsistentes. Isso deve ser tratado como uma exceção ²²⁸.

O sistema de *sesmarias* também é apontado por Vianna como um vetor antiurbanizador, pois era um sistema de colonização centrífugo, que estimulava a dispersão da população. Era individualista e particularista, exatamente o oposto do sistema dos jesuítas. Vianna aponta o sistema jesuíta como exceção, mas não detalha as condições em que este sistema ocorreu e como posteriormente foi rechaçado pela

²²⁸ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol; 1... op. cit.*, pp. 109-110. Os autores dos textos nos quais Vianna se baseou para concluir que as primeiras povoações brasileiras formaram-se involuntária e violentamente são autores pouco conhecidos ou sem qualquer envergadura para tratar deste tipo de assunto. Há um verbete acerca de Toledo Rendo na Wikipedia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Arouche_de_Toledo_Rendon>). Acerca de Antunes de Moura, há uma menção num site muito popularmente utilizado para pesquisa genealógica FamilySearch <https://ancestors.familysearch.org/en/MM7T-1FY/am%C3%A9rico-brasiliense-antunes-de-moura-1881-1953>. Não logrei êxito em descobrir informação adicional Acerca de V. Piloto, nem mesmo seu prenome. Pode-se concluir que não são exatamente pesquisadores num sentido com o mínimo de rigor. O único que deixou fontes biográficas mais detalhadas, Toledo Rendon, não foi conhecido por ser pesquisador, e sim por feitos nas áreas militar, jurídica e imobiliária. Era grande proprietário de imóveis no Rio de Janeiro. No geral, Vianna é muito cuidadoso em suas fontes bibliográficas. Pode até se basear em autores ultrapassados, mas sempre em autores que realmente se debruçam sobre o assunto, que têm uma trajetória intelectual consistente, não necessariamente acadêmica, mas com um mínimo de constância e habitualidade. Tirar conclusões historiográficas de fontes tão frágeis é exceção nos procedimentos de Oliveira Vianna.

Metrópole. Por outro lado, ele menciona que na América Espanhola, na região andina, verificam-se sistemas comunitários em nível local, que seriam os *ayallú* bolivianos e os *ejidos* mexicanos, baseados no antigo “comunarismo” indígena. Ou seja, a América Portuguesa teria o menor nível de solidarismo possível. Nem teria atingido o nível local. Isto teria moldado a personalidade psíquica do brasileiro no mais introjetado sentimento de insolidarismo:

Esta [é] a estruturação ecológica, sob a qual evoluiu a nossa população colonial. Caracterizada pela rarefação e adelgaçamento da massa povoadora, pela dispersão dos moradores por uma base territorial imensa e inculta, apenas percorrida calcante pede pelo povo-massa e carecente quase em absoluto de comunicações espirituais, tinha que acabar, como acabou, por enformar o homem, criando-lhe um tipo humano adequado a essa disposição dispersiva, individualista e atomística. E criou o *homo colonialis*, amante da solidão e do deserto, rústico e anti-urbano, fragueiro e dentrófilo, que evita a cidade e tem o gosto do campo e da floresta. Homem de que a expressão mais acabada e representativa é o paulista do bandeirismo - telúrico, eruptivo, abrupto, tal como as rochas de gnaisse e manganês do meu habitat formador.²²⁹

Os engenhos de açúcar são uma forma de aglutinação de pessoas, mas pela sua própria natureza patriarcal desestimulariam qualquer tipo de solidariedade. Devido à sua natureza autárquica autossuficiente e familiar (de família estendida), os engenhos não mantinham muitas relações entre si. Havia até normas legais expressas que determinavam guardar uma distância mínima entre um e outro, “segundo prescrevia uma provisão régia de 1681”. O sentimento familiar é extremamente individualista²³⁰. É bem discutido o antagonismo entre a lógica familiar e lógica civilizacional. Sérgio Buarque de Holanda utiliza a tragédia de Sófocles para descrever tal antagonismo. Mesmo elevadas ao nível de “aldeia agrária”, os engenhos de açúcar são de “tipos inteiramente oposto ao europeu – porque de estrutura aristocrática, antidemocrática e dependente”²³¹.

Nas regiões pastoris, a dispersão humana era mais radical ainda. Segundo os relatos de Saint-Hilaire reproduzidos por Vianna, as distâncias entre uma propriedade rural e outra eram imensas e a densidade demográfica era baixíssima. São relatos que Vianna verifica também em outros viajantes como Martius, Ludwing Eschawege, New-Weid, Mawe²³², Henry Koster e Couto Magalhães, Lizias Rodrigues e Jaime

²²⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 118.

²³⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 115.

²³¹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 129.

²³² Não encontrei nenhuma informação acerca de New-Weid e Mawe.

Paternostro. Estes dois últimos são contemporâneos de Oliveira Vianna, o que denota que tal situação se prolongou em seu tempo.

Vianna aponta, em uma nota de rodapé gigante, exceções para sua tese, no que ele chama de “poucas e insignificantes instituições de solidariedade social”. Ele aponta o costume do *barreiro*, narrado por Saint-Hilaire, que seria uma forma de fazendeiros compartilharem pasto organizados por um juiz. Vianna alega que não fica claro se este juiz seria oficial ou escolhido popularmente. Sendo oficial, nem seria exceção à sua regra, porque “perderia muito sua significação etnográfica ou culturológica”. Sendo espontâneo, este costume, sem intervenção estatal, seria uma exceção à tese de Vianna. Mas ele mesmo anota exceções mais contundentes, como o compartilhamento de utensílios por pescadores, apontado por Deffontaines; como comunidades pesqueiras amazonenses, apontadas pela antropóloga brasileira Gioconda Mussolini; e costumes de mutirão e organização de distribuição de água, narrados por Hélio Galvão. Mas ele alega que tais organizações são sempre transitórias, são na verdade atos de caridade para necessitados.²³³

Esta passagem demonstra uma dificuldade de Vianna de enxergar situações espontâneas da sociedade brasileira. A própria escolha de colocá-las em nota de rodapé denota isso. As idílicas comunidades de aldeia, sendo milenares ou não, provavelmente se constituíram da necessidade de sobrevivência dos povos que habitavam a região que hoje se chama Europa. Ele se contamina pela grandiosidade atual da Europa. Braudel afirma, por exemplo, que no início de Roma “nada orienta para a grandeza esta cidade que vegetará por muito tempo”²³⁴. Roma, um simples vilarejo do Lácio (da mesma densidade demográfica, econômica e cultural de Árdea, Preneste ou Lanúvio), se transformará posteriormente na Roma que Vianna leu em seus livros de história. São situações específicas posteriores que transformaram Roma a este nível. As necessidades de um pescador de Roma antes de sua grandiosidade não eram de ordem diferente das de um pescador amazonense do século XVIII. Mas voltemos ao texto de Vianna.

As poucas aldeias que de alguma forma se relacionavam com a produção rural seriam meras aglomerações rudimentares de casas, que existiriam nas dependências do domínio dos proprietários. Não teriam nenhuma “estruturação política ou conexão

²³³ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 125, nota de rodapé número 37 do capítulo V.

²³⁴ BRAUDEL, Fernand. *Memórias do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Editora Multinova, 1998, p. 300.

econômica, religiosa ou educativa”²³⁵. Não se formavam então por iniciativa popular, mas para atender aos interesses do proprietário. Nasceram em função deste e não podem ser consideradas formações embrionárias urbanas.

Acerca da atividade bandeirante, Vianna enxergava a mesma força antiurbana e também minimizava a grandiosidade da Vila de Piratininga dos séculos I ao III, contrariando uma tese de Cassiano Ricardo que enxerga nesta aglomeração humana paulista “uma população dotada de ‘espírito urbano’”. Piratininga não teria nem 2000 habitantes²³⁶. Vianna defende que o agrupamento bandeirante não era organizado em Piratininga e, então, ele desvincula a cidade da expansão bandeirante que interiorizou o Brasil. O próprio caráter psicológico do bandeirante seria antiurbano. “Os paulistas são de ânimo ferozes [...] são de gênio áspero e desconfiado, prontos a internar-se pelos matos.”²³⁷

2.2.3 A Mística Nacional

No último capítulo do volume 1 de seu último livro, Vianna usou de um recurso raríssimo em sua obra escrita: a utilização de elementos bíblicos. Ele abre o capítulo XIX de *Instituições* com uma epígrafe com os seguintes dizeres:

E tu, dentre todo povo, procura homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborrecem a avareza; e põe-nos sobre ele por maiores de mil, por maiores de cento, por maiores de cinquenta e por maiores de dez. E Moisés escolheu homens capazes de todo o Israel, e os pôs por cabeças sobre o povo: maiores de mil, maiores de cento, maiores de cinquenta, maiores de dez. E eles julgaram o povo em todo tempo; o negócio árduo trouxeram a Moisés e todo negócio pequeno julgaram eles (Bíblia, Êxodo, cap. 18, v: 21, 25, 26).

A passagem bíblica foi utilizada por ele para caracterizar três categorias de líder que uma nação deve ter. Os maiores entre dez indivíduos devem ser os líderes da “comuna”, vale dizer, das localidades, das aldeias, das cidades, das municipalidades. Os maiores entre 100 devem ser os líderes provinciais. Os maiores entre 1000 devem ser os líderes de instância nacional.

No Brasil, não haveria um ambiente cultural propício para o aparecimento de líderes destes níveis. No máximo, “homens de 10”, uns poucos “homens de 100”. Não

²³⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 128.

²³⁶ Mas quantos habitantes afinal Vianna achava que havia nas aldeias comunitárias da Europa?

²³⁷ MATEUS, Morgado de *apud* VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 118.

haveria, por conta da psicologia social, pessoas com esses perfis. Os poucos indivíduos que apareceram com este perfil não teriam brotado da morfologia cultural brasileira, e sim de condições muito específicas.

Segundo Vianna, a passagem de Colônia a Império, em 1824, se deu apesar da falta de consciência nacional. “Ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo de sua finalidade histórica, do seu destino como povo.”²³⁸ Faltaria ao povo do Brasil uma “mística nacional”, um “instinto profundo”, um “sentimento militar ativo”. Desta inexistência de uma mística nacional, formaram-se líderes políticos que, em sua grande maioria, não estariam trabalhando em prol da Nação, mas de interesses partidários mesquinhos, quando muito de interesses locais, provinciais.

A falta de consciência nacional brasileira é um tema muito explorado por Alberto Torres. Aqui cabe um parêntese, pois nesse assunto o nível de sofisticação de análise de Torres é maior do que de Vianna; e pode haver, em seus textos, uma hipótese que justifique Vianna, com todo vocabulário sociológico que dispunha, buscar na Bíblia uma categorização de tipos sociológicos que possam descrever as lideranças políticas. Alberto Torres sugere que há uma ligação profunda entre a coesão social dos indivíduos de uma sociedade e o sentimento religioso. Não seria um fenômeno moderno, estaria presente desde “os primeiros homens”. A diversidade de “sentimentos nacionais”, ou seja, cada cultura, tem seu sentimento nacional, que é reflexo da diversidade de formas religiosas.

[...] o ‘senso nacional’ não pode ser idêntico para todos os povos. O ‘senso nacional’ dos judeus liga indivíduos sem pátria, espalhados pela superfície da terra; o dos franceses liga homens e famílias, congregados com a mesma língua, numa fusão, relativamente uniforme, de raças — ciosos de conservar o caráter e os brios de uma tradição; o senso nacional do alemão, distintíssimo, hoje, do senso do germânico, e, até, do senso dos coevos de Kant e de Frederico, o Grande, inspira a ardorosa ambição, comercial e expansionista, de uma geração conquistadora, cujo impulso psíquico se revela num intrépido e pujante impulso para as vitórias da força e da vontade²³⁹.

Torres separa a ideia de nação do que seria a consciência nacional. Há alguns pontos em comum com Vianna: (a) separar a ideia de nação da consciência nacional, pois o primeiro conceito é descrição de sentimento e o segundo é a racionalização

²³⁸ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 315.

²³⁹ TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002a. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html> (1 de 166) 5/6/2008 15:59:20. Acesso em: 5 abr. 2022. [publicado originalmente em 1912], p. 32.

deste conceito; (b) entender que o sentimento de nação surge num período de tempo longo e que os cinco séculos brasileiros não são suficientes para forjar este sentimento. O ponto de divergência é a *teoria da imanência*, que é completamente ausente em Torres. Sua linha de raciocínio é única e exclusivamente histórica. Pode-se então concluir, sem temer o erro, que o *immanentismo* é incompatível com Torres. Na seção 2 do capítulo 3, veremos outros pontos de convergência e divergência entre os dois autores.

Mas voltemos ao texto de Oliveira Vianna.

A emancipação política do Brasil ocorreu sem um sentimento nacional. No máximo, havia um sentimento provinciano muito restrito e elitizado. Eram baianos, pernambucanos, paulistas e fluminenses que reagiam contra o português. Instalou-se um antagonismo entre estas várias elites locais ou provincianas e o elemento português conhecido como “maroto” (no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão), ou como o “pé-de-chumbo” ou “marinheiro”, expressões de outras regiões. Destacam-se os conflitos entre os senhores de engenho, já tipicamente brasileiros, e os mercadores lusitanos. Tal sentimento provincial é o embrião de movimentos nativistas que perturbaram o primeiro reinado. De qualquer maneira, este sentimento em nível provincial não se originava do povo-massa. Não teria os traços culturoológicos que Vianna perseguia.

Não seria a Constituição de 1824, por si, capaz de criar este sentimento nacional. Neste ponto, reforça-se o caráter epistemológico de *Instituições*. Vianna está, a despeito da epígrafe, sempre buscando um olhar científico. Suas teses devem passar por um crivo de linguagem científico. Senão confira esta passagem.

Do ponto de vista da [ciência] psicologia social, não havia nenhuma mentalidade, sentimentos, ideias, em suma, nenhuma psicologia coletiva, criada ou adequada a estas estruturas; nem uma consciência provincial, nem uma consciência nacional. Estas duas consciências não existiam senão em estado de ideias (pensamentos, abstrações, conceitos, pré-noções) – e não em estado de sentimentos, nascidos e fundados em “complexos culturais”, vivos e atuantes. Teríamos então para o exato funcionamento do regime que fundamos em 1824 – de criar tudo isto, ou então admitirmos o absurdo científico – de que tudo isto teria de surgir do simples fato de termos, neste ano, promulgado uma Constituição²⁴⁰.

Vianna deseja buscar nos fenômenos que investiga algum sentido científico. Como veremos na próxima seção, Vianna não concebe que se possa criar uma categoria sociológica por simples vontade legal. Ocorre que muitos idealizadores da

²⁴⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... (vol) 1... op. cit.*, p. 323.

nação e intelectuais tinham a crença de que isso era possível. Vianna demonstra que estes indivíduos vivem na idealidade, e não na realidade. Para Vianna, é anticientífico verificar um complexo cultural no texto de uma constituição que nem ao menos foi resultado de anseio popular. Não se pode fazer etnografia lendo textos legais, doutrinas de publicistas. Ele pretende, pela análise de usos e costumes da população, entender as ideias, os sentimentos e as crenças relacionadas à esfera pública das relações humanas. E pretende fazer de alguma forma diferente do que foi feito em *Raça e Assimilação*. Ele se apropria de todo um vocabulário sociológico disponível com o intuito de subsumi-lo às instituições políticas por ele identificadas.

As categorias tipológicas brasileiras que Vianna coleta não estariam se adequando às categorias tipológicas verificadas na Europa. No nível dos sentimentos, ele não encontra aqui a mística nacional e o sentimento coletivo que ele encontrou em sua busca “livresca” na Alemanha, na Inglaterra e mesmo no Japão. Ele não encontrou no Brasil as agências e instituições, próprias destes países, que fomentam a solidariedade social e profissional, tais como sindicatos, universidades, sociedades, cooperativas, comitês, corporações e federações. Também sentiu falta do “espírito de serviço” de agremiações rotarinas cristãs. São elementos etnográficos que existiriam nas nações por ele consideradas civilizadas e que não existiriam no Brasil. Vianna verificou também a falta de elementos históricos que amalgamariam este complexo cultural descrito como necessário para a nacionalidade, principalmente a ausência de luta contra um estrangeiro invasor. A guerra, segundo Vianna, seria um elemento que reforçaria a coesão nacional. “No tempo próprio não há melhor cimento que o sangue”.²⁴¹

Na visão de Vianna, existiram apenas sopros históricos desse sentimento nacional, como a Independência, a Abolição e a Guerra do Paraguai. A Independência seria, como dito acima, deflagrada por interesses particulares. “O movimento abolicionista pode ser considerado, de um certo modo nacional; mas o seu objetivo foi atingido muito rapidamente, sem sangue.”²⁴²

A Independência se daria sem estes elementos culturais, mas haveria algo que os substituiria: a figura do Rei, principalmente D. Pedro II, explorado no livro em que Vianna foi mais rigoroso em suas análises históricas: *O ocaso do Império* que, na opinião do autor deste trabalho, é um livro ainda atualizado, que tem condições de ser

²⁴¹ WHITMAN, Sidney *apud* VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 1... op. cit.*, p. 320.

²⁴² Creio que Vianna se esqueceu de bastantes episódios históricos.

publicado para ser lido, inclusive, por não historiadores com intuito de instrução, desde que haja pouquíssimas notas de rodapé. Foi escrito por um Vianna relativamente jovem e que gozava de pleno vigor intelectual. Quase todos os preconceitos anacrônicos de Vianna estavam ausentes neste livro.

Como dito na seção 2 do capítulo 1, os fatos cobertos pela análise de Vianna em *O ocaso* estão entre 1868 a 1889. Como o próprio título promete, é analisada historicamente a decadência do regime imperial, mas para isso foi necessário retomar as funções de D. Pedro II no regime imperial. Em *Instituições*, Vianna revisita tais funções, dentro de suas preocupações etnográficas. Basicamente, D. Pedro II supriria as funções de coesão social de que a sociedade brasileira não dispunha. Ele exercia uma função centrípeta em meio a um complexo cultural altamente centrífugo²⁴³. Segundo Vianna, o sistema político iniciado na Independência iria sucumbir se não fosse a força centrípeta do monarca. A autoridade carismática dos imperadores impediu um colapso no sistema político, contendo até mesmo a fragmentação da unidade territorial. Neste sentido, até D. João VI poderia ser incluído nesta análise de Vianna.

Nas últimas páginas de seu livro, Vianna retoma a epígrafe religiosa. A função do monarca era a mesma de Moisés. Considerando que não se poderia aparecer espontaneamente no meio do povo, os monarcas montaram um sistema de arregimentação de pessoas no seio do povo para exercer as funções centrípetas do rei de forma delegada. Era assim que o rei recrutava os melhores entre 1000. A porta de entrada era o Ministeriado, exercendo um cargo exonerável. Os ministérios geralmente caíam em bloco. Aqueles que tinham espírito “repúblico” eram alçados aos postos vitalícios, no Senado ou no Conselho de Ministros. Segundo a passagem bíblica, seriam os que se aborrecem com a avareza estes que seriam os melhores entre 1000.

Por fim, cumpre fazer uma última observação sobre este derradeiro capítulo do volume 1 de *Instituições*. Vianna expressa em uma pequena frase sua característica eugênica – ou resquício deste traço. Vianna afirma que o rei gestava entre o povo

²⁴³ Aqueles que conhecem a obra de Raymundo Faoro vão perceber que Vianna usa as mesmas categorias deste, quais sejam, forças políticas centrípetas e centrífugas. Ou seria melhor dizer o contrário, pois Faoro é mais de 40 anos mais jovem. Não me aprofundei nesta ligação, mas é muito bem provável que exista. O interessante que uma das teses que ora defendo é de que, à distância do tempo, estes pensadores de ideologias opostas convergem. Esta nota de rodapé foi escrita quase no prazo final desta pesquisa. Não houve tempo para aprofundar este assunto.

estes delegados de suma confiança usando a “força de hereditariedades eugênicas combinadas”. Talvez houvesse uma nostalgia do Antigo Regime.

2.3 CONTRA O IDEALISMO UTÓPICO, UMA QUESTÃO DE METODOLOGIA

Se, à maneira do escultor, que modela entre as mãos o barro plástico, eu pudesse afeiçoar a meu gosto meu país [a França], faria dele não uma América, mas uma Inglaterra.

Adolphe Thiers²⁴⁴

Essa espécie de exercício tão atraente para os principiantes, ao qual se pode dar o nome de política silogística, é uma pura arte de construção no vácuo: a base são as teses – e não os fatos; o material, ideias – e não os homens; a situação, o mundo – e não o país; os habitantes, as gerações futuras – e não as atuais.

Joaquim Nabuco²⁴⁵

O objetivo desta seção é apresentar “a metodologia de Direito Público” proposta por Oliveira Vianna que, em seu bojo, apresenta uma dura crítica à postura demasiadamente idealista da quase totalidade dos políticos, intelectuais, doutrinadores, publicistas e idealizadores de nossas normas, e também cega à realidade brasileira, tentando importar instituições legais e políticas da França, da Inglaterra ou dos EUA. Tal crítica ao idealismo é apresentada também por Vianna como uma metodologia científica.

Serão analisados dois textos: (a) o segundo volume de *Instituições Políticas Brasileiras*, cujo subtítulo é “*Metodologia do Direito Público (Os problemas brasileiros da ciência política)*”, publicado originalmente em 1949, pela editora José Olympio; e (b) *O Idealismo da Constituição*, publicado originalmente em 1927, pela Editora de Sol – sendo posteriormente o 141º volume da série Brasileira da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Editora Nacional. A edição utilizada para *Instituições*

²⁴⁴ THIERS, Adolphe *apud* BARBOSA, Rui. *Cartas da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p 11. Rui Barbosa cita parte de um discurso Thiers, primeiro presidente da França na Terceira República Francesa e líder revolucionário da Revolução Francesa de 1848, símbolo republicano para Rui Barbosa.

²⁴⁵ NABUCO, Joaquim *apud* VIANNA. *Instituições Políticas Brasileiras. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os Problemas Brasileiros da Ciência Política)*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[b] (publicado originalmente em 1949), p. 17.

Políticas Brasileiras é a terceira, publicada em 1974, pela editora Record em conjunto com a Fundação Oliveira Vianna. Para o *Idealismo da Constituição* foi utilizada a 2ª edição ampliada, publicada em 1939 pela Editora Nacional.

Vianna faz nestes textos uma dura crítica à “atitude espiritual de xenofilia” adotada por quase a totalidade dos formuladores das doutrinas e leis que regem o Brasil, tanto na fase imperial como na republicana. A lista apontada por Vianna é imensa: começa com os Andradas, percorre Vasconcellos, Cayru, Marquês de Olinda, Timandro (Torres Homem), até chegar nos republicanos históricos. “A primeira geração, a quem coube lançar as bases de nossa primeira Constituição política, era uma geração que se caracterizava pela origem extranacional de sua cultura”²⁴⁶. Todos têm em comum em suas proposições a importação de instituições estrangeiras, na ilusão de que todas as “realidades sociais podem ser eliminadas num repente – por uma lei, um código, uma Constituição, ou um golpe”²⁴⁷.

Destes idealistas, o mais significativo para Vianna foi Rui Barbosa, pela sua posição quase divinizada no meio jurídico e sua “metodologia escolástica e formalista, que o fazia raciocinar sobre os textos legais com a mesma fé dos teólogos sobre os textos bíblicos”²⁴⁸. Um detalhe chama a atenção de Vianna: a biblioteca de Rui, abundante de livros estrangeiros e pobre de literatura brasileira. Se excluir os livros jurídicos, praticamente era nulo o acervo nacional do jurista²⁴⁹. Sem perder o respeito ao jurista²⁵⁰, Vianna descreve Rui Barbosa como um pensador que se perdeu em abstrações e, por isso, teve um poder transformador da sociedade quase nulo, nada

²⁴⁶ VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 18; e p. 35.

²⁴⁷ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 18.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 34

²⁴⁹ As fontes de Vianna para tais afirmações são Fernando Neri, Homero Pires, Elmano Cardim, A. Schmidt e Strowski – *Conferências sobre Rui*, 1941, p. 5 e seguintes - *Ibidem*, p. 34. Vianna constatou também, talvez com um tom de mágoa, que Rui Barbosa não teria lido sua edição de *Populações Meridionais do Brasil* ao jurista presenteada com respeitosa dedicatória. Quando em visita à Casa de Rui, Vianna teve acesso ao seu acervo e notou que o exemplar estava intato. Quem conhece as edições desta época sabe que é fácil esta constatação. Normalmente, as páginas eram unidas por cima, sendo necessário às vezes uma lâmina para separá-las. Era fácil um livro denunciar a si mesmo como nunca lido. Rui Barbosa nunca leu Oliveira Vianna!

²⁵⁰ “Também estou certo que, se vivo fora, Rui – com seu gosto pelo fato concreto e seu espírito realista – estaria hoje sem a menor vacilação, com os renovadores da escola sociológica americana” – *Ibidem*, p. 50. Aqui Vianna se contradiz, porque afirma em todo capítulo que Rui não tem aptidão realística. Será um temor às consequências de atacar a figura divinizada de Rui Barbosa? Mais adiante: “Os que cultuam Rui e invocam nestes dias esquecem [...] que [ele] sempre assimilou a cultura de seu tempo [...] era um espírito positivo, plástico, receptivo às novidades, sensível aos sinais dos tempos” (p. 52).

construindo para mudar espíritos ou costumes no Brasil. Como poderia Rui transformar uma realidade que ele mesmo ignorava?

Rui Barbosa se identificava deveras com a cultura inglesa. “Era um puro inglês, nutrido do espírito de Oxford, de Cambridge ou de Eton”²⁵¹. Rui também se interessava pelos enciclopedistas franceses e pelos “fundadores” estadunidenses (Washington, Jefferson, Hamilton). Com efeito, seus ideais eram o parlamentarismo inglês, a democracia francesa e o federalismo estadunidense. Mas como dito, Rui Barbosa é o mais ilustre representante da elite intelectual a que Vianna se referia, era formador de opinião, pedante, míope social, que adora citações de autores estrangeiros (desse último hábito, diga-se de passagem, Vianna também compartilhava). Essa personagem sempre existiu. Foi encenada por muitos personagens históricos, mas nenhum se mostrou tão adequado ao papel quanto Rui Barbosa. Ele é o paradigma maior da tipologia forjada por Vianna.

Os homens da elite intelectual do Brasil, não só os que possuem preparação jurídica, como os que possuem preparação literária ou científica – os chamados “homens de pensamento” (doutrinadores, propagandistas, idealistas e publicistas etc.) – podem ser, mui legitimamente, [classificados] dentro da categoria dos “homens marginais” (*marginal men*) da classificação de Park. Porque – como o tipo de Park – vivem todos eles entre duas “culturas”: uma, a de seu povo, que lhes forma o subconsciente coletivo; outra, a europeia ou norte-americana, que lhes dá as ideias, as diretrizes do pensamento, os paradigmas constitucionais, os critérios de julgamento político.²⁵²

Há analistas que veem nessa posição de Vianna um paradoxo. Para Maria Stella Martins Bresciani, não só Vianna, mas toda uma geração que buscava um conhecimento brasileiro autônomo, considerava um erro político importar ideias e instituições de outros países, mas não via problema em “fazer uso de modelos de análise da sociedade e das teorias sociológicas” europeias ou estadunidenses, pois encarava estes conhecimentos como isentos, de domínio comum, em suma, científicos ou até mesmo universais.²⁵³ Segundo Bresciani, faltava-lhes um certo senso crítico de saber que as ciências estão sob um determinado contexto histórico, pois “não se indagavam quais as questões que haviam motivado a formação dos campos conceituais em seus países de origem”²⁵⁴.

²⁵¹ VIANNA, Oliveira. Instituições ... vol. 2... op. cit., p. 36.

²⁵² *Ibidem*, p. 19.

²⁵³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 171.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 171.

Um dos conceitos mais explorados por Vianna é o idealismo utópico em contraponto à sua proposição realista. Haveria dois tipos de idealismo: o “utópico”, “que não leva em conta os dados da experiência”; e o “orgânico”, que seria fundado na experiência, ou seja, uma antecipação de um futuro possível levando-se em conta os dados da experiência²⁵⁵. Em outras palavras, o primeiro seria fruto de meras elucubrações mentais e o segundo, resultado de uma análise da sociedade. Um, fruto da mera Filosofia ou da Metafísica; e outro, fruto da Etnologia. A adesão a um certo projeto social ou político, em si, não é suficiente para dizer se se trata de um idealismo utópico ou orgânico, sendo dependente de quem ou de onde se idealiza. Assim, o idealismo federativo nos EUA é orgânico, pois está em seu horizonte histórico. A mesma coisa pode se dizer do parlamentarismo na Inglaterra. Mas o ideal federalista ou parlamentarista praticado no Brasil, ou por brasileiros, seria em si utópico, haja vista que não haveria nenhum elemento cultural, estrutural ou de mentalidade brasileiro adequado a tais formas de organização política²⁵⁶.

Vale a pena abrir um parêntese para este ponto do pensamento de Vianna que tem grande relação com o pensamento de Sílvio Romero no que diz respeito a um rechaço a um certo tipo de pensamento metafísico, conforme veremos no capítulo 3.

Até mesmo o universalismo da democracia é questionado por Vianna. Para uma democracia fluir, seriam necessários certos elementos culturais que o povo brasileiro não possuía. “Faltam-nos, então, como ainda hoje [1920], a tradição das grandes assembleias populares, à maneira ateniense, ou o hábito dos *meetings*, à maneira saxônica”²⁵⁷. A democracia nem mesmo seria um anseio do povo-massa, seria “pura criação do ‘marginalismo’ das elites políticas”²⁵⁸. Organizada em nível local, leia-se municipal, a democracia por sufrágio estaria à mercê do poder clânico e, por consequência, da fraude e da violência, conforme abordado na seção 2 deste capítulo.

²⁵⁵ VIANNA, Oliveira. *O Idealismo... op. cit.*, p. 13.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 26.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 33-34.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 163. “O que nosso povo-massa pede aos governos – eleitos ou não eleitos, pouco importa – é que eles não o inquietem no seu viver particular. Equivale dizer: o que interessa ao nosso povo-massa é a liberdade civil e individual. Este amor pela liberdade (e não propriamente pela democracia) já bem o compreendera José Bonifácio, quando dizia ‘Os brasileiros são entusiastas do belo ideal, amigos de sua liberdade, e mal sofrem perder as regalias que uma vez adquiriram’”. VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 164). Além do mais, a democracia a que se refere Vianna é fruto da violência e da fraude, como denunciado no volume 1 de *Instituições Políticas Brasileiras*, abordado na seção 2 deste capítulo.

Nesse raciocínio, a legitimidade para decidir os melhores rumos da nação caberia a um sistema de pensamento organizado, qual seja, a ciência positiva “infalível” aliada a um Estado forte e centralizado²⁵⁹.

O erro fundamental dos nossos constitucionalistas tem sido dar à **autonomia local um conteúdo maior que é aconselhável** em nosso meio, um conteúdo demasiadamente amplo – ou porque anglo-saxônico, ou porque meramente teórico; conceito que não atende às nossas realidades sociais e de estrutura cultural. **Estamos, neste ponto, em contradição aberta com as indicações da ciência social e da ciência política.** Estas nos dizem que no conceito de autonomia local (Estados e Municípios) podemos incluir todos os direitos que quisermos, menos um: o direito às autoridades locais da defesa das liberdades civis. **Estas devem trazer o carisma de uma autoridade mais alta e mais imparcial** – que não pode ser outra senão a da **Nação** (grifos nossos)²⁶⁰.

Outro par de conceitos antitéticos formulado por Vianna é o quixotismo em contraposição ao sentimento de clã. São sentimentos, posturas, maneiras de pensar de agentes políticos ou intelectuais brasileiros. O quixotismo seria a postura ingênua daqueles que se norteiam pelo idealismo utópico. Já o sentimento de clã seria a postura pragmática, familiar, afetiva e efetiva da política local.

O quixotismo é um sentimento todo impregnado de intelectualismo, em cuja gênese dominam os fatores imaginativos, avivados por sugestões de origem exógena; é, portanto, um sentimento fraco, de pequena energia emocional. O sentimento de clã, ao contrário, é vivaz, enérgico, todo feito de materialidade; poderoso pelas suas origens – porque está nos instintos das raças originárias; poderoso também pela sua energia emocional – porque está nas tradições e costumes do povo²⁶¹.

O idealismo orgânico, aquele norteado pelo conhecimento “real” da sociedade – e, portanto, ciente da complexidade das relações de poder –, seria a única postura com potencial a ter efetividade. É neste ponto que a ciência, com uma metodologia, se torna crucial. Conhecer a sociedade requer um estudo organizado e com um certo rigor.

Só o conhecimento positivo e concreto das nossas realidades e possibilidades nos permitirá elaborar um sistema de aspirações políticas, dignas de ser defendidas e propagadas por uma geração de homens de cultura positiva, jogando com poderosos métodos e recursos com que as ciências sociais, hoje perfeitamente constituídas, armam os legisladores e reformadores políticos²⁶².

²⁵⁹ BRESCIANI, Maria Stela Martins. *O Charme... op. cit.*, p. 161.

²⁶⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 172.

²⁶¹ VIANNA, Oliveira. *O Idealismo... op. cit.*, p. 68. Neste ponto, a preocupação de Vianna é semelhante à de Sérgio Buarque de Holanda que apresenta conceitos antitéticos semelhantes: Estado *versus* Família; Antígona *versus* Creonte; Burocracia *versus* Funcionário Patrimonial.

²⁶² *Ibidem*, p. 72;

Assim, Vianna delimita seu objeto de estudo em *Instituições Políticas Brasileiras*:

O meu objetivo [...] será estudar nosso direito público e constitucional exclusivamente à luz dos modernos critérios de ciência jurídica e da ciência política: isto é um fato do comportamento humano. Dentro deste critério, os problemas de reformas de regime, convertem-se em problemas de mudança de comportamento coletivo, imposto ao povo-massa; portanto em problemas de cultura e de culturologia aplicada²⁶³.

Nesse sentido, na visão de Vianna, as Ciências Sociais ou a Culturologia, com sua metodologia, foi uma forma de legitimação de um Estado autoritário. Essa alegação de desencontro da Constituição de 1891 com o social não é mera formulação científica. É também posição política em que Vianna não estava sozinho. “A legitimação das posições autoritárias buscou suas bases na imagem de um país desencontrado consigo mesmo”²⁶⁴. Há, como sempre, grandes conexões entre a esfera filosófico-científica e a política.

Uma das preocupações de Oliveira Vianna, neste seu volume metodológico de *Instituições Políticas Brasileiras*, é buscar uma metodologia ou técnica capaz de identificar as diversas áreas (grupos ou regiões) culturais do Brasil. Segundo a descrição de Vianna, dentro das Ciências Sociais haveria duas técnicas a este respeito. Uma mais etnográfica, que seria utilizada por Ratzel e Boas, que busca similitude em grupos sociais. A identidade de um grupo seria estabelecida por estas semelhanças que permitem identificar que vários grupos ou regiões pertencem à mesma cultura, dada a coincidência de elementos espirituais ou materiais. Outra mais antropogeográfica, que seria a utilizada por Le Play, centra-se mais nas dissimilaridades e acredita que a cultura é produto do meio.

Para Vianna, o Brasil possui realidades culturais diversas porque tem sistemas geográficos diferentes. Cada região com suas necessidades geográficas teria moldado seus habitantes de forma adaptativa. Portanto, não existe uma cultura brasileira, existem várias. Aqui Vianna lança mão de uma metáfora orgânica. A estrutura cultural brasileira seria *ganglionar* que, em síntese, seria formada por ilhas culturais cercadas por desertos desabitados. Seriam três grupos principais: o Centro-Sul (paulistas, mineiros e fluminenses), o Nordeste (sertanejos propriamente dito, segundo Vianna) e o grupo do Extremo-Sul (populações pastoris do extremo sul). No

²⁶³ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 27.

²⁶⁴ BRESCIANI, Maria Stela Martins. *O Charme... op. cit.*, p. 173,

limite, há de se pensar inclusive em diferenças em nível municipal. “Vezes há em que estas diferenciações ou nuances de cultura – de difícil e fugidia discriminação – observam-se ou são sentidas, de município a município, de cidade a cidade, de localidade a localidade”²⁶⁵.

Vianna, com isso, não desvincula as culturas brasileiras à cultura portuguesa. Os governos coloniais e imperiais teriam sido, por meio de uma ação de Estado consciente, efetivos em manter uma base cultural portuguesa. A cultura lusitana seria inclusive o *substrato cultural preliminar* de todas as culturas. Ou seja, a tarefa civilizatória imperial deve ser completada por um Estado forte e centralizado²⁶⁶.

Aqui está uma (mais uma) aparente incoerência no pensamento de Vianna. Ao mesmo tempo que ele descreve as diferenças culturais regionais, ele sempre se posiciona contra o federalismo. Não seria decorrência de seu raciocínio antropológico supor que nós brasileiros deveríamos fortalecer uma federação? Mas não. Vianna, em última instância, propugna pelo fortalecimento de um Estado nacional forte e unitário. Assim, ele desenvolve um raciocínio oriundo de Alberto Torres: utilizar o Estado como uma forma de acelerar os processos históricos, através de um *idealismo orgânico*. Não deixa de ser uma visão sociológica centrada no futuro. Não pretendo, com esta afirmação, desfazer a marca conservadora de Vianna, mas fica evidente que ele tem relações com a permanência e com a mudança ao mesmo tempo. Vianna é um tipo de pensador social que tem uma espécie de ansiedade filosófica, assim descrita pelo iluminista Gotthold Lessing: “[este tipo de pensador] não consegue esperar pelo futuro. Ele quer acelerar esse futuro, deseja ser ele próprio capaz de acelerá-lo”²⁶⁷. Ocorre que este futuro teria elementos do passado, principalmente o passado rural.

Bresciani defende que *Instituições Políticas Brasileiras*, publicado em 1949, tem este lado reacionário em relação à Constituição de 1946, que banuiu a Constituição do Estado Novo, de 1937. Basta lembrar que a Carta de 1946 restabeleceu a autonomia dos Estados-membros, ou seja, ela é federativa. Além do mais, ela é liberal e democrática²⁶⁸. Ou seja, o futuro concebido por Vianna tornou-se passado. O ideal torreano de instrumentalizar um Estado forte nos anos 1920 e 1930 fora vencido.

²⁶⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 84.

²⁶⁶ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 86.

²⁶⁷ LESSING *apud* KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2015, pp 36-37.

²⁶⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 319.

Mesmo no ano de 1946, Vianna insiste que as culturas brasileiras ainda não tenham se unificado.

Culturologicamente considerado, o Brasil não me parece ainda uma unidade constituída – e, sim, uma unidade a constituir-se. Esta unidade é um ideal – um alvo para onde estamos caminhando. É um objetivo a atingir – e não um fato, um dado da nossa realidade²⁶⁹.

O seu projeto editorial “Populações” (formado pelos livros *Populações Meridionais do Brasil, volume 1*, efetivamente publicado em 1920; *Populações Meridionais do Brasil, volume 2*, publicado postumamente em 1952, sem revisão; e *Populações Setentrionais do Brasil*, que nunca foi escrito) é o reflexo das três áreas ganglionares do Brasil. O meridional volume 1 é a descrição das populações do Centro-Sul; o volume 2, do Extremo-Sul; e o livro setentrional, do Nordeste. A população do Centro-Sul era formada pelo matuto agricultor dos platôs e montanhas de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul era formado por pastores dos pampas, conhecidos como gaúchos. Já o Nordeste era formado por pastores de caatinga. Em *Populações Meridionais do Brasil, volume 1*, Vianna já tinha adotado a metodologia leplayliana²⁷⁰.

“O grupo do Centro-Sul, o mais importante de todos, foi o construtor da Nacionalidade e da Independência.”²⁷¹ Na verdade, a elite patriarcal deste grupo teria formado a nação independente, segundo Vianna. É uma população marcada pelo latifúndio e pela política clânica. José Murilo de Carvalho pondera que em *Populações* há tanto o elogio quanto a crítica ao caudilhismo da região centro-sul. Ao mesmo tempo que se constituiu uma sociedade organizada por este grupo, ela impede o desenvolvimento nacional devido a sua “anarquia branca” que não permitiu o desenvolvimento de uma participação política. O líder patriarcal era ativo e muito voluntarioso, mas o matuto em si era tímido e não se interessava por política. A cultura política que se forjou é então descrita por Vianna como “insolidária”. Somente um Estado torreano, consciente destas deficiências cientificamente constatadas, poderia mitigar o poder regional e fomentar a participação política, por via de sindicatos tutelados pelo Estado. Somente uma instituição vinda de cima poderia conter o poder privado, retomando uma ideia do Visconde do Uruguai. O poder regionalmente

²⁶⁹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... vol. 2... op. cit.*, p. 86.

²⁷⁰ CARVALHO, CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 908.

²⁷¹ VIANNA, Oliveira. *Instituições ... (vol) 2... op. cit.*, p. 87.

constituído formado pelos Estados-membros jamais poderia garantir as liberdades individuais. Este poder regional estaria ainda submisso ao poder clânico.²⁷²

Quando escreveu o volume 2 de *Instituições*, Vianna ainda não tinha terminado o volume 2 de *Populações Meridionais*, destinada aos gaúchos, mas antecipa que estes foram moldados por guerras de fronteira²⁷³.

Quanto ao sertanejo, povo do Nordeste, que seria descrito em *Populações Setentrionais*, Vianna antecipa que sua cultura política é voltada para teocracia, haja vista os movimentos de Pedra Bonita (1866) e Canudos (1896-1897)²⁷⁴.

A metodologia proposta por Vianna é, então, como ele deixa bem claro, de inspiração torreana, exceto justamente por este postulado de que o Brasil não forma unidade cultural. Segundo Vianna, o lado filosófico de Torres é maior do que o lado sociológico, o que não faz dele um intelectual marginal como Rui Barbosa, pois Torres não pretende importar um sistema estrangeiro para o Brasil. É tão somente uma diferença de ponto de partida. Torres via o Brasil como uma unidade. Vianna, antropologicamente, identificava estas regiões²⁷⁵.

O Estado, sob orientação da Ciência, deveria então intervir na sociedade, com o intuito de modificar sua cultura. Obviamente, haveria aí, caso implementado este projeto de parceria entre Estado e Ciência, uma escolha política de qual cultura iria sobressair. Não é difícil concluir que nessa fase mais culturalista de Vianna, ele propusesse um branqueamento cultural. Ou seja, os mesmos ideais ocidentais do idealismo utópico estariam no idealismo orgânico. O que difere tão somente é a metodologia. Vianna defende que a orgânica seria mais eficaz.

²⁷² CARVALHO, CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 912-913.

²⁷³ VIANNA, Oliveira. *Instituições ...vol. 2... op. cit.*, p. 88.

²⁷⁴ VIANNA, Oliveira. *Instituições ...vol. 2... op. cit.*, p. 87.

²⁷⁵ VIANNA, Oliveira. *Instituições ...vol. 2... op. cit.*, p. 97.

CAPÍTULO 3

HORIZONTE INTELLECTUAL NACIONAL DE OLIVEIRA VIANNA

3.1 A DÉCADA DE 1870, SUA MULTIPLICIDADE FILOSÓFICA E PRIMEIROS PASSOS EPISTEMOLÓGICOS

Na década de 1870, no Brasil, havia linhas ou doutrinas filosóficas em disputa que se chocavam ou se conciliavam, num contexto de busca de autonomia intelectual e identidade. Somada a isso, a vaidade individual dos intelectuais brasileiros é um elemento que não deve ser desprezado. Dentro de um grupo de doutrinas com uma tendência mais cientificista havia: o positivismo francês (comteano), o monismo (ou positivismo alemão)²⁷⁶, o materialismo e o transformismo (ou evolucionismo). Fazendo contraponto a este conjunto de “ismos”, numa linha mais tradicional e religiosa verificavam-se a metafísica escolástica (ou tomista), o ultramontanismo²⁷⁷ e o catolicismo em si. Num terceiro segmento, naquela ocasião ainda em desenvolvimento, havia o espiritualismo, o idealismo, o sensualismo e, sob a liderança de Tobias Barreto, a metafísica crítica kantiana (ou criticismo) e o culturalismo.

²⁷⁶ “Monismo. Conceito chave da concepção pessoal de Haeckel, grande biólogo alemão, intrépido combatente materialista-mecanicista da luta antirreligiosa e anticlerical nos anos 1880-1910. Publicista muito ativo, autor de obras ‘populares’ que tiveram gigantesca difusão. Criador da ‘Liga dos Monistas Alemães’. Considerava a religião ‘dualista’ e lhe opunha o ‘monismo’. Considerava, como monista, que não havia duas substâncias (Deus e o mundo, o Espírito ou a alma e a matéria), mas uma só. Por sua conta, Haeckel pensava que essa Única Substância possuía (um pouco como a substância spinozista possui dois atributos essenciais) dois atributos: a matéria e a energia. Todas as determinações, tanto materiais como espirituais, ele as considerava modos dessa Substância, a qual dizia ser ‘Toda-Poderosa’” - ALTHUSSER, Louis. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). [Extraído de Análise Crítica da Teoria Marxista] Tradução de Dirceu Lindoso. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Dialética das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 53.

²⁷⁷ “Tendência católica desenvolvida no final do século XVIII, mas que teve seu auge no século XIX, cujas perspectivas religiosas pautavam-se numa religiosidade mais emocional do que teológico-racional (chamada na historiografia europeia de “barroca” e “romântica”, mas no Brasil conhecida como “popular”, na autoridade absoluta, na rigidez hierárquica e no poder e autoridade dos dogmas e doutrinas. Do ponto de vista eclesial, o ultramontanismo combatia a autonomia nacional das Igrejas, bem como dos seus bispos, em favor da centralidade de Roma e do papa. Na teologia, os ultramontanos reforçaram a escolástica contra a teologia galicana e “modernista”. Do ponto de vista político, o movimento ultramontano pautou-se na sobreposição do poder do papa ao dos chefes de poder temporal, na luta contra a secularização da sociedade e do Estado, na peleja contra a modernidade, bem como contra o liberalismo, o republicanismo, o socialismo, o protestantismo e a maçonaria” (GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Ultramontanismo e a reação católica à modernidade no século 19. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 76. São Paulo: PUC-SP, 2023).

No que se refere à personagem epistemológica de Oliveira Vianna, do ponto de vista do recorte temático desta pesquisa, são as principais influências a concepção de Estado de Alberto Torres; as proposições racialistas e mesológicas de Euclides da Cunha; e o cientificismo de Sílvio Romero. Todas estas correntes nacionais, de alguma forma, são derivações do positivismo e do monismo.

Como anota a maioria de seus biógrafos, Vianna era católico²⁷⁸. José Murilo de Carvalho sustenta que a preocupação de Vianna com os problemas sociais do proletariado, especialmente os de convivência entre as classes sociais, seria uma característica sua, derivada de seu catolicismo²⁷⁹. É uma interpretação possível, mas meio especulativa. Nos textos de Vianna, não percebi quaisquer das doutrinas mais ligadas ao catolicismo, como a metafísica escolástica ou ultramontanismo. Vianna, ao que parece, separava bem a esfera espiritual da científica. É uma observação feita via seus escritos que pode ser corroborada pela história biográfica. Giselle Venancio aponta que os livros religiosos de Vianna não estavam em sua biblioteca de estudos, e sim no seu quarto de dormir. Os “livros de cabeceira” de Oliveira Vianna, que ficavam em uma estante de seu quarto, eram formados por 78 títulos, dos quais 67 eram religiosos²⁸⁰. Ou seja, o momento e o local dedicado à espiritualidade eram bem separados da atividade científica.

Uma interpretação também possível seria de que Vianna, justamente por ser católico e, também, por sempre almejar uma respeitabilidade científica, evitava tocar em assuntos religiosos. Carvalho, num prefácio de uma edição de *O ocaso do Império*, organizada pela ABL, fica admirado por Oliveira Vianna não discutir a Questão Religiosa na queda do Império e por não falar do papel da Igreja em *Populações Meridionais do Brasil*²⁸¹.

Vianna é herdeiro de uma tradição filosófica que nutria uma certa aversão a pensamentos metafísicos, ou pelo menos via uma incompatibilidade entre o pensamento metafísico e o pensamento científico, principalmente incorporado na

²⁷⁸ Em palestra virtual proferida pelo professor Júlio Vellozo <<https://youtu.be/0IGDMGkB6gg>>, ele sugere como possível área de investigação ainda não explorada o catolicismo de Vianna. Pelas minhas conclusões, não é muito relevante o forte catolicismo de Vianna do ponto de vista de uma investigação dentro da História das Ideias.

²⁷⁹ SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. In: *Política e Sociedade*, v. 14, n. 30. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 137.

²⁸⁰ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 167.

²⁸¹ CARVALHO, José Murilo de; *Introdução [de O ocaso do Império]*. In: VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006, p. XIX.

figura de Sílvio Romero e de seu grupo da Escola de Recife. Metafísica é nesse contexto qualquer forma de pensar diferente de uma visão positivista de ciência, podendo até eventualmente incluir as retóricas jurídicas ou uma jurisprudência mais prolixa. Parte da aversão de Vianna a Rui Barbosa se explica por sua base intelectual ser antimetafísica. Há um episódio anedótico de Romero, numa discussão com membros de uma banca em que estavam o avaliando, em que ele expressa um engajamento quase infantil contra a metafísica. Bradou Romero, nessa ocasião, que a metafísica estaria morta²⁸². Ocorre que a palavra metafísica é, no mínimo, polissêmica.

Há várias metafísicas. Citarei apenas as aplicações semânticas que nos interessam aqui. Há a metafísica do pensamento mágico supramundano ou religioso. Há a metafísica relacionada ao período do pensamento humano que está entre a era teológica e a positivista, segundo uma classificação muito particular de Comte. E há, enfim, a metafísica kantiana, crítica filosófica ao conhecimento, que muito encantou Tobias Barreto²⁸³, companheiro intelectual de Romero.

A antimetafísica que se manifestava principalmente na Faculdade de Direito do Recife, ou na chamada geração de 1870, com “seu bando de ideias novas”²⁸⁴, era aquela que se contrapunha ao pensamento dogmático e religioso. Era uma manifestação em prol de um pensamento científico, ainda que para aplicação em questões jurídicas. Buscava-se um novo modelo de racionalidade de inspiração

²⁸² “- Nisto não há metafísica, há lógica [provoca o candidato]; - A lógica não exclui a metafísica, replicou o arguente; - A metafísica não existe mais, se não sabia, o saiba, treplicou o doutorando; - Não sabia, retruca o arguente;- Pois vá estudar e aprender que a metafísica está morta;- Foi o senhor que a matou? Perguntou-lhe o professor;- Foi o progresso, a civilização – respondeu o bacharel Sílvio Romero que ato contínuo se levantou tomou os livros que estavam sobre a mesa e disse com ar triunfante: Não estou para aturar esta corja de ignorantes que não sabem de nada” (SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 194; MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Sílvio Romero, sua formação intelectual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 136.) Esse cômico diálogo ocorreu no ano de 1875, por ocasião da defesa da tese de doutorado de Sílvio Romero. Obviamente, pelo menos nesse dia, Romero não obteve o título de doutor e ainda teve de enfrentar a recomendação por parte da direção da Faculdade de Direito do Recife ao governo imperial de abertura de um processo criminal, que tudo indica nem começou (MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Sílvio Romero... op. cit.*, p. 137).

²⁸³ Tobias Barreto, Sílvio Romero e Clovis Beviláqua são os três nomes mais proeminentes da chamada escola de Recife. “Ao falar da Escola do Recife, Sílvio Romero tinha em vista o movimento iniciado naquela província do Nordeste (nos começos da década de 60 do século passado), na poesia, e que repercutiu noutros centros culturais, alargando seu âmbito de ação para abranger a quase totalidade das esferas da atividade intelectual (a crítica em seus diversos aspectos: literária, musical, a filosofia, o direito, a história, o folclore, etc.)” - PAIM, Antônio. *A Escola do Recife*. Estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil, vol. IV. Londrina: Editora UEL, 1997, p. 08

²⁸⁴ SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 33.

newtoniana, cômico da impossibilidade de estabelecer “causas últimas” dos fenômenos, mas tendente a estabelecer relações entre eles, bem como sua quantificação. Seriam relações nomológicas (no sentido de serem subordinadas a leis) desprovidas de juízo de valor, numa ruptura com o modelo de racionalidade anteriormente vigente essencialista e finalista²⁸⁵.

O guia inicial para este pensamento foi Comte, mas logo os intelectuais recifenses perceberam as limitações do pensador francês. Na opinião de Sílvio Romero, do ponto de vista filosófico em si, o positivismo brasileiro tinha pouca consistência. Oco por dentro, teria, no entanto, nos anos que precederam a Proclamação da República, grande capacidade organizadora, que foi potencializada pela “hibridação extravagante” com o Exército²⁸⁶. No mundo que existe fora das páginas dos livros, nenhuma doutrina ou ideia filosófica teria uma capacidade organizadora como a do positivismo brasileiro. Essa capacidade de organizar-se, de mostrar-se, de vender-se, era alimentada pelo espírito de *grand-fetiché*²⁸⁷ que criou as condições para vencer “a batalha ideológica dos modelos concorrentes na transição do Império para República”²⁸⁸.

Havia uma política consciente de propaganda, não só pelos livros, mas por jornais, conferências, saraus, enfim, todos os canais disponíveis do Século XIX, que têm um reforço nas escolas militares personificado na figura de Benjamin Constant²⁸⁹. Não sem razão, Romero descreve o positivismo brasileiro como uma espécie de “neo-jesuítismo”²⁹⁰, inspirado em Thomas Huxley, que afirma que o positivismo é “um catolicismo sem o elemento cristão”²⁹¹.

²⁸⁵ BEBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. *Max Weber e Modernidade: O Papel da Sociologia Compreensiva na constituição de uma Teoria da História moderna*. Goiânia: UFG, pp. 113-115, 2000.

²⁸⁶ ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra doutrina. O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora JB Nunes, 1894, p. 73.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 73.

²⁸⁸ PASSOS, Aruanã Antônio dos. *Pensamento em Combate: Tobias Barreto na aurora da República (1869-1889)*. (Tese de doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2016, p. 119. No entanto, Oliveira Vianna, contrariando Romero, minimiza a participação dos positivistas no advento da República. “Há evidente exagero da parte dos positivistas em relação a esta suposta influência por eles exercida sobre as novas instituições. Muitas dessas liberdades, que eles julgavam conquistas suas, já estavam nas preocupações dos nossos velhos liberais, desde os progressistas de 1862 aos radicais de 1868. Por outro lado, a aspiração federativa teve uma origem inteiramente fora do campo de influência do Apostolado” - VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006. [publicado originalmente em 1925.], p. 104).

²⁸⁹ ROMERO, Sílvio. *Doutrina... op. cit.*, p. LVII.

²⁹⁰ *Ibidem*, p. 76.

²⁹¹ HUXLEY *apud* ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Typografia da Deutsche Zeitung, 1878, p. LXXV.

Ironicamente, Romero foi sectário assumido do positivismo comtista, para depois aderir ao evolucionismo “transformista” de Haeckel, Spencer e Darwin – corrente que é uma variação do positivismo. A bem da verdade, as ideias de Haeckel e Spencer inserem-se num contexto maior do que aquele chamado pelos historiadores da filosofia de positivismo, mas quando Romero se refere a positivismo, está se referindo à filosofia de Comte. Romero se tornou, por aptidão, historiador da Filosofia com destaque para as obras *A Filosofia no Brasil* (1878) e *Doutrina contra doutrina* (1894). O escopo desta última é justamente combater o positivismo, não só o brasileiro, mas também o original europeu.

Doutrina contra doutrina — é o nosso brado, e, se é verdade que o positivismo conta hoje no Brasil (caso único na história de um sistema filosófico ser defendido por batalhões armados), se o positivismo conta hoje no Brasil [com] homens de guerra dispostos a o defenderem pelas armas, nós, os fracos e desarmados, cometemos talvez uma imprudência expondo o nosso peito ao chanfalho do inimigo²⁹² !

Romero se insurge contra o caráter dogmático do positivismo comtista, que entende que uma necessária marcha da humanidade deve ocorrer pela convergência obrigatória de ideias filosóficas. De acordo com esse movimento filosófico/político, todas as manifestações da humanidade deveriam se submeter ao dogma geral criado pelo positivismo. Romero viu aí um grande perigo totalitário que se exprimia principalmente no Apostolado do Rio de Janeiro, criado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, em 1881, com suas missas positivistas, seus trajes pretos, sua devoção a Clotilde de Vaux (uma Nossa Senhora da Filosofia), “seu horror à vacina, à teoria microbiana moderna e a evolução da medicina, e, bem assim da ciência moderna”²⁹³.

Não só a experiência brasileira do positivismo é alvo de Sílvio Romero, como também a que ele denominou de patologia “climatérica”, pela qual Comte teria sido acometido em 1852, quando da publicação de *Catecismo Positivista*, que tem um caráter contrarrevolucionário à guisa de Joseph De Maistre²⁹⁴. Para Romero, o positivismo como um todo é herdeiro de um ideal “judeu-mediévico” universalizante em contraponto ao “ideal greco-romano que proclama o paralelismo entre si das criações fundamentais da humanidade”²⁹⁵. A personalidade instável do jovem

²⁹² ROMERO, Sílvio. *Doutrina... op. cit.*, p. 7.

²⁹³ LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p. 408.

²⁹⁴ ROMERO, Sílvio. *Doutrina... op. cit.*, p. 20

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 31-34.

Romero²⁹⁶ deu a necessária plasticidade mental ao Romero maduro, para entender os perigos totalitários de uma filosofia capaz de criar um catecismo místico com pretensões políticas.

Por outro lado, há muito de Comte ainda em Romero e Vianna – bem como em Alberto Torres, Roquette-Pinto e Arthur Ramos, que serão tratados na próxima seção. Inicialmente, permanece a crença de que uma elite intelectual deva ter um papel proeminente na sociedade. No caso de Vianna, ele vai mais além, por defender um autoritarismo político²⁹⁷. Uma certa crença num determinismo universal e na capacidade emancipadora do homem perante a natureza era uma característica comum, no fim do período imperial; e Romero é um caso típico²⁹⁸. A união entre teoria e prática é um corolário comtiano. “O conhecimento positivo caracteriza-se pela previsibilidade: ‘ver para prever’ é o lema da ciência positiva”²⁹⁹. Ancorado num positivismo residual e em outras doutrinas, os ideários científicos da geração de Romero e da geração de Vianna se confundem com o ideal político autoritário no sentido de conhecer para controlar. Esse é um ponto de convergência que transcende quaisquer divergências individuais dentro da geração de Vianna, na qual podemos incluir Arthur Ramos e Roquette-Pinto, renunciados por Alberto Torres.

Para Sílvio Romero, há duas categorias de críticos ao comtismo: uma teológico-metafísica e uma científica à qual ele se filia. Não haveria razão para que os comtistas temessem os teológicos ou metafísicos-tomistas, representados por “E. Poitou, Ad. Franck, Guizot, Secrétan, L. Reybaud”, por serem “oriundos da ignorância e dos prejuízos teológicos”. Ao passo que os integrantes do segundo grupo, Spencer,

²⁹⁶ “É exatamente porque existe em nosso autor tão viva sucessão de preferência doutrinária (Leonel Franca chegou a retratá-lo como ‘um barco sem leme nem bússola’) que nos parece de grande significado a força representativa pelo criticismo kantiano, embora apreendido em seus fatores mais aparentes, como fator constante em sua concepção do universo e da vida” - REALE, Miguel. *Horizontes... op. cit.*, p. 247.

²⁹⁷ “A despeito de suas críticas às teorias comtianas e aos positivistas brasileiros das últimas décadas do século XIX, [Vianna] defendia a necessidade de um princípio de centralização autoritária” (BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 316).

²⁹⁸ LINS, Ivan. *História do Positivismo... op. cit.*, p. 11. Para Ivan Lins, são justamente os positivistas menos ortodoxos que melhor difundiram o positivismo no Brasil, doutrina ao qual ele atribui a classificação de positivismo difuso.

²⁹⁹ GIANNOTTI, José Arthur. Comte (1798-1857), Vida e Obra. In: COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia Positivista; Discurso sobre o espírito positivo; Catecismo positivista*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. XI.

Darwin, Haeckel, Büchner, Vogt, Moleschott, Thomas Huxley, representam um avanço do espírito humano, deixando “o grande edifício do comtismo pelas costas”³⁰⁰.

Porém, Romero separa na filosofia comteana o que, na visão dele, é aproveitável do que não é. A teoria monista desenvolvida por Comte, e posteriormente aperfeiçoada por Haeckel, deveria ser preservada³⁰¹. A classificação das ciências elaborada por Comte desperta ainda grande admiração de Romero, pois seria superior à formulada por Ampère e, por isso, deveria ser também preservada.

Segundo o Comte apresentado por Romero, as ciências deveriam ser classificadas em ordem crescente de complexidade e ordem decrescente de generalidade – em outras palavras, quanto mais complexa, menos geral. As induções de uma ordem de fenômenos seriam impulsionadas pelas deduções das ordens de fenômenos de nível inferior – assim, por exemplo, as deduções da biologia impulsionariam as induções da sociologia. Não só as verdades das ciências menos complexas deveriam ser preservadas nas ciências mais complexas, como estas devem também se utilizar da metodologia das ciências de nível complexo inferior. Assim, a sociologia não poderia declinar de aproveitar as proposições da biologia³⁰². Ressalta-se que este caminho em Comte é de mão única. As “verdades” consolidadas das ciências menos complexas podem ancorar as premissas das ciências mais complexas, mas nunca o contrário.

Segundo Romero, o único pecado que Comte teria cometido, ao classificar as ciências, foi não aceitar a Psicologia como ciência, deixando um hiato entre os fenômenos biológicos e os sociais. Tal fato teria acontecido devido à postura anticientífica dos contemporâneos de Comte nos estudos dos “fenômenos cerebrais”³⁰³.

Oliveira Vianna, em sua fase eugenista, buscava entender as raças e seus comportamentos psíquicos através da fisiologia, ou seja, buscava leis biológicas para entender leis sociológicas. Mas não conseguiu demonstrar o elo entre o biológico e o social. Dava saltos, como do estudo da condição oftalmológica para uma psicologia da raça. Fazia “aproximações quiméricas”, para usar uma expressão de Comte que rechaça a ideia de que todos os fenômenos passíveis de serem descritos pela ciência

³⁰⁰ ROMERO, Sílvio. *A Filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Typografia da Deutsche Zeitung, 1878, p. 68-69.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 69.

³⁰² ROMERO, Sílvio. *A Filosofia... op. cit.*, p. 69-70.

³⁰³ *Ibidem*, p. 70.

se submetam necessariamente às mesmas leis³⁰⁴. De um fenômeno biológico saltava para um fenômeno psicossocial. Um salto no vácuo, sem ponte, “de súbito”³⁰⁵, para usar outra expressão, agora de Sérgio Buarque de Holanda. Voltarei a esse assunto na seção 2 do capítulo 4.

Já em *Instituições Políticas Brasileiras*, Vianna, surpreendentemente, inverte o raciocínio comtiano. A cultura (os fenômenos culturais, a forma como a sociedade se organiza) pode determinar a estrutura biológica do indivíduo, pode modificar inclusive seu “cérebro e cerebelo”, conforme vimos no capítulo 2. Os fenômenos de uma ordem mais complexa determinariam assim uma ordem menos complexa, algo não muito ortodoxo em termos positivistas. Deduções da Sociologia poderiam, em tese, ancorar induções na Biologia. O suposto arraigamento de estruturas sociais poderiam modificar a fisiologia mental dos indivíduos.

Ao mesmo tempo, impulsionado por Tobias Barreto, há um processo de aceitação e ampla divulgação da metafísica crítica kantiana pela escola de Recife. Acerca da decretação da morte da metafísica por parte de Romero, este mesmo mais tarde alega que o fez “no calor da refrega” e que a metafísica que decretara o seu fim seria a “do velho estilo”³⁰⁶. Após os estudos de Barreto acerca de Kant, Romero alega que a metafísica kantiana ainda estaria viva, principalmente a crítica do conhecimento contida em *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*.³⁰⁷

Esta [a metafísica] vive, e viverá sempre, porque, além de ser uma disposição natural do espírito, supre algumas falhas das ciências particulares, mas sem abrir luta com estas e antes nelas se apoiando, mantendo sempre ativos os largos surtos e aspirações da razão para o lado do desconhecido³⁰⁸

Tobias Barreto percebeu, pioneiramente no Brasil, a necessidade de a Filosofia brasileira rejeitar o positivismo, mas sem retornar a uma metafísica tomista do velho estilo; ou à metafísica que se presta, às vezes, a olhar para um mundo suprassensível, uma metafísica mística. “Dado mesmo que este mundo exista, como creio, ainda assim fica resolvido que não podemos ter dele um conhecimento adequado”³⁰⁹. Haeckel lhe deu as chaves para superar o positivismo comtiano com sua teoria

³⁰⁴ COMTE, Auguste. *Curso... op. cit.*, pp. 50-55.

³⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Resenha de] *Instituições Políticas Brasileiras*. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 1950, p. 423.

³⁰⁶ *apud* MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Sílvio Romero... op. cit.*, p. 139

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 139

³⁰⁸ ROMERO, Sílvio *apud* MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Sílvio Romero... op. cit.*, p. 140

³⁰⁹ BARRETO, Tobias *apud* PAIM, Antônio. *A Escola do Recife... op. cit.*, p. 16.

monista e Kant lhe permitiu a reconciliação com a palavra metafísica. Não a metafísica tomista, mas uma metafísica mais laicizada. Barreto propõe restaurar o prestígio da Filosofia, tendo como principal objeto a crítica do conhecimento, “que não pode ser arrebatado por nenhuma ciência”³¹⁰.

Assim, essa geração, ao mesmo tempo que rechaça a metafísica do velho estilo, vê na metafísica crítica kantiana um grande instrumento em potencial a serviço do entendimento³¹¹. “A crítica está para metafísica escolástica comum precisamente como a química está para alquimia, ou a astronomia está para astrologia divinatória”³¹². Kant e eles querem propor ou apresentar um conhecimento cuja fonte de cognição não seja tirada da experiência, mas que também esteja submetida a um certo rigor. O atrativo de Kant era sair do campo da experiência, mas se mantendo laico.

O principal tema de interesse de Tobias Barreto na metafísica é a teoria do conhecimento, uma filosofia que tenha como objeto o conhecimento humano e as ciências em geral. Segundo Barreto, Kant inicia seus estudos a partir de David Hume que o desperta do sono dogmático da metafísica. Barreto descreve três momentos em Kant: (a) uma fase escolástica; (b) uma fase mais cética, quando impactado por Locke,

³¹⁰ PAIM, Antônio. *A Escola do Recife... op. cit.*, p. 31

³¹¹ Na metafísica kantiana, esse “sair do físico” não redundava em entrar no místico, no extramundano. Pelo menos de forma direta; a alma, as divindades, Deus e as cosmologias do início do mundo não devem ser tratadas da mesma forma com que a ciência natural trata seus objetos por excelência, atestando ou não a suas existências sensoriais, ou, no caso da cosmologia, atestando como foi sua cadeia de acontecimentos. A filosofia de Kant não quer afirmar peremptoriamente se tais entes existem, da mesma forma que não está disposta a negá-los. Estudar tais objetos no nível sensorial, da experiência mesma, é para Kant impossível; mas “renunciar a conhecer o suprassensível não proíbe de modo nenhum de situar-se em relação a ele” - LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant*. Tradução de José Oscar Almeida Morais *et al.*, São Paulo: Editora da USP, 1993, p. 72. Os conceitos que são utilizados para o trato de tais temáticas podem ser sim objeto do entendimento, pois a crítica kantiana “se junta às ideias da pura razão para um propósito que ultrapassa o uso do entendimento da experiência [...], mas exige apenas a completude no uso de entendimento em conexão com a experiência” - KANT, Immanuel. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2014, p. 112 [§ 44]. “Que a alma seja ou não uma substância simples pode nos ser indiferente para explicar os seus acontecimentos, pois não podemos, mediante qualquer experiência possível, tornar inteligível sensorialmente, [...] o conceito de um ser simples [...]. Tampouco podem as ideias cosmológicas do início do mundo ou de sua eternidade servir-nos para explicar, a partir delas, qualquer evento no próprio mundo. Finalmente, de acordo com uma correta máxima da ciência natural, devemos evitar toda a explicação da natureza extraída da vontade de um ser supremo, pois isso não é mais filosofia natural, mas uma admissão que chegamos ao fim dela” - *Ibidem*, p. 111 [§ 44]. “Se o suprassensível é determinável, é de maneira que nada tem a ver com operação de determinação do plano da natureza. Insistindo neste ponto, a *Crítica do Juízo* [de Kant] transforma a ideia tradicional que os filósofos nos haviam dado do divino. Persuade-nos de que uma teologia digna deste nome nada tem a esperar da documentação que a natureza oferece nem do modo de conhecimento que esta requer” - LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant... op. cit.*, p. 90.

³¹² KANT, Immanuel. *Prolegômenos... op. cit.*, p. 152.

Wolf e Hume; e (c) uma fase mais autônoma e crítica, quando revoluciona a Filosofia Ocidental, com sua *Crítica da Razão Pura*³¹³.

Hume, que foi o grande provocador de Kant, é quase totalmente antimetafísico, pois só atribuiu dignidade à metafísica ligada a números e quantidade³¹⁴. Para Hume, qualquer conhecimento não fundado na experiência, que não seja quantitativo ou matemático é “abstruso” e só serve de refúgio à superstição, ao erro e ao absurdo³¹⁵.

Quando percorremos bibliotecas, persuadidos destes princípios, que destruição devemos fazer? Se examinarmos, por exemplo, um volume de teologia ou de metafísica escolástica e indagarmos: Contém algum raciocínio abstrato acerca de quantidade e número? Não. Contém algum raciocínio experimental a respeito de questão de fato e de existência? Não. Portanto, **lançai-o ao fogo**, pois não contém senão sofismas e ilusões³¹⁶ (grifo nosso).

Assim como Kant, Barreto não vê a metafísica de forma tão restrita como Hume propôs. Após um impacto inicial da leitura do filósofo escocês, Kant restaura uma metafísica ainda mais forte, vacinada. “Kant finge ceder em tudo, porque será o único meio de não ceder em nada”³¹⁷. A metafísica kantiana pode muito mais do que abstrações numéricas. Barreto enxergava na metafísica uma forma de pensamento inerente à condição humana, uma forma de pensar incontornável. A questão não é mais saber se a metafísica é possível, mas de constatar sua inexorável existência e propor uma formulação mais consciente dela. Até mesmo os antimetafísicos mais ortodoxos pensam metafisicamente sem o saber. Há muitas questões metafísicas, por exemplo, implícitas nos questionamentos da ciência natural, como: “o que é um indivíduo entre as plantas e os animais inferiores? Os gêneros e as espécies são realidades ou abstrações?”³¹⁸. Em outras palavras, qualquer forma de entendimento, mesmo que formalmente oriunda da experiência, é atravessado por reflexões

³¹³ “Toda a filosofia até o aparecimento de Kant, como ensina Shopenhauer, não passa de sonho estéril de falsidades e servilismo intelectual, do qual os novos tempos só se libertaram pelo grado partido da *Crítica da Razão Pura*” - BARRETO, Tobias. *Estudos de Filosofia*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 188.

³¹⁴ HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. In: Os Pensadores, Hume. São Paulo, Nova Cultural, 1999, p. 153.

³¹⁵ *Ibidem*, p. 35.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 154, grifo nosso

³¹⁷ “Era uma vez, em Königsberg, um professor de metafísica que falava aos seus alunos da Alma, do Mundo e de Deus. Leu um dia um cético escocês, David Hume, ‘o mais engenhoso de todos os céticos’ – e essa leitura o levou como hoje se diz, a colocar-se em questão. [...] Kant finge ceder em tudo, porque será o único meio de não ceder em nada. [...] O entendimento, longe de ser uma cópia autenticada de minhas experiências, é o ‘matteour em scénce’ da experiência. E, como o entendimento humano é, pois, o delegado de um poder de legislação referente aos ‘objetos’ (a palavra erudita é transcendental), é permitido esperar que a razão pura [...] possua pelo menos, também ela, uma independência e um poder” - LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant... op. cit.*, p. 9-13.

³¹⁸ BARRETO, Tobias. *Estudos... op. cit.*, p. 189.

ancoradas em fatos fora da experiência. A metafísica kantiana seria, nesse sentido, uma manifestação natural humana submetida a um rigor racional.

Tobias Barreto tem uma passagem curiosa que insere a questão metafísica num debate fisiológico. A origem da metafísica, para Barreto, seria a própria fisiologia.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que as raízes de cada sistema de metafísica repousam no fundo nos fatos da fisiologia. Ninguém pode contestar que os órgãos e as funções da sensação sejam tanto da esfera do fisiologista quanto o são os órgãos e funções do movimento, ou da digestão; e todavia, é impossível adquirir até o conhecimento dos rudimentos da fisiologia da sensação sem ser levado diretamente a um de todos os problemas metafísicos. Com efeito, as operações sensitivas têm sido desde tempos imemoriais o campo de batalha dos filósofos³¹⁹.

No entanto, Barreto faz uma complexa diferenciação entre o mundo natural e o mundo cultural. Ele desenvolveu, em vários escritos, a tese de que haveria uma necessária antítese entre *natureza* e *cultura*³²⁰, muito embora se autodeclarasse monista. Para Barreto, a cultura e o direito não podem ser explicados com uma lógica mecanicista, típica das ciências naturais e, sim, por uma lógica teleológica, que traduziriam o triunfo do sentimento³²¹. Ele não se identifica como dualista – o que seria de se esperar de quem propugna pela antítese da natureza e a cultura –, pois argumenta que “a explicação mecânica e a explicação teleológica dos fenômenos naturais representam momentos diversos de uma unidade superior”³²². Para Barreto, houve uma emancipação do ser humano em relação à natureza, ao manejar os objetos da natureza em prol de “uma ideia superior”. Portanto a cultura, e por arrasto o direito, são fenômenos históricos. Não são produtos da natureza, tampouco de uma divindade³²³.

Assim, Barreto tem uma posição curiosa nesta oposição antitética entre monismo *versus* dualismo. Ele se autodeclara monista, fato corroborado por colocar a questão metafísica em termos fisiológicos. Mas, a rigor, propor uma antítese entre natureza e cultura é ser dualista. Como não é Barreto nosso objeto principal de estudo, fica a questão em aberto.

³¹⁹ BARRETO, Tobias. *Estudos de Filosofia... op. cit.*, p. 190.

³²⁰ “Eis um tema constante do pensamento crítico, que é retomado em toda sua força pela *Crítica do Juízo*, mas redobrado ali por outro tema, que vêm matizá-lo: não obstante a heterogeneidade desses dois ‘modos de pensar’ (*Denkungsarten*), uma transição, contudo pode conduzir-nos do ‘modo de pensar’ segundo a natureza ao ‘modo de pensar’ segundo a liberdade - LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant... op. cit.*, p. 69.

³²¹ REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 236.

³²² BARRETO, Tobias *apud* REALE, Miguel. *Horizontes... op. cit.*, p. 233.

³²³ REALE, Miguel. *Horizontes... op. cit.*, p. 237.

Para Miguel Reale, Tobias Barreto lançou as bases para uma Jurisprudência Etnológica ou, em outras palavras, uma etnologia do direito que era o projeto de Oliveira Vianna em sua última fase da vida. Também Barreto não via com bons olhos a sociologia justamente por esta tentar, pelo menos em seu tempo histórico, uma explicação mecanicista dos fenômenos sociais. E esta é uma fenda que ele estabelece com seu amigo Sílvio Romero³²⁴.

Sílvio Romero, ao contrário, era de fato monista no sentido forte da palavra. Não via oposição entre a natureza e a cultura. “É tão incongruente fantasiar um direito eterno, anterior e superior aos povos, como o é imaginar uma cultura aérea, que não pousasse na índole mesma natural do homem”³²⁵. Nesse sentido, para se pensar o fenômeno jurídico de uma dada sociedade seria necessária uma observação aprofundada das suas características, tanto naturais como histórico-culturais.

E esse é o ponto de influência mais marcante de Romero em Vianna. O monismo é quase uma premissa não explícita na obra de Oliveira Vianna. A tese central de *Raça e Assimilação* é de que a psicologia dos grupos humanos é um fenômeno dependente da constituição inata dos indivíduos. Em *Instituições Políticas Brasileiras*, a tese se inverte, mas se mantém profundamente monista. Como dito, Vianna concebe a ideia de que as condições culturais, os usos e os costumes poderiam modificar as condições mentais dos indivíduos a ponto de mudar seus cérebro e cerebelo. A raça poderia, de acordo com a tese do Vianna “culturólogo”, ser biologicamente fruto de uma construção histórica – de acordo também com uma certa vertente sociológica que ele apostou ser promissora e acabou também sendo marginal.

Refiro-me à teoria da imanência da cultura, do capítulo “Cultura e Pan-Culturalismo”, de *Instituições*, que já analisei anteriormente. Não significa dizer que Vianna pensa a raça como fenômeno histórico e cultural. Significa dizer que ele ainda concebe a raça como um fenômeno biológico que pode ter os usos e costumes como causas modificadoras. Em resumo, Vianna tinha imensa dificuldade de pensar os fenômenos dentro de seus nexos de causalidade próprios. Para o monismo, todos os fenômenos são de mesma natureza, interconectam-se numa forma mais direta e ingenuamente óbvia. Vianna, sem dúvida, foi um monista.

³²⁴ REALE, Miguel. *Horizontes...op. cit.*, p. 234; 237.

³²⁵ ROMERO, Sílvio *apud* REALE, Miguel. *Horizontes...op. cit.*, p. 239.

Romero ansiava por uma interpretação da vida social brasileira dentro do ponto de vista monista. Em *História da Literatura Brasileira*, ele propõe, como Filosofia da História do Brasil, um conhecimento que investigue a ação do meio físico, o estudo etnológico das raças que constituíram o Brasil e daquelas que para cá imigraram – mas também um estudo etnológico de hábitos um tanto novos, como os em extinção. Também propõe uma descrição dos “novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura”. O projeto de estudo de Romero é biossociológico, ancorado explicitamente em Hebert Spencer³²⁶. Também é notória a influência de *Historie de la littérature anglaise (História da Literatura Inglesa)*, de Hippolyte Taine, texto que propõe que “a vida de um povo seria determinada por três fatores”: o ambiental, o racial e “o momento”, resultante da interação dos dois primeiros fatores, que também foi uma inspiração metodológica para *Os Sertões*, de Euclides da Cunha³²⁷. Pode-se dizer que *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, é um manual “de como fazer” para duas obras de Viana: *Raça e Assimilação e Instituições Políticas Brasileiras*.

3.2 IDEIAS DO SÉCULO XX

Descritas em linhas gerais as variadas ideias desta geração de 1870, saltemos para geração mais próxima cronologicamente a Oliveira Vianna. Começamos com Alberto Torres, que foi presidente da província do Rio de Janeiro, depois ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se bem jovem e dedicou-se à vida intelectual. Oliveira Vianna conheceu Alberto Torres em 1914. Este organizava saraus, provavelmente entre 1912 a 1917, sempre às segundas-feiras, quando se reuniam pessoas que discutiam temas relacionados ao Brasil. Nesses saraus, a pessoa que mais palestrava era o próprio anfitrião, Alberto Torres, o “mestre” do grupo, que tinha uma excelente oratória³²⁸. Oliveira Vianna, antes de se tornar conhecido por ser

³²⁶ **História da Literatura Brasileira**. Disponível em:

<<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>> Acesso em: 25 set. 2021.

[Publicado originalmente em 1888]. p. 8.

³²⁷ VENTURA, Roberto. *Introdução*. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. In: *Intérpretes do Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

³²⁸ VIANNA, Oliveira. Prefácio. In: GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

colaborador da *Revista do Brasil* em 1917, frequentava esses encontros³²⁹. Na verdade, era o menos assíduo e o que mais se distanciava das ideias de Torres, uma espécie de discípulo rebelde. Os demais podem ser descritos como fiéis discípulos de Torres. Eram eles: Alcides Gentil, Saboia Lima, Porfírio Neto, Antônio Torres, Carlos Pontes e Mendonça Pinto³³⁰. Eram homens que acreditavam que caberia a eles, uma elite intelectual brasileira, mudar os rumos do Brasil e moldar uma nova nação. A solução para os problemas nacionais brasileiros estaria nesses debates. Vianna compara a postura do grupo a Jesus e seus discípulos, pois quase todos escreveram livros (como se fossem evangelhos) com as ideias de Alberto Torres, com destaque a Alcides Gentil e Saboia Lima. Todos, inclusive Vianna, estavam descontentes com os rumos da República. Havia um leve tom conspiratório nessas reuniões.

Oliveira Vianna escreveu o prefácio do livro *As ideias de Alberto Torres* (1932), organizado por Alcides Gentil e composto por paráfrases de ideias de Torres. Em *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), Oliveira Vianna se ocupa em descrever, num capítulo exclusivo, uma metodologia de estudo dos fenômenos brasileiros que seria uma criação de Torres. Segundo Vianna, tal metodologia se contrapõe à forma de pensar idealista da maioria dos pensadores brasileiros. O título do texto de Vianna é “Alberto Torres e a metodologia objetiva ou realista (o nacionalismo político)”, que é o capítulo III do volume II do citado livro.

Torres e eu, o que um e outro fizemos – em relação ao conhecimento científico da nossa evolução e formação social, do ponto de vista especialmente da evolução das instituições políticas e da estrutura do Estado – consistiu, aqui, nesta novidade metodológica: considerar os problemas do Estado ou, melhor, os problemas políticos e constitucionais do Brasil, não apenas simples problemas de especulação doutrinária ou filosófica – como então se fazia e como era o método de Rui; mas como problemas objetivos, vinculados à realidade cultural do povo e, conseqüentemente, como problemas de comportamento do homem brasileiro na sociedade brasileira – de “comportamento”, no estrito e técnico sentido que a esta expressão lhe dão os sociologistas americanos (como, por exemplo, Ralph Linton e Donald Pierson, em livros que estão hoje, em nosso país, nas mãos de todos os estudiosos das ciências sociais)³³¹.

Alberto Torres evitava ao máximo fazer citações. Suas ideias aparecem quase sem referências. Tal postura se deve ao desejo de Torres por uma autonomia

³²⁹ Em 1917, Oliveira Vianna foi convidado a ser colaborador da *Revista do Brasil*. Em 1919, já era colaborador de *O Paiz e O Estado de São Paulo* - VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, pp 198-207.

³³⁰ VIANNA, Oliveira. *Prefácio... op. cit.*, p. V.

³³¹ VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os Problemas Brasileiros da Ciência Política)*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974b (publicado originalmente em 1949), p. 64.

intelectual brasileira de forma que fica difícil fazer uma genealogia de suas ideias. Restaria a quem o estuda o perigoso caminho de fazer deduções por meio de convergência de ideias e aceitar conviver com a possibilidade de erro³³². Uma das poucas exceções a isso é Auguste Comte, o que não faz de Torres um positivista ortodoxo. Não há provas de que Torres tenha participado de alguma agremiação vinculada ao positivismo no Brasil. A filiação cega e radical a uma filosofia³³³ ou a conceitos apriorísticos é completamente incompatível com a biografia e as ideias de Alberto Torres, que argumenta que “cada terra e cada povo tem a sua filosofia, a sua ciência, a sua arte, a sua política, que não alteram as ideias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano”³³⁴. Mais tarde Oliveira Vianna batizou tal proposição torreana como “objetiva” ou “realista”

Alberto Torres fazia dos modelos estrangeiros uma espécie de almoxarifado, onde ia procurar peças que melhor se ajustassem à realidade brasileira, mesmo que não fossem peças mais bonitas, nem mesmo as mais perfeitas. Diferença marcada pela preeminência do fato social em Alberto Torres e do fato jurídico em Rui Barbosa³³⁵.

Desse almoxarifado europeu, nas raras vezes em que Alberto Torres admite procurar referências, prevalecem peças do armário da sociologia. Mesmo tendo sido jurista, ministro do STF, as raras citações dele são de autores de outros ramos do saber, como sociologia, filosofia e geografia. Barbosa Lima Sobrinho organiza esta lista restrita: além de Comte, aparecem Spencer, Lester Ward, Bergson, Letourneau,

³³² É o caso de Alceu Amoroso Lima, que classificou Alberto Torres como partidário do contratualismo europeu de Hobbes ou Rousseau. Mas tal tese é desmontada por Lima Sobrinho. A doutrina de Torres não é contratualista, pois “para ele, a vida social tem por condição o altruísmo, mas o altruísmo tem como forma primária o amor familiar. [...] O laço comum nem deixava de ser o espiritual: era o totem, a quem o selvagem reduziria a ideia de pátria, representando ‘o vínculo comum da tribo’” - LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 326.

³³³ Num artigo do *Jornal do Comércio*, em 1915, conforme noticia Lima Sobrinho, Alcides Gentil tentou classificar Alberto Torres, juntamente com Sílvio Romero, como pertencentes à escola de Le Play. A resposta de Alberto Torres se deu no dia seguinte, quando negou que suas ideias tivessem algo “de sistemático, de preconcebido ou de reflexo”, afirmou que as ideias de Le Play seriam dogmáticas e simplistas e aconselhou os moços a terem um senso crítico diante de uma supervalorização desta escola, que teria “alguns escritos de valor, mas que não devem a autoridade que estão adquirindo ao mérito intrínseco de seu pensamento” (TORRES, Alberto *apud* LIMA SOBRINHO, Alexandre. *Presença... op. cit.*, p. 324).

³³⁴ “Filosofia, ciência, arte e política, são sistemas de abstrações e de conceitos, que nada dizem e nada realizam, quando se não adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real — nervos e sangue, da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem a sua filosofia, a sua ciência, a sua arte, a sua política, que não alteram as ideias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver” - TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002a. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html>. Acesso em: 5 abr. 2022. [publicado originalmente em 1912], p. 34.

³³⁵ LIMA SOBRINHO, Alexandre. *Presença... op. cit.*, p. 307.

Le Play e Ratzel³³⁶. Não há um único jurista citado em seus livros publicados, justamente por afirmar que não cabe importar instituições jurídicas estrangeiras para tratar os problemas brasileiros. “Não se resolvem problemas práticos mediante fórmulas jurídicas³³⁷”. Dos sociólogos ele busca ferramentas para estudar a realidade brasileira.

De Comte, Torres herda “a vinculação e dependência recíproca entre Ordem e Progresso”³³⁸. Porém, a ordem não deve existir por si mesma, ela deve servir ao propósito do progresso. Nada em Torres deve existir por si mesmo, tudo que ele advoga como necessário deve ser instrumental, deve servir ao bem da humanidade. Por isso, Torres nunca se filiou a nenhuma agremiação filosófica. O patriotismo, por exemplo, deve ser um instrumento consciente a serviço da sociedade, e não ao contrário.

Neste estado de inconsciência mental, com as nossas elegantes fatiotas de figurinos modernos, e de alheamento de sentimentos e de ideias, sob o fulgor das palavras e o brilho decorativo das frases, não admira que o patriotismo evite contemplar a verdadeira situação da Pátria e corra à invocação litúrgica da bandeira; **que esqueça o Cristo e apegue-se à cruz; que abandone a terra e a gente e condene a prole à miséria, delirando de êxtase místicos ao som do hino nacional...** A substituição das imagens e dos símbolos, às realidades, é sinal de enfraquecimento do espírito³³⁹ (grifo nosso).

Sobre a questão da raça, Alberto Torres fez um alerta que Oliveira Vianna ignorou. Nesse tema, há a maior divergência entre mestre e discípulo. As teorias raciais europeias, considerando tão só a comunidade científica, estavam dando seus últimos suspiros nos anos iniciais do século XX. Torres, mais do que Vianna, tinha plena consciência dos novos rumos das ciências sociais. Em *O Problema Nacional Brasileiro* (1914, que é o 16º volume da série Brasileira³⁴⁰), num elaboradíssimo capítulo, “Em prol de nossa raça”, Alberto Torres demonstra a fragilidade do conceito biológico de raça em humanos. Para ele, todas as classificações da raça são fruto de alguma arbitrariedade e passíveis, na prática, de exceções. São mais um instrumento de estudo de biólogos do que uma realidade ontológica da natureza. “A classificação

³³⁶ *Ibidem*, p. 321.

³³⁷ Alcides Gentil, parafraseando Torres em GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 178.. Essa é uma ideia de Torres ao longo de sua obra que foi sintetizada por Gentil num livro de citações de Torres com readequação de redação.

³³⁸ LIMA SOBRINHO, Alexandre. *Presença... op. cit.*, p. 317.

³³⁹ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional... op. cit.*, p. 154.

³⁴⁰ *O Problema Nacional Brasileiro* foi editado pela primeira vez pela Imprensa Nacional. Alberto Torres distribuía gratuitamente os exemplares para as pessoas, muitas das vezes com elaboradas dedicatórias (LIMA SOBRINHO, Alexandre. *Presença... op. cit.*, p. 306). Em 1938[a], com Alberto Torres já falecido, foi reeditado pela editora Nacional, na coleção Brasileira.

não é mais que uma convenção, não científica, mas técnica, destinada a facilitar os processos lógicos de análise, da indução e da dedução”³⁴¹.

A reafirmação exagerada de importância da classificação racial e sua aplicação sem critério para entender a humanidade são, na verdade, uma reação aos movimentos igualitários das revoluções europeias, que apenas usam os jargões científicos como forma artificial de dar legitimidade.

Para legitimar a reação de impulsos da força, da autoridade, das supremacias privilegiadas, impunha-se derruir o princípio tutelar das aspirações contrárias; e, pois que a época era de renascimento científico, e o argumento científico trazia uma arma nova, de tremendos efeitos, a reação vestiu roupagens científicas, apoiado seus preceitos com todos os aparatos da observação e da experiência. A feição nova da *volonté de puissance* [vontade de poder] tinha forjado o seu arsenal de combate. [...] Chefes superiores e raças colonizadas pediram títulos à ciência, para os direitos de hierarquia e subordinação³⁴².

Tal pensamento é justamente o contrário da teoria de Vianna. Para Torres, as teorias científicas racistas eram reacionárias em relação às teorias de igualdade dos povos, forjadas nas revoluções europeias, principalmente a francesa. Para o Vianna da década de 1930, as teorias igualitárias culturalistas seriam uma reação, em virtude do orgulho ferido de eslavos e latinos, conforme vimos na seção 1 do capítulo 2.

O tema mais importante de Alberto Torres era a carência de consciência nacional – que ele creditava à pouca idade da nação brasileira. Nas nações antigas, não há espaço para discutir o “problema nacional”, pois elas foram forjadas ao longo do tempo e as funções dos indivíduos dentro da sociedade já estão harmonicamente amalgamadas. É uma situação histórica e estruturalmente assentada, por isso, para as nações antigas, não é um problema; “assim como os herdeiros de grandes fortunas desconhecem o problema da subsistência³⁴³”. Já as nações novas, entre elas o Brasil, seriam carentes de tal consciência nacional, pois lhes falta um sentimento de cooperação mútuo. O agrupamento social das nações novas existe “sem espírito e sem unidade, como a vida de um hotel, ou de uma estação de estrada de ferro, [...] sem nenhuma consciência de interesse comum”³⁴⁴.

³⁴¹ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional... op. cit.*, p. 88.

³⁴² TORRES, Alberto. *O Problema Nacional... op. cit.*, p. 69-70.

³⁴³ *Ibidem*, p. 50. O psicanalista Octavio Souza desenvolve uma ideia extremamente parecida. “Durante muitos séculos os europeus ignoravam que eram europeus e só quando a Europa tornou-se uma realidade histórica que saltava aos olhos, deram-se conta de que pertenciam a algo mais vasto do que sua cidade natal. [...] Na Europa a realidade precedeu o nome” (*apud* BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 145).

³⁴⁴ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional... op. cit.*, p. 52.

Não haveria tempo para esperar. Seria necessária uma intervenção em que uma elite intelectual colocasse rédeas nos rumos da nação brasileira. Este é o sentimento que Alberto Torres sintetiza e que é disseminado, para além do seu grupo de amigos de sarau. Teve boa ressonância! É nessa vontade de intervenção ativa na sociedade que Alberto Torres conquista adeptos, de variadas ideologias, que vão de Roquette-Pinto, passando possivelmente por Oswaldo Aranha³⁴⁵ e indo até Plínio Salgado. Para Alberto Torres, só há uma instituição capaz de organizar a consciência nacional e forjar uma nação: o Estado. E neste ponto ocorre a grande convergência com seu discípulo, Oliveira Vianna.

Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos³⁴⁶.

O Estado haveria de ser um acelerador histórico. Seria a instituição racional e consciente de si mesma que forjaria a nação, suprimindo (ou substituindo) a força da espontaneidade da longa duração que enraizou o sentimento de consciência nacional nas nações antigas. A Nação seria dádiva do Estado³⁴⁷. O Estado teria a capacidade, em potencial, de “se apropriar do monopólio da formação da identidade nacional”³⁴⁸.

Ocorre que o Estado brasileiro estava a reboque de instituições sociais informais (nisso Torres antecipa os estudos acerca dos clãs parentais de Oliveira Vianna). “O Estado foi, em não pequena parte, em outros tempos, instrumento de opressão, mais como patrono de outras instituições formadas à sua sombra que por ação direta”³⁴⁹. Torres expressa um sentimento antioligárquico presente também em Oliveira Vianna ao longo de toda sua vida, uma ideia de intervenção racional na sociedade, que deveria ser liderada por uma nova elite. De certa forma, a Revolução de 30 é a tentativa de concretização destas ideias.

³⁴⁵ Oliveira Vianna participou do mesmo grupo político que Oswaldo Aranha que, por sua vez, é o destinatário de uma dedicatória do livro de Alcides Gentil, *As Ideias de Alberto Torres*. A dedicatória na verdade é uma homenagem aos acontecimentos da Revolução de 30.

³⁴⁶ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional... op. cit.*, p. 143.

³⁴⁷ Segundo Hilário Franco Júnior, a noção de Nação e a noção de Estado tem origens distintas, porém os dois conceitos estabelecem uma simbiose necessária, na Europa, a partir do Século XIII. A ideia de Nação precedeu a ideia de Estado, segundo o medievalista, na Inglaterra e Espanha. O inverso aconteceu em Portugal e na França: primeiro se estabeleceu o Estado e depois a Nação - FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 50-52.

³⁴⁸ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 43.

³⁴⁹ TORRES, Alberto. *Organização... op. cit.*, p. 7-8.

Bem mais contemporâneo a Oliveira Vianna, há outro intelectual brasileiro que também esteve envolto nas mesmas indagações raciais deste: Edgard Roquette-Pinto. De certa forma, passou por caminhos semelhantes, mas ao cabo chegou a conclusões diversas. “Sem se tornar um ortodoxo”, Roquete-Pinto tinha uma formação filosófica comtiana positivista, pertencendo inclusive à Sociedade dos Amigos de Augusto Comte³⁵⁰. Leitor entusiasmado de Alberto Torres, Roquette-Pinto tinha “um intenso desejo de compreender o país em seus próprios termos”³⁵¹. Acreditava que a suposta degeneração do brasileiro se dava mais por fatores sociais, sanitários e educacionais do que por motivações biológicas inatas; rechaçando, portanto, a tese da degeneração humana por cruzamento de raças. Chegou à conclusão – em *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933), 22º volume da coleção Brasileira –, de que “o cruzamento [...] de nenhum modo – documentadamente – pode ser considerado disgênico”³⁵². Diferentemente de Vianna, era adepto da igualdade das raças. No entanto, se autoproclamava eugenista, mas de uma eugenia em termos um pouco diferentes do que a europeia. É necessário esclarecer o sentido dessa eugenia.

Roquette-Pinto elaborou uma classificação das raças brasileiras (ou brasileiras, como ele prefere) com base praticamente só na cor da pele³⁵³, o que em si já desmontava qualquer diferenciador mais profundo entre as raças. Oliveira Vianna, pelo menos na década de 1930, divergia textualmente de tal classificação, porque ansiava demonstrar diferenciações psicológicas e morais entre as raças.

Minha impressão é que a classificação do prof. Roquette Pinto, que aparece como sendo uma classificação dos “tipos antropológicos”, não é propriamente uma classificação de “tipos”, no sentido específico que esta expressão tem hoje em antropologia, mas apenas uma classificação de grupos humanos pelo critério exclusivo da cor da pele³⁵⁴.

Paradoxalmente, Roquette-Pinto, pelas vias da antropometria, acabou chegando a uma classificação que dispensava a antropometria. Neste sentido, estava Roquette-Pinto muito mais próximo dos rumos que a Antropologia estava tomando do

³⁵⁰ VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Roquette... op. cit.*, p. 40.

³⁵¹ SOUZA, Vanderlei. *As leis... op. cit.*, p. 213.

³⁵² ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, 170.

³⁵³ “Os principais tipos antropológicos caracterizados na população brasileira podem ser reunidos em quatro grupos: 1) Leucodermos (Branco); 2) Phaiodermos (Branco x Negro); 3) Xanthodermos (Branco x Índio); Melandermos (Negros). Todos os outros tipos: Cafusos, Xibaros, Caborés, etc., são numericamente insignificantes” - *Ibidem*, p. 127.

³⁵⁴ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[a], 3ª Ed., p. 252.

que o Vianna da década de 1930. Hoje em dia, raça é um conceito político e a cor da pele é um elemento importante deste conceito. De certa forma, Roquette-Pinto antecipa em parte este ponto de vista.

Há uma ironia entre Roquette-Pinto e Vianna. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, Vianna “nunca mediu um crânio na vida, talvez nem mesmo o próprio”³⁵⁵, mas manteve o apego à Antropologia Física durante a década de 1930. Nesse tipo de etnologia, Vianna sempre trabalhou baseado somente em fontes bibliográficas. Já Roquette-Pinto, que começa sua formação praticando a antropometria³⁵⁶, fazendo parte do projeto Rondon, com suas viagens e expedições, ao cabo de seus estudos minimiza os fatores biológicos intrínsecos das raças, preocupando-se mais com as questões sociais e sanitárias. Em 1927, em *Seixos Rolados – estudos brasileiros*, Roquette-Pinto já tem uma noção de futuro para ciências antropológicas com relação à questão racial muito mais próxima à atual, asseverando que “a doutrina da igualdade entre as raças estava se impondo na antropologia”³⁵⁷. A transformação da concepção da ciência etnológica em Vianna só ocorre na década de 1940, quando cede aos estudos culturais.

Mas qual é afinal a eugenia de Roquette-Pinto? Parte da resposta a essa questão está no recorte que ele faz das ideias do biólogo Raymond Pearl (1879-1940):

“Auxiliá-lo [o homem negro] nestes casos, para que a sua mortalidade diminua, é servir a todos, brancos e negros, em benefício da humanidade.” São estas as palavras que o ilustre professor encerra seu trabalho. Isso é Eugenia³⁵⁸.

Transcendendo a eugenia neolamarquista, aderindo à eugenia mendeliana³⁵⁹ e rechaçando expressões como “miscigenação de raças” ou mesmo “fusão de raças”,

³⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Texto Introdutório [de *Populações Meridionais do Brasil*]. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 906.

³⁵⁶ “Logo aos 17 anos, [Roquette-Pinto] entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde desde cedo demonstrou-se interessado no estudo de fisiologia humana e da antropologia física, especialmente devido ao seu contato com o catedrático Alberto Betim Paes Leme, professor de anatomia que o incentivou a aprofundar o conhecimento acerca das ciências da raça” - SOUZA, Vanderlei. *As leis... op. cit.*, p. 216. Roquette-Pinto estudou o cérebro de Euclides da Cunha que foi retirado pelo médico legista Afrânio Peixoto e conservado em formal no Museu Nacional. Roquette-pinto descreve o cérebro de Cunha como um “órgão notável pela riqueza e complexidade das circunvoluções, sobretudo na zona que governa as faculdades de expressão” - VENTURA, Roberto. *Introdução*. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. In: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

³⁵⁷ SOUZA, Vanderlei. *As leis... op. cit.*, p. 217.

³⁵⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio... op. cit.*, p. 47

³⁵⁹ SOUZA, Vanderlei. *As leis... op. cit.*, “Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o qual fora dominado pelos pressupostos neolamarquistas, Roquette-Pinto destacava que não era concebível associar higiene com eugenia. [...] Em grande medida, a adoção da eugenia mendeliana por

esta última muito utilizada por Vianna, Roquette-Pinto advoga que seria muito mais adequada a expressão “combinação – que bem se pode aproximar das que se passam em certas reações químicas”³⁶⁰. Da combinação de raças, não surge um indivíduo degenerado. A eugenia de Roquette-Pinto, que não deixa de ter seus riscos morais, propõe que todas as raças possuem “bons” ou “maus” indivíduos e, portanto, seria necessário incentivar o cruzamento de bons indivíduos, qualquer que seja a raça, em qualquer combinação. A eugenia seria uma ciência que procura “eivar todos os tipos que formam o grupo, de modo que as gerações sucessivas recebam, sempre, herança cada vez melhor”³⁶¹. Em outras palavras, era eugenista porque defendia um controle da reprodução humana, porém com uma particularidade, não havia raça “boa” ou raça “ruim” e, sim, indivíduos bons que, segundo sua genética mendeliana, transmitiria boas características. O risco em termos éticos é também enorme.

Roquette-Pinto e Oliveira Vianna herdaram de Alberto Torres a crença de que a nação teria de ser o produto de uma organização política liderada por uma elite intelectual, que é uma ideia comtiana. “O Brasil, pregava o homem de gênio [Alberto Torres], tem de ser obra de arte política. É uma nação que será o que as classes cultas fizerem dela”³⁶². Segundo Roquette-Pinto, Torres e Vianna, aos homens de ciência, ou seja, ao grupo social a que pertenciam, cabe a referida orientação nacional. Esclarece-se, no entanto, que, diferentemente de Alberto Torres e Oliveira Vianna, Roquette-Pinto, quando se refere à organização, não está se referindo necessariamente ao Estado propriamente dito, e sim a toda e qualquer organização de uma elite intelectual, principalmente uma comunidade científica.

Um intelectual que se insere mais ativamente na vida de Oliveira Vianna, inclusive rechaçando algumas de suas ideias, é Arthur Ramos. Quinze anos antes de Oliveira Vianna publicar *Instituições Políticas Brasileiras* (1949), o médico Arthur Ramos publicou o primeiro volume de *O Negro Brasileiro* (1934), cujo subtítulo para o volume é *Etnologia Religiosa*, 188º volume da coleção Brasileira. Ambos os livros são etnográficos, culturalistas e suas referências bibliográficas são bem semelhantes: Linton, Frobenius, Spengler e Park, só para citar alguns. O horizonte intelectual, portanto, é o mesmo. No entanto, enquanto Vianna tenta descrever instituições

Roquette-Pinto estava relacionada especialmente ao seu contato com antropólogos, geneticistas norte-americanos e alemães” -*Ibidem*, p. 220-221.

³⁶⁰ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio...* *op. cit.*, p. 169.

³⁶¹ ROQUETTE-PINTO *apud* SOUZA, Vanderlei. “As leis...” *op. cit.*, p. 219.

³⁶² ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio...* *op. cit.*, p. 123.

políticas consuetudinárias em várias regiões brasileiras, Ramos faz um minucioso estudo da cultura negra no Brasil.

As ideias de Arthur Ramos e de Vianna haviam entrado em choque na década de 1930, conforme já aponte na seção 1 do capítulo 2. Mas, na década de 1940, embora com temáticas diferentes, ambos estavam envolvidos na mesma concepção culturalista de Antropologia. Neste caso, a mudança em Vianna foi mais sinuosa e contraditória do que em Ramos, que foi mais natural: passou pela Medicina, pela Psicanálise e Psicologia Social. Citando Malinowski, Ramos assevera que “‘não há antagonismo fundamental entre culturalistas e psicanalistas’. Acrescento agora: não há antagonismo entre culturalistas e psicólogos sociais. Os métodos se completam”³⁶³.

Assim como os pensadores eugenistas, Arthur Ramos tinha uma preocupação quanto aos brasileiros “degenerados”. Se a temática era a mesma, o ponto de vista era diferente. Arthur Ramos creditava pouco valor à questão hereditária e, conseqüentemente, à raça. Existiam indivíduos “degenerados”, na visão de Ramos, que tendiam ao crime, ou que tinham baixa capacidade mental, devido a questões ambientais, sociológicas e culturais. No lugar de um “controle da reprodução humana”, Ramos propunha a “higiene mental” e o aprimoramento da educação³⁶⁴.

Continuando o projeto de investigação de Nina Rodrigues (mas partindo de novos pressupostos), Arthur Ramos realiza um profundo e minucioso estudo da Cultura Negra no Brasil em *O Negro Brasileiro*, dividido em três volumes: *Etnografia Religiosa* (1934), *O Folk-lore Negro no Brasil* (1935) e *As culturas negras no Novo Mundo* (1937). A metodologia culturalista se impõe devido ao fato de os registros históricos serem poucos, pois “o decreto de 14 de dezembro de 1890 promulgado por Rui Barbosa [mais uma circular] mandavam queimar documentos históricos sobre a escravidão”³⁶⁵. Restava, então, a observação cultural³⁶⁶, acumulada pela própria experiência profissional de Arthur Ramos e Nina Rodrigues e de etnologistas

³⁶³ RAMOS, Arthur. *O Negro brasileiro. Volume III (As Culturas Negras no Novo Mundo)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 59.

³⁶⁴ TAMANO, Luana Tieko Omena. “Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada”: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. p. 213.

³⁶⁵ RAMOS, Arthur. *O Negro... op. cit.*, p. 269.

³⁶⁶ “No Brasil, embora a principal cultura estudada tenha sido a *yorubá* podemos, das pesquisas realizadas [...] distinguir três padrões principais de culturas, como vimos: a) as culturas sudanesas da sub-área ocidental do golfo da Guiné [...] b) culturas sudanesas, negro-maometanas (a cultura malê); c) culturas bantus, provenientes das áreas do Congo e da área ocidental do gado (principalmente angola-conguneses e moçambiques)” - *Ibidem*, p. 352.

espalhados por todas as Américas. A coincidência de manifestações culturais em lugares diferentes confirma a viabilidade do método, como no caso da cultura iorubá em Cuba e no Brasil. Manifestações culturais semelhantes em lugares distintos, certamente, têm a mesma origem africana.

Arthur Ramos chega à conclusão de que não existe o *Homo Afer*, dada a diversidade de raça e cultura do continente africano³⁶⁷. “A África é um mosaico de elementos culturais que se misturam em combinações imprevistas”³⁶⁸. Tal proposição diverge com a do Vianna da década de 1930, que não só pensava na possibilidade científica de estudo do *Afer* em sua unidade, como concluía que o seu perfil psicológico era “ciclotímico” (emotivo, passional, imprevidente)³⁶⁹. Vale a pena repetir que Vianna aqui é tratado em fases.

Arthur Ramos propõe que, quando dois grupos culturais entram em contato, sempre haverá miscigenação (racial e ou cultural). “Parece não haver exceção histórica a este respeito”³⁷⁰. Desses contatos sociais, na visão de Ramos, ocorrem mudanças nos indivíduos dos grupos, que são classificadas da seguinte maneira: (a) adaptação (mudanças biológicas); (b) acomodação ou assimilação (mecanismos sociais) – vale a pena lembrar que para o Vianna da década de 1930, assimilação é um conceito ao mesmo tempo biológico como social; (c) ajustamento (mecanismo psicossocial); e (d) aculturação – mecanismo cultural que é o principal fenômeno estudado por Arthur Ramos no terceiro volume de *O negro brasileiro*³⁷¹.

O processo de aculturação não é simples. É em si dramático, perpassando, na maioria das vezes, pelo abuso ou pela violência. Quase sempre é desequilibrado, tendo um grupo impondo a outro a sua dominação. Certos indivíduos que se veem obrigados a uma mudança cultural não voluntária, em sua crise de “desambientação”, tendem a ficar “desmoralizados” num doloroso processo de desorganização e reorganização de sua personalidade³⁷². Quando um indivíduo perde a sua cultura original, mas ainda não é aceito pela cultura dominante, ele se torna – na expressão de Park, citado por Ramos e Vianna – um “homem marginal”, pois “fica à margem de

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 71.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 72.

³⁶⁹ VIANNA, Oliveira. *Raça...*, *op. cit.*, p. 44.

³⁷⁰ RAMOS, Arthur. *O Negro...* *op. cit.*, p. 355.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 357.

³⁷² RAMOS, Arthur. *O Negro...* *op. cit.*, p. 359

ambas as culturas”³⁷³. O homem marginal se verifica no negro nas Américas, segundo Ramos, mas também se verifica, segundo Vianna, em homens brancos alienados de sua própria realidade local, presos a sistemas filosóficos estrangeiros, sendo o exemplo capital a figura de Rui Barbosa³⁷⁴. Retornarei a esse assunto na seção 2 do capítulo 4.

Ramos aponta três resultados para a “aculturação”: (a) aceitação, quando há perda da cultura original, a exemplo dos negros do Harlem³⁷⁵, bairro novaiorquino; (b) adaptação, quando há a combinação de duas culturas, o resultado mais comum nesse choque de culturas, a exemplo do sincretismo religioso em Cuba e no Brasil; (c) reação, quando há resistência pela cultura oprimida, em movimentos contra-aculturativos, no caso da Revolução do Haiti, nos quilombos brasileiros e na revolta malês, na Bahia³⁷⁶

Na década de 1930, Arthur Ramos e Oliveira Vianna estavam com projetos científicos diametralmente opostos. Arthur Ramos, que era médico, tentava buscar elementos não biológicos para entender a importância cultural do negro no Brasil. Já Vianna, na década de 1930, ainda apostava numa renovação de teses racialistas no malsucedido livro *Raça e Assimilação*. Na ocasião, um dos maiores críticos da obra fora o próprio Arthur Ramos, assim como Vianna criticava a classificação das raças de Ramos baseada tão só pela cor da pele. Por caminhos diferentes, ambos convergem na década de 1940, buscando, como já dito, uma ancoragem bibliográfica semelhante. Nesse sentido, o que há em comum entre Alberto Torres, Roquete-Pinto e Arthur Ramos é uma atitude de desconfiança de certos corolários antropológicos herdados de uma certa zoologia do século XVIII ³⁷⁷, que ainda tinham muita força no

³⁷³ *Ibidem*, p. 359; VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os Problemas Brasileiros da Ciência Política)*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974b. (publicado originalmente em 1949) p. 19.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 34.

³⁷⁵ Ramos aponta a origem do Jazz como sendo exclusiva de Nova Orleans. Para Ramos, o *blues* e o *jazz* têm íntima relação com os *spiritals* e o *work-song*, canções sincréticas em que escravos mesclam a cultura branca e negra. “Adotando a religião dos brancos, os negros deram-lhes um colorido especial com os *spiritals*. O protestantismo acudira os impulsos de individualismo dos negros, quando eles foram separados de seus grupos de cultura. Logo se socorreram das narrações bíblicas, emprestando-lhes interpretações que iam ao encontro de seus anseios [...] Surgiu a figura inconfundível do pastor negro, sucedâneo do ‘doutor do *vodu*’” - RAMOS, Arthur. *O Negro... op. cit.*, p. 98.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 360-363.

³⁷⁷ “O lado biológico da antropologia [...] deve sua origem aos grandes zoológicos do século XVIII. Em conformidade com as tendências sistemáticas gerais do tempo, os principais esforços eram dirigidos para uma classificação das raças do homem e para descoberta de características válidas por meio das quais as raças poderiam ser descritas como variações de uma espécie ou espécies distintas. As tentativas de classificação eram numerosas, mas não se desenvolveu nenhum ponto de vista novo”.

Brasil nos anos iniciais do século XX. Desconfiança de primeira hora por parte de Ramos, já nos primeiros trabalhos. Com Vianna, o processo foi mais recalcitrante. Sempre manteve uma atitude ambígua nesse sentido, mas na década de 1940 já contava com uma carga de leitura bem culturalista, com destaque às obras de Ralph Linton, redundando na publicação de *Instituições Políticas Brasileiras*, obra com imenso parentesco com a trilogia acerca do negro de Arthur Ramos.

Mesmo o intelectual brasileiro tido como o pioneiro em escritos culturalistas, também sempre titubeou entre a esfera cultural e biológica. Estou me referindo a Gilberto Freyre. É corajosa e sincera sua confissão de racismo no prefácio da primeira edição de *Casa Grande & Senzala*.

Vi uma vez, depois de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo, não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas*, pela neve mole do Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. [...] Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava que representava o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes. Foi o estudo de antropologia sob a orientação de Franz Boas que primeiro me revelou o negro em seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura.³⁷⁸

É bom lembrar também que a maioria dos “intérpretes do Brasil” que tiveram o (até então raro) privilégio de publicar obras no começo do século XX abordaram o tema racial no aspecto naturalista da palavra, muito semelhantemente à forma praticada por Vianna. Há, a título de exemplo, um livro pouco conhecido de Gilberto Freyre, *Problemas Brasileiros de Antropologia* (1943), que se assemelha com a abordagem de Oliveira Vianna. Nesse texto, Freyre considera os primeiros bandeirantes como um “híbrido vigoroso [em sua condição biológica] a que o Brasil deve uma obra de autocolonização que iguala, se não excede, a do colonizador português”³⁷⁹. Essa é uma tese que se assemelha com a tese central de *Populações Meridionais do Brasil* (1920), de Vianna – que, por sua vez, tomou emprestado alguns conceitos de Lapouge acerca do *Homo Europaeus*³⁸⁰ (sic). Nem se pode afirmar que a ambiguidade conceitual e metodológica de Freyre se concentra nesse seu livro

– BOAS, Franz. A História da Antropologia. In: STOCKING JUNIOR, George (org). *Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana. Antologia*. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, p. 43.

³⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2003, p. 31.

³⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil [do Jornal do Comércio], 1943, p. 77.

³⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. Texto Introdutório [de *Populações Meridionais do Brasil*]. In: *Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 906.

menos conhecido. Tal ambiguidade está em sua obra como um todo e é reconhecida pelos melhores estudiosos de Gilberto Freyre, como Ricardo Benzaquen de Araújo³⁸¹. Freyre navega entre Lamarck e Boas³⁸², tornando seu estudo instigante.

“A propósito dos paulistas” é um capítulo de *Problemas brasileiros de Antropologia* em que Gilberto Freyre manifesta tal ambiguidade ao pensar o bandeirante paulista. A princípio, o bandeirante era um conceito racial (híbrido de branco com ameríndio, ou “mameluco”), que se aplicaria mais aos bandeirantes antigos, dos primeiros anos das migrações para o interior do Brasil descritas em *Marcha para Oeste* (1940), de Cassiano Ricardo. Depois, no tempo histórico de Freyre, “o bandeirismo se opera [...] não só em novo horizonte cultural, como sobre nova condição biológica, social e cultural do bandeirante”. Haveria uma “homogeneização biológica”, depois de sucessivas experiências endogâmicas, que Freyre denomina *in-breeding*, que é perturbada já no período imperial por novas imigrações europeias, redundando em um branqueamento. A questão – que se apresenta no começo do texto como de estirpe, de raça, de biologia – vai se transformando numa condição cultural de espírito, “o élan” do bandeirante que tem uma certa configuração psicológica. Ler esse capítulo é como ver uma conversão acontecendo em tempo real. O novo espírito bandeirante, nas figuras de Washington Luís, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, seria a transformação da violência dos tempos antigos em uma postura arrojada e inovadora, porém não violenta³⁸³.

Tal processo tem algumas características em comum com que acontece em Vianna. Como adepto das teorias “racialistas”, Vianna está em processo de assimilação de teorias culturais; por outro lado, espera que as teorias culturais admitam a “raça” e o “meio” como elementos igualmente importantes. “A ciência

³⁸¹ LIMA, Luiz Costa. Apresentação [de Guerra e Paz]. In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 08.

³⁸² “Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente neolamarckiana de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua – variada discreta e localizada – interação com o meio físico” - ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 39. “Deste modo, o conceito de cultura, em vez de adstrito ao critério de Boas, como o próprio Freyre insistia, manteria uma ponte, do ponto de vista de Boas, espúria, e estabeleceria um trânsito direto com uma concepção étnica, mais precisamente, étnico-climática, dos povos” - LIMA, Luiz Costa *Apresentação... op. cit.*, p. 9.

³⁸³ FREYRE, Gilberto. *Problemas...*, *op. cit.*, p. 76-92

confessa que tudo caminha para uma explicação múltipla e conciliadora: raça + meio + cultura. Com estes elementos é que ela está recompondo o quadro moderno dos ‘fatores da Civilização’³⁸⁴. Tanto Freyre como Vianna estão migrando para um novo paradigma etnológico, mas não querem se desvincular totalmente do paradigma antigo. Aparentemente, a movimentação conceitual de Freyre, dentro mesmo do capítulo “A propósito dos paulistas”, é bem semelhante ao deslocamento de Vianna no percurso de 17 anos (de 1932 a 1949).

Partindo para uma análise da principal obra de Gilberto Freyre, como assevera Benzaquen de Araújo, impõe-se apontá-lo como culturalista no sentido forte da palavra, apesar de também trabalhar com esta tripla causalidade: raça, meio e cultura. É claro que *Casa Grande & Senzala* é culturalista, em um grau de culturalismo talvez nunca alcançado por nenhuma obra de Vianna. O que haveria de diferente entre os dois, porém, seria apenas a proporção dos três elementos, que no caso de Freyre pode ser descrita nestes termos:

Suponho que tenha ficado bastante claro que, no que diz respeito especificamente à questão da raça, ela não alcança uma dimensão tal que possa prejudicar irremediavelmente a vocação, digamos, cultural [de *Casa Grande & Senzala*], do conjunto de sua reflexão, embora, sem dúvida, lhe acrescente um matiz de inegável importância³⁸⁵.

Enquanto Vianna torcia o nariz para Franz Boas – tanto na fase eugenista de *Raça e Assimilação* quanto na fase culturalista de *Instituições* –, Freyre tentava ao máximo assimilar as teorias de seu professor em Columbia. Foi Boas que primeiro revelou a Freyre “o negro e o mulato em seu justo valor”³⁸⁶. É fato que seu culturalismo é lastreado no célebre antropólogo; porém, pelo menos em tese, Freyre nunca deixou de pensar em uma tripla causalidade, mesmo em *Casa Grande & Senzala*.

³⁸⁴ VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a]. (publicado originalmente em 1949), p. 71.

³⁸⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz...*, *op. cit.*, p. 41.

³⁸⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2003, p. 32.

3.2.1 “Não há a propalada ruptura entre” os procedimentos de Oliveira Vianna “e o da maioria dos seus contemporâneos”

“Não há a propalada ruptura entre seus procedimentos e o da maioria dos seus contemporâneos”³⁸⁷. Esta é uma reflexão de Bresciani acerca da comparação entre Oliveira Vianna e os demais autores que teriam sido canonizados intérpretes do Brasil, principalmente Gilberto Freyre. Se houve rupturas sérias no pensamento brasileiro, Vianna é partícipe deste processo no sentido de iniciar um projeto de autonomia do pensamento brasileiro. Segundo Antônio Cândido, a obra de Vianna é “antecipadora e penetrante”, muito embora seja cheia de “preconceitos ideológicos”. Depois, teria sido “superada” por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior³⁸⁸. No entanto, contrariando um pouco o grande professor Antônio Cândido, tal afirmação aponta os preconceitos de Vianna – a maioria deles registrados aqui neste trabalho –, mas se esquece dos preconceitos de Freyre e de Holanda. A formação intelectual de Cândido num período em que Vianna estava sendo esquecido e até mesmo criticado. Mesmo sendo um contundente crítico de Vianna, Cândido conseguiu enxergar seu caráter antecipador.

Segundo Alfredo Bosi, Vianna era um pré-modernista (*vide* seção 2 do capítulo 1). Bosi definia este movimento das artes literárias como, “no sentido forte de premonição dos temas vivos em [19]22, tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural”. Assim como Bosi enxerga o pensamento social em Lima Barreto, ele enxerga em Vianna uma voz que preparou as artes para os movimentos de 1922. Bosi não deixa, no entanto, de delimitar Vianna em relação aos demais pré-modernistas, por estar preso aos esquemas arianizantes³⁸⁹.

Sérgio Buarque de Holanda conhecia a obra de Vianna, muito embora o cite muito pouco. Foi ele que nos ajudou a desembaraçar o novelo que une Vianna e Ralph Linton, apesar de Holanda não citar Linton. Na seção 1 do capítulo 2, quando Holanda descreve uma movimentação súbita de Vianna, numa resenha de *Instituições*, percebi

³⁸⁷ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 12.

³⁸⁸ CÂNDIDO, Antônio. CÂNDIDO, Antônio. Prefácio [da Terceira Edição de Raízes do Brasil]. In: *Raízes do Brasil [edição crítica]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp 355-356.

³⁸⁹ BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 2001, pp. 306 e 313.

uma lacuna no texto deste. Holanda diz que Vianna “passa, de súbito, a insistir na necessidade de se considerarem como decisivas na existência das culturas, as ‘matrizes biológicas da Linhagem e da Raça’”³⁹⁰. Chamou-me atenção tal movimentação – a estética de Holanda cumpriu a função de destacar um ponto específico –, o que me fez pesquisar diretamente a obra de Ralph Linton, já que Vianna afirmava que Linton, muito embora seja um dos maiores defensores do culturalismo, abria uma brecha para causas biológicas. Haveria no texto de Linton alguma justificativa para a movimentação “de súbito”? Que brecha seria essa, vinda de um livro de um culturalista de 1949? Mas Vianna, de alguma forma, equivocou-se na leitura de *Cultura e Personalidade* de Ralph Linton, como tentei demonstrar na referida seção.

Nessa resenha crítica, publicada em 1950, Holanda demonstra que não há uma tradição de organização municipal milenar comunitária europeia oriunda de “primitivas comunidades de aldeia”, como Vianna apresenta. A teoria de uma origem milenar desta aptidão democrática que Vianna defende em *Instituições* seria, há muito tempo, rechaçada por medievalistas europeus, nomeados por Holanda um a um. Entre eles, que são muitos, estão Fustel de Colanges, Henri Pirenne, Alfons Dopsche, Carl Stenpheson. Este último afirma que “por mais que eu desejasse preservar alguma coisa dessa engenhosa construção, outrora tão simpática, suspeito muito que ela se tenha desmoronado sem possibilidade de restauração”³⁹¹. Há um consenso na historiografia europeia pela inviabilidade desta teoria.

No entanto, Holanda apresenta a equivocada tese de Vianna como se fosse central na obra. Tal tese é apresentada em dois capítulos apenas: IV – “Evolução das Estruturas do Estado no Mundo Europeu” e VII – “Os pressupostos culturoológicos dos Regimes Democráticos Europeus”. É uma tese que tem uma função importante no livro, mas seu desmonte não derruba o edifício inteiro. Mesmo porque boa parte do livro é quase etnográfico, no sentido de descrever os costumes e hábitos clânicos de Direito Público brasileiro, conforme definição do próprio autor. Dessa descrição minuciosa de Vianna, que consumira seis longos capítulos do livro, só há comentários genéricos por parte de Holanda. O autor *de Raízes* não arregimentou nenhuma

³⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Resenha de] *Instituições Políticas Brasileiras*. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 1950, p. 423.

³⁹¹ STEPHENSON *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Resenha de] *Instituições Políticas Brasileiras*. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 1950, p. 425.

palavra, nem no sentido positivo, nem no negativo, quanto à pertinência ou adequação científica da tese da organização clânica brasileira, que é o tema que Vianna mais trabalhou em *Instituições*. Em outras palavras, Holanda descreve na resenha os equívocos de Vianna acerca de suas impressões da Europa e EUA, que consumiram aproximadamente 14% do livro, mas praticamente não resenha as ideias de Vianna acerca do Brasil, que consumiram mais do que 57% do livro³⁹².

O milenarismo da democracia de aldeia seria a aplicação da teoria imanentista defendida por Vianna. Na opinião deste pesquisador, que está há 4 anos na companhia de Oliveira Vianna, a supressão da teoria imanentista de Vianna não prejudicaria em nada seus estudos culturais acerca das organizações clânicas brasileiras. Tanto é que estudiosos do coronelismo brasileiro desenvolveram suas teorias sem se socorrer a nada parecido com o imanentismo, que, na verdade, pertence ao vício biologista e monista de Oliveira Vianna. Dado que a teoria imanentista é uma obscuridade caprichosa de Vianna, ou seja, pouco conhecida, é bem provável que os estudiosos do coronelismo no Brasil nem saibam o que seria isso.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, autora de *Coronelismo numa interpretação sociológica*, passa a anos-luz desse conceito, mas o que ela propõe em seu estudo não difere muito da proposta de Vianna. Queiroz não cita Vianna, mas se socorre a Max Fleiuss, amigo pessoal de Vianna, para entender como se organizava a Guarda Nacional. A base teórica da socióloga brasileira é Jean Blondel.³⁹³ No texto de Queiroz, o termo “parentela” tem o mesmo significado de clã parental. Creio que se pode fazer observações semelhantes acerca de Francisco Itami Campos em *O Coronelismo em Goiás*. Ou seja, a teoria sociológica de uma organização clânica não precisa da teoria imanentista. Ocorre que foi escolha de Vianna associar o

³⁹² Os seis capítulos que tratam da questão clânica no Brasil são: Capítulo VIII (Instituições do direito público costumeiro brasileiro); Capítulo IX (O “complexo do feudo” e os clãs feudais); Capítulo X (O “complexo da família senhorial” e os clãs parentais); Capítulo XI (Os “clãs eleitorais” e sua emergência no IV século); Capítulo XII (O povo-massa nos comícios eleitorais no IV século); e Capítulo XIII (O conteúdo ético da vida política brasileira). O volume 1 de *Instituições* tem 14 capítulos. Somente dois capítulos foram dedicados a falida teoria de comunidade de aldeia (o IV e o VII). Os capítulos V e VI são dedicados ao insolidarismo e ao apolitismo do povo-massa do Brasil. O capítulo I é uma prévia metodológica do volume 2. O capítulo II, que ganhou muito destaque na seção 1 do capítulo 2 desta tese, apresenta a teoria da cultura de Vianna, assim como o capítulo III. São então oito capítulos acerca do Brasil, dois acerca da Europa e EUA e dois teóricos.

³⁹³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História da Geral da Civilização Brasileira*, vol. 8. São Paulo: Difel, 1985, pp. 151-171.

imanentismo à sua teoria do clã. Como historiador das ideias, este pesquisador não pôde contornar a teoria imanentista. Como a conversão de Vianna ao culturalismo foi apenas parcial, provavelmente lhe causava muita angústia argumentar uma situação histórico-cultural sem fazer esta conexão com o fenômeno biológico.

A intenção de Vianna é comparativa. Ao dizer que os europeus, principalmente ingleses, teriam uma aptidão quase que fisiológica para uma organização democrática, ainda que representativa, ele lembrava que o Brasil, por ser uma nação jovem, não teria a mesma configuração cultural-fisiológica e, portanto, seria despreparada para a democracia. Muito embora Holanda nunca, em nenhuma fase de sua vida, defendera expressamente o autoritarismo, há um entendimento compartilhado com Vianna acerca da inaptidão histórica do brasileiro à democracia:

Na verdade, a ideologia impessoal e *antinatural* do liberalismo democrático, com suas *maiúsculas impressionantes e com suas fórmulas abstratas*, jamais se naturalizou entre nós. [...] A democracia no Brasil sempre foi um mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas³⁹⁴.

Esta é versão de 1936 de *Raízes do Brasil*. A versão final de 1948 aparece mais enxuta. As expressões acima grifadas em itálico foram cortadas, ficando assim a primeira frase: “Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós”. Retirou-se a expressão *antinatural*. Na sociologia buarquiana de 1936, o liberalismo é impessoal e antinatural. Já em 1948 só é impessoal, o que em si não é uma crítica negativa. Em termos weberianos, seria até um elogio a impessoalidade na burocracia. A democracia de Holanda em 1936 era abstrata e grandiloquente (maiúsculas impressionantes). Pedro Meira Ribeiro e Lilia Moritz Schwarcz defendem que as várias mudanças promovidas por Holanda entre as edições de *Raízes* não são meros cosméticos:

O ensaio foi varrido de passagens ou expressões que pudessem causar desconforto nos leitores mais simpáticos a uma visão liberal e democrática da política. A sombra da Segunda Guerra Mundial fez com que o livro pendesse para o lado da democracia, fechando-se a uma solução autoritária.³⁹⁵

³⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 281.

³⁹⁵ RIBEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: O Historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13.

Um dos maiores divulgadores da célebre frase de Aristides Lobo acerca da participação civil no movimento de 15 de novembro de 1889 foi justamente Sérgio Buarque de Holanda:

Por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só; o povo assistiu a tudo aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava³⁹⁶.

O apolitismo do povo-massa tão repetido por Vianna aparece no texto de Holanda. Os movimentos reformistas do Brasil sempre ocorrem de cima para baixo. Havia uma discrepância entre as elites e a sociedade. Elites políticas e intelectuais, que no fundo pertencem ao mesmo substrato social, estariam desarmonicamente ligadas à realidade social. A cultura livresca criou “um mundo fora do mundo. [...] Machado de Assis foi a flor dessa planta de estufa”³⁹⁷. São proposições de Holanda, mas são extremamente parecidas com as ideias de Vianna. Acerca da sofisticada imagem associada a Machado de Assis, há talvez um nome oculto por trás, Sílvio Romero³⁹⁸.

Os dois autores descrevem uma posição do povo do Brasil muito desconfortável. Segundo Bresciani, “Buarque de Holanda fixava a imagem do país diferenciado, distante de valores culturais europeus, ao mesmo tempo cego a essa evidência e prisioneiro da crença na contiguidade e semelhança com o Velho Mundo”³⁹⁹. É a angústia de ser estrangeiro em sua própria terra. De não ser europeu ocidental e ter a convicção de ser. Daí figuras que Vianna trata como marginais, pegando emprestado a teoria do *homem marginal* de Robert Park. Vianna gastou muita tinta de pena nesse assunto a Rui Barbosa: um baiano que está à margem da nossa sociedade, porque gostaria de ser inglês, que escreve com a clara intenção de se distanciar do leitor, prolixo como escolha de vida, que nunca pensou o Brasil sociologicamente; mas que é ao mesmo tempo levado em consideração. Mais: É divinizado. Holanda assevera que sempre

quisemos viver fervorosamente contra nós mesmos, viver pelo espírito, não pelo sangue. Como Plotino de Alexandria, que tinha vergonha do próprio corpo, acabaríamos, assim, por esquecer a verdadeira trama da existência

³⁹⁶ LOBO, Aristides *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 282.

³⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 285.

³⁹⁸ Havia uma resistência de Romero a Machado de Assis, devido ao viés universal do Bruxo do Cosme Velho. REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*. São Paulo: Saraiva, 2000, pp. 243-244.

³⁹⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 302.

diária, para nos dedicarmos a assuntos mais nobilitantes: à palavra escrita, à retórica, à gramática, ao direito formal⁴⁰⁰.

Tais reflexões de Sérgio Buarque de Holanda têm diferenças milimétricas com o pensamento de Oliveira Vianna no sentido de englobar duas constatações. A primeira é referente a este deslocamento em sua própria terra que reverbera na segunda constatação, que é a falta de foco dos intelectuais brasileiros no Brasil mesmo. O que difere são as imagens que cada autor utiliza para ilustrar tal pensamento, pois são autores de formações distintas. A distância cronológica dos dois não é tão grande. Vianna é apenas 19 anos mais velho. No entanto, em termos de formação, a diferença é imensa. Holanda teve carreira acadêmica e institucionalizada brilhante na Europa e nos EUA. Em termos de sociologia, Vianna foi autodidata. Apesar de toda esta diferença de formação, estes dois eixos, fundamentais no pensamento de ambos, são compartilhados.

Eis outro ponto de encontro. Com todo arsenal intelectual de Buarque de Holanda, ele se socorre ao sociólogo primitivo, que se ancorou originalmente mais em si mesmo, Alberto Torres. Holanda faz uma citação longa de *O Problema Nacional Brasileiro*.

A separação da política e da vida social atingiu em nossa pátria o máximo de distância. À força de alheação da realidade a política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeiramente ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho de fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para luta de conquistas e a conservação de posições⁴⁰¹.

Dessa amostra que temos da primeira edição de *Raízes*, é plausível dizer que o Sérgio Buarque de Holanda de 1936 era antiliberal e duvidava da vocação democrática do Brasil. Aliás, andavam em par os dois conceitos: democracia e liberalismo. Na edição de 1948, a abordagem antiliberal talvez tenha se modificado, conforme argumentam Ribeiro e Schwarcz. Se não há conversões em Holanda,

⁴⁰⁰ Versão de 1936. Na versão de 1948 está cortada a parte “Quisemos viver fervorosamente contra nós mesmos, viver pelo espírito, não pelo sangue”. Especulo se Sérgio Buarque de Holanda também eliminou os raros momentos naturalistas nas reedições de *Raízes do Brasil*.

⁴⁰¹ TORRES *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 312. TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002a. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html> (1 de 166) 5/6/2008 15:59:20 >. Acesso em: 05 abr. 2018. [pt grnublicado originalmente em 1912], p. 106.

podemos nos deparar com mudanças substanciais, pelo menos, em seu “clássico de nascença”.

É plausível também uma relação de similitude entre o sentimento “clânico” e o “personalismo” do “homem cordial”. E entre o “quixotismo” de Vianna e o “bacharelismo” de Holanda. Ou entre o “homem marginal” e o “bacharelismo”. De acordo com a visão destes dois autores, o que estes conceitos têm em comum é uma visão subjetiva e familiar do mundo, que seria própria do brasileiro, e uma visão objetiva ou racional, que seria própria de outras nações tidas como desenvolvidas. O homem cordial, com o seu personalismo, ou o sentimento clânico, com sua tradição de séculos, são cheios de energia emocional. A cultura livresca-bacharelesca e o homem marginal são robotizados e, se deixam marcas na sociedade, são efêmeras e superficiais.

Ocorre, como é sabido, que o próprio Sérgio Buarque de Holanda, numa célebre polêmica com Cassiano Ricardo, dissera que o homem cordial já seria “um pobre defunto”. Não se sabe se com isso ele quis dizer que o projeto de definir o caráter do brasileiro era cientificamente impossível ou se as transformações do século XX, como a urbanização, fariam com que este perfil psicológico do brasileiro estaria sendo extinto⁴⁰². O homem cordial acabou tendo um tamanho maior do que seria da intenção do autor. *Raízes do Brasil* deve ser entendido mais como uma fase ensaística de Sérgio Buarque de Holanda.

⁴⁰² ROCHA, João Cezar de Castro. Um conceito ou um baixo contínuo? Venturas e desventuras do homem cordial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 457-463.

CAPÍTULO 4

QUANDO A CIÊNCIA DESCOBRE O “HOMEM”

4.1 TRAÇOS DA SOCIOLOGIA EUROPEIA EM OLIVEIRA VIANNA

No século XIX, o conhecimento humano descobre, como objeto de estudo, o próprio “homem” (palavra então consagrada para designar a humanidade como um todo). É um período de consolidação da sociologia na Europa, quando surgem autores como Montesquieu, Comte, Durkheim, Marx e Weber.

A sociologia do século XIX marca incontestavelmente um momento da reflexão dos homens sobre si mesmos, momento em que o social enquanto tal é tematizado, com seu caráter equívoco, ora relação elementar entre indivíduos, ora entidade global. Exprime aqui também uma intenção não radicalmente nova, mas original em sua radicalidade, isto é, a de um conhecimento propriamente científico, segundo o modelo das ciências da natureza, e com igual objetivo: o conhecimento científico deveria dar aos homens o controle sobre sua sociedade e a sua história, assim como a física e a química lhe deram o controle das forças naturais.⁴⁰³

Não significa que o ser humano nunca tenha sido objeto de estudo, mas o século XIX empreende conhecer “o homem” numa profundidade radicalmente nova. Há uma especialização do conhecimento. Surgem, enfim, intelectuais que se dedicam exclusivamente ao estudo do fenômeno social. Não se trata de filósofos que eventualmente tenham epifanias acerca das variadas relações entre os indivíduos enquanto grupo, mas de um ramo do conhecimento autônomo que se propõe a dedicar, inspirado numa visão de mundo newtoniana, ao estudo sistemático do fenômeno social. Mais do que uma nova forma de produzir conhecimento acerca de um tema antigo, foi um novo empreendimento intelectual com pretensões de controle sobre a sociedade, de intervenção racional, de forjar um futuro novo, de colocar a humanidade dentro do trilho daquilo que seria um ideal de progresso.

A industrialização europeia impacta tanto a organização social que parte de sua respectiva elite intelectual se dedica a estudar esta nova forma de viver da sociedade. “O fato novo que chama a atenção de todos os observadores da sociedade [os sociólogos], no princípio do século XIX, é a indústria”⁴⁰⁴. Algo extremamente original e impactante estaria acontecendo. A nova organização social passa a ter pretensões

⁴⁰³ ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp 10-11.

⁴⁰⁴ ARON, Raymond. *As etapas...* p. 79.

universais. Do ponto de vista desse novo ramo de conhecimento que vai se engendrando, esta nova forma de organização social torna-se a única possível nas sociedades de massa que estão se formando. Para muitos sociólogos, principalmente os pioneiros desse novo ramo do saber ocidental, a indústria é uma atividade inexorável.

Passados os acontecimentos instáveis de 1848, um ou outro conflito, a segunda metade do Século XIX é marcada pela estabilidade europeia, dando espaço à ilusão de que a humanidade chegara, enfim, perto de seu ápice. Neste tempo e lugar, na Europa, chegou-se à conclusão que a humanidade chegara a um patamar máximo de sua vocação como civilização. “Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver.”⁴⁰⁵ Graças à ciência aplicada, a indústria deixa de ser uma arte auxiliar do comércio e passa a ser a atividade econômica principal do mundo europeu.

A sociologia nasce de um movimento filosófico, político, literário e cultural europeu decorrente deste entusiasmo: o Positivismo. O representante mais destacado do movimento positivista, Auguste Comte (1798-1857), batizou esta nova ciência como Física Social e mais tarde como Sociologia, inspirado pelo racionalismo francês que vai de Descartes ao Iluminismo. Na Inglaterra, o Positivismo é mais empirista e utilitarista, tendo como representantes John Stuart Mill (1806-1873) e Hebert Spencer (1820-1903). Na Alemanha, assume a forma mais monista com Jakob Moleschott (1822-1893) e Ernest Haeckel (1834-1919). Na Itália, é bem naturalista com Roberto Ardigo (1828-1920).⁴⁰⁶ Hoje a sociologia transcendeu os limites positivistas, mas não há dúvidas de que nasceu na esteira desse movimento filosófico.

Raymond Aron destaca seis traços impactantes da sociedade industrial, que foram os principais objetos de estudo da sociologia em seus primórdios. Muito resumidamente, o traço 1 seria a constatação de que “a indústria se baseia na organização científica do trabalho”. Isto pressupõe o rompimento de costumes antigos e uma adaptação dos indivíduos, que reverberará em preocupações próprias da antropologia, que veremos na próxima seção. O traço 2 seria decorrência do primeiro: a humanidade desenvolveria prodigiosamente seus recursos, justamente como consequência da organização científica do trabalho. O traço 3 seria o aparecimento de um novo grupo social, a “massa trabalhadora” (que Vianna chama de povo-massa).

⁴⁰⁵ HOBBSBAMM, Eric. *A Era dos Impérios*. p. 36.

⁴⁰⁶ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. Vol. 5., p. 288.

O traço 4 é justamente a luta de classes ou, nas palavras de Aron, “uma oposição, latente ou aberta, entre empregadores e trabalhadores”. As periódicas crises de superprodução seria o traço 5. A diminuição da importância do Estado fundada no dogma da livre iniciativa dos capitalistas seria o traço 6.⁴⁰⁷

Vejamos, nesta seção, qual seria a posição de Vianna diante destes temas de sociologia e como podemos considerar seus estudos, proposições e juízos de valor como exemplo de um movimento maior. O foco deste capítulo (tanto desta seção, quanto da próxima) é justamente apresentar o que Vianna tem de comum, de serial; como ele se insere voluntária ou involuntariamente num movimento intelectual maior, que surgiu no Século XIX na Europa, mas que teve grande impacto no começo do século XX no Brasil.

Em relação à inexorabilidade da indústria, a visão de Vianna é um tanto quanto ambígua. Ao mesmo tempo que é um dos coautores das primeiras legislações trabalhistas brasileiras, que nascem da necessidade de regular as relações entre os capitalistas e a nova classe operária, é um saudosista dos tempos rurais. Saudosista não no sentido nostálgico da palavra, mas em seu sentido conservador. Vianna não quer apenas lembrar seus leitores os costumes antigos do meio rural, mas quer alertá-los que a herança rural faz parte da formação mais profunda do caráter do brasileiro e que toda e qualquer proposta de organização social nova deve levar isto em consideração. Poderia até haver um Brasil industrializado, mas ele deveria ser organizado dentro de postulados e valores rurais.

Segundo José Murilo de Carvalho, Vianna acreditava que, pelo lado psicológico e social, a sociedade brasileira não era capitalista, pois nutria valores incompatíveis com o regime como “a nobreza, a moderação, o desprendimento, a dignidade, a lealdade”⁴⁰⁸. Vianna defenderia a volta do mundo rural, e o Estado centralizado que ele defende seria, nada mais nada menos, que a própria figura do patriarca. Élide Rugai Bastos desenvolve uma interpretação semelhante. Vianna estaria entre os pensadores que creem que uma sociedade rural teria aptidão de criar uma *pátria pacífica* exercendo “ao mesmo tempo papel de sustentáculo natural da sociedade brasileira e a função de elemento civilizador do próprio homem”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁷ ARON, Raymond. *As etapas ...* p. 79.

⁴⁰⁸ CARVALHO *apud* SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. In: *Política e Sociedade*, vol. 14, n. 30. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 138.

⁴⁰⁹ BASTOS *apud* SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. In: *Política e Sociedade* vol 14 nº 30. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 138.

Tanto em *Instituições Políticas Brasileiras*, abordado minuciosamente no capítulo 2, quanto em seu clássico, *Populações Meridionais do Brasil*, dois livros distantes um do outro no tempo, Vianna enaltece os atributos “varonis e vigorosos” de uma certa elite brasileira, a despeito de também lembrar as negativas consequências das organizações “clânicas”, em *Instituições*, e da “anarquia branca”, em *Populações*. Ideias vindas de fora devem adaptar-se à configuração sociológica brasileira, forjada ao longo dos quatro séculos que antecederam seu tempo histórico. E não o contrário. Nada de “xenofilia exagerada”. O ponto de partida deve ser a realidade social e natural do povo brasileiro⁴¹⁰. Assim propõe Vianna. Este é o pressuposto de sua doutrina sociológica. As mudanças devem se dobrar à natureza permanente da sociedade brasileira.

O meu grande, e meu principal empenho é surpreender o homem, criador da história, no seu meio social e no seu meio físico, movendo-se e vivendo neles, como o peixe no meio líquido ou a ave entre as ondas impalpáveis e invisíveis do éter, em que circula⁴¹¹.

Não há, por parte de Vianna, reflexões acerca da indústria brasileira ou até mesmo acerca da dependência do Brasil diante da economia mundial. Nisto, seu antecessor Alberto Torres⁴¹² foi um pouco mais longe, dentro de suas possibilidades. Como burocrata – consultor do Ministério do Trabalho –, Vianna enfrentou tais assuntos muito mais do que como autor de livros. Suas reflexões acerca do povo-massa são mais voltadas para a função passiva na política desse grupo social, seu apoliticismo, seu despreparo perante uma organização democrática da sociedade. Não há muita vocação econômica em Vianna. Está muito longe de um Caio Prado Júnior ou de um Florestan Fernandes neste assunto.

Como visto na seção 2 do capítulo 2, Vianna descreve em *Instituições Políticas Brasileiras* os grupos integrantes do povo-massa, quais sejam, a peonagem colonial, os agregados dos engenhos de açúcar e a incipiente urbanidade, mas não os estuda individualmente. Não há qualquer descrição das características sociais de cada grupo, como se todos esses grupos representassem a mesma coisa. Seu eixo temático é o que ele chama de “gênese do apolitismo da plebe”. Na lógica de Vianna, a plebe é uma só, seja urbana ou rural, pois seu eixo de análise é o grau de participação política,

⁴¹⁰ VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*, 1942, p. 9.

⁴¹¹ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, 1938[b], p. 58.

⁴¹² Os estudos de Adalberto Marson em *A Ideologia nacionalista de Alberto Torres* descrevem as preocupações de Torres quanto a dependência do Brasil perante a economia mundial.

igualmente insignificante em todo povo-massa. Ele ressalta a falta de experiência democrática e a forma efetiva em que o Império exerceu o seu poder até 1822. Mesmo nas câmaras municipais, a escolha de seus titulares era feita oligarquicamente. O *jus honorum* prevalecia perante o *jus suffragii*.

Pode-se dizer que Vianna, pelo menos em *Instituições Políticas Brasileiras* e em *Problemas de Política Objetiva*, praticou mais sociologia política do que sociologia demográfica. Nesses dois livros, está mais próximo de Montesquieu⁴¹³ do que para Euclides da Cunha. Sua preocupação é investigar os usos, hábitos, costumes, mentalidades e valores relacionados às relações de poder e ao direito público. Quer saber quais as causas sociais que limitam as formas possíveis de organização do poder e do Estado. Ainda que haja uma vontade por parte dos ideólogos, dos constituintes, dos legisladores em forjar certo tipo de organização política, há condições sociais que determinam até qual ponto tais instituições seriam efetivamente implementadas.

Quando escreveu *Populações Meridionais do Brasil*, mas, especialmente, quando publicou *Raça e Assimilação*, Vianna apostava em valores raciais para descrever tais condições. Com o tempo, e, principalmente pelo próprio devir das ciências sociais no mundo (Europa e EUA), ele se viu parcialmente convencido de que as condições raciais não explicariam tais condicionantes. Partiu então para a investigação de fatores que chamou de “complexos culturais”, que seriam um “conjunto objetivo de fatos, signos ou objetos encadeados num sistema, se correlacionando a ideias, sentimentos, crenças e atos correspondentes”. Através destes condicionantes, há uma modelagem psicológica dos indivíduos, até mesmo um condicionamento pavloviano, que, no limite, provoca até alteração da condição biológica desses. De qualquer maneira, observa-se que Vianna sempre destaca causas que operam numa longa duração. Dentro de uma forma de pensar viannística, tanto as causas raciais, como as causas culturais, são permanências muito mais cientificamente interessantes que os eventos superficiais.

⁴¹³ O objeto de estudo de Montesquieu é político, mas com um olhar sociológico. Segundo Raymond Aron, a terceira parte de *L'Esprit des lois*, que vai do livro XX ao XXVI, é essencialmente sociológico. Em *As etapas do Pensamento Sociológico*, Aron inaugura a trajetória do devir da ciência sociológica com Montesquieu que, a despeito de não utilizar o nome da ciência “sociologia” criado posteriormente por Comte, tinha uma intenção específica de conhecer o social cientificamente (ARON, Raymond. *As etapas...* pp. 21-23). Assim como Montesquieu, o objeto de estudo de Vianna é político, mas o olhar é sociológico.

Convém, para os propósitos desta seção, demarcar o recorte sociológico de Vianna. Sua investigação dos eventos sociais aponta múltiplas causas. Trata-se de “complexos culturais”. Mas a pergunta epistemológica de Vianna é mais restrita. Há muitas causas possíveis, múltiplas e de várias naturezas, mas a sua investigação, afinal de contas, é política. Vianna não quer saber por que pessoas namoram ou deixam de namorar, por que creem ou deixam de crer numa divindade, como se divertem, como se relacionam, como se alimentam, que tipo de arte produzem. Ele quer esgotar os porquês da organização política, das limitações das instituições políticas, do direito público consuetudinário, da formação do Estado e das organizações sociais que com ele concorrem, a exemplo das organizações clínicas. Quer saber as condições sociais e históricas que engendraram a organização política brasileira. Até mesmo as condições psicológicas coletivas do brasileiro que determinam as relações de poder são objeto de sua curiosidade, o que ele denomina de psicologia social. Ele é humilde em seu recorte do objeto de estudo (o fenômeno político), porém intrépido na investigação das causas.

Não mais como autor de livros de sociologia, mas como integrante da cúpula burocrática varguista, Vianna minimiza, mas não desconhece, o potencial conflito entre patrão e empregado. Tem também consciência da existência de um pensamento crítico acerca destas relações sociais, mas o subestima como produção da razão humana. A existência do bloco comunista causava um certo temor de sublevações. Melhor estratégia era não permitir que uma sociologia crítica tivesse sua dignidade assegurada. Sua função como consultor jurídico da produção de legislação trabalhista proposta pelo executivo era justamente apaziguar os ânimos da classe trabalhadora, função crucial na política varguista. Hoje sabemos que tal política foi exitosa em seus propósitos de evitar revoluções populares.

Revista [a primeira legislação trabalhista], em grande parte por mim, como órgão técnico-jurídico do Ministério [do Trabalho], não pôde ser conformado inteiramente um sistema legal preestabelecido, já que no momento que foi elaborada, tínhamos a necessidade de transigir e ceder em muitos pontos, para evitar atritos, mal-entendidos e ressentimentos das massas operárias, então trabalhadas por uma fermentação de idealismos exóticos e aspirações radicalistas, a que era preciso contravir com prudência, medida e um tato extremo.⁴¹⁴

⁴¹⁴ VIANNA, Oliveira. *Gênese da legislação trabalhista*. In: *Ensaio Inéditos*. Campinas: Unicamp, 1991, p. 285.

Estas são palavras de Vianna de quando redigiu o prefácio do livro do jurista Luiz Pereira Santos, *Consolidação das Leis Trabalhistas*. As leis trabalhistas brasileiras, antes de seu processo de consolidação, que se deu em 1943, foram elaboradas em sua maioria pelo Executivo sem a participação do Legislativo, haja vista a suspensão dos poderes legislativos na Revolução de 30 e no Estado Novo, em 1937. Seus pareceres elaborados no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social (realizado em maio de 1941) foram levados em consideração na elaboração da consolidação da legislação trabalhista, mesmo estando já fora do Ministério. Toda essa legislação promulgada pelo executivo entre os anos de 1932 e 1940 foi elaborada sob liderança de Oliveira Vianna que “passou de um discurso legítimo sobre a sociedade para artífice de uma nova organização social”⁴¹⁵.

Vianna não tinha apenas a pretensão de “apaziguar” a classe operária. Ele tinha convicção de que estava em curso um processo histórico de ascensão social que daria dignidade a esta parte do povo-massa. Estaria abolindo a diferença social entre a classe trabalhadora e o dono do capital, abolindo a separação de castas. “Sem deixar de ser operário”, o trabalhador se colocava num novo patamar⁴¹⁶. Sem dúvida, o extremo do otimismo positivista se manifesta em Vianna em seu livro *Problemas de Direito Sindical* de 1943.

Aron pondera que grande parte dos ideólogos de organização social querem brincar de Deus, porque querem criar um mundo de acordo com suas ideias, ou de

⁴¹⁵ VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 138. “Segundo dois de seus maiores biógrafos [João Batista de Vasconcelos Torres e Anselmo Macieira], Oliveira Vianna representaria mais do que um consultor, sendo, efetivamente, o verdadeiro articulador de toda a legislação trabalhista” (Idem, p. 139). Juristas da área trabalhista também confirmam esta proposição dos dois biógrafos, quando se dedicam a descrever um histórico da legislação trabalhista. Vianna entrou no Ministério do Trabalho antes do Estado Novo, mas se manteve também durante o recrudescimento do regime. Então, participou das chamadas segunda e terceira fase da produção legislativa trabalhista. A terceira fase encerra-se justamente em 1943 com consolidação da esparsa legislação em um só diploma legal, o Decreto-Lei 5.452 que aprovou a CLT, vigente até hoje com suas atualizações. Considerando o período em questão, deduz-se que a sua participação efetiva deu-se na elaboração dos seguintes diplomas legais: Decreto n. 21.175, de 1932, que institui a Carteira Profissional; Decreto n. 21.186, de 22.3.32, que regula o horário para o trabalho no comércio; Decreto n. 21.186, de 22.3.32, que regula o horário para o trabalho na indústria; Decreto n. 21.396, de 12.5.32, que institui Comissões Mistas de Conciliação; Decreto n. 21.417-A, de 17.5.32, que regula as condições de trabalho das mulheres na indústria e no comércio; Decreto n. 21.690, de 1.8.32, que cria inspetorias regionais do trabalho nos Estados; e Decreto n. 22.042, de 3.11.32, que estabelece as condições de trabalho dos menores na indústria. Mesmo após sua saída do Ministério, seus pareceres foram levados em consideração na elaboração da consolidação (CEZAR, Frederico Gonçalves. *O processo de elaboração da CLT. Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas*. p. 8).

⁴¹⁶ VIANNA apud BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 432.

seus sonhos. Poucos conseguem, no entanto, tal feito: ser artífice de sua organização social. Vianna chegou bem perto disso. Comte, por exemplo – muito mais respeitado no Brasil do que no seu país de origem –, passou muito longe de implementar seu sonho. Parte do insucesso pragmático do autor francês foi justamente o exagero em pormenorizar suas proposições, com detalhes que fragilizam ou expõem à crítica irônica suas próprias propostas. Alberto Torres também cometeu tal ingenuidade em *Organização Nacional*, que é, nada mais nada menos, que uma proposta de reforma geral da primeira constituição republicana⁴¹⁷. Vianna não foi nada ingênuo nesse sentido. Foi descritivo como sociólogo e prescritivo como artífice da organização social. Deu o diagnóstico da nação em textos bem elaborados e públicos. Mas como consultor agiu mais discretamente e de forma infinitamente mais efetiva. Não foi um deus, mas com certeza pôde influenciar parte importante da realidade social brasileira, quais sejam, as relações de trabalho.

Os traços 5 e 6 (as crises cíclicas e o dogma da livre iniciativa) não influenciaram Oliveira Vianna. Acerca da livre iniciativa dos capitalistas, pelo menos nos textos estudados, Vianna não discorre diretamente, mas já foi apresentado com detalhe o quanto ele dá importância a um Estado forte⁴¹⁸. Tal ponto de vista é, também, uma herança de Alberto Torres em Vianna.

Na década de 1980, os estudiosos de intelectuais tinham uma obsessão em classificá-los dentro das duas ideologias da Guerra Fria. Ocorre que esta tarefa fica especialmente difícil em pensadores como Oliveira Vianna. Diria até que difícil para a grande maioria dos pensadores sociais brasileiros. Bolívar Lamounier é um exemplo de estudioso que tentou classificar Vianna dentro de um quadro ideológico. Para isso, ele criou uma terceira categoria ideológica. Em colaboração à coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, num artigo de 1985, esse sociólogo propõe que Oliveira Vianna faz parte de um grupo de pensadores que surgiram na Primeira República, que teriam uma “ideologia de Estado”. Além de Vianna, estariam neste grupo: Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Suas características seriam: (a) visão

⁴¹⁷ *Organização Social* é uma bem detalhada proposta de mudança da Constituição de 1891. Alberto Torres publicava por conta e distribuía os livros com elaboradas dedicatórias a pessoas escolhidas (LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 459). O conteúdo de seus livros podia ser descrito por Vianna como realista, mas a forma de distribuir era bem idealista ou quixotesca.

de predomínio do Estado perante o Mercado; (b) visão organicista da sociedade (usando às vezes de metáforas de um corpo vivo); (c) objetivismo tecnocrático; (d) visão autoritária de solução de conflitos sociais; (e) descrença na organização da sociedade civil; (f) elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudanças; (g) inversão da concepção hobbesiana, o que o autor batizou de “Leviatã benevolente”: o Estado brasileiro deveria organizar uma sociedade benevolente e cordial, ao contrário da teoria de Hobbes, que dizia que o Estado existe para conter a tendência dos indivíduos de destruir uns aos outros.⁴¹⁹

Pode-se dizer que os textos de Vianna, de certa forma, se adequam às características elencadas da letra “a” até “f”. Em relação ao “mercado”, é uma entidade que Vianna desconhece, ou, no mínimo, não problematiza. Se o lado torreano de Vianna aponta que o Estado deve ser o demiurgo da nação, ele deveria liderar todas as esferas da organização social, inclusive o “mercado”, que Lamounier grafa com letra maiúscula. De fato, a visão da sociedade de Vianna é organicista, mas o uso de metáforas de um corpo vivo é raro. Quanto ao Leviatã benevolente (letra “g”), penso não haver pertinência em relação a Oliveira Vianna e Alberto Torres – autores que conheço –, e desconfio que isso também se aplique a Francisco Campos e Azevedo Amaral. Não faz sentido um estado forte para organizar uma sociedade benevolente e cordial. A violência está presente na descrição que Vianna faz da sociedade brasileira em *Instituições Políticas Brasileiras*. Se a cordialidade a que Lamounier se refere for a proposta por Sérgio Buarque, na verdade, ela não tem nada de benevolente e pode até ser violenta, por ser passional. Vianna pode ser descrito mais como um hobbesiano clássico mesmo. A Revolução de 30, com a qual Vianna cooperou, foi uma revolução violenta que criou um Estado forte e que conteve o voluntarismo regional igualmente violento.

Certamente o Estado varguista forte e centralizado deu as condições ao sociólogo Vianna para aplicar as designações da ciência na sociedade. Foi a oportunidade rara de criar leis jurídicas baseadas em leis sociológicas. Segundo Vianna, as normas consuetudinárias do meio operário foram extraídas a partir de pesquisa de campo cujo método, curiosamente, não descreve em lugar algum. Entrevistas? Preenchimento de fichas? Estudo de casos concretos? De qualquer maneira, fazendo uso de algum procedimento, Vianna extraiu do meio social o que ele

⁴¹⁹ LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 9. tomo III. São Paulo: Difel, 1985, p. 346.

chama de “subestrutura jurídica popular” ou “direito social operário”, até então não formado por leis legisladas, e sim por “usos, tradições, praxes, costumes, instituições públicas oficiosas”⁴²⁰.

Vianna via em seu trabalho como sociólogo algo objetivo ou técnico, fruto da ciência. Na elaboração de textos legislativos, é ideal que haja sempre um trabalho técnico anterior. “Por toda parte, a competência técnica vai substituindo a competência parlamentar”⁴²¹. Mesmo em períodos em que o parlamento está funcionando, ele há de utilizar algum corpo técnico para assessoria e/ou consultoria. E, já que Vianna não via nada de anormal na ausência de democracia nos períodos sem parlamento, leis decretadas são produzidas da mesma maneira. Na concepção de Vianna, a sociedade moderna necessita, na elaboração de suas leis, de acompanhamento técnico-científico e as ciências sociais estão neste contexto.⁴²²

Acostumamos pensar a sociologia pela diversidade e, de fato, cada autor clássico deste ramo do conhecimento tem sua personalidade marcante. Mas esquecemos que este ramo da ciência é normalmente descrito no singular. Há um corpo, uma espinha dorsal que o define. Há conexões entre autores, por mais que os distanciamentos sejam acentuados.⁴²³ Às vezes a divergência ou a discordância é justamente o ponto de conexão. Esta ideia de corpo desta ciência se evidencia quando autores que não se conhecem desenvolvem ideias semelhantes.

Na seção 3 do capítulo 2, quando destaquei algumas ideias propostas por *O Idealismo da Constituição*, apresentei os pares de conceitos antitéticos de Oliveira Vianna, o quixotismo e o sentimento de clã. O primeiro derivado do idealismo utópico e o segundo derivado da dominação que as elites rurais exercem num processo de longa duração (desde o século I da era brasileira). É bem possível fazer uma conexão de tal proposição de Oliveira Vianna com as de Sérgio Buarque de Holanda quando este coloca em evidência o choque entre família e Estado; Antígona e Creonte; patrimonialismo e burocracia racional weberiana. Mas, como o escopo desta seção é

⁴²⁰ VIANNA, Oliveira. *Instituições...* p. 23.

⁴²¹ VIANNA, Oliveira. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 182.

⁴²² BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 424.

⁴²³ “Entre a sociologia marxista do Leste e a sociologia parsoniana do Oeste [...] subsiste uma certa solidariedade e, se preferirmos, uma certa continuidade. Não se pode negar a continuidade que existe entre Marx e Max Weber, entre Max Weber e Parsons, e mesmo entre Auguste Comte e Durkheim, e entre este último, Marcel Mauss e Claude Levi-Strauss” (ARON, Raymond. *As etapas ...* p. 9).

buscar conexões com a Europa, desejo aqui fazer uma conexão com um sociólogo italiano, Wilfredo Pareto (1848-1923).

Oliveira Vianna jamais leu Pareto e vice-versa. No entanto o sociólogo italiano desenvolveu um par de conceitos antitéticos semelhantes. São os *resíduos* e as *derivações*: dois elementos básicos do comportamento social. Resumidamente, os resíduos são os elementos não lógicos do comportamento social, são as causas inconfessáveis ou não sabidas do comportamento humano, ao passo que as derivações são as lucubrações lógicas mais aparentes e verbalizadas. Os resíduos são constantes numa sociedade, ao passo que as derivações são efêmeras ou substituíveis. Os resíduos não são verbalizados, e as derivações são verbais, retóricas. No entanto, há um ponto de conexão entre os dois elementos. As derivações, na verdade, são uma manifestação “disfarçada” dos resíduos e sua força depende do nível de conexão entre os dois elementos sociais. Assim as derivações são tão somente o aparato teórico que justificam o resíduo (uma ideologia, na nomenclatura marxista). Um aparato teórico baseado tão somente na lógica, sem uma conexão com um resíduo, é nada além de um discurso que não convence de forma abrangente a sociedade, quando muito a classe dos intelectuais⁴²⁴.

Comparando a teoria de Vianna com os conceitos do sociólogo italiano, diríamos que os mecanismos da dominação clânica são resíduos, ao passo que o quixotismo são derivações mal conectadas com a realidade social. O sentimento de clã é, nas palavras de Vianna, “poderoso em sua origem”. Quase todo o livro *Instituições Políticas Brasileiras* é dedicado a explicar os mecanismos sociais da dominação clânica. Cabe ao sociólogo, ao intérprete de uma nação, entender tais mecanismos. Daí, como dito na seção 3 do capítulo 2, Vianna diferencia o idealismo utópico do idealismo orgânico. No idealismo utópico, a conexão com a realidade social é fraca. Já no idealismo orgânico, há uma consciência dos mecanismos sociais e, portanto, ele pode traçar caminhos possíveis para uma sociedade.

Enfim, Vianna tinha uma crença comtiana no potencial do conhecimento científico. A ciência e o Estado poderiam, de forma objetiva, conduzir o Brasil rumo ao destino mais adaptável a sua realidade social. Caberia aos cientistas “revelarem a verdade social” aos agentes públicos para que estes conduzissem a nação ao seu

⁴²⁴ ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp 378-418).

destino revelado. Nesta sociedade “positiva”, não é mais o sacerdote o oráculo, e sim os “homens” de ciência, a entidade de orientação.

4.2 A BIOLOGIA E AS CIÊNCIAS HUMANAS

As Ciências Humanas constituem, de uma forma específica da modernidade, uma nova experiência da humanidade de ver a si própria, tanto num nível individual, como num nível coletivo. Mas o caminho de constituição das Ciências Humanas é tortuoso. Seu objeto de conhecimento é fugidio. Foucault afirma que só partir do século XIX a *episteme* enxergou “o homem”, diga-se o humano, em sua plenitude. A formulação da base epistemológica das Ciências Humanas propriamente ditas sempre ocorre de uma forma derivada, a partir de outras formulações epistemológicas ou filosóficas já assentadas ou positivadas. É de uma zona nebulosa situada no interstício destes saberes que as Ciências Humanas prospectam seus objetos de conhecimento e tentam estabelecer seu “lugar” epistemológico. Não se obtém nada puro desta busca. Muito elemento enganador e ilusório é carregado. Mas quem garante que o elemento enganador não seja, de alguma forma, elemento essencial do humano? As Ciências Humanas têm de conviver com esta precariedade constantemente. Qualquer tentativa de remover suas impurezas, como a tentativa comteana, desfigura sua identidade.

A modernidade inicialmente assentou três domínios do pensamento: um matemático ou físico, um filosófico e um empírico. Do domínio empírico, surgiram três ciências que lidam com objetos do conhecimento que se relacionam com os problemas, as exigências, os obstáculos, de ordem teórica ou prática da sociedade industrial, quais sejam, a biologia, a economia e a filologia. São as ciências que primeiro margearam as questões humanas em sua evidência imediata, mas não constituíam ainda plenamente campos epistemológicos do humano, por não problematizarem o humano no que tem de humano em si. A zona nebulosa em que as Ciências Humanas tentam encontrar o seu lugar está tanto nos três domínios do pensamento, como nas três ciências empíricas.⁴²⁵

A relação das Ciências Humanas com a Matemática, por incrível que pareça, é a mais tranquila, pois fica claro o que a cada um compete quando os dois campos do

⁴²⁵ FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 477-480.

saber estabelecem uma relação. Exemplo atual: quando uma pesquisa eleitoral fala em probabilidade, nós sabemos claramente como se deu a parceria entre a Sociologia e a Matemática. Fica evidente a tarefa de cada ramo do saber. Já com a Filosofia, a zona fica mais nebulosa. As Ciências Humanas precisam da Filosofia em vários campos, mas quando há atuação em conjunto, não há uma delimitação clara de qual campo está atuando. Um exemplo entre muitos é o fato de que as Ciências Humanas precisam da Filosofia para estabelecer sua fundamentação ontológica, pois como nos ensina Kant, nenhum conhecimento pode se fundamentar em si mesmo. Quando se entregam às Ciências Humanas tarefas filosóficas como, por exemplo, tratar a questão da representação das ciências, ela está tratando como objeto de estudo o que é a sua condição de possibilidade. Quando um conhecimento que se pretendia fundado nas Ciências Humanas se propõe a filosofar, tende a se perder em abstrações e pode expulsar o elemento humano do objeto. Pode trair a si mesmo.⁴²⁶

Mas a questão que nos interessa nesta pesquisa, em específico, é a relação das Ciências Humanas com as Ciências Empíricas, notadamente com a Biologia. Os indivíduos se relacionam aos objetos das ciências empíricas de uma forma cotidiana e de um cotidiano forjado às necessidades criadas pela Revolução Industrial e espalhamento pelo globo de sociedades de massa. Nesta sociedade engendrada na modernidade, o homem *vive, fala e produz*. A Biologia se interessa pela vida, a Filologia por um aspecto específico da comunicação humana, e a Economia, pela relação de produção.

Muito embora estas três ciências tratem de questões humanas, para Foucault, ainda não são propriamente humanas, pois não colocam o homem em si na sua interrogação epistêmica, ainda que partam do homem para estabelecer sua positividade. Tais ciências não centram seus questionamentos no humano por excelência. A “vida”, que é o objeto de estudo da Biologia, nem ao menos é exclusivamente humana. E muito embora a “fala” e a “produção” sejam humanas, os objetos de estudo da Economia e da Filologia ainda estão restritos no campo das representações que a própria humanidade cria. As três ciências empíricas ou maliciosamente escamoteiam, ou ingenuamente ignoram o elemento humano em sua essência. Por exemplo, as representações ligadas à produção encobrem ou ignoram os indivíduos cujas existências estão sob um domínio que atua em prol dos interesses

⁴²⁶ FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 485-490.

desta própria representação das necessidades produtivas. O indivíduo que produz, na sua humanidade em si, não é objeto do estudo, e sim o que ele produz, o quanto ele produz. O mesmo ocorre na Filologia, que se concentra nas semelhanças fonéticas, na genealogia das línguas; mas não se interessam, segundo Foucault, pelo indivíduo que fala. Não se perguntam por que ele fala, que forças internas ou sentimentos o moveram a falar.

Dentro de sua formação, a Psicologia apresenta muita semelhança com a Antropologia no que se refere à relação com a Biologia. São dois saberes duais justamente porque nasceram desta fronteira das ciências empíricas, mas a relação mais tensa é com a Biologia.

Em várias ocasiões neste trabalho falou-se de como Oliveira Vianna se serve de conceitos biológicos, ou que ele entende como biológicos. Em *Raça e Assimilação* intrepidamente ele se aventura na *psicologia social*. A Antropologia e a Psicologia são duas ciências irmãs e têm uma relação muito parecida com a Biologia. Na próxima seção, será mostrado o caráter dual da Antropologia em relação às Ciências Biológicas. Isto também se aplica à Psicologia. Segundo Michel Bernard, a Psicologia é filha bastarda e ingrata da Filosofia e está sempre “ameaçada de ser absorvida pelo imperialismo das poderosas Ciências da Natureza, como a Fisiologia e a Biologia”⁴²⁷. Curiosamente, Alfred Haddon, que será nosso guia principal na próxima seção, enxerga a Psicologia como uma subdivisão da Antropologia física e deve estar necessariamente associada a Fisiologia.

A eugenia e a psicologia diferencial estão neste contexto. Francis Galton, médico de formação, foi quem propôs a eugenia como ciência em seu livro *Hereditary Genius* de 1869. Sua proposta era que se medissem a inteligência dos indivíduos no sentido de pessoas com alto grau de inteligência se acasalarem para produzir uma prole cada vez mais inteligente. Galton era primo em primeiro grau de Charles Darwin. Claramente trata-se de uma proposta de seleção artificial aplicada em humanos⁴²⁸. São proposições muito parecidas com as feitas por Roquette-Pinto na seção 2 do capítulo 3. Galton foi pioneiro em testes de medição de inteligência e ainda é muito respeitado por uma vertente da Psicologia, principalmente a americana, que ainda

⁴²⁷ BERNARD, Michel. A psicologia. In: CHÂTELET, François (org). *A filosofia das ciências sociais de 1860 aos nossos dias*. pp. 22; 24.

⁴²⁸ SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydeney Ellen. *História da Psicologia Moderna*. pp. 133;135.

preza muito pelas medições de inteligência. Galton tinha convicção de que sua própria família teria uma inteligência acima da média.

O uso antiético destes saberes é bem conhecido. Não se deve, no entanto, demonizar as relações das Ciências Humanas e a Biologia. É uma relação que deve sempre existir, quer queira, quer não. O que não pode é as Ciências Empíricas engolirem as Ciências Humanas ou Sociais. No caso da proposição de Galton, ele ignora totalmente as condições educacionais privilegiadas de sua família e o ambiente propício à curiosidade em que ele estava inserido. É óbvio que a vida humana é uma decorrência da vida biológica, mas o desafio é estabelecer os pontos de ligação, de amarração, que Comte batizou de “nós”. O pano de fundo desta discussão são as relações entre natureza e cultura ou o embate entre dualismo e monismo. É o debate dos amigos Tobias Barreto e Sílvio Romero, narrado na seção 1 do capítulo 3 desta tese. O tão criticado Comte fará uma fértil contribuição na próxima seção acerca deste debate.

É dentro desta derivação com as ciências empíricas que surgem a Psicologia e a Antropologia. Veremos, na próxima seção, como esta derivação impacta até mesmo na divisão dos campos de atuação destes saberes. É excessivamente rigorosa a afirmação de Foucault de que somente no século XIX as ciências descobriram “o homem”, mas tais reflexões do pensador francês lançam luz para um olhar crítico perante as Ciências Humanas ou Sociais, quando elas se desviam do humano.

4.3 CONDIÇÕES GERAIS DO PENSAMENTO CIENTÍFICO QUE DERAM ORIGEM À ANTROPOLOGIA/ETNOLOGIA A QUAL OLIVEIRA VIANNA TENTOU ADERIR

Não é clara a origem da palavra antropologia. O nome teria sido cunhado por Pascal, mas quem a fez chegar ao grande público foi Kant, em *Anthropologie in Progamatischer Hinsicht (Antropologia sob uma perspectiva programática)*, em 1798, curiosamente uma obra naturalista, que teria proposto uma classificação das raças humanas. Porém, como sintetiza Vicent Thomas, a antropologia já nasce com esta dualidade de ser um conjunto de tratados acerca do corpo e, também, da “alma” da

espécie humana. Já a palavra etnologia foi proposta, numa perspectiva evolucionista, pelo teólogo suíço Alexandre César de Chavannes (1731-1800), no livro *Essai sur l'Éducation Intellectuelle avec le Projet d'une Science nouvelle (Ensaio sobre Educação Intelectual com o Projeto de uma Nova Ciência)*, de 1787. A etnologia, embora com menos força, também padece da mesma semântica dual. Não bastasse a dupla semântica de cada palavra, elas, as palavras, às vezes se confundem, podendo ocupar o mesmo espaço.⁴²⁹

O assunto etimológico parece menor, mas ele foi explorado por Oliveira Vianna em *Raça e Assimilação*. Como visto na seção 1 do capítulo 2, foi justamente o artifício que Vianna utilizou para tentar desvincular-se de Gobineau, Woltman, Lapouge e Amon. Estes autores “racistas” e “nacionalistas” teriam praticado *psicologia nacional*, ou seja, usado a ciência como instrumento de uma ideologia nacional-segregacionista. Vianna, que não se via como racista, tenta propor um estudo das raças neutro,

⁴²⁹ THOMAS, Louis Vicent. A Etnologia, mistificações e desmistificações. In: CHÂTELET, François (org) *A filosofia das ciências sociais, de 1860 aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, pp. 113-115. Também como pioneiro de estudos das manifestações humanas – mas sem utilizar as palavras cultura, etnologia ou antropologia –, podemos também acrescentar o napolitano Giambattista Vico (1668-1744), com sua obra *Ciência Nova*, que é a verificação de que o conhecimento humano, estava necessitando de um estudo das sociedades de um ponto de vista não mecanicista. Vico não está no horizonte intelectual de Vianna, mas cabem aqui algumas considerações. Vico faz uma sofisticada articulação entre filosofia e filologia. A filosofia seria a busca da ciência do verdadeiro, ao passo que a filologia seria a constatação das criações arbitrárias das “nações” (leia-se “das sociedades”). Filologia para Vico é o que compreendemos modernamente como estudo etimológico das palavras e estudo de textos literários. Mas além destas atividades investigativas que Vico realizava com afinco, ele tinha uma visão mais ampla de filologia, “como uma abreviação particular para humanidades ou mesmo evidência empírica, inclusive evidência da cultura material” (BURKE, Peter. Vico. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1997, p. 95). Segundo a teoria de Vico, o mundo das nações (que corresponde ao mundo da cultura) é criação da humanidade, ao passo que a natureza é criação de Deus. Então é muito mais fácil para o homem conhecer os mecanismos sociais das nações do que decifrar a criação de Deus (VICO, Giambattista. *Ciência Nova*. Tradução de Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 172, §331). Vico combatia expressamente o cartesianismo, num debate muito semelhante entre monismo versus dualismo, quase duzentos anos antes de Haeckel se manifestar. Vico seria um dualista nesse debate. Uma das mais importantes contribuições de Vico ao estudo da linguagem é a constatação que as nações primitivas eram obrigadas a se expressar poeticamente justamente por ter um parco vocabulário, via metáforas, metonímias e sinédoques. Para Vico, a maioria das metáforas se relacionavam com partes do corpo humano, como “cabeça do rio”, “boca da garrafa”. Como metonímia, ele exemplifica “a causa pelo efeito” oriundas de pequenas lendas em que mulheres se vestiam dos seus efeitos: “a pobreza feia, a velhice triste, a morte pálida”. Como sinédoque, ele exemplifica uso da palavra cabeça por homens, já que nos matagais densos só se viam cabeças de homens. Quanto à ironia, ele afirma que só apareceu mais tarde, “nos tempos de reflexão” (*Idem*, p. 241, §§ 406 e 407). A linguagem racional, como hoje utilizamos, seria criação da modernidade. O poeta moderno é um ser que se expressa poeticamente eventualmente, mas o homem primitivo se expressava de forma poética cotidianamente. A poesia era a única forma possível de comunicação do homem primitivo. Vico não percebia diferenças intrínsecas entre os povos, com exceção do povo Hebreu que ele via como sagrado (*Idem*, p. 110, § 138). Além do povo Hebreu, Vico estudou os Caldeus, Citas, Fenícios, Egípcios, Gregos e Romanos. Também iniciou alguns estudos sobre a China, mas não pôde aprofundar por falta de fontes.

científico, sem arroubos nacionalistas, segundo sua argumentação. Por isso, ele propõe o termo *psicologia étnica* em *Raça e Assimilação*.

Alfred Haddon (1855-1940) – citado por Vianna em *Raça e Assimilação*⁴³⁰ e por Gilberto Freyre em *Problemas Brasileiros de Antropologia*⁴³¹ – publicou, em 1910, o livro *History of Anthropology* com o objetivo de trazer uma visão panorâmica da antropologia, em suas várias vertentes. Ambos os autores brasileiros consideram esta obra uma referência em termos de sua atualidade naquele contexto. Em sua classificação da antropologia, Haddon também anota uma dualidade deste ramo do conhecimento. Organizou então as áreas de atuação da ciência em dois troncos, um físico e outro cultural. A antropologia física se divide em: (a) zoológica; (b) paleontológica; (c) fisiológica e psicológica; (d) etnológica. Já a antropologia cultural se divide em: (a) arqueológica; (b) tecnológica; (c) sociológica; (d) linguística e (e) etnológica. Ou seja, a etnologia está nos dois troncos, o físico e o cultural.⁴³²

Algumas observações acerca desta classificação de Haddon: Numa visão epistemológica baseada em David Spencer, a psicologia está exclusivamente no tronco físico e necessariamente unida com a fisiologia. Há duas etnologias diferentes, uma no tronco físico e outra no tronco cultural. Mas Haddon relembra que, para alguns autores, etnologia é o nome do tronco cultural, ou seja, “antropologia cultural” e “etnologia” seriam a mesma coisa. Stocking Junior, historiador contemporâneo da antropologia, observa que nesta época havia uma tendência de entender que antropologia seria sinônimo de “antropologia física” e etnologia seria exclusivamente cultural⁴³³.

Voltando a divisão de Haddon – que era a referência de Vianna – no tronco físico, a etnologia é o “estudo comparativo dos caracteres físicos que distingue as várias raças do homem [...] A distribuição geográfica da humanidade. A influência do meio ambiente na psique”⁴³⁴. No tronco cultural, a etnologia é “o estudo e classificação

⁴³⁰ VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[a], 3ª Ed., pp 186 e 247.

⁴³¹ FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil [do Jornal do Comércio], 1943, p. 63.

⁴³² HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. New York/London: The Knickerbocker Press, 1910, pp. XIII e XIV.

⁴³³ STOCKING JUNIOR, George. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: STOCKING JUNIOR, George (org.). *Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana*. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, UFRJ, 2004, p. 15.

⁴³⁴ “The comparative study of physical characters witch distinguish the various races of man. Classification of the human race in accordance with physical characters. Geographical distribution of varieties of mankind. The influence of environment on physique” HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. Nova Yorque e Londres: The Knickerbocker Press, 1910, pp. XIII e XIV.

comparativas dos povos com base nas condições culturais. A influência do meio ambiente sobre a cultura”⁴³⁵. Se formos localizar as obras de Vianna nesta proposta de Haddon, *Raça e Assimilação* é um estudo dos galhos etnológico e psicológico, ambos do tronco da antropologia física. Já *Instituições Políticas brasileiras* seria do galho sociológico do tronco da antropologia cultural, pois trata de direito, poder e dominação. Provavelmente foi a proposição de Haddon que o inspirou a propor a nomenclatura psicologia étnica em *Raça e Assimilação*, pois Vianna descreve o livro de Haddon como a mais atualizada obra que trata a antropologia nesta perspectiva panorâmica⁴³⁶.

Como debatido na seção 1 do capítulo 3, Vianna dá um passo a mais em *Raça e Assimilação* e estabelece uma relação abrupta entre raça e comportamento. Apesar de Vianna não se autoproclamar positivista, este é um típico vício de positivistas comtianos que incomodou o próprio Auguste Comte. Nem sempre os discípulos entendem integralmente a mensagem do mestre. Em “Discurso sobre o espírito positivo”, que é a introdução do *Tratado Filosófico de Astronomia Popular* (1844), Comte aponta dois equívocos comuns acerca do positivismo. O primeiro equívoco seria a crença em sua filiação ao empirismo⁴³⁷. O segundo equívoco consiste em pensar que o positivismo propugna pela unidade das leis dos fenômenos, no sentido de que toda espécie de fenômeno, natural ou social, esteja submetida às mesmas leis. De fato, Comte elenca todas as ciências numa única escala enciclopédica, mas isto não implica necessariamente que todos os fenômenos passíveis de serem objeto de estudo se submetam às mesmas leis analíticas. Ele reconhece a “impossibilidade de enfaixar tudo sob uma única lei positiva”. A grande dificuldade é o ato de tratar as conexões, os “nós”, para usar a mesma expressão de Comte, que unem esferas diferentes do conhecimento, ato que, se elaborado por uma mente afoita, pode ligar fenômenos simultâneos ou sucessivos que não trazem necessariamente um nexos

⁴³⁵ “The comparative study and classificação of people based upon cultural conditions and characteristics. The influence of environment upon culture” HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. Nova Iorque e Londres: The Knickerbocker Press, 1910, pp. XIII e XIV

⁴³⁶ “O livro de Pittard não é propriamente um grande livro, mas sim um bom livro. É inferior, como obra de etnologia geral, ao livro clássico de Deniker e a sólida obra de Keane, recentemente refundida por Haddon”. VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*, p. 186.

⁴³⁷ Segundo Comte, a ciência positiva está tão afastada do empirismo quanto do misticismo. A acumulação de fatos sem uma análise racional, em si, na visão comtiana, não gera um verdadeiro conhecimento, é vã erudição. A verdadeira ciência dispensa, quando possível, a “exploração direta, substituindo-a por esta previsão racional”, e isto fica evidente na Astronomia de seu tempo. “Ver para prever” é o ideário positivista que consiste, com base do conhecimento de certas leis fenomenológicas, prever o que acontecerá - COMTE, Auguste. *Curso... op. cit.*, pp. 50-55.

causal, redundando em “aproximações quiméricas”⁴³⁸. Haddon aponta o entusiasmo do fundador da Sociedade Antropológica de Londres, James Hunt (1833-1869), pela *frenologia* (ciência em desuso que estudava as formas do crânio) como uma forma de pesquisa dos aspectos psicológicos dos indivíduos. Ou seja, a aplicação da frenologia na investigação de padrões psicológicos. No entanto, anos mais tarde, o mesmo Hunt concluiu que a frenologia em si seria anticientífica e, portanto, impossível pensar a psicologia a partir deste ramo de conhecimento rebaixado pelo líder de uma instituição acadêmica. “A velha frenologia está praticamente morta agora”, conclui Haddon, que aponta também um experimento com “equipamentos de medição cerebral” realizado por uma expedição, em 1898, por professores de Cambridge), nos povos autóctones das ilhas no Estreito de Torre (entre a Nova Guiné e a Austrália). Seria a fundação da *Psicologia Experimental Étnica*. Haddon não aponta os resultados da pesquisa, mas destaca as conclusões de Robert Woodworth (1869-1962), psicólogo estadunidense e grande divulgador da psicologia experimental, de que as atividades elementares do cérebro podem variar de indivíduo a indivíduo, mas não variam de uma raça para outra⁴³⁹.

As ciências de ramos diferentes podem e devem dar contribuições umas às outras, mas para isso é necessária uma compreensão clara dos pressupostos metodológicos de cada ciência. Cientistas que fazem a passagem de um ramo a outro, quando se dedicam a uma formação ampla, podem compreender muito bem como diferenciar “fenômenos que se interrelacionam” da “mera ocorrência de fenômenos simultâneos ou sucessivos”. A grande maioria dos estudos raciais estava viciada pelo viés de confirmação e por ideologias supremacistas, redundando em resultados anticientíficos travestidos de linguagem científica. Mas a interação entre ramos

⁴³⁸ Tais ligações arbitrárias seriam, segundo Comte, um resíduo do pensamento teológico/metafísico, “habitado por uma unidade de doutrina”, como o cristianismo, por exemplo. Assim, ironicamente, os pioneiros do pensamento positivo no Brasil mantiveram este vício de buscar uma lei única que seria capaz de produzir explicação a toda ordem de fenômenos. O que propõe o Positivismo de Comte é uma “unidade espontânea do pensamento”, “uma unidade intelectual”, “uma constância no meio da variedade”, “uma convergência durável entre o entendimento distinto”, enfim “uma unidade do método positivo”, assim entendido num sentido mais amplo, numa certa convergência de interesses, tendo como destinatária última a sociedade, dentro das exigências “da ordem e do progresso”. Assim, o conhecimento deve ser útil a um determinado modelo de sociedade que o próprio conhecimento constrói e propõe (ou até mesmo impõe). Mesmo o conhecimento de algo exterior à Humanidade deve, em última instância, servir aos desígnios humanos. É nesta confluência de interesses, intenções e objetivos que se estabelece a unidade científica comtiana e a proeminência necessária da sociologia perante as outras ciências - COMTE, Auguste. *Curso... op. cit.*, pp. 50-55.

⁴³⁹ HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. Nova Iorque e Londres: The Knickerbocker Press, 1910, pp. 95-105. Acerca da posição de Woodworth na psicologia experimental: SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydeney Ellen. *História da Psicologia Moderna*. 1981, pp. 168-171.

diferentes do conhecimento tem também exemplos muito bem-sucedidos. Na seção 2 do capítulo 3, falou-se de Roquete-Pinto e Arthur Ramos, que tiveram formação em medicina e migraram para os estudos culturais, mas o exemplo de Franz Boas chama ainda mais a atenção.

Boas, que “foi a força individual mais marcante da formação da antropologia americana na primeira metade do século XX”⁴⁴⁰, estudou Geografia, Matemática e Física. Sua tese de doutorado foi em Física ótica, cujo título era *Contribuição para compreensão da cor da água*, mas logo questionou a malsucedida metodologia científica de “considerar os fenômenos da vida orgânica, especialmente da vida psíquica, a partir de um ponto de vista mecanicista”⁴⁴¹. Tinha apenas 24 anos e tempo suficiente para ampliar sua formação intelectual. Estudou então fisiologia, sociologia e psicologia. Em 1883, numa expedição ao Ártico, entre esquimós, encantou-se com um mito fundador de Sedna⁴⁴², que explica como surgiram focas e baleias e como deve ser a relação do povo esquimó com estes animais. Percebeu então que uma forma de compreensão de uma sociedade parte de uma interação profunda com ela.

Anos mais tarde, em 1904, Boas foi instado a proferir uma comunicação acerca da História da antropologia no Congresso Internacional de Arte e Ciência, em Saint Louis, EUA. Boas já era o principal líder da *antropologia americana*. Antes de entrar nos aspectos históricos da disciplina, Boas destacou o caráter dual da antropologia:

Hoje [1904], os antropólogos se ocupam com problemas que dizem respeito à vida mental e física encontrada em formas variadas da sociedade, desde os tempos antigos até o período atual, em todas as regiões do mundo. Pesquisam a forma e as funções do corpo, bem como todas as manifestações da vida mental. Assim, a antropologia é em parte um ramo da biologia, em

⁴⁴⁰ STOCKING JUNIOR, George. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. *In: STOCKING JUNIOR, George (org.). Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, p. 15.*

⁴⁴¹ BOAS, Franz. A vida psíquica do ponto de vista mecanicista. *In: STOCKING JUNIOR, George (org.). Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, p. 66.*

⁴⁴² A lenda de Sedna conta a história de moça que foi oferecida pelo próprio pai a uma gaivota macho, jogando-a da embarcação. Desesperada ela se agarrou ao barco. O pai então cortou suas primeiras falanges, daí surgiram as focas. Depois, cortou as segundas falanges, daí surgiram as focas barbadas. Depois, cortou o toco de todos os dedos, daí surgiram as baleias. Hoje, Sedna, seu pai e os cães da casa vivem em Adlivun, nas profundezas da Terra, onde Sedna é a senhora absoluta. Quando um esquimó morre, ele é recolhido pelo pai de Sedna e passa, pelo menos, por um período em Adlivun que não é um lugar agradável. A princípio, Sedna odeia a todos esquimós por caçarem criaturas que são frutos de sua carne e sangue. Os bons, bravos ou aqueles que tiveram morte violenta conseguem escapar se Adlivun e viverão felizes em Kudlivun. No outono, Sedna sempre emerge das profundezas assombrando os esquimós. É quando os feiticeiros (ou xamãs, depende da tradução) realizam os rituais mais extensos e intensos invocando bons espíritos – BOAS, Franz. Um ano entre esquimós. *In: STOCKING JUNIOR, George (org.). Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, pp. 73-75.*

parte das ciências da mente. Entre os fenômenos mentais, a linguagem, a invenção, a arte, a religião, a organização social e as leis têm recebido particular atenção ⁴⁴³.

Boas reconstituiu historicamente que o pensamento humano sempre nutriu interesse por costumes e aparência de povos distantes. O interesse pelo outro em seus aspectos culturais são anteriores ao século XIX, a começar com Heródoto, passando pelos viajantes da Idade Média até a era Moderna, tendo como exemplo o explorador inglês James Cook. Mas também destaca a contribuição dos zoólogos do século XVIII, com sua grande curiosidade classificatória.

Assim, os humanos foram classificados de início com critérios inspirados na zoologia, mas logo alguns estudiosos ficaram insatisfeitos com este tipo de classificação. Haddon afirma que o pioneiro em classificar os seres humanos por um critério não zoológico foi Albert Gallatin (1761-1849) que, achando insatisfatória a classificação de pessoas pela cor, estatura ou formato do crânio, ao estudar os povos autóctones da América, “fez uma classificação preliminar de tribos tendo como base as línguas [faladas]”⁴⁴⁴. No mesmo sentido está a pesquisa de Wilhem von Humboldt (1767-1835), que estudou a língua Kawi, da ilha de Java. Outros critérios apareceram, como o religioso e o mitológico, proposto por Max Müller (1823-1900), e até mesmo o de sistemas musicais, apresentado por François-Joseph Pétis (1784-1871)⁴⁴⁵. Gilberto Freyre destaca que Müller, filólogo que era, também classificou a humanidade pela língua.⁴⁴⁶

Além desta natureza dual entre o biológico e o cultural, Boas também observa duas tendências da antropologia: uma mais histórica, que tenta desvendar a história real da humanidade, outra mais generalizadora, com caráter teleológico, que tenta desvendar o desenvolvimento da civilização. Aqueles que estudavam as sociedades no plural, buscando a diversidade, pertenceriam à “escola histórica da antropologia” e podem ser exemplificados pelos estudiosos citados, Gallatin, Humboldt e Müller, por terem tido experiências com povos em particular. Já o lado generalizador deve muito

⁴⁴³ BOAS, Franz. *A História da... op. cit.*, p. 42.

⁴⁴⁴ “He noted the unsatisfactoriness of grouping by colour, stature, head-form, etc. (...) in case of races of America, and made a preliminary classification of the natives tribes on the basis of language” - HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. New York/London: The Knickerbocker Press, 1910, p. 186.

⁴⁴⁵ HADDON, Alfred. *History of Anthropology*. New York/London: The Knickerbocker Press, 1910, pp. 187-191.

⁴⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil [do Jornal do Comércio], 1943, p. 63.

aos racionalistas do século XVIII, especialmente a Rosseau e Herder. O primeiro acreditava num estado natural da humanidade que deveríamos recuperar⁴⁴⁷. Já Herder acreditava que a civilização europeia era a mais desenvolvida forma de organização social dadas as condições raciais e as geográficas⁴⁴⁸.

A visão generalizadora se reforçou no século XIX com Edward Tylor e Herbert Spencer. Muito se diz que Spencer criou sua teoria evolucionista a partir de Darwin, mas a obra evolucionista de Spencer, *Hipótese do desenvolvimento*, é de 1852 e a *Origem das espécies*, de Darwin, é de 1859. Spencer acreditava na possibilidade de a psicologia ser uma ciência, diferentemente de Comte que não acreditava nesta possibilidade, conforme nos explicou Sílvio Romero na seção 1, do capítulo 3. A função da psicologia⁴⁴⁹ para Spencer seria estudar as funções psíquicas mais elementares, a exemplo dos movimentos reflexos, além das manifestações mais complexas, como a produção artística. Spencer era adepto das teorias de Lamarck no sentido de pensar que uso específico de uma função pode modificar os órgãos, mas ao mesmo tempo era adepto da ideia da tendência de sobrevivência do mais apto oriunda de Darwin⁴⁵⁰.

Vianna pondera que o unilateralismo da concepção de evolução de Spencer “falseava a verdade e não explicava nada”. Aliás, Vianna, em *Evolução do Povo Brasileiro*, rechaça todo tipo de evolucionismo: a lei dos três estágios de Comte e a filogenética de Haeckel⁴⁵¹. A própria história se encarregou de demonstrar com inúmeros exemplos que a evolução das sociedades não se submete facilmente a uma generalização. Ou, no mínimo, as generalizações devem ser mais sofisticadas. Vianna não era niilista no sentido de desacreditar na capacidade das ciências sociais e históricas de estabelecer leis gerais, mas apenas denuncia a “precipitação dos mestres mais graduados do pensamento moderno”. A história seria obra do acaso; não de qualquer acaso, mas “‘o acaso histórico’ de Henri Berr”. Para se contrapor à

⁴⁴⁷ BOAS, Franz. A História da Antropologia *In*: STOCKING JUNIOR, George (org). *Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana. Antologia*. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichenberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004, pp 41-43.

⁴⁴⁸ COLLINGWOOD, Richard. *A Ideia de História*. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 148-153

⁴⁴⁹ Para Foucault a psicologia surgiu lentamente no século XIX a medida que foram necessárias o estabelecimento de novas normas sociais na sociedade industrial, bem como do temor de desequilíbrios sociais das eras das revoluções, principalmente a francesa – FOUCAULT, Michel *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 476.

⁴⁵⁰ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia. Vol. 5*. pp. 317-322.

⁴⁵¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 208.

“evolução linear” proposta por Spencer, Vianna apresenta a teoria do “heterogêneo inicial” de Gabriel Tarde.⁴⁵² Para quem se propõe estudar o Brasil com suas especificidades, não há outra opção senão renunciar a fórmulas pré-concebidas, sob pena de ser um homem marginal à maneira de Rui Barbosa, conforme Vianna denunciou em *Instituições*, baseado nas teorias do sociólogo Robert Park (ver seção 3 do capítulo 2).

Park esteve por dois meses em Salvador/BA, em 1937. Já era conhecido como expoente da chamada escola de Chicago. Já tinha visitado rapidamente o Rio de Janeiro, em 1934, ocasião em que teria conhecido Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. O motivo da visita de Park a Salvador era supervisionar o trabalho de PhD do seu orientando Donald Pierson, que resultou na tese *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*, publicada em 1942 pela *University of Chicago Press*, com a introdução escrita pelo próprio orientador⁴⁵³. Tornou-se em 1945 o 241º livro da série Brasileira, da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional, cujo título em português é *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. O prefácio da edição brasileira foi escrito por Arthur Ramos.⁴⁵⁴

Na verdade, Pierson fez um amplo levantamento de toda a bibliografia brasileira de assuntos sociológicos da época. Só para citar alguns exemplos: além de Vianna, Afonso de Taunay, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Hipólito da Silva, Roquete-Pinto, Arthur Ramos e o não menos sociológico Jorge Amado. Há muitas citações de *Evolução do Povo Brasileiro* e *Populações Meridionais do Brasil* de Vianna, principalmente explorando o conceito de arianização progressiva. Curiosamente, há uma única menção a *Raça e Assimilação* e justamente para mostrar as críticas à teoria de Vianna de inferioridade da raça negra, fazendo referência ao já citado trabalho de Arthur Ramos no Instituto Oswaldo Spengler (ver seção 1 do capítulo 2) e a Gilberto Freyre, que aponta que Vianna é ainda propagador da “mística do arianismo” – vale dizer, um dos últimos que ainda insistem⁴⁵⁵.

Voltemos ao mestre de Pierson, Robert Park. Ele é a fonte conceitual em que Oliveira Vianna se inspirou ao explorar os conceitos de *homem marginal* e *melting-*

⁴⁵² VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[b], pp. 18-36.

⁴⁵³ VALLADARES, Lícia do Prado. A visita de Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. In: *Caderno CRH, Dossiê: A periferia em debate v. 23 nº 58*. Salvador: UFBA, 2010.

⁴⁵⁴ RAMOS, Arthur. Prefácio In: PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, pp 21-25.

⁴⁵⁵ PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia, estudo de contato racial*. 1942, pp. 277-281.

pot. O *homem marginal* proposto por Park, num primeiro momento, é o migrante que deixa sua cultura e está se adaptando a uma nova cultura e que passa a ver aquela, sua cultura original, com um olhar estrangeiro, mesmo ponto de vista que ele enxerga a nova cultura em que ele está se inserindo. Ele então adquire um certo olhar com viés intelectual perante as relações sociais ou um olhar mais pragmático voltado às trocas comerciais. Tanto o olhar com viés intelectual como o olhar comercial tendem a dessacralizar as relações sociais antes sagradas. Este indivíduo, o *homem marginal*, adquire então um caráter instável, mas é na mente deste indivíduo que distintas culturas se encontram e se fundem. Seriam justamente este encontro e esta fusão que desencadeariam o processo civilizatório. Park defende então que é “na mente do homem marginal que o processo civilizatório pode ser mais bem estudado”. O “homem marginal” de Park, de 1928 – quando publicou o artigo *Human migration and marginal man (Migração humana e homem marginal)* – tem, portanto, um viés positivo, apesar de esses indivíduos sofrerem impactos pessoais consideráveis. É aquele que promove a civilização. É uma ponte entre culturas que promove as relações humanas entre sociedades distintas.⁴⁵⁶

Porém, a partir de 1937, Park aponta um conceito de marginal relativamente parecido com o que entendemos hoje em língua portuguesa. A nova versão de homem marginal, constituída de negros descendentes de escravizados e de migrantes de segunda geração, é marginalizada pela sociedade urbana que foi engendrada após a Segunda Guerra Mundial, quando os EUA alcançam uma hegemonia mundial. O campo de pesquisa de Park é a sociologia urbana. Esse novo homem marginal está sendo excluído das oportunidades econômicas, está envolto em criminalidade e no enfraquecimento de vínculos familiares. Park era muito preocupado com a segregação racial e foi professor da Fisk University, criada em 1866, uma das primeiras universidades destinadas ao público negro nos EUA⁴⁵⁷.

Melting-pot é a forma que Park e seus discípulos caracterizaram a cidade de Chicago nos EUA, como um laboratório social em que várias raças e suas culturas conviviam num mesmo espaço urbano: judeus de diversas procedências, alemães,

⁴⁵⁶ “It is, therefore, in the mind of the marginal man that the process of civilization is visibly going on, and it is in the mind of the marginal man that the process of civilization may best be studied.” - PARK, Robert. *Human migration and marginal man*. In: *The American Journal of Sociology*. Volume XXXIII, Número 6. Chicago: University of Chicago, 1928, pp. 881-893.

⁴⁵⁷ VALLADARES, Lícia do Prado. A visita de Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. In: *Caderno CRH, Dossiê: A periferia em debate*, v. 23, nº 58. Salvador: UFBA, 2010

italianos, poloneses e russos, só para citar alguns exemplos. É nesse ambiente que ocorrem os choques culturais e que se produzem pessoas que são filhos de pais de raças diferentes, muito mais comum no Brasil do que nos EUA. Porém, Park faz uma observação muito parecida à feita por Ralph Linton, que citei na seção 1 do capítulo 2.

As mudanças na raça, é verdade, seguem-se inevitavelmente, até certo ponto, às mudanças na cultura. Os movimentos e misturas de povos que provocam mudanças rápidas, repentinas e muitas vezes catastróficas nos costumes e hábitos são seguidos, no decorrer do tempo, como resultado do cruzamento, por modificações correspondentes no temperamento e no físico. Provavelmente nunca houve um caso em que as raças tenham vivido juntas nos contatos íntimos que uma economia comum impõe, em que a contiguidade racial não tenha produzido híbridos raciais. Contudo, as mudanças nas características raciais e nos traços culturais prosseguem a ritmos muito diferentes, e é notório que as mudanças culturais não são consolidadas e transmitidas biologicamente, ou pelo menos apenas numa extensão muito ligeira, se é que o são. As características adquiridas não são herdadas biologicamente⁴⁵⁸.

Ou seja, um pressuposto de Park é que há mudanças raciais e culturais numa sociedade em que há o convívio de vários grupos, mas cada mudança teria sua própria temporalidade. Assim, o que mais a Park interessa são os choques culturais e suas consequências. A raça lhe interessa mais como categoria social e histórica do que biológica. Na verdade, as características biológicas de certas raças, como a japonesa e a negra, são importantes porque trazem um “uniforme racial”⁴⁵⁹ que os

⁴⁵⁸ “Changes in race, it is true, do inevitably follow, at some distance, changes in culture. The movements and mingling of peoples which bring rapid, sudden, and often catastrophic, changes in customs and habits are followed, in the course of time, as a result of interbreeding, by corresponding modifications in temperament and physique. There has probably never been an instance where races have lived together in the intimate contacts which a common economy enforces in which racial contiguity has not produced racial hybrids. However, changes in racial characteristics and in cultural traits proceed at very different rates, and it is notorious that cultural changes are not consolidated and transmitted biologically, or at least to only a very slight extent, if at all. Acquired characteristics are not biologically inherited.” - PARK, Robert. Human migration and marginal man. In: *The American Journal of Sociology*. Volume XXXIII, Número 6. Chicago: University of Chicago, 1928, p 883.

⁴⁵⁹ “... o japonês traz em suas feições uma marca racial distintiva: usa, por assim dizer, um uniforme racial que o classifica. Ele não pode tornar-se um mero indivíduo, indistinguível na massa cosmopolita da população, como acontece, por exemplo, com os irlandeses e, em menor grau, com algumas das outras raças imigrantes. Os japoneses, tal como os negros, estão condenados a permanecer entre nós como uma abstração, um símbolo - e um símbolo não apenas da sua própria raça, mas do Oriente e daquela ameaça vaga e mal definida a que por vezes nos referimos como o ‘perigo amarelo’ (...the Japanese bears in his features a distinctive racial hallmark, that he wears, so to speak, a racial uniform which classifies him. He cannot become a mere individual, indistinguishable in the cosmopolitan mass of the population, as is true, for example, of the Irish, and, to a lesser extent, of some of the other immigrant races. The Japanese, like the Negro, is condemned to remain among us an abstraction, a symbol-and a symbol not merely of his own race but of the Orient and of that vague, ill-defined menace we sometimes refer to as the ‘yellow peril’).” - PARK, Robert. Human migration and marginal man. In: *The American Journal of Sociology*. Volume XXXIII, Número 6. Chicago: University of Chicago, 1928, p 890.

classifica, ao contrário de outros povos que podem ser misturados indistintamente. Não são importantes em si, mas o que tais características conseguem movimentar socialmente, sim.

Talvez Boas, Park e Linton tenham vislumbrado o “nó” que liga as áreas do conhecimento ao qual Comte se referia. O nó que ligaria a “alma” ao “corpo”: a meta epistêmica das primeiras gerações de antropólogos do século XVIII. “Nó” que até o pensador francês não poderia estabelecer sem trair a si mesmo, sem sair das amarras generalizadoras do positivismo. “Nó” que o afoito autor de *Raça e Assimilação* achou ter encontrado, mas que talvez só o autor de *Instituições Políticas Brasileiras* ensaiou entender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos fatos mais instigantes no estudo de Francisco José de Oliveira Vianna é o vaivém de sua posição dentre os intérpretes do Brasil: de referência respeitável, quase canonizado, a autor desprezado ou a ser evitado. Às vezes, esta dualidade ocorre no mesmo tempo. Na década de 1940, Vianna percebe uma lenta e gradual perda de respeitabilidade por parte daqueles que ele mais almejava ser respeitado, mas se mantém admirado pelos formadores de opinião dos periódicos brasileiros. A saga de seu livro *Raça e Assimilação* é a mais nítida imagem refletida de sua biografia. Admirado pela grande maioria dos periodistas brasileiros das décadas de 1930 e 1940, o livro começa sofrer um contínuo processo de críticas negativas dos demais intérpretes do Brasil, a exemplo de Arthur Ramos. Neste período, críticas isoladas, que não perturbavam a vendagem de livros, mas que, provavelmente, o afetava muito.

Um dos motes que Vianna usou para atrair seus leitores, no seu tempo de glória, não está propriamente no terreno do racional. Há um sentimento nacional persistente que tende a nos ver, brasileiros, como prisioneiros de uma subjetividade incurável, diferentemente dos seres humanos que habitam as nações ditas civilizadas. O mito sentimental persistente consiste em superestimar nossa subjetividade, na mesma medida que superestima a objetividade das nações que conseguiram avançar mais no processo de industrialização. Ou, dito pelo avesso, mas culminando na mesma ideia, tal mito persistente consiste em duvidar de nossa capacidade de organizar objetiva e produtivamente uma civilização e atribuir esta característica de psicologia coletiva tão somente à Europa e EUA. Imagem distorcida tanto daqui como de acolá. Os intérpretes do Brasil que seguem canonizados (ou que passaram por um processo de canonização mais duradouro) são exatamente os que melhor traduziram em textos tais sentimentos.

O conteúdo textual de *Raízes do Brasil* traduziu tais sentimentos de forma muito mais marcante e com uma beleza estética notável. Utilizou o conceito de “homem cordial” que acabou tendo vida própria. Mesmo quando Sérgio Buarque de Holanda alçou outros voos como sociólogo e historiador mais maduro, não conseguiu se livrar do “homem cordial”. Quando se fala de “homem cordial”, desperta-se nas pessoas o desejo de saber o que seria o avesso desta cordialidade. Na verdade, desperta-se nas pessoas uma “nostalgia meio complexa”, na falta de uma palavra única em português, de como seria se tivéssemos outra personalidade, mais racional,

mais produtiva, mais civilizada. Por isso que Sérgio Buarque não conseguiu matar o homem cordial. É uma nostalgia que pensa conjugando os verbos no modo subjuntivo. A questão que nos aflige não é o homem cordial, mas o seu *alter-ego*, o nosso substituto perfeito, a nossa morfologia psicológica perfeita. Apesar da indiscutível diferença ideológica entre as pessoas Sérgio Buarque de Holanda e Francisco José de Oliveira Vianna, as proposições de ambos têm certa semelhança neste ponto específico. Ambos enxergam componentes culturais que impedem uma organização civilizatória coletiva. E ambos induzem a uma idealização de outras sociedades. A democracia seria um mal-entendido. A frase é de Holanda, mas tem um estilo de Vianna.

As diferenças entre os chamados “intérpretes do Brasil” devem-se mais a obra dos intérpretes do que às diferenças intrínsecas desses pioneiros do conhecimento social. Relacionam-se mais com as discussões em voga à época da vida biológica destes autores. À distância do tempo, são mais visíveis as convergências do que as divergências. Porém, no caso de Oliveira Vianna, há de fato uma particularidade diferencial que salta aos olhos nas primeiras páginas de seus escritos: um apego às teorias raciais, uma aposta de que elas enfim trariam uma prova cabal de seus preceitos. Na fase de apuração do estado da arte, numa leitura de um intérprete dos intérpretes, José Murilo de Carvalho, creio que Vianna teria abandonado tais preceitos em seu derradeiro livro. De fato, Vianna esmoreceu tal apego, mas não o abandonou. Meu dever de historiador me impõe destacar tal ponto.

Oliveira Vianna pagou caro por sua insistência numa abordagem racialista. Não lhe faltaram vozes de alerta de que este caminho não o levaria a qualquer êxito do ponto de vista científico, que era o que ele mais prezava. Estou me referindo não só a Boas, mas também a Alberto Torres, em seu texto “Em prol de nossa Raça”, a Arthur Ramos, Roquette-Pinto, Ralph Linton e, até mesmo, a Alfred Haddon. A própria ciência que criou toda uma gramática racista estava se autocorrigindo quanto a acreditar que cada raça poderia carregar em si caracteres intelectuais ou morais intrínsecos. A própria divisão da humanidade em raças do ponto de vista biológico foi questionada, justamente por cientistas oriundos das ciências empíricas. Daí reside a maior ironia de sua carreira intelectual. Admirador da ciência, insistiu num pensamento tacanho arraigado, prescrito, crendo estar pensando cientificamente. Ancorou em algo velho crendo que estava na vanguarda da etnologia. Isto é lamentável, pois não foi só o seu lado racista que foi punido com o ostracismo, mas toda sua obra, incluindo

análises profundas da realidade brasileira como em *O Idealismo da Constituição* e *O Ocaso do Império*. Especialmente esta última chama atenção para o golpismo militarista e as razões mesquinhas por trás do movimento político que depôs Dom Pedro II. Há uma certa atualidade desse assunto em relação aos eventos de janeiro de 2023.

O ocaso do Império é uma primorosa análise historiográfica do advento da República, que é um evento obscuro, uma revolução palaciana de bastidor. É estranho que até hoje os historiadores aceitem passivamente esta nomenclatura de “proclamação”. Há entre a crise do Império e o anúncio da queda de seu titular ações que merecem mais estudos. A Proclamação é um ato final de uma cadeia de eventos que acabou sendo a alcunha historiográfica de todo um processo histórico. Este termo, proclamação, deveria só ser aceito se entendido como uma metonímia. Esse livro de Vianna bem mereceria ser publicado novamente.

Voltemos nossa atenção aos dois livros que são as personagens principais da trama desta tese: *Raça e Assimilação* e *Instituições Políticas Brasileiras*. Entre eles há uma movimentação epistêmica que vai além do mero distanciamento temporal. Não devemos nos esquecer de que o autor destes livros, Oliveira Vianna, sempre produziu seus textos com um intuito científico. Muito embora não houvesse uma estrutura formal, como uma universidade, uma banca formada por pares que aprovasse ou desaprovasse suas teses, Vianna sempre mostrou uma postura de querer pertencer a uma comunidade científica. Sempre embasou suas teses em autores, em estudos e reflexões feitas por indivíduos que ou têm a mesma postura, ou de fato, no caso de europeus e estadunidenses, já estão inseridos numa instituição acadêmica. Há, então, uma vontade epistêmica. Se não houvesse tal vontade por parte de Vianna, a abordagem desta pesquisa deveria ser outra, bem menos internalista.

Falemos também do livro anunciado e não publicado, *o Ariano no Brasil*, um elemento a mais em nossa história-problema, bem como os outros que comporiam uma série racialista iniciada por *Raça e Assimilação*.

Vianna prestava conta aos seus pares, o que não pressupõe uma submissão. Ele entrava num debate global e quando apresentava uma tese que era dissonante com a opinião geral dos pares, tentava fundamentá-la ao máximo possível. Assim como um juiz numa sentença, buscava relatar os argumentos das duas partes de uma demanda, antes de partir para decisão em si. Tudo leva a crer que não agia de má-fé.

Seus equívocos racistas são frutos de suas convicções enraizadas. Eram, em última instância, convicções racistas, mas que, num ponto de vista mais superficial, soavam como científicas. Aliás, ele não se via como racista. “Gobineau que é racista” – diria ele, pois é anticientífico como ele de fato afirmou em *Instituições*. As opiniões que Vianna realmente levava em consideração eram as oriundas de pessoas, que, assim como ele, propunham-se a fazer ciência. É a partir destes pressupostos que se pode entender por que Vianna não deu continuidade a um projeto editorial que certamente seria um sucesso de vendagem. Assim, uma certa opinião geral dos pares de Vianna nos poupou da existência de livros como *O Ariano no Brasil (biologia e mesologia da raça)*, *A Antropologia Social (psicologia e sociologia da raça)*, *Raça e seleções telúricas* e *Raça e Seleções étnicas*. Tal opinião geral falou mais alto que o Mercado Editorial. O projeto editorial de Vianna do ponto de vista epistemológico pereceu antes mesmo de sua inteira implementação.

Não há também qualquer elemento do ponto de vista burocrático, ou mesmo governista, que possa justificar as mutações epistemológicas de Vianna. Tanto sua cientificidade em *Raça e Assimilação* quanto em *Instituições Públicas Brasileiras* não guardam incompatibilidade com o regime varguista. Tal ausência de antagonismo não significa um proselitismo propagandista do governo e sim um distanciamento temático, considerando tão somente o recorte dos livros analisados. Não se discute que há confluência de certas premissas, como a crença torreana de que o Estado deve ser a agência fomentadora da Nação e de que o Estado nacional deve ser centralizado. Premissas estas que não se chocam com as distintas teses dos dois livros. Obviamente, outras pesquisas acerca de Vianna, com outros recortes, tiveram de recuperar tal vinculação com mais vigor, com análises mais verticalizadas. Assim, insisto que estamos diante de um problema historiográfico que clama por uma análise internalista mais persistente, sem negligenciar os fatores externos.

A razão humana se manifesta pelos caminhos possíveis. Ainda que não haja instituições concretas onde a razão humana possa se assentar, ela desenvolve seus mecanismos de desenvolvimento próprios. Pensando assim, corre-se o risco de reificar a razão humana; mas, pensada num nível mais coletivo, num nível do devir geral das ciências, a razão humana tende mesmo a desenvolver certa autonomia. Assim, ela criou mecanismos de ratificação ou retificação dentro de um debate coletivo, antes mesmo da instalação de instituições, simplesmente vetando tais livros.

Assim, a única força que impediu Vianna de continuar o seu projeto racialista está no íntimo de sua consciência epistemológica que, por sua vez, presta contas a uma consciência coletiva da ciência. Neste ponto, a história social perde um pouco de força. Há uma clivagem de temporalidades. Não se pode eleger nunca uma abordagem histórica como um eixo dominante, em si, ainda que com este abrangente nome “social”. A despeito do seu nome abrangente, história social é recorte histórico. Existe uma história da história social que é fruto das preocupações historiográficas do tempo dos colegas que a criaram, a partir da observação de objetos históricos até então negligenciados. Farejar objetos históricos negligenciados deve estar sempre no horizonte de quem tem pretensão de se tornar um bom historiador. Não só se deve sempre buscar novos objetos, como também novas perspectivas, que conduzem a constatação que estamos diante de várias histórias e várias temporalidades. “A história não é só formada por duração homogênea, mas formada por durações heterogêneas, histórias. E nenhuma duração se impõe sobre as outras”⁴⁶⁰. Por isso, a história das ideias e a história da ciência (ou melhor as histórias das ciências) merecem certo grau de autonomia. Portanto, há de se pensar em metodologias próprias.

Cansei o leitor desta tese com o verbo “ancorar” e seus derivados. Fiz um esforço em tentar recuperar historicamente como se deu o diálogo entre a consciência desse pensador e outras consciências. Só a partir daí se pôde estabelecer a história de uma desistência que não deixa de ser um fato histórico, pois houve a proclamação de intenção, a repercussão desta intenção nos meios sociais, a criação de uma expectativa (falou-se de *Ariano no Brasil* como se de fato este livro fora publicado), o decurso de tempo, a condenação do autor num tribunal da “cidade científica” (a partir da década de 1930), a manutenção da proclamação do projeto (em *Instituições*, em 1949, Vianna ainda promete concluir a série racialista), a morte do autor em 1951, o “sumiço” dos originais. Não é uma história-problema falar de um livro que era para ter sido e nunca foi? Todas as forças sociais impeliam Vianna a publicar o livro *Ariano no Brasil*, mas ele não o publicou. Ainda que se achem os originais, nada muda o fato de não ter sido publicado por uma vontade personalíssima de Oliveira Vianna. O ato final de veto partiu do próprio autor.

⁴⁶⁰ SALOMON, Marlon. Temporalidade Histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré. In: SALOMON, Marlon (org). *Heterocronias – Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edição Ricochete, 2018, p. 154.

Foi a Razão Humana que criou o iluminismo, o positivismo, a teoria newtoniana. Também criou a psicanálise freudiana e a etnologia do século XX que passam a olhar também para o lado não racional das manifestações humanas. Assim, a Razão Humana ficou mais perto do fenômeno verdadeiramente humano, pois o ser humano tem uma porção ínfima de racionalidade. Mas se equivoca quem pensa que a história da razão segue em linha reta. Ela tem suas crises, seus momentos de impasse, seus retornos. Disse acima que a história das ciências tende a desenvolver uma certa autonomia em relação a história social, mas a razão humana jamais será soberana, justamente porque ela está assentada na sociedade. A autonomia significa um caminhar sozinho, ter sua própria temporalidade, mas não se pode esquecer que, em última instância, são seres humanos que produzem todos os tipos de saberes. A razão humana só pode desenvolver mecanismos autárquicos se encontrar ambientes propícios para isso. Ela precisa de uma brisa agradável, de seu milagre grego, que permite que pessoas pensem com autonomia. Em conjunturas históricas obscurantistas, ela pode se retrair e até se corromper.

A etnologia boasiana marca um momento de muita maturidade da razão humana em que antigas questões foram colocadas em termos mais corajosos, entre elas, a velha questão de compreender como o mundo físico interage com o mundo mental, ou, dito de uma forma mais recifense, como a natureza interage com a cultura. Não me atrevo aqui a voltar tais questões ao Mundo Grego, mas certamente o leitor com formação filosófica deve já estar fazendo suas correlações. Não teria sido Arthur Lovejoy que disse que o repertório de piadas e o repertório de temas filosóficos são mais o menos do mesmo tamanho?

É a partir deste novo horizonte intelectual que Oliveira Vianna vai buscar a base epistemológica de sua última obra. Buscar uma nova base epistemológica não implica necessariamente uma mudança de proposições. Não esqueçamos que Vianna é um autor conservador oriundo de Saquarema. Como dito anteriormente, do ponto de vista de teses apresentadas, *Instituições Políticas Brasileiras* não difere muito do clássico de Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*. No entanto, o foco da presente pesquisa é epistemológico. A novidade que nos interessa aqui é a nova forma epistêmica de apresentar a questão. Vianna argumenta que a nossa morfologia sociológica clânica não permite uma organização democrática. A partir da análise dos complexos culturais, dentro de um contexto de longa duração; Vianna tenta reconstituir a nossa psicologia social; as formas violentas de dominação; a nossa pouca aptidão cultural

para uma organização comunitária; enfim, como se desenvolveram normas consuetudinárias privadas ou familiares de dominação e como as instituições estatais são artificiais e submetidas a estes costumes arraigados. Tudo isso redundava na falta de aptidão para democracia.

Nessa obra, Vianna estabelece uma relação muito peculiar entre natureza e cultura. Ele apresenta a *teoria da imanência* que propõe que os indivíduos submetidos a uma configuração cultural passarão por mudanças fisiológicas. Os costumes, os hábitos, as formas de viver serão amalgamados à fisiologia do corpo humano. Assim, a maneira que o Estado deve estabelecer a ordem não poderiam deixar de levar esta reflexão em consideração. As permanências deveriam prevalecer perante as mudanças que só deveriam ocorrer por meio da assistência ativa do Estado orientado pelos cientistas. Pensadores conservadores sempre colocam a ordem em primeiro lugar e almejam permanências mais do que mudanças.

Esse apego de Vianna à *teoria da imanência* foi outra triste ironia. Ela é totalmente desnecessária para a manutenção de sua crítica aos desmandos regionais, à anarquia branca, ao poder clânico. O seu apego ao imanentismo se origina justamente de seu monismo e seu naturalismo residual. Era necessário manter uma ponte com uma fenomenologia naturalista. Vianna tinha dificuldade em pensar um fenômeno social, com uma cadeia de causa e efeito dentro de outros fenômenos igualmente sociais (sejam históricos ou culturais). Tanto é que a sociologia continuou estudando as formações clânicas com outras nomenclaturas como coronelismo, sem pedir licença às Ciências Empíricas. Vianna acabou não sendo muito rigoroso com a teoria que ele próprio apresentou. Se os portugueses teriam desenvolvido uma psicologia coletiva de aldeia, como tal perfil psicológico se perdeu na travessia do Atlântico? Se a escala de tempo para moldar uma personalidade social é milenar, como a nossa personalidade se moldou em meio milênio?

Já temos elementos suficientes para falarmos em conversão. Mas creio que a conversão mais importante é a do pensamento social brasileiro como um todo, do difícil parto do racismo, do relativo abandono do pensamento naturalista. Nessa conversão, Vianna sempre andou a reboque, sempre atrasado. Mas ela ocorreu em Vianna, com todas as observações apontadas ao longo deste trabalho. Este é o centro da tese que procurei aqui defender. Houve mudanças no devir geral das ciências que repercutiram na produção científica brasileira, que, por sua vez, reverberaram em Vianna.

Por outro lado, podemos também falar das conversões do pensamento social brasileiro que ocorreram sob o pioneirismo de Oliveira Vianna. A principal delas é a capacidade do pensamento brasileiro de buscar suas próprias questões, montar suas próprias problematizações. Remeto o leitor ao agora longínquo capítulo 1, na seção 2, quando Bosi nos deu seu depoimento de como Vianna ajudou o Brasil a mover a água parada da *Belle Époque*, de como combateu o estrangeirismo macaqueado. O grande crítico literário classifica Vianna como um pré-modernista, ao lado de Alberto Torres, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, do genial Lima Barreto, Graça Aranha e Monteiro Lobato. Vianna foi convertido, mas também converteu. Foi atávico, tacanho, mas também pré-moderno.

Deve-se observar, no entanto, que uma parte da hipótese inicial apresentada na introdução não se confirmou. Não se verificou no âmbito nacional “uma pressão comunitária” consistente no sentido de justificar o recuo racialista de Vianna da segunda fase para terceira fase. Em outras palavras, não havia um consistente grupo de autores nacionais que pudessem impor a Vianna uma mudança de rumo tão nítida. Arthur Ramos foi praticamente a única voz nacional neste sentido. E um intelectual só não pode constituir uma comunidade. Como verificado no estudo de jornais e revistas da década de 1930 e 1940, nacionalmente só se verificou, pelo contrário, vetores que incentivaram Vianna a continuar seu projeto racialista. Só após a morte de Vianna, se constituiu no Brasil uma literatura que o criticava negativamente de forma mais específica. Assim, os vetores de pressão em Vianna que fizeram-no recuar estão, preponderantemente, na produção intelectual europeia e estadunidense. Inicialmente, a minha ideia era que os intelectuais brasileiros contemporâneos a Vianna seriam uma espécie de ponte entre Vianna e as mudanças de concepção sociológica estrangeira. Mas conclui-se que esta ligação se deu de forma mais direta entre Vianna e a realidade epistemológica extranacional.

Se Vianna não sofreu críticas contundentes nacionais em relação ao seu falido projeto racialista, pouco a pouco viu minguar este tipo de tese na Europa ou nos EUA. Não é possível precisar o momento que Vianna toma consciência disso. Percebe-se tal mutação a partir das referências bibliográficas de Vianna, bem como de seus prefácios. Enfim, em *Instituições Políticas Brasileiras*, há a configuração final de Vianna: um autor que pretende entender o universo culturalista, que tenta adaptar certos conceitos e que mantém um certo resquício do naturalismo. Porém, um princípio se mantém intacto: o *monismo*, qual seja, a ideia que a cadeia de fenômenos

segue uma lógica epistêmica única. Os fenômenos sociais e biológicos estariam no mesmo *locus* epistêmico.

Uma dimensão não explorada diretamente neste trabalho foi o conservadorismo político de Vianna. Isto porque tal dimensão já foi muito bem explorada em trabalhos de outros pesquisadores. De fato, Vianna é um pensador conservador no sentido de que as mudanças que ele propõe para sociedade brasileira devem ser controlados pelos seus postulados, tendo como instrumentos o Estado e a ciência. Tal futuro a se engendrar deve ter relação íntimas com o passado. Em última instância, o patriarcado regional deve ser substituído por uma instituição nacional estatal unificada. Seu conservadorismo mais profundo está em não acreditar na emancipação dos povos. Vianna estudou muito bem as relações políticas dos indivíduos, mas não enxergou o indivíduo em si. Ficou muito centrado nas expectativas políticas (não atendidas) que seu sistema de pensamento nutria pelas pessoas, mas nunca se perguntou (ou quis investigar) como e por que as pessoas optaram por tais caminhos. Nunca percebeu de perto, *in loco*, a força de um sertanejo, como feito por um dos autores que ele mesmo admirava, Euclides da Cunha. Também nunca questionou quais as opções realmente factíveis as pessoas tinham. Aproximou-se mais das representações do que do elemento humano em si, devido ao fato de nunca ter perdido a fascinação pelas ciências empíricas, notadamente pela Biologia.

Penso, no entanto, que sua trajetória epistemológica foi pouco explorada pela historiografia. Falar de uma trajetória epistemológica de um autor tem duas dimensões: há a dimensão pessoal desse autor, mas há também a dimensão da relação desse autor com os saberes positivados. Há a sua biografia e o devir geral da ciência. Todos esses fatores se confundem também com as crises desses saberes. Se há um movimento de posituação (entendendo posituação como a forma de estabelecimento e reconhecimento de um saber), também há um movimento em sentido contrário. Os saberes ora consagrados como ciência, eventualmente deixam de sê-lo. Dessa movimentação, dessas rupturas, nem as Ciências Humanas como um todo escapam. Talvez o sonho do homem conhecer a si mesmo de forma profunda seja um sonho que esteja chegando ao seu fim. Mas este olhar geral escapa do escopo desta pesquisa. O que pude entregar como pesquisador são nuances de um movimento de “desposituação” de ciências empíricas que Oliveira Vianna abraçou ou de projetos científicos que não seguiram adiante, como a *psicologia diferencial da raça*. Também dei algumas pistas de desposituação de projetos empíricos não

abraçados diretamente por Vianna, como a *frenologia*. Essas movimentações epistemológicas, essas rupturas, despositivações e novas positivações ocorridas num nível geral reverberaram na conversão de Vianna.

REFERÊNCIAS

FONTES

ASSIS, Machado de. **A semana (1892-1900)**. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/26-cronica?start=12>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BARBOSA, Rui. **Cartas da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Filosofia**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

BERR, Henri. Prefacio: Raza y Emigraciones. In: PITTARD, Eugenio. **Las Raças y la Historia**. Tradução para o espanhol de Telesforo de Aranzadi e Alberto del Castillo. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.

BOAS, Franz. A vida psíquica do ponto de vista mecanicista. [Manuscrito de uma carta de Boas a seu tio, A Jacobbi, traduzida para o inglês por Helene Boas Yampolsky, filha de Boas] In: STOCKING JUNIOR, George (org). **Franz Boas: A Formação da Antropologia Americana**. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004.

BOAS, Franz. Um ano entre esquimós. [*Bulletin of the American Geographical Society* 19 (1887)] In: STOCKING JUNIOR, George (org). **Franz Boas: A Formação da Antropologia Americana**. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004.

BOAS, Franz. A História da Antropologia. [Comunicação ao Congresso Internacional de Arte e Ciência, St. Louis, setembro de 1904, publicada em *Congress of Arts and Science*, ed. H. J. Rogers, 8 v., Boston: Houghton Mifflin, 1906] In: STOCKING JUNIOR, George (org). **Franz Boas: A Formação da Antropologia Americana**. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004.

BOAS, Franz. Antropologia. [Conferência Pronunciada na Universidade de Colúmbia, na série sobre ciência, filosofia e arte, 18 de dezembro de 1907, *Antropology*. Nova York: Columbia University Press, 1908] In: STOCKING JUNIOR, George (org). **Franz Boas: A Formação da Antropologia Americana**. Antologia. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: UFRJ, 2004.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positivista**: discurso sobre o espírito positivo, Catecismo positivista. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Problemas Brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil [do Jornal do Comércio], 1943.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GENTIL, Alcides. **As Ideias de Alberto Torres**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. [Resenha de] Instituições Políticas Brasileiras. *In: Revista de História*. São Paulo: USP, 1950.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** [edição crítica]. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HAECKEL, Ernest. **Origem do Homem**. Tradução de Fonseca Cardoso. Porto: Lelo Irmão Editores, 1914.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo, Nova Cultural, 1999.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa apresentar-se como ciência**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

LINTON, Ralph. **Cultura e Personalidade**. Tradução de Oscar Mendes. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1967.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

MENDONÇA, Carlos Sússekind de. **Sívio Romero, sua formação intelectual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. *In: Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

RAMOS, Arthur. **O Negro brasileiro**. Volume III (As Culturas Negras no Novo Mundo). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Editora do Senado, 2006.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

ROMERO, Sívio. **Doutrina contra doutrina**. O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil. Rio de Janeiro: Editora JB Nunes, 1894.

ROMERO, Sílvio. **A Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Typografia da Deutsche Zeitung, 1878.

ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/344495.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021. [Publicado originalmente em 1888].

VIANNA, Oliveira. Prefácio. *In*: GENTIL, Alcides. **As Ideias de Alberto Torres**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[a].

VIANNA, Oliveira. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938[b].

VIANNA, Oliveira. **O Idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

VIANNA, Oliveira. **Pequenos Estudos de Psychologia Social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Primeiro Volume (Fundamentos Sociais do Estado, Direito Público e Cultura). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[a]. [publicado originalmente em 1949.]

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Segundo Volume (Metodologia do Direito Público, Os Problemas Brasileiros da Ciência Política). Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974[b]. [publicado originalmente em 1949].

VIANNA, Oliveira. **Ensaio Inéditos** [textos selecionados por Marcos Almir Madeira]. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. *In*: Intérpretes do Brasil, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. [publicado originalmente em 1920].

VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2006. [publicado originalmente em 1925].

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002a. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresb.html> (1 de 166) 5/6/2008 15:59:20. Acesso em: 05 abr. 2022. [publicado originalmente em 1912].

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. [s.l.]: eBooksBrasil, 2002b. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>. Acesso em: 05 abr. 2022. [publicado originalmente em 1914].

TORRES, Alberto. **O Problema Mundial**. Tradução de Teotônio Simões. [s.l.]: eBooksBrasil, 2006. Disponível em: www.ebooksbrasil.org/eLibris/mundial.html. Acesso em: 20 abr. 2020. [publicado originalmente em 1913].

VICO, Giambattista. **Ciência Nova**. Tradução de Jorge Vaz de Carvalho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Tiago Santos. **Canguilhem e a gênese do possível: Estudo sobre a historicização das ciências**. São Paulo: LiberArs, 2018.

ALTHUSSER, Louis. Sobre a dialética materialista (da desigualdade das origens). [Extraído de Análise Crítica da Teoria Marxista] Tradução de Dirceu Lindoso. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). **Dialética das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ÁLVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social – Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. Tradução de Miguel Cabrera Fernandes. Porto Alegre: AMGH, 2017.

ANDRADE, Carlos Drumond. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

BEBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. Max Weber e Modernidade: O Papel da Sociologia Compreensiva na constituição de uma Teoria da História moderna. In: **História Revista**, vol. 5. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BERNARD, Michel. A psicologia. In: CHÂTELET, François (org). **A filosofia das ciências sociais, de 1860 aos nossos dias**. Tradução de Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Edipro, 2017.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Memórias do Mediterrâneo**. Tradução de Teresa Antunes Cardoso *et alii*. Rio de Janeiro: Editora Multinova, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O Charme da ciência e a sedução da objetividade, Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2007

BURKE, Peter. **Vico**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1997.

BURROW, John. **Uma História das Histórias**. Tradução de Nana Vaz de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio [da Terceira Edição de Raízes do Brasil]. *In: Raízes do Brasil [edição crítica]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CÂNDIDO, Antônio. Prefácio *In: MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. *In: VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. In: Intérpretes do Brasil*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. *In: VIANNA, Oliveira. O ocaso do Império*. Rio de Janeiro: ABL, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A Utopia de Oliveira Vianna. *In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

CÉZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT. Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Ano 3, Edição 07. Brasília: Uniprocessus, 2008.

COLLINGWOOD, Richard. **A Ideia de História**. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

COSTA, Sérgio. Da mestiçagem à diferença: nexos transnacionais da formação nacional do Brasil. *In: DUTRA, Eliana de Freitas. O Brasil em dois tempos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DELAPORTE, François. Foucault, Canguilhem e os monstros. Tradução de Marlon Salomon e Raquel Machado Gonçalves Campos. *In: SALOMON, Marlon. História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

EWBANK, Alice de Oliveira. Em poucas palavras: Instituições Políticas Brasileiras por meio de suas epígrafes. *In: Revista Habitus*, v. 9, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Vol. 2. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FARIA, Luiz de Castro. **Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2011.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980, p. XIII-XVIII.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GIANNOTTI, José Arthur. Comte (1798-1857), Vida e Obra. *In*: COMTE, NÃO ENTENDI ESSE IN, ESSA MENÇÃO. Auguste. **Curso de Filosofia Positivista; Discurso sobre o espírito positivo; Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Ultramontanismo e a reação católica à modernidade no século 19. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 76. São Paulo: PUCSP, 2023.

HADDON, Alfred. **History of Anthropology**. Nova Iorque e Londres: The Knickerbocker Press, 1910.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil (sua história)**. Tradução de Maria Penha Villalobos. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da USP, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna. *In*: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). **O Pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993[a].

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajétória política do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1993[b].

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado, contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2015.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. *In: História Geral da Civilização Brasileira*, v. 9. tomo III. São Paulo: Difel, 1985.

LEBRUN, Gérard. **Sobre Kant**. Tradução de José Oscar Almeida Morais *et alii*. São Paulo: Editora da USP, 1993.

LIMA SOBRINHO, Alexandre Barbosa. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e pensamento. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

LIMA, Luiz Costa. Apresentação [de Guerra e Paz]. *In: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Freyre nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

MADEIRA, Marcos Almir. Apresentação. *In: VIANNA, OLIVEIRA. Ensaios Inéditos*. Campinas: Unicamp, 1991.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antônio. Introdução [de Estudos de Filosofia]. *In: BARRETO, Tobias. Estudos de Filosofia*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Trinta e Quatro, 2016.

PAIM, Antônio. **A Escola do Recife**. Estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil, vol., 4. Londrina: Editora UEL, 1997.

PAIM, Antônio. Introdução. *In: VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1982.

PARK, Robert. Human migration and marginal man. *In: The American Journal of Sociology*. Vol. XXXIII, Número 6. Chicago: University of Chicago, 1928

PASQUALI, Luiz. **Psicometria**: teoria dos testes na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

PASSOS, Aruanã Antônio dos. **Pensamento em Combate: Tobias Barreto na aurora da República (1869-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2016.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia, estudo de contato racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. *In: História da Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 8. São Paulo: Difel, 1985.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: do Romantismo ao Empiriocriticismo**. Vol. 5. Tradução de Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2005.
REALE, Miguel. **Horizontes do Direito e da História**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIBEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Uma edição crítica de Raízes do Brasil: O Historiador lê a si mesmo. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** [edição crítica]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ROCHA, João Cezar de Castro. Um conceito ou um baixo contínuo? Venturas e desventuras do homem cordial. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil** [edição crítica]*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 457-463.

SALOMON, Marlon. Causalidade e tempo histórico nas relações entre a história e as ciências. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 206–223, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/79687>. Acesso em: 4 out. 2024.

SALOMON, Marlon. Temporalidade Histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré. *In: SALOMON, Marlon (org). **Heterocronias – Estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos***. Goiânia: Edição Ricochete, 2018.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. Goiânia: Editora da UFG, 2011.

SILVA, Fernanda Xavier da. As quatro faces de Oliveira Vianna. *In: **Política e Sociedade***, vol. 14, n. 30. Florianópolis: UFSC, 2015.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. Tradução de Adil Ubirjaba Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Cultrix, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgar Roquette-Pinto. *In: **Antropologia Brasileira, Ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto***. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

STOCKING JUNIOR, George. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. *In: STOCKING JUNIOR, George (org.). **Franz Boas**. Antologia. **A Formação da Antropologia Americana***. Tradução de Rosaura Cirne Lima Eichemberg. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, UFRJ, 2004.

TAMANO, Luana Tiek Omena. “**Manter normal a criança normal e normalizar a desajustada**”: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. [Tese de doutorado] São Paulo: USP, 2018.

THOMAS, Louis Vicent. A Etnologia, mistificações e desmistificações. *In*: CHÂTELET, François (org). **A filosofia das ciências sociais, de 1860 aos nossos dias**. Tradução de Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

TUCK, Richard. Histórico do pensamento político. *In*: BURKE, Peter. **A escrita da história, novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita de Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. *In*: **Caderno CRH, Dossiê: a periferia em debate**, v. 23 nº 58. Salvador: UFBA, 2010.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Roquette-Pinto, expressão do Humanismo. *In*: **Antropologia Brasileira, Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

VENANCIO, Giselle Martins. **Oliveira Vianna entre o espelho e máscara**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VENTURA, Roberto. Introdução. *In*: CUNHA, Euclides da. Os Sertões. *In*: **Intérpretes do Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

ANEXO ÚNICO

Este anexo apresenta recortes de jornais e revistas que recuperam textos ou imagens relacionados a Oliveira Vianna e sua obra, notadamente *Raça e Assimilação*. Nasceu em decorrência de observação de Gisele Venancio acerca da recepção do referido livro, conforme relatado na introdução.

O que se pode observar, de maneira muito clara, é que a crítica do meio intelectual a Oliveira Vianna não se reflete nos periódicos analisados. Não por acaso, *Raça e Assimilação* teve a sua quarta e última edição publicada em 1959 (Figura 15). Não se deve, por isso, invalidar a observação de Maria Stella Martins Bresciani de que Vianna teria “caído em desgraça”, mas tão somente aplicá-la no meio social próprio, qual seja, o restrito mundo intelectual, algo que faz sentido a Vianna. Chama atenção o deslocamento entre as discussões dos intelectuais da época estudada e o meio jornalístico. Assunto em si que mereceria uma pesquisa mais profunda.

Este anexo é dividido em três partes. A parte I recupera recortes da década de 1930; a parte II, da década de 1940; e a parte III traz recortes avulsos que se relacionam à temática geral desta tese. Nas partes I e II, o filtro inicial utilizado para pesquisa no *site* da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) foram as palavras “raça e assimilação” ligadas entre aspas.

Não reproduzi aqui todas os recortes encontrados, mas formulei tabelas que indicam a incidência do livro *Raça e Assimilação*, indicando se há ocorrência num artigo ou num anúncio publicitário. Tanto nas décadas de 1930 quanto em 1940 as críticas são elogiosas. Raríssimas são as críticas negativas e, quando ocorrem, são muito sutis e respeitosas. Mesmo utilizando de humor, não há críticas pesadas a Oliveira Vianna. Luiz Delgado, por exemplo, assevera que “Vianna faz da psicologia um mero departamento de biologia ou da sociologia, esquecendo o fator da liberdade” (Figura 4). A revista de humor Moscardo fez um texto bem-humorado acerca de *Raça e Assimilação*, em 1941 (Figura 14).

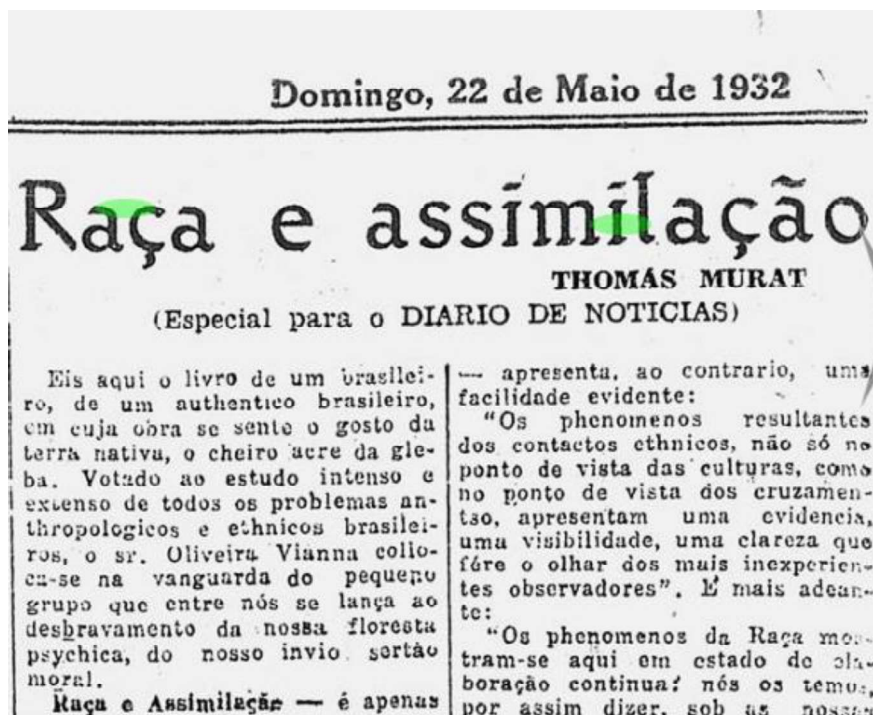
Entre anúncios de produtos diversos, como o líquido polidor de metais Kaol (Figura 7), aparecem os anúncios de venda de livros, principalmente da coleção

Biblioteca Pedagógica Brasileira da Companhia Editora Nacional (Figura 6). Isto demonstra o caráter mercadológico da produção de livros. Muitas das vezes, no mesmo jornal que havia uma crítica elogiosa a um livro de Vianna, em outra página, havia o anúncio dos livros.

Parte I - Jornais e revistas (Década de 1930), pesquisa por “Raça e Assimilação”

Periódico	Citações	Anúncios publicitários
Diário de Notícias (RJ)	2	9
Diário da Manhã (RJ)	1	7
O Jornal (RJ)	1	3
Jornal do Brasil (RJ)	4	1
Correio da Manhã (RJ)	4	3
Diário Carioca (RJ)	1	2
O Estado (SC)	1	3
Diário da Manhã (ES)	1	3
Correio Paulistano (SP)	1	3
Jornal do Commercio (RJ)	1	1
O Cruzeiro (RJ)	0	2
Revista da Semana (RJ)	0	2
Boletim de Ariel (RJ)	0	2
Gazeta de Notícias (RJ)	2	0
Correio do Paraná (PR)	0	2
A Ordem (RJ)	1	1
A Cruz (RJ)	1	0
Diário de Pernambuco (PE)	1	0
Beira Mar (RJ)	0	1
Brazil-médico (RJ)	1	0
Anuário Brasileiro de Literatura (RJ)	0	1
Cinearte (RJ)	0	1
O Paiz (RJ)	1	0
Vamos Lêr (RJ)	0	1
Fon Fon (RJ)	0	1
A Batalha	1	0
O Dia	1	0

Figura 1 – Diário de Notícias, página 20, 1932



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 2 – O Jornal (RJ) / 27 de março de 1934 – Contra o preconceito de raça (critica o uma lei anti-imigração, fala do índice de fusibilidade), por Evaristo de Moraes

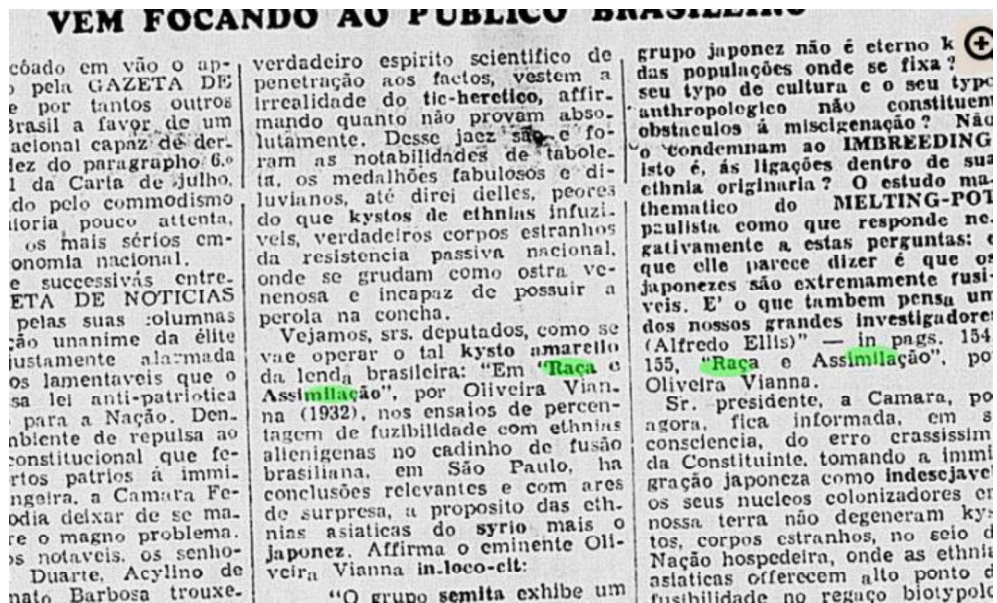
...taver, conessa: Onde, porém, a surpresa chega a ser desconcertante é quando verificamos o índice de fusibilidade dos japonezes: é o mais alto do "melting-pot" paulista, cerca de 75 %." E pergunta:

“Como se explica isto? então o grupo japonês não é o eterno kysto das populações onde se fixa? O seu typo de cultura e o seu typo anthropologico não constituem obstaculos á miscigenação? não o condemnam ao "imbreding", isto é, ás ligações dentro da sua ethnia originaria? O estudo mathematico do "melting-pot" paulista como que responde a estas perguntas: o que elle parece dizer é que os japonezes são extremamente fusiveis.” (*Raça e Assimilação*), pg. 155).

Sendo incontestaveis os dados objectivos que, perfunctoriamente, colhemos em varias fontes e outros que poderiamos recolher, reputamos desastradissima a idéa da limitação que se quer impor á immigração japoneza. A nós se nos afigura que, nisto, como em outras lembranças de má sorte, estamos imitando o que de peor nos suggerem povos preconceitistas, qual o norte-americano que, não se limita a nutrir prevenções irracionaes contra raças, indo ao ponto de cultivar a intolerancia religiosa, que produz os horrores dos lynchamentos e das praticas brutaes de famigeradas associações secretas, desmoralisadoras de todos os pro-

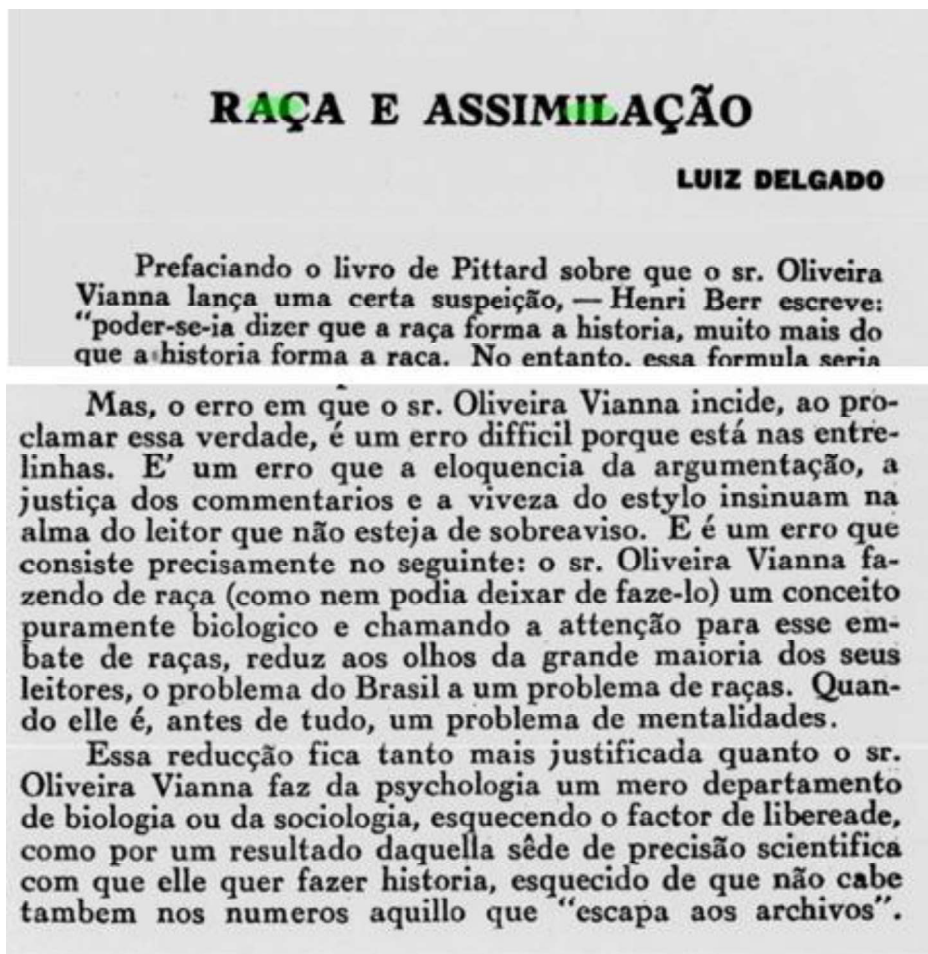
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 3 – Gazeta de Notícias / 11 de outubro de 1935 – O grande assumpto (a imigração japonesa, o *melting-pot*, fusibilidade)



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 4 – Revista A ordem, edição 39, 1933



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 7 – Cinearte, Edição 334, página 42, 1932.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 8 – A Batalha, página 3, 27 de maio de 1932

Livros oferecidos a A BATALHA pela Companhia Editora Paulista

A Companhia Editora Paulista teve a gentileza de enviar-nos, por intermédio da sua correspondente nesta capital — Civilização Brasileira Editora, estabelecida à rua Lavradio, 100 — os seguintes livros por ella editados: "America", de Monteiro Lobato; "Raça e Assimilação", de Oliveira Vianna; "Eu e Você" ("Toi et Moi") de Paul Gerudy, tradução de Guilherme de Almeida; "Novelles Gallantes", de Boccaccio; "Kismet", de Corah O. Roland; "A Cidade Submarina", de Conan Doyle e "Resa Maria", da Baroneza de Orczy.

Gratos pela offerta.

O movimento editorial brasileiro tem tomado ultimamente grande desenvolvimento. Os editores já se animam a fazer numerosas edições, confiando no interesse do publico, que se mostra cada vez mais curioso pelas publicações de valor. Por isso a

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 9 – A Batalha, página 3, 27 de maio de 1932



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 10 – Brazil-Médico Edição nº 05, 1933

Estes obstáculos, entretanto, não são irremovíveis e, mesmo, não poderiam exercer nenhuma influencia sobre o espirito de um cultor da sciencia, cōscente do valor da sua obra e, por isso mesmo, pouco disposto a deixar-se impressionar pelo juizo que delle possa fazer a massa dos ignaros. Ha aqui obstaculos mais sérios do que estes, que se oppõem aos estudos ethnologicos e ás pesquisas anthropologicas : são os que lhes vêm dos preconceitos de raça. Estes é que tornam aqui extremamente difficeis as pesquisas anthropologicas, quando feitas no intuito de um descrimen scientifico dos nossos typos ethnicos». (OLIVEIRA VIANNA — *Raça e Assimilação*).

HUMBERTO DE CAMPOS.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 11 – O Dia (PR) / 26 de julho de 1932 – Raça e Assimilação, por Raul Rodrigues Gomes

Fe-lo á luz da ciencia. De vassa
 escaninhos reconditos, revolver-
 co-os, examinando-os, analisando-os
 com a intuição dum sabio
 em dia com os mais alevantados
 e modernos conhecimentos de
 sua especialidade, essa sedutora
 e complexa antropologia social.
 Em capitulos magistraes, obedi-
 ente á probidade, auxiliado
 por admiravel capacidade de sin-
 tetização, aborda questõis de
 etmologia e assimilação, reno-
 vando totalmente sãdiças noções
 de nossa belorenta ciencia oficial
 e de nossa rotina cultural, acor-
 rentada a fetiches e tabu's se-
 culares.
 Desde logo resalta da argumen

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Parte II - Jornais e revistas (Década de 1940), pesquisa por “Raça e Assimilação”

Periódico	Citações	Anúncios publicitários
Revista de Imigração e Colonização (RJ)	9	0
Correio da Manhã (RJ)	4	1
Cultura Política	4	0
A Manhã (RJ)	6	0
Correio Paulistano (SP)	3	0
Moscardo (SP)	2	0
Diário do Norte (RJ)	1	0
Brasil Açucareiro (RJ)	1	0
Jornal do Brasil (RJ)	1	0
Arquivos Brasileiros de Neuritaria e Psiquiatria (RJ)	1	0
Beira Mar: Copacabana, Ipanema e Leme (RJ)	1	0
O Brazil Médico: Revista semanal de Medicina e Cirurgia (RJ)	1	0
Ilustração Brasileira	1	0
O Jornal (RJ)	1	0
Revista Genealógica Brasileira (SP)	1	0
Ciência Política: Órgão Oficial do Instituto Nacional de Ciência Política (RJ)	1	0
Diretrizes: Política, Economia, Cultura (RJ)	1	0
Síntese (RJ)	1	0
Vamos Lêr! (RJ)	1	0
A Noite (RJ)	1	0
Jornal do Comércio (RJ)	1	0
O Liberal (PA)	1	0
O Carioca (RJ)	1	0
Revista Famma (RJ)	1	0
Revista do IHGB (RJ)	1	0
Moscardo	1	0

Figura 12 – Correio da Manhã (RJ) / 14 de fevereiro de 1943 – Posse de Oliveira Vianna na Academia Brasileira de Letras (uma de duas citações)



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 13 – A Manhã (RJ) / 13 de abril de 1943 – “Nomes do dia”



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

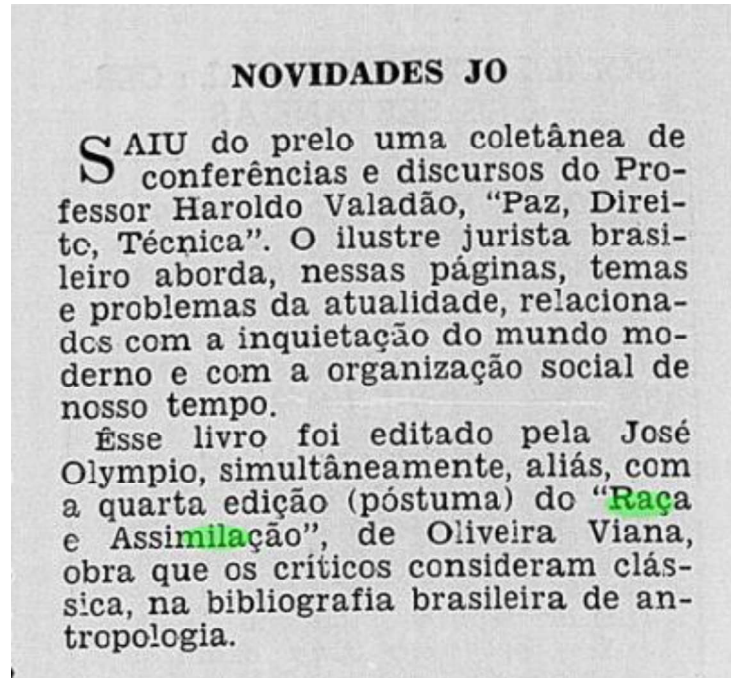
Figura 14 – Moscardo / junho de 1941 – Crítica humorística a Oliveira Vianna

a transmissão hereditária dos caracteres adquiridos, capazes de fixarem um tipo, até que novos fatores venham operar, a caracterização de novas espécies. É um pouco complicado. Mas, por isso mesmo, é bonito. É contra as teorias do autor de "Raça e Assimilação". Ele admite que juntando-se raças com caças, sairá um tipo qualquer, um tipo novo, um tipo meio-meio, como as "pizzas": meia "mozzarella" e meia "alici", o tipo que é um pouco de lá do oceano e um pouco de cá do oceano.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

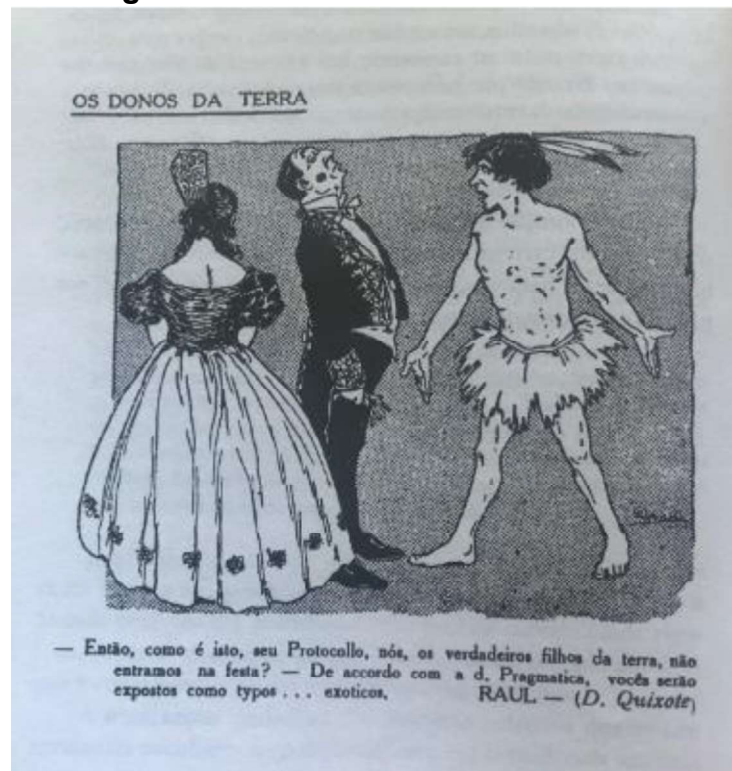
Parte III - Recortes avulsos

Figura 15 – O Observador Econômico Setembro de 1959 / Quarta e última edição de *Raça e Assimilação*



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

Figura 16 – Humor na *Revista do Brasil*



Fonte: LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 178.

Figura 17 – Foto da contracapa desta tese



Fonte: Fundação Casa Oliveira Vianna) (Canal TV Rio no YouTube:
<https://www.youtube.com/watch?v=TPO-OHnwF8c>)